

A CULTURA NA MARINHA



ACADEMIA DE MARINHA

2006

ACADEMIA DE MARINHA

A CULTURA NA MARINHA



2006

Ficha técnica

Título: A Cultura na Marinha

Edição: Academia de Marinha, Lisboa

Data: 2006

Número de exemplares: 700

Impressão: António Coelho Dias, S. A.

Depósito legal n.º 249155/06

ISBN 972-781-093-4

ÍNDICE

Apresentação	7
O Clube Militar Naval e os seus Anais na Cultura da Marinha	
A Ciência e a Técnica divulgadas por uma Revista Naval	9
A Cultura que faz o Homem	
Cultura e Universidade: o caso da Escola Naval	39
Museu de Marinha – um Mundo de Descobertas	71
Planetário Calouste Gulbenkian	97
Aquário Vasco da Gama	
Um dos primeiros Aquários em todo o Mundo	113
Biblioteca Central da Marinha	
Um valioso património bibliográfico e documental	139
Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão	147
Academia de Marinha	159
A Revista da Armada	
Uma Referência para a Historiografia da Marinha	177
A Banda da Armada	
O mais antigo agrupamento musical militar português	181
A Direcção de Faróis na divulgação do seu valioso património histórico	185
Vale de Zebro e o Museu dos Fuzileiros	
Um espaço de Memória e de Cultura	189
Conservando, valorizando e divulgando o património cultural, histórico e artístico da Marinha	193
Fragata D. Fernando II e Glória	197
Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia - GERE	229

Apresentação

Os homens estão a ser avaliados mais por aquilo que conseguem fazer do que por aquilo que sabem fazer.

O que conseguem fazer depende muito do desenvolvimento das técnicas e dos meios a que podem deitar mão. O que sabem fazer depende do seu próprio valor, medido pelo conhecimento, pela prática e pela experiência.

Assim, o que conseguem fazer poderá ser expedito mas peca pela consistência, pela ponderação, pela verdade. O que sabem fazer poderá ser demorado pela necessidade de reflexão, mas vale pela confiança na verdade da proposta ou da acção.

Embora o óptimo, como é frequente, esteja na complementaridade e convergência das duas circunstâncias, estas reflexões pretendem recordar o peso do conhecimento bem estruturado pelo debate e fundamentado na análise, bem como a importância da cultura. Hoje, mais do que nunca, o conhecimento é considerado um importante factor de poder.

Os Anais do Clube Militar Naval publicaram um número temático dedicado à cultura na Marinha. Esse número referiu os organismos da Marinha que estão, de qualquer modo, ligados a diversas formas de expressão cultural e que, assim, contribuem para valorizar a Marinha e elevar o seu prestígio.

Mas, para além de algumas deficiências ou omissões, que não poderão ser imputadas à Comissão de Redacção dos Anais, e talvez também por não quererem falar de si, não foi realçado nem sequer referido aquilo que todos nós sabemos, sem dúvidas nem controvérsia: o Clube Militar Naval não é um organismo da Marinha mas não há nenhuma outra instituição que, de qualquer modo, mais tenha contribuído para a formação cultural na Marinha, nem que, ao longo de tantas décadas e neste âmbito, tenha tido maior repercussão fora dela.

Não há nenhum outro organismo exclusivamente ligado a membros das Forças Armadas que, de forma semelhante, tenha proporcionado e contribuído para o debate e o entendimento, a discussão e a coesão, a polémica e o esclarecimento interno da corporação.

Sempre num sã pluralismo de ideias, foram temas de colóquios, de debates e de simples encontros de oficiais do Clube Militar Naval, muitas das preocupantes situações nacionais como: as consequências da Conferência de Berlim de 1884-5 ou do Ultimatum de 11 de Janeiro de 1890 e a participação da Marinha na exploração de África; a proclamação da República e a

entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra; a primeira travessia aérea do Atlântico Sul pelo Almirante Gago Coutinho e Comandante Sacadura Cabral; a apreciação das muitas crises do poder marítimo e dos programas navais pensados para as vencer; a entrada de Portugal para a NATO e o desenvolvimento tático e operacional da Marinha após a Segunda Guerra Mundial; o desenvolvimento da Guerra de África e o 25 de Abril de 1974.

No dia 13 de Novembro de 2006 comemoram-se os 140 anos da aprovação dos Estatutos do Clube Militar Naval (1866), que publicou o primeiro número dos Anais em 1871.

A Academia de Marinha, o mais relevante dos modernos órgãos culturais da Marinha, na juventude dos seus 28 anos, não poderia deixar de se associar a este 140.º aniversário do Clube Militar Naval.

Para além desta importante referência ao CMN, há o propósito de publicar um artigo sobre a Academia de Marinha que substitua o incluído nos Anais de Outubro a Dezembro de 2003, porque este continha importantes lacunas quanto à actuação desta Instituição e, pior ainda, uma injusta omissão do trabalho desenvolvido durante perto de 18 anos pelo seu Presidente, Almirante Rogério d'Oliveira, e pelos seus colaboradores, durante aquele dilatado período de tempo, acção que muito contribuiu para a afirmação, desenvolvimento e prestígio da Academia de Marinha. Aproveita-se ainda a ocasião para voltar a publicar artigos referentes a outros órgãos culturais da Marinha que haviam sido distribuídos por diversos números dos Anais, alguns entretanto actualizados.

Lisboa, 10 de Setembro de 2006

O Presidente da Academia de Marinha

António Emilio Ferraz Sacchetti

Vice-almirante

O Clube Militar Naval e os seus Anais na Cultura da Marinha

A Ciência e a Técnica divulgadas por uma Revista Naval

Carlos Manuel Valentim

1.º Tenente

*"Aberto a todos os oficiais da Armada,
seja qual for a sua proveniência,
o Clube Militar Naval está em condições
de a todos integrar e representar."*

Discurso do Almirante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues na sessão solene do 1.º Centenário do Clube Militar Naval, (Sociedade de Geografia de Lisboa), *Anais do Clube Militar Naval*, n.º especial comemorativo do 1.º Centenário do CMN 1866-1966, p.10

*"Nas páginas dos Anais ficam para sempre
gravados estudos e textos científicos de elevado
mérito, reconhecido pela comunidade científica."*

Jorge Ramos Pereira, "Divagando sobre o Passado e o Futuro do Clube Militar Naval", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º especial comemorativo do 1.º Centenário do Clube Militar Naval, 1866 - 1966, p.52.

I. Introdução

0. No início de um novo século, e de um novo milénio, deparamos com inúmeros progressos tecnológicos e científicos que, inevitavelmente, têm vindo de forma crescente a estar presentes na nossa vida, com impacto directo no quotidiano rotineiro que vivemos. Com tantos avanços no campo da ciência e da técnica tudo parece desactualizar-se a cada instante que passa; tudo parece alterar-se num ápice, tornando "velho" o que antes era "novo", deixando para trás os que não conseguem adaptar-se às mudanças e às novas práticas. Vivemos, parece restarem poucas dúvidas, um período caracterizado por grandes mutações, operadas por um novo paradigma sistematizado em torno das tecnologias de informação¹.

As profundas transformações científicas e técnicas, que se têm vindo a suceder nas últimas décadas, alteraram o funcionamento das sociedades nas últimas décadas². Os seus efeitos fazem-se sentir na economia, na produção cultural, na organização política, no campo dos valores e da ética. Por exemplo, no que diz respeito ao plano ético, devido ao acelerado desenvolvimento da Medicina, particularmente da Genética, as discussões têm-se centrado na clonagem humana; nas células estaminais; no uso de embriões para experiências; na reprodução de células em laboratório; no problema da morte assistida. Eis alguns assuntos polémicos, que têm dividido opiniões e extremado posições. E que dizer do «terrorismo global» de cariz integrista? E do uso ilícito da Internet, por parte de redes criminosas internacionais? E do radicalismo religioso? E da globalização da economia? E do crescimento das assimetrias entre as diversas zonas do globo? Sem dúvida, que tais problemas são um desafio, durante as próximas décadas, para as sociedades humanas inseridas num Mundo transformado em «aldeia global».

É inegável que, com a emergência de uma sociedade que se organiza em função da digitalização e da informatização dos seus meios de produção e de regulação interna, o relacionamento entre (e no seio) dos diversos grupos soci para aís se modificou. Em particular, o movimento associativo tem vindo a perder, em parte, peso e importância. E quando emerge, é em função de “meras” reivindicações de estatutos e regalias, sem qualquer função cultural e intelectual ou de debate político amplo, que problematize a sociedade e questione as práticas da comunidade onde se insere. Ao contrário do que sucedeu em meados do século XIX, no fulgor da difusão dos ideais liberais, assistindo-se então à proliferação de associações de cidadãos que discutiam entre si assuntos de interesse comum, a actualidade demonstra o triunfo do individualismo, a ausência de solidariedade comunitária, a fuga à discussão de problemas que têm que ver com a *Rex Pública* e a renúncia ao exercício da cidadania³.

1. Ora, é no seio de um espírito corporativo, pleno de fraternidade, em busca da defesa de ideais comuns, ambicionando a discussão, útil, de problemas mútuos, com interesse para os oficiais da Marinha de Guerra Portuguesa⁴, que nasce em 1866 o Clube Militar Naval e, quatro anos depois, o seu periódico: os “Anais do Clube Militar Naval”, cujo primeiro número sai do prelo a 1 de Dezembro de 1870. Quer o Clube Militar Naval, quer os seus “Anais”, transformam-se em pouco tempo num espaço de debate de assuntos com elevado interesse nacional, contribuindo para uma vasta discussão que atravessa a sociedade «liberal» portuguesa na viragem do século XIX para o século XX. Sociedade que era assolada por toda uma série de questões sociais

e políticas, padecendo duma dramática crise de identidade, que tem as suas causas imediatas no *Ultimatum* britânico de 1890. O larvar desta crise, cujas raízes entroncavam na perda de capacidade tecnológica e económica do país no dealbar de um novo “mundo” científico e industrial, dava mostras de permanecer inalterável, com o decorrer dos anos, face à impossibilidade de construção dum império no centro de África, que ligaria as duas maiores possessões ultramarinas portuguesas. Uma na costa atlântica, Angola; outra virada para o Índico, Moçambique.

2. Um dos cavalos de batalha para as elites nacionais na segunda metade do século XIX foi, precisamente, a tentativa de segurar a todo o custo o que restava do Império ultramarino, que consideravam uma herança da época áurea da nação, nos séculos XV e XVI, logo parte legítima do património da pátria. O argumento centrava-se no pioneirismo das navegações oceânicas portuguesas, que tinham «aberto» o mundo e civilizado povos. Nomeavam-se mesmo os heróis desse esforço hercúleo: O Infante D. Henrique e D. João II, os mais evocados.

O “património colonial” era assim um assunto inegociável para a classe dirigente de uma Monarquia Constitucional em agonia, que erguia instituições como a Sociedade de Geografia, criada em 1875 ou a Liga Naval fundada em 1901 sob o patrocínio do rei D. Carlos. O Clube Militar Naval, instituído em 1866, juntamente com aquelas agremiações, centrava as suas discussões na salvaguarda das possessões imperiais, particularmente dos territórios africanos, incendiando com calorosos debates uma opinião pública que se concentrava nos espaços urbanos onde progredia a industrialização, se renovavam os meios de comunicação, nomeadamente o telégrafo eléctrico, e os jornais estruturavam uma opinião pública cada vez mais activa.

A par do problema colonial surgia a necessidade de reforma das próprias Forças Armadas, aparecendo em lugar de destaque, pelo papel essencial na defesa da “honra” ultramarina, a Marinha. As vozes levantavam-se, defendendo que havia a máxima urgência no ressurgimento naval. Não foram poucas as vezes que se chamou a atenção para a esquadra, envelhecida, fragilizada, débil, que se encontrava a definhar nas águas do Tejo. Foi neste ponto, que tanto o Clube Militar Naval como o seu periódico desempenharam um papel de primeiro plano, ao proporem reformas, sugerirem tomadas de decisão, formarem grupos de trabalho.

Sublinhe-se, como mais adiante se dará conta, que o Clube Militar Naval nasce em função do descontentamento que grassava entre os oficiais de Marinha, pela forma como o Governo geria a progressão das carreiras navais. Todavia, esta associação de oficiais teve desde muito cedo uma componente

cultural muito activa, plasmada nas páginas dos seus Anais do Clube Militar Naval. E é precisamente essa vertente cultural que irá predominar e vingar até aos dias de hoje. Refira-se, que o “Clube” preservou sempre a sua autonomia estatutária e administrativa perante as autoridades da Marinha, assegurando a livre opinião no seu interior. Sempre assim aconteceu, como garantia de independência e isenção⁷. O que não impediu – essa característica até terá reforçado – o seu contributo para a discussão dos problemas com que a nação, e a Marinha em particular, se tem debatido ao longo destes 135 anos. Mas esta preocupação de independência, que sempre norteou a instituição desde o seu berço, leva-nos a uma questão enigmática, já anteriormente levantada⁸: como é que o Clube Militar Naval e a sua revista periódica conseguiram sobreviver até aos dias de hoje, não dispondo de acordos nem apoios de instituições, contando somente com um limitado número de eventuais e potenciais sócios⁹? Os *Anais do Clube Militar Naval* são mesmo caso único, ao que tudo indica¹⁰, entre outras publicações congéneres, nacionais e estrangeiras. Geralmente, tais edições periódicas dispõem de vínculos formalizados com organizações e associações públicas, de que são a *voz oficial*.

Pode-se questionar a viabilidade desta revista centenária, após longos anos de laboração, numa época em que a *globalização* está a desintegrar o Estado-Nação; e sobretudo, numa fase em que triunfa o modelo de *sociedade em rede*, baseado na informação e no conhecimento. Irão os *Anais do Clube Militar Naval* e outras edições similares sobreviver na *Sociedade do Conhecimento*?

Mas não devemos pôr em dúvida, contudo, a asserção de que o que persiste no centro de qualquer questão, de qualquer decisão, e que está por detrás do desenvolvimento tecnológico, é o Homem, a sua *cultura*, as suas angústias, anseios e ambições. Actualmente, o que temos são várias formas de alcançar o que se procura ou pretende. Concretizando, as revistas, jornais, e periódicos de uma forma geral, não vão desaparecer de um momento para o outro. Nem a sua edição em papel deixará de circular. O que tem vindo a alterar-se é a oferta, que se apresenta em vários suportes, entre eles o digital. Neste aspecto, a nova *sociedade em rede* força uma modernização/adaptação, a que os “Anais”, e outras revistas, não podem fugir. A juntar ao antigo modelo, O novo figurino passa pela disponibilização em formato digital; acesso a todos os seus índices; manutenção de uma página na Internet, actualizada amiúde. Todas estas reformulações têm sido discutidas e pensadas pelos consócios há alguns tempos a esta parte¹¹, o que comprova, mais uma vez, a vitalidade deste periódico e a sua adaptação aos novos tempos.

3. Iremos pautar a nossa análise tendo como pano de fundo a intervenção política e cultural do Clube Militar Naval, e dos seus associados em particular, quanto a temas como a Defesa Nacional, a reforma das Forças Armadas, o ressurgimento Naval e outros assuntos de ordem técnica. Para isso, socorremo-nos dos números dos Anais do Clube Militar Naval. Que melhor fonte poderíamos ter?

Num primeiro ponto, destacaremos o papel do Clube Militar Naval e dos seus "Anais" na divulgação dos assuntos técnicos e científicos; e em seguida daremos atenção ao debate político que se gerou, grosso modo, entre 1866 e 1930 e às estratégias que se esboçam, por essa altura, quanto ao melhor caminho a seguir para a defesa de uma nação "centrada" no mar, exploração dos seus recursos e potencialidades. Um dos objectivos deste trabalho é tentar entender de que forma o Clube Militar Naval e os *Anais do Clube Militar Naval* influenciaram o "poder". E quando falamos de "poder", estamos a usar o conceito no sentido que Max Weber propôs: todos os meios, todos os tipos de acção podem colocar alguém em posição, privilegiada, de impor a sua vontade a uma dada situação¹⁰.

As datas escolhidas: de 1866 a 1930, que correspondem, respectivamente, à fundação do Clube Militar Naval e à aprovação de um vasto programa naval, mais conhecido por "programa Magalhães Corrêa". Contudo também faremos a ponte para as décadas seguintes, num período extensível a 1970, ano em que se comemorou o centenário dos Anais do Clube Militar naval.

Em 1930 está finalmente concluída a elaboração de um plano naval e António Oliveira Salazar, que até aí fora o todo-poderoso ministro das Finanças da Ditadura Militar, é nomeado Presidente do Conselho. Nesse cargo irá dar seguimento ao plano gizado pelo Ministro da Marinha. Em troca recebe os "louros" e aplausos por o ter posto em prática, quando na verdade o grande mentor fora o almirante Magalhães Corrêa, que tutelara, anteriormente, o Ministério da Marinha.

No início da década de trinta os ânimos dos militares estão serenados. A discussão política no seio das Forças Armadas abranda. O "regresso" aos quartéis é inevitável. Por agora, chegava ao fim uma das grandes lutas, pela qual se batera o Clube Militar Naval e os "Anais". Durante décadas foram-se preenchendo páginas e páginas sobre a melhor forma de pôr em prática o *ressurgimento* naval do país. De permeio, Os *Anais do Clube Militar Naval* passaram a ocupar um lugar de destaque no panorama editorial português.

II. Duas datas a reter – o nascimento do *Clube Militar Naval* (1866) e dos *Anais do Clube Militar Naval* (1870)

Data de 1839 o nascimento da *Associação Marítima e Colonial*. Todos os seus fundadores são oficiais de Marinha. Todos os seus sócios têm como objectivo reforçar e dotar a Marinha militar de meios. Nos “Anais da Marinha e do Ultramar”, órgão oficial daquela Associação, clama-se pelo renascimento naval do país. No entanto, sete anos depois, após o governo “musculado” de Costa Cabral, que havia implementado uma série de medidas de feição “liberal”, como a proibição de inumações nas igrejas, e em plena guerra civil da *Patuleia* (1846-47), deixa de ser editada a publicação. Vinte anos passarão até ao nascimento do Clube Militar Naval. Ressaltará a continuidade de projectos, de propostas, de objectivos¹¹. Aliás, seguindo a mesma linha editorial, os *Anais do Clube Militar Naval*, que nascem quatro anos mais tarde, têm muito em comum com os “Anais da Marinha e do Ultramar”.

Não deixa de ser curioso relacionar as duas datas, tanto da fundação do Clube Militar Naval como dos *Anais do Clube Militar Naval*, com outros factos que lhe são coevos. A primeira data¹², 1866, é o ano em que se dá um acontecimento que abalou a cultura e a intelectualidade portuguesa de oitocentos. Entre o fim do ano de 1865 e o princípio do ano seguinte, na Universidade de Coimbra, um grupo de jovens estudantes rebela-se contra as antigas formas de literatura e de expressão cultural. Contenda que ficou conhecida para a posteridade como a “Questão do Bom Senso e Bom Gosto”, ou simplesmente “Questão Coimbra”. Antero de Quental chefia a “rebelião”, juntando-se-lhe Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, José Augusto de Faria e Maia¹³. O rastilho da revolta foi o posfácio redigido por Feliciano de Castilho para o livro de Pinheiro Chagas, “Poema da Mocidade” (1865). Os “moços” de Coimbra denunciaram, imediatamente, os malefícios de uma excessiva burocratização do intelectual, a submissão da dignidade literária à carreira pessoal, o apadriñamento em que se movia a cultura nacional¹⁴.

Nesse mesmo ano de 1866 termina a *Guerra de Secessão* norte-americana e dá-se o assassinio de Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América. Cerca de um ano antes, em Portugal, no mês de Setembro de 1865, *regeneradores e históricos*, dois dos blocos políticos do *sistema* constitucional monárquico, fundem-se e partilham as responsabilidades governativas num gabinete presidido por Joaquim António de Aguiar. Nascia uma nova formação partidária - o *Partido Reformista*¹⁵. As contas públicas apresentavam um deficit assustador, de cerca de 2160 contos, com tendências para aumentar no orçamento de 1866-67. A oposição parlamentar insurge-se e ameaça o Governo, requerendo medidas urgentes. Por essa altura nasce no

Porto, a 17 de Março de 1867, uma associação política intitulada *União Patriótica*¹⁶. Tem como objectivo prioritário lutar contra o projecto de lei que previa a incorporação dos rendimentos dos municípios na receita geral do Estado. No manifesto podia ler-se que “*É grave a situação do país.*”

A segunda data, 1870, muito associada a esta nova *geração*, que ficou conhecida por “*geração de setenta*”¹⁷, é dominada pela guerra franco-alemã, que finda nesse ano com a derrota do Segundo Império Francês, e culmina com a Comuna de Paris (Maio de 1871) e a implantação da III República francesa dois meses mais tarde. Era uma época, iniciada na década de cinquenta, que chegava ao seu fim. A intensificação das comunicações com o exterior, nomeadamente a linha de caminhos-de-ferro que liga Portugal ao resto da Europa, faz com que todos estes desenvolvimentos na política internacional tenham repercussão acentuada em Portugal.

Repare-se que os “*Anais*” vão nascer no fim do ano de 1870, cotando-se entre as cinco revistas mais antigas do mundo especializadas em assuntos marítimos¹⁸. Algo de novo está, pois, a dar-se na sociedade portuguesa, na política europeia e no mundo. A década de 70, em Portugal, marca um ponto de viragem para uma *geração* que nascera já em plena *Regeneração Fontista*; que cresceu num *regime liberal* regido pela Carta Constitucional; que assistira ao triunfo do Liberalismo. A ideologia do “*progresso*”, conotada com os desenvolvimentos da ciência e dos meios materiais, domina por completo a mentalidade das elites desse tempo. As instituições parlamentares funcionam. Uma Câmara Baixa dos Deputados e uma Câmara Alta dos Pares consolidam um Estado Monárquico que tem nas contas públicas o seu “*calcanhar de Aquiles*”.

Primeiro foi no «*Cenáculo*» – nome atribuído às reuniões na Travessa do Guarda-Mor em casa do agrónomo Jaime Batalha Reis –, para onde, desde 1867, convergiam Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Salomão Saraga, Manuel de Arriaga, Lobo de Moura, Mariano Machado, Guerra Junqueiro, que se iniciou um debate profundo acerca da política e das letras portuguesas. Rapazes no auge da vida, acabados de se formar, advogados, políticos, filósofos, poetas, romancistas, que ambicionam acertar o “*passo*” de Portugal pelo da Europa do seu tempo, clamando pelo progresso, científico e económico do país. É destes encontros, realizados em forma de tertúlia, que germina a ideia de se realizarem conferências no Casino Lisboense (que terão lugar entre Maio e Junho de 1871).

Palestras que serão interrompidas pelo executivo governativo, após alguns conferencistas terem feito uso da palavra. Memorável fora, na opinião generalizada, a conferência de Antero de Quental, proferida a 27 de Maio de 1871, em vésperas do sangrento esmagamento da Comuna de Paris, que dissertara sobre as causas da decadência dos povos peninsulares (Portugal e Espanha). Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão Vão iniciar, igualmente, nesse

“histórico” mês de Maio a publicação de “fascículos” de crítica social, política, literária e artística, a que atribuem o sugestivo título de «As Farpas».

O que move estes *rapazes*, impregnados de leituras estrangeiras, influenciados pelas ideias de Proudhon, de Victor Hugo, de Hegel, de Renan, é uma vontade insaciável de mudar a sociedade, de sacudir as ideias dos dirigentes, de contribuir para a modernização do aparelho de Estado, revolucionar a Literatura, transformar o Mundo, as Letras, a *Polis*²⁰. Porque não pensar, no mesmo sentido, na possibilidade da existência de uma geração na Marinha Portuguesa, contemporânea de Eça, de Antero, Teófilo, que tenta nestes atribulados anos dar o seu contributo para a reforma da instituição? Que tenta agitar mentalidades?

Outro aspecto a reter, é a forma como surge o Clube Militar Naval, cuja sessão inaugural tem lugar num local simbólico da efervescência política e social da segunda metade do século XIX: o *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, sociedade erigida por iniciativa de obreiros da Confederação Maçónica Portuguesa²¹. Na verdade, alguns dos principais activistas do movimento republicano, como Carrilho Videira²¹, começaram por militar no “Centro Promotor”. O que há de comum entre todos estes acontecimentos?

De facto, toda esta actividade política e cívica tem sede em núcleos e centros associativos, que são simultaneamente sociedades de instrução, de recreio, de auxílio mútuo e de discussão ideológica²². O Clube Militar Naval insere-se, em grande medida, nesse conjunto de associações. Alguns de entre os seus fundadores não escondem a sua simpatia pelas novas ideias republicanas e militam, inclusive, em sociedades secretas como a Maçonaria. Tradição que se manterá até ao século XX.

As novas características assumidas pela sociedade, uma sociedade industrial, mais mecanizada, pulverizada por uma série de novos meios de comunicação, abundando as instituições financeiras, os diplomas legislativos, impõem uma nova mundividência, novos gostos, novas sensibilidades aos diversos grupos sociais. Os intelectuais, as corporações, as associações, desenvolvem as suas actividades profundamente influenciadas pelos novos tempos. Por exemplo, a corrente *positivista* que proclamava a *ordem* e *progresso* e a conciliação de classes é adoptada por um sector intelectual importante que a tomou como crença. Por outro lado, a democracia formal, o sufrágio universal (vedado a mulheres, restringindo-se a possuidores de determinada quantia de bens), a livre expressão de pensamento (embora restritiva em alguns pontos, entre eles a religião), a descentralização administrativa, são conquistas, ainda que ténues, alcançadas pelas sociedades liberais que triunfaram no Ocidente Europeu após a Revolução Francesa (1789).

Esta é uma época marcada, não esqueçamos, pela expansão das principais potências europeias, que ocupam militar e administrativamente a África e uma boa parte da Ásia. A segunda metade do século XIX conhecia, em paralelo, um crescimento da procura cultural, do número de autores e de instituições com vocação cultural. Após 1860 o crescimento irrompe mais vigoroso do que nunca²³, ao mesmo tempo que a liberalização política se expande. As condições de exercício das actividades intelectuais são definitivamente transformadas. A discussão entre indivíduos e grupos reveste-se de um quadro muito próximo de outros debates sociais suscitados pelos efeitos da urbanização e da industrialização. A alfabetização avança a bom ritmo nos países do sul da Europa, enquanto no norte ela já está definitivamente instalada. O ensino é diferenciado socialmente, mas um público potencial cada vez mais numeroso – clientelas geograficamente dispersas e socialmente diversificadas – lê jornais, compra livros, faz-se sócio de publicações periódicas. Desenvolve-se uma procura constante de produtos produzidos por um determinado grupo social que passa a viver de e para a escrita. O progresso da industrialização, por sua vez, permite o crescimento da tiragem de livros e periódicos a baixo custo. É uma autêntica revolução que está em curso, pela mesma altura em que um grupo de oficiais da Marinha funda um Clube Militar Naval, primeiro, e poucos anos depois uma revista.

Dois aspectos sobressaem na génese do Clube Militar Naval: 1) a questão das promoções; 2) a decadência da Marinha e a sua relação com as colónias²⁴. Não podemos deixar de intuir, nesta luta que se travava por meio de palavras, escritas e em discursos prolixos, que houve nitidamente uma tentativa de influenciar o poder e as suas decisões. São 125 os sócios fundadores do Clube, de diferentes classes e proveniências. Eram todos, como lembra A. Fontoura da Costa, provenientes da época áurea da vela.

Quadro 1
Sócios Fundadores

Classe	N.º
Oficiais de Marinha	96
Engenheiros Navais	2
Facultativos Navais	1
Oficiais da fazenda da Armada e empregados da Direcção Geral de Contabilidade naval e ultramar	21
Maquinistas Navais	4
Auditor de Marinha	1
Total	125

Fonte: Abel Fontoura da Costa, "Sócios Fundadores do Clube Militar Naval", *Op. Cit.* pp. 10-11.

A Marinha sentia-se ultrapassada, preterida, sem os meios suficientes para acorrer a todas as frentes, tanto na Europa como ao Império Ultramarino que se disseminava por vários continentes. As políticas de fomento postas em prática por Fontes Pereira de Melo²⁵, através de grandes obras públicas, implementadas desde o começo da década de cinquenta, e que estão na base do endividamento do Estado, não foram suficientes para renovar o aparelho produtivo nem contrariar o atraso técnico do país. As contradições no seio da sociedade não tardam a aparecer. O choque entre a explosão urbana, por um lado, e a vida campesina, por outro, dita as contradições com que o país se vai debater nas décadas subsequentes. Surge uma pequena elite, culta e letrada, que capta as influências estrangeiras, dirige os destinos da sociedade, que na sua maioria permanece analfabeta e remetida ao sector primário da economia, em locais onde não chegam os progressos da nova «civilização liberal».

Em cumprimento dos estatutos do Clube Militar Naval começou a publicar-se os "Anais" em finais de 1870. A abrir a revista uma declaração, que é a todos os títulos elucidativa: *"Cumpre à geração actual dos oficiais de Marinha relembrar os feitos heróicos e as acções dignas dos que os procederam; cumprir-lhes como membros de uma corporação científica, como cidadãos amantes da terra que os viu nascer, e da arma que os enobrece, não descurar os interesses da marinha que foi e deve ser a glória da Pátria; cumprir-lhes, finalmente, dar provas de que apreciam as questões científicas, e económicas que interessam de perto o bem estar da sua arma e a prosperidade do País."*

Inserindo-se nos movimentos sócio-culturais do seu tempo, a fundação do periódico convidava a relembrar e exaltar os valores pátrios, mas não esquecia as questões científicas. Esta elite militar, intelectual, científica, à semelhança do que sucedia noutros periódicos congéneres²⁶, procurava intervir na sociedade, assumindo a sua intervenção uma feição política e nacionalista.

No número 1 da revista, um dos problemas tratados é o da ligação regular por vapor entre Lisboa e os portos africanos. Sem dúvida, que é a questão colonial que está em discussão, por outras palavras, a dimensão imperial e ultramarina do país. O que será um tema recorrente no cem anos seguintes, dominando a agenda política do Estado português.

A influência, nestes anos iniciais de tiragem, que os artigos dos Anais do Clube Militar Naval, vão exercer nas decisões oficiais do Estado, é verdadeiramente surpreendente. Um bom exemplo é o caso dos contratos com as carreiras a vapor, efectuados em 1868 mas corrigidos pelo Governo no concurso de 1871²⁷.

Os primeiros números do periódico são dedicados, na sua maioria, a enumerar os problemas que mais afligiam a Marinha de Guerra. Avançam-se com propostas, e as soluções apresentadas são expostas e discutidas. Os

militares da Marinha, de uma maneira geral, estão unidos em torno de causas comuns²⁹. Numa sociedade dominada por lutas intestinas, oficiais-generais, oficiais – superiores e subalternos, sargentos e praças, juntam esforços, lutando em prol dos seus interesses, das suas carreiras, remunerações e condições especiais de prestação do serviço militar. Os fundadores do Clube Militar Naval e dos Anais do Clube Militar Naval³⁰ são homens com intervenção na vida pública. Deputados, intelectuais, técnicos com provas dadas. A sua acção cívica, exercendo cargos políticos, administrando parcelas ultramarinas, vulgarizando novos meios técnicos, conquista a simpatia e a admiração da sociedade. E tanto assim é que, logo em 1872 resolvendo o Governo participar na Exposição Internacional de Viena de Áustria, nomeia uma Comissão nacional, estando a Marinha representada por Carlos Testa (da Comissão de Redacção dos Anais do Clube Militar Naval) e pelo Conde de Linhares.

Porém, os dois representantes da Marinha apelam para um reforço da participação da sua Corporação, o que veio a acontecer através do Clube Militar Naval que elege a partir do seu interior um grupo constituído, além daqueles dois membros, por: Presidente, Joaquim José de Andrade Pinto; Augusto Sebastião de Castro Guedes; Francisco de Paula Ferreira de Mesquita; João Carlos Brito Capelo; Júlio César de Vasconcelos Correia; Francisco Vilares do Pinho; e António de Nascimento Pereira de Sampaio, o Secretário³¹.

Trabalhando a Comissão com afinco num guião da exposição, exarou-se daí as directivas quanto ao que deveria de ser uma Exposição Cultural de assuntos marítimos. A aceitação do documento foi tal que veio, de resto, a ser o documento orientador da Grande Comissão da Exposição de Viena de 1873³².

A difícil situação em que a Marinha se encontrava leva a que muitos dos consócios elaborem artigos de grande valia, transmitindo uma vontade insofismável de mudar o estado de decadência da Marinha nacional. Um dos grandes pensadores do poder naval no século XX, Pereira da Silva, conclui: *“Se as decisões governativas não corresponderam aos dignificantes esforços dos saudosos membros, de então, do nosso clube, foi porque as condições da nossa vida política e económica desse tempo não permitiram ou, para melhor dizer, porque a missão patriótica dos oficiais que tão denodadamente lutaram em favor do nosso poder marítimo, não foi devidamente compensada pelos meios superiores dirigentes da nossa política e da nossa admiração pública.”*³³

Estamos perante um período de grandes mudanças tecnológicas. É uma época em que se constroem grandes unidades navais, as maiores jamais vistas, empregando-se na sua construção materiais de uma revolução que se acelera no último quartel do século XIX. Procedia-se à introdução dos produtos originários da segunda Revolução Industrial: aços baratos, explosivos mais

potentes, a electricidade aplicada ao navio, a telegrafia sem fios, os torpedos e os motores de explosão. É uma “revolução” que se faz somente em duas décadas, como frisa o Professor António José Telo³³, com inevitáveis, e inevitáveis, implicações nos programas navais e nos orçamentos nacionais. Só as nações mais industrializadas e ricas, que rivalizam entre si pela hegemonia marítima, conseguem aumentar a tonelagem dos navios, reunir grandes esquadras e projectar a sua força nos oceanos. A Inglaterra e a França, potências que haviam disputado a hegemonia oceânica no século XVIII e na primeira metade do século XIX, já não estão sós. A industrialização acentuada de Estados como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos da América, explicam uma mudança no Sistema Mundial, que se dá entre o último quartel do século XIX e os primeiros anos dos séculos XX. Neste período, a *Royal Navy* vê a sua supremacia ameaçada. As chefias navais britânicas encerram algumas bases que têm dispersas por vários pontos do Globo, e concentram meios e forças no Mar do Norte, devido rearmamento naval alemão³⁴.

Em Portugal, pela lei de 21 de Maio de 1896 o denominado “programa Jacinto Cândido” é contemplado com 28000 contos para modernizar a Marinha³⁵. No ano de 1898 chegam ao país os navios que formam a Armada nacional nos próximos trinta anos. Num espaço relativamente curto, Portugal passa a contar com seis cruzadores, encomendados em diversos países, saindo uma das novas unidades dos estaleiros nacionais. São autênticos colossos – moda que ao tempo se vulgarizava entre as potências marítimas – sem qualquer uniformidade no tipo de máquinas, armamento e outro equipamento, o que passa a ser um quebra-cabeças para os serviços de logística da Marinha. É a modernização possível, pensada de forma desordenada, sem qualquer pensamento estratégico subjacente³⁶, num país que se debate com inúmeros problemas financeiros e sociais.

Construir e robustecer uma Armada, para um país tão dependente de tecnologia do exterior, tornou-se após a Revolução Industrial extremamente oneroso, logo bastante difícil de alcançar esse desiderato. Especialmente numa situação em que se regista um atraso económico da nação, face aos outros países europeus, com raízes profundas neste período³⁷ (segunda metade do século XIX). Interessa relevar, todavia, a capacidade de combate que a Marinha passa a ter com estes cruzadores e, anos depois, com a formação das unidades de torpedeiros e uma esquadilha de submarinos, a que se juntam lanchas a vapor e canhoneiras. Muitas destas operar nas colónias. As páginas dos “Anais” vão fazer eco dos desenvolvimentos técnicos que se estão a dar noutras Marinhas, e que eram agora introduzidos em Portugal com a vinda dos novos cruzadores. Muitos oficiais vão escrever sobre o vapor; sobre as novas esquadras; sobre administração e logística; construção naval;

Meteorologia; metalurgia; saúde “naval”; publicam-se os resultados de experiências, pioneiras, com modelos de submersíveis³⁰; aparecem estudos de cariz científico sobre Hidrografia, torpedos, electricidade, máquinas, artilharia.

Isto é, a Marinha e, em particular, os “Anais” difundiam novos métodos científicos e técnicos, alcançados no estrangeiro, através de estudos que têm o seu impacto dentro e fora da instituição naval³¹. É este “pequeno” poder naval no Portugal contemporâneo, afinal, que facilita a transição da sociedade portuguesa para a tecnologia da idade industrial³². Técnicas e ciências como a máquina a vapor, o trabalho dos metais, o uso do aço, a electricidade nas aplicações industriais, a TSF, os avanços que se dão na Meteorologia e a Astronomia e na Matemática chegam ao país por intermédio da sua Marinha. Repare-se que a unidade industrial mais desenvolvida que Portugal tem até ao fim do século XIX é o Arsenal da Marinha³³.

Para se ter uma ideia do grande desenvolvimento editorial que os *Anais do Clube Militar Naval* vão experimentar, atente-se na primeira década da sua existência (1870-1880). A média de páginas por publicação mensal é de 25, totalizando 300 páginas anuais³⁴. Passadas cinco décadas, em 1935, um tom o continha aproximadamente 1500 páginas, correspondendo a uma média mensal de 125 páginas e a um aumento de 500 % do seu volume. Por vezes surgiam problemas relacionados com o atraso da revista, o que não deixa de ser “normal” neste tipo de publicação. Problemas que se estendiam ao financiamento³⁵, outro assunto frequente neste tipo de publicação. Imprensa na Imprensa da Armada, concorrendo com outras publicações *oficiais*³⁶ que ali germinavam do prelo, não admira os seus atrasos habituais.

Dirigiam inicialmente a publicação, 5 oficiais, que formavam a Comissão de Redacção, órgão com certa autonomia na composição orgânica e executiva do Clube Militar Naval, que pelos Estatutos a Direcção lhes delega o encargo de preparar o periódico. Esse número foi aumentado para 12, por os redactores também acumularem o encargo de colaboração em muitos dos números que iam saindo do prelo. A Comissão de Redacção passou, assim, a eleger entre os seus vogais um Presidente e um Secretário, cabendo a este último todo o trabalho interno de estruturação e acompanhamento editorial da revista³⁷.

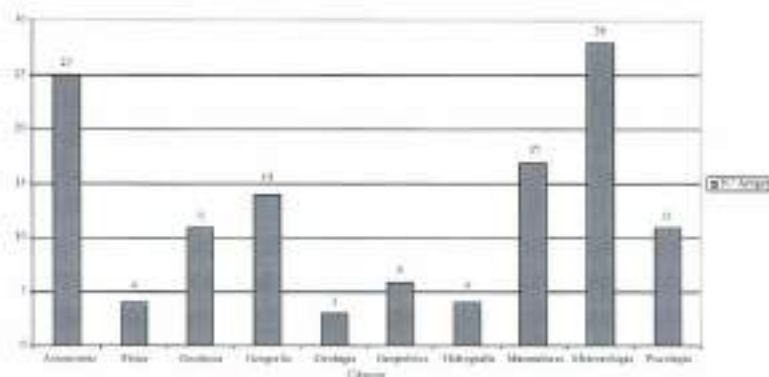
Atribuindo prémios a quem escrevia publicava trabalhos regularmente, os “Anais” tentaram incentivar, desde o início, a participação dos seus consócios e, caso o justificasse, o convite de pessoas não associadas. Alguns dos artigos publicados vieram a ser largamente aceites pela comunidade científica. São muitos os assuntos e matérias enumerar, que são tratados e estudados pelos autores que frequentemente entregam artigos para publicação. Os vários assuntos abordados por António Artur Baldaque da Silva (1852-1915); os artigos de Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (1844-1923) sobre Estratégia e

Defesa nacional; os estudos sobre os navios e a arquitectura naval de Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931); os escritos sobre História da Marinha de Vicente de Almeida D'Eça (1852-1929); os temas de Arqueologia Naval de Henrique Quirino da Fonseca (1868-1939); as abordagens de Gago Coutinho (1869-1959) e de João Brito Capelo (1831-1901) sobre os mais diversos assuntos de natureza naval; a «Marinharia dos Descobrimentos», um dos marcos do periódico na década de trinta, do Comandante Abel Fontoura da Costa (1869-1940); as análises de Estratégia de Pereira da Silva (1871-1943) e Botelho de Sousa (1876-1960); os textos técnicos e ensaísticos de Jaime Correia do Inso (1880-1967); e mais recentemente os estudos de António (1898-1976) e Joaquim Marques Esparteiro (1895-1976), Humberto Leitão (1885-1973), Teixeira da Mota (1920-1982)⁴⁶.

Muitos dos trabalhos publicados na revista passaram a constituir dissertações de referência da ciência e das letras portuguesas. O caso de Teixeira da Mota é exemplificativo. O seu primeiro trabalho é publicado em 1944⁴⁷. Membro da maior parte das comissões de redacção dos *Anais do Clube Militar Naval*, de 1945 a 1964, publicará artigos em “primeira-mão” na revista, fruto de comunicações a congressos ou colóquios internacionais. Tratará sempre com especial cuidado a sua participação na revista; publicará notícias sobre encontros científicos; dará para edição alguns dos seus textos – em certos casos antecipa a edição em língua portuguesa – que contribuem para a renovação da historiografia portuguesa⁴⁸.

Facilmente se entende, numa rápida observação dos gráficos I e II, que as ciências que mereceram mais estudos nos *Anais do Clube Militar Naval* são as que estão estreitamente associadas aos saberes e prática da vida do mar. Nos primeiros cem anos de existência dos “Anais”, aparece em lugar de destaque, a Meteorologia com 28 artigos; a Astronomia com 25 artigos; a Matemática com 17 estudos. O que corresponde a 24%, 20% e 14%, respectivamente dos artigos entregues para publicação durante um século. Estas três ciências perfazem, no total, 58% dos estudos que saíram naquela publicação⁴⁹.

Gráfico I
As Ciências nos *Anais do Clube Militar Naval* (1870-1970)



Um vasto grupo de Oficiais elege os *Anais do Clube Militar Naval* como “tribuna”, onde expõe o seu pensamento, divulga as descobertas científicas e técnicas, propõe programas políticos. Muitos intervêm de forma activa, exactamente, no combate político. Outros ficam-se pela escrita, pelas artes e pela ciência. Gago Coutinho, Quirino da Fonseca ou Fontoura da Costa encontram-se neste último grupo. Gago Coutinho é mesmo apontado como um exemplo acabado do “homem prático”, trabalhador incansável no Império português, delimitando as fronteiras de Angola e Moçambique, Timor e S. Tomé. Alguns, como Nunes Ribeiro (1878-1933), vulgarizam o uso de novas tecnologias, como a TSF. Outros, como Pereira da Silva e Alfredo Botelho de Sousa, elaboram soberbos textos sobre Estratégia Naval, como referido anteriormente. Alfredo Botelho de Sousa é deputado à Assembleia Constituinte de 1911, quando o Regime republicano é implantado, tal com o Nunes Ribeiro, Ladeslau Parreira, José Carlos da Maia³⁰. Líderes como Leotte do Rego provam os seus dotes de comando, defendendo as cores republicanas da nação. Em comum, todos, de uma forma ou de outra, têm um animado interesse pela Revista. Todos passaram pela Comissão de Redacção dos *Anais do Clube Militar Naval*³¹ deixando, na maior parte dos casos, soberbos artigos têm a ver com a “Cultura Naval”.

As diversas Comissões de Redacção tiveram no seu interior, justamente, ilustres académicos, membros de academias como a Academia das *Ciências de Lisboa*. Marx de Sori, Henrique Lopes de Mendonça, Avelino Teixeira da Mota (este último, já na segunda metade do século XX, ocupando a cadeira de Gago Coutinho), vão mesmo exercer funções executivas naquela Academia³².

Gráfico III
As Ciências nos *Anais do Clube Militar Naval* (1870-1978)



Mas não têm sido única e exclusivamente os oficiais de Marinha a escrever para a revista que fundaram em 1870. Com o passar dos anos os “*Anais*” foram-se abrindo ao exterior³³. Investigadores, cientistas, e nomes conceituados do mundo académico “registaram”, igualmente, os *Anais do Clube*

Militar Naval os seus textos. Jaime Cortesão (1886-1960)⁵⁴, eminente historiador da Expansão Portuguesa; Armando Cortesão (1891-1978)⁵⁵, o reconhecido historiador da Cartografia; Luís de Albuquerque (1917-1992)⁵⁶, matemático e historiador; Charles Ralph Boxer⁵⁷, reputado historiador dos Descobrimentos; ou Vitorino Magalhães Godinho (1917-)⁵⁸, o decano dos historiadores portugueses, deixaram estudos no periódico naval, o que traduz o elevado nível científico e reputação dos Anais do Clube Militar Naval.

III. O Poder Naval Português nos Anais do Clube Militar Naval: ideias e programas

No mesmo ano em que João Franco é nomeado pelo rei D.Carlos chefe de Governo⁵⁹, tem lugar na *Liga Naval Portuguesa*⁶⁰ um conjunto de conferências, cujos objectivos se centravam na elaboração de um diagnóstico sobre a situação em que se encontrava a Armada, e no estabelecimento de um plano de reformas a aplicar às estruturas navais do país. Jovens tenentes, por iniciativa do Clube Militar Naval, entre os quais se encontravam membros da Comissão de Redacção da sua publicação periódica, foram convidados a participar e a avançar com propostas e ideias⁶¹.

Alguns conferencistas destacaram-se, quer pela qualidade das palestras, quer pela forma incisiva e convincente como defenderam as suas posições. Uma ideia perpassava por entre os vários discursos: “a íntima relação que existe entre a marinha militar e o desenvolvimento de um dos mais importantes factores de riqueza publica: o comércio.”⁶² Havia, pois, a convicção de que era através do mar que o país se tornaria próspero, proporcionando bem-estar à sua comunidade. Outro dos argumentos, presente nas comunicações destes oficiais, era o de que, para uma defesa adequada do Estado português, seria necessário uma Marinha poderosa; que tivesse capacidade de destruir esquadras inimigas no alto mar, impedindo-as de alcançar a longa costa lusitana. Subjacentes a este pensamento estão as teorias do almirante americano Alfred T. Mahan⁶³ sobre o *Poder Naval* que, para estes “homens do mar” do início do século XX adquirira indiscutível autoridade.

Com efeito, os escritos de Mahan eram de leitura obrigatória. Propiciando, de facto, um aparelho teórico-crítico⁶⁴ sugestivo na abordagem aos problemas e às temáticas de âmbito naval. As ideias do oficial americano assentavam em pressupostos que defendiam, em caso de conflito, o aniquilamento do poder marítimo dos inimigos, havendo para isso a necessidade de uma poderosa marinha de guerra, de projecção oceânica, claro está, para negar ao adversário o domínio de pontos estratégicos, impedindo-o de tomar a iniciativa e uma acção decisiva, ao mesmo tempo que poderia manter livre,

e aberta, a navegação e o comércio marítimo. Havia a ideia que o Poder Naval servia para obter o controlo da actividade humana no mar, que tem, nessa óptica, uma influência decisiva em terra.

Uma das valências destas teorias era a de associar os assuntos nacionais e internacionais, formando um vasto campo de análise, no seio do qual o factor naval dispunha de um lugar proeminente. Em Portugal pensava-se, nomeadamente entre os quadros médios e superiores da Armada, ou em sectores a ela ligados, que a regeneração da esquadra fomentaria a produção de riqueza: dos recursos marítimos, industriais e agrícolas do país. E seria no domínio do mar que se encontrava a chave, a explicação, para a ruína e o desastre de alguns impérios ou, em sentido contrário, a glória e o poder de outros.

O uso dos conceitos operatórios apresentados por Mahn na sua obra, estendera-se tanto à compreensão do presente como à forma como passado passou a ser estudado e abordado. O tenente José Torres, um dos elementos desta nova geração, dá-nos na perfeição o quadro de ideias dominantes, na primeira década do século XX.

*"Desde a Influence of the sea power upon the history até ao Problema Naval portuguez todos os escriptores navaes se occupam do assumpto com mais ou menos extensão e comprehende-se que, concentrados nos mares as atenções mundiais, por serem elles os pontos designados onde mais tarde ou mais cedo se chocarão os interesses de todas as nações [...] é por isso que um assumpto que há trinta annos era totalmente desconhecido tem n'esse curto periodo de tempo sido alvo do mais attento estudo e escrupuloso exame."*⁶⁸

Importa referir, mais uma vez, que a influência do Clube Militar Naval e dos "Anais" progredia em várias frentes. Em sessão de 19 de Fevereiro, a assembleia-geral do "Clube" aprovava uma moção em que apelava a todos os consócios, com assente nas duas câmaras do Parlamento⁶⁹, sem distinção de partidos, que conjugassem esforços para que a *"marinha portugueza possua os elementos indispensáveis no cumprimento da missão, que o paiz lhe confiou."*⁷⁰ O almirante Ferreira do Amaral, um «Par» do Reino que será presidente do Ministério após o Regicídio, é um dos que junta esforços aos consócios que, independentemente das suas simpatias ideológicas, pugnam pelo ressurgimento naval português. O Almirante que confessava dever *"a quase todos os camaradas da nossa marinha de guerra a mais amável consideração e a mais benévola estima [...]"*, iria na Câmara dos Dignos Pares, na discussão do projecto conhecido por "campo entrincheirado" argumentar a favor da Marinha, tentado dessa forma influir na decisão do Governo⁷¹. Defendendo uma esquadra de combate que evitasse *"a divisão do nosso exército, que não poderá resistir à invasão pela raia seca [...]"*, concluía que

*"[...] tudo pelo mar recebemos, e de tudo ficaríamos privados, se as rotas do mar nos fossem interditas."*⁶⁹

É neste ambiente favorável à problematização dos assuntos navais, que surgem planos detalhados para renovação da esquadra portuguesa. O futuro da Armada nacional está em discussão, durante as primeiras décadas do século XX: esquadras a manter; estaleiros para a construção dos navios; a localização geográfica de futuras bases navais; planos estratégicos para elaborar. Nem a implantação da República em 1910, abrandará as iniciativas, e as propostas concebidas na fase final da Monarquia não perdem fulgor.

Na viragem do século XIX, a Marinha é uma força armada em mudança acelerada. Ao folhearmos as primeiras páginas do relatório elaborado por Machado Santos, sobre a Revolução de 5 de Outubro de 1910, ficamos com uma ideia do clima de conspiração que se vivia nas fileiras "navais" no Verão de 1907. Escreve o "revolucionário":

"Em agosto de 1907 o capitão-tenente João José Lúcio Serejo Junior procurou-me na comissão de compras de Marinha, para me falar sobre a marcha dos negocios publicos e o desaforo da dictadura de Franco."

*Mal imaginava então que, só 4 annos depois, se poderia levar à prática o que n'esse momento se começou a esboçar."*⁷⁰

De 1908 em diante a Carbonária passa a dominar a Armada. Trinta oficiais, de guarda-marinha a vice-almirante, trabalhavam com a *organização* secreta. Nos navios e no Quartel de Marinheiros, praticamente todos os sargentos, cabos, marinheiros e grumetes já haviam feito o seu juramento de fidelidade à Carbonária Portuguesa⁷¹.

Vários são os factores que concorreram para esta adesão em massa. O descontentamento com a progressão nas carreiras, os baixos ordenados e a carestia de vida; o estado em que os navios se encontravam. Acresce que os estaleiros navais se tornaram um grande empregador de um operariado assalariado; a complexidade administrativa da Marinha aumentara, tal como a gestão dos processos burocráticos. Machado Santos defendeu, que *"Liberaes e mesmo republicanos, eram quasi todos os officiaes da Armada, mas não no exército não se dava o mesmo."*⁷² Há quem se refira a uma "Marinha Republicana", força armada onde o espírito de corpo mais se fazia sentir, mantendo-se os officiaes à parte, sempre muito juntos, muito orgulhosos e distantes, em festas e cerimónias officiaes⁷³. O Professor António Telo⁷⁴ enumerou três causas que terão levado a Marinha a aderir em força à causa republicana: a) a Marinha está mais concentrada que o Exército; b) a carreira da Marinha exige mais conhecimentos técnicos de que o Exército, sendo recrutados elementos das classes baixas urbanas, permeáveis à propaganda republicana; c) A Marinha é, por norma, um baluarte das ideias liberais mais

avanzadas nas Forças Armadas, o que terá que ver com as ligações mais assíduas ao estrangeiro.

Para se ter uma ideia de como o Clube Militar Naval se inseria na “caminho” dos oficiais revolucionários observe-se o clima que se vivia no dia do Regicídio. Nessa noite trágica de 1 de Fevereiro de 1908, toda a gente fugiu. Segundo Machado Santos, estando no Rossio com o Almirante Cândido dos Reis, Moura Braz e Tito de Moraes, dirigiram-se para o Clube Militar Naval. Aí Cândido dos Reis terá tentado recrutar mais elementos para a causa que defendia⁷⁵. Diga-se em abono da verdade, que a oficialidade da Armada, especialmente nos escalões subalternos, esteve bem presente na Revolução, entre outros: José Carlos da Maia, Sousa Dias, Guilherme Rodrigues, Costa Gomes, Mariano Dias, Guilherme Rodrigues, Mariano Martins, Augusto Costa, Vasconcelos e Sá, Tancredo de Moraes, Moura Braz, Mendes Cabeçadas Júnior, Fiel Stockler, Tito Augusto de Moraes, Ladislau Parreira. Muitos de entre estes oficiais vieram a ocupar posições de relevo na instituição, tomam posse, em 1910-1911, de altos cargos e ocupam lugares de deputados no Congresso da República. Na sua maioria são oriundos dos centros urbanos, oriundos de famílias que já não correspondem ao padrão nobre e aristocrático das décadas anteriores⁷⁶.

O processo profundo de mudança tecnológica dos navios de guerra, forçado pelas transformações industriais, tem implicações na arquitectura e construção naval, nos sistemas de propulsão, no armamento, na formação e qualificação do pessoal⁷⁷. Os republicanos desejam uma esquadra moderna, é certo. Uma das primeiras medidas do Governo Provisório, em Janeiro de 1911, é nomear uma «grande comissão» que incluía para cima de quarenta oficiais. A maior parte são baixas patentes, primeiros e segundos-tenentes, mas que não regateiam esforços na preparação de um documento que estabeleça as directrizes com que se pretende orientar a futura organização da Marinha. Fernando Pereira da Silva, que se destaca como estratega e pensador da Corporação durante as três primeiras décadas do Século XX, é o relator; Álvaro Nunes Ribeiro, um “simples” 2º tenente, é o secretário da Comissão. O que saiu dessa ampla discussão? Que propostas? O que ficou estabelecido para o futuro? Infelizmente, não nos chegou quaisquer actas ou relatórios da magna Comissão. A melhor via será, certamente, captar o pensamento e a acção de cada um dos vogais; outra, a de seguir os textos escritos em órgãos de informação ou revistas especializadas pelos intervenientes; uma outra ainda, proceder à análise de projectos individuais, caso consigam ser localizados. Seja como for, os homens da Marinha⁷⁸ estão na primeira linha dos desenvolvimentos políticos da debutante República Portuguesa.

Nestes anos, assistindo-se a uma transição de regime político, e em que

irrompe um profundo debate na Corporação, acerca da ressurgimento naval português, a discussão é acesa entre os vários grupos que dominam o poder, e que formavam a nova elite dirigente, cada um defendendo o seu modelo ideal de Marinha. Os *Planos* sucedem-se, mas os cofres exauridos da jovem República não deixam muita margem de manobra para gastos e despesas com a *Defesa Nacional*. As compras e as construções são mínimas. Projectos e planos ambiciosos não passam do papel. Os *Anais do Clube Militar Naval* espelham mais uma vez o confronto de ideias e projectos que são lançados pelo país e pela sua classe dirigente.

Até 1898, sensivelmente, a Marinha tem o maior contingente militar em África: um dispositivo operacional (em pessoal e navios) que é decisivo nas campanhas de *pacificação*⁷⁹. Entretanto, factores coevos contribuem para romper o equilíbrio nas relações internacionais. Se o conceito de «esquadra fortaleza» cede o lugar ao conceito de «poder naval», proposto por Alfred Mahan, não é menos verdade que se assiste a uma corrida naval, por parte dos vários países europeus e americanos. Surge uma competição feroz entre as principais potências, nos anos que precedem a 1ª Guerra Mundial⁸⁰. O clima de confronto que se vive desemboca numa política de alianças e na construção de *blocos* que se olham com desconfiança. Entre 1907 e 1914 sucedem-se as crises, os conflitos, as guerras que varrem o Mediterrâneo de um extremo ao outro. Bons exemplos encontram-se em Marrocos e nos Balcãs, onde o nacionalismo, especialmente neste último caso, está muito activo. É o equilíbrio entre grandes potências que está em jogo e, não menos evidente, são os impérios (Alemão, Turco e Austro-Húngaro) a tentar sobreviver aos novos tempos⁸¹.

Rapidamente, os governantes republicanos apercebem-se da urgente necessidade de modernizar as forças navais da nação. Até porque reconheciam os serviços inestimáveis, prestados à causa republicana, dos navios estacionados no Tejo durante os acontecimentos revolucionários de 4 para 5 de Outubro de 1910. Os dirigentes republicanos vão dando conta que o poder político não se consolida sem a salvaguarda do domínio da costa, de onde provém o apoio em caso de necessidade, mas também a riqueza, por contra-ponto à fronteira terrestre com Espanha monárquica.

Os portos de abrigo, as enseadas, a vasta costa atlântica são essenciais. Norma que terá de ser entendida por qualquer poder político em Portugal. Será quase impossível subsistir sem o domínio da costa, onde assenta a sua sobrevivência, quer em termos económicos, político – diplomáticos ou mesmo financeiros e militares. Sem essa saída/entrada, o país fica estrangulado, asfixiando-se por si⁸². Mas o problema, quase contínuo, da falta de meios; a situação decadente a que chegara a Armada; o rearmamento progressivo da velha rival, Espanha; e as reais necessidades do país, obrigaram, quase sem-

pre, a uma reflexão, permanente sobre o papel de Portugal num novo mundo industrial; mundo esse que se impunha pela força da inovação tecnológica. Havia mesmo a consciência de que a reflexão sobre os problemas navais era necessária e pertinente, não podendo ser adiada, como é bem patente na seguinte passagem:

“Muito se tem escripto ultimamente sobre a organização naval, e com isso tem ganho a corporação da Armada, não só confirmando as tradições de que gosa, fazendo sobresahir o seu estudo e a boa vontade de servir o paiz, mas tambem por ter apresentado claramente a situação em que se encontra e do que carece, para corresponder ao fim a que a destina o paiz, perante o qual é responsável.”⁴¹

O pensamento do almirante americano Alfred Mahan, como já referimos, domina por completo o desenvolvimento naval das grandes e pequenas potências marítimas, nos tempos que antecedem a 1ª Guerra Mundial. Os seus conceitos de: “defesa de costa”, “concentração de forças”, “esquadra”, “domínio do mar” e, sobretudo, “poder naval”, inspiram a reflexão acerca da quantidade, qualidade, acção e objectivos das forças navais.

Ao se analisarem as posições defendidas por Nunes Ribeiro, Pereira da Silva, José Carlos da Maia, Bruto da Costa, ou Alfredo Botelho de Sousa, registadas nos “Anais”, sobre a questão naval, encontramos na sua base a lição de Alfred Mahan. Parece-nos óbvio. Para destruir as esquadras inimigas é necessário poder de fogo e um agrupamento de navios, formado por grandes unidades (dreadnoughts, cruzadores), bastante potentes, que dominassem o mar e os principais pontos estratégicos, mantendo livres as suas comunicações, mas bloqueando as linhas de abastecimento e os portos do adversário. Seguindo de perto os escritos do almirante americano sustentava-se que os portos defendiam-se por si próprios – contrariamente os que, como Aires de Ornelas, ministro da Marinha e Ultramar na Monarquia, aprovavam o uso de submarino, torpedeiros e canhoneiras para esse fim – sendo a área de actuação da marinha de guerra o mar aberto, os navios inimigos que serão perseguidos como presas e destruídos. Nesse intuito, as esquadras deveriam ser poderosas, móveis, providas de sentido ofensivo, tornando-se os mais determinantes elementos da guerra naval⁴². O grande objectivo de qualquer Marinha é controlar o mar; questão que não se resume à problemática naval, mas que entra em linha de conta com factores de cariz mais vasto; de política e segurança nacional, que implicam a mobilização de recursos humanos e materiais de um país. A base de qualquer estratégia seria, precisamente, *“as forças vitais do paiz, da sua capacidade produtiva, da sua força expansiva, que determinam a precisão do estudo dos objectivos nacionaes, que podemos traduzir pela formula: saber que é que o paiz quer e pôde realizar.”*⁴³

Em 1915, a 14 de Maio, Lisboa é palco de uma revolta armada. A Marinha, através de uma força naval estacionada no Tejo, e de forças que se encontram barricadas no Arsenal e na Baixa, revolta-se contra o Governo do general Pimenta Machado. Formando um só corpo, a Armada derruba o executivo⁸⁶. É, sem dúvida, uma vitória da corrente atlantista, marítima, em outros séculos também vencedora⁸⁷, que quer entrar na *Grande Guerra* ao lado da Inglaterra e defender as possessões africanas das ambições germânicas.

A partir de 1916, com a entrada do país na guerra, a Marinha transportará tropas para a França e África; patrulhará o Atlântico, vendo mesmo algumas das suas unidades atacadas e abatidas. Com dificuldades, postas por uma situação política interna delicada e uma crise financeira⁸⁸ de “longa duração”, Portugal participava ao lado das potências aliadas numa guerra pela primeira vez *mundial*. A Marinha, pobre de recursos, com uma esquadra envelhecida empenha-se na luta. Findo o conflito, muitos dos seus militares são distinguidos pela República, e participam na negociação das indemnizações de guerra que reverteriam para Portugal. Alfredo Botelho de Sousa, conhecido consócio do Clube Militar Naval, é um dos oficiais escolhidos para se deslocar a Versalhes, à Conferência de Paz, em finais de 1918⁸⁹.

Fernando Pereira da Silva, Ministro da Marinha entre Dezembro de 1923 e Junho de 1926, colaborou amplamente, desde o princípio do século XX, com o *Anais do Clube Militar Naval*, enriquecendo as suas páginas com trabalhos que versavam sobre estratégia, segurança, estrutura de forças, organização e formação⁹⁰. A partir de 1924 há como que uma alteração no pensamento deste estratega, melhor, um ajustamento de posições. No seu artigo “Política naval e política naval portuguesa”, conclui que sendo muito oneroso para Portugal pôr em prática um programa de base mahaniana, com navios poderosos, deveria a marinha possuir flotilhas ligeiras, não para disputar o controlo do mar, mas para dificultar aos poderes hegemónicos esse controlo⁹¹. Anos antes, Pereira da Silva discordara de Leotte do Rego, que propunha unidades como contratorpedeiros para equipar a Armada⁹². A intervenção política e pública de certos oficiais de Marinha, põe em relevo os confrontos de opinião que reinavam no interior da instituição, numa fase da vida política do país em que as próprias Forças Armadas se encontravam divididas⁹³. O debate continuou nos anos seguintes, nos “Anais” e no Clube Militar Naval, que ia entretanto ampliando as suas estruturas. Em 1873 constavam 165 sócios entre os associados; trinta anos mais tarde, em 1904, o número duplicara, crescendo até aos 358 efectivos. À passagem do Centenário o número de sócios ultrapassava os 1100⁹⁴. Consócios como Wenceslau Moraes (1854-1929), escritor, diplomata, emigrante em “terras do

sol nascente”, não deixam de publicar os seus textos na revista, demonstrando, em parte, um empenhamento na sua viabilidade e no seu prestígio, desde sempre, por parte dos associados.

Por sugestão da Comissão de Redacção dos *Anais Clube Militar Naval*, em 1930, terão lugar “conferências técnicas”, com o objectivo de repercutirem junto da sociedade o “problema” naval. As palestras teriam lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa e na sede da Liga Naval. No curto espaço de três meses e meio fizeram-se 14 conferências, publicadas em volume. Muitos dos exemplares editados foram oferecidos aos ministros: da Instrução, do Interior, das Colónias, da Guerra e dos Estrangeiros. Uma Comissão acompanhou toda a divulgação. Desse grupo faziam parte: Pedro Azevedo Coutinho, Jaime Monteiro, Almeida Henriques, Lopes Vilarinho, Sousa Vilarinho, Sousa Ventura, Silva Júnior, Mendes Barata, Pereira da Silva, Gago Coutinho, Afonso Cerqueira, Mariano Martins, César Ferreira, Taborda Ferreira, António Augusto Fernandes, Ferreira David, Fronteira e Silva, Amorim Loureiro, Pinto da Costa, Pereira Bastos, Gomes Namorado, Sousa Mendes, António Augusto de Almeida, Ramos Pereira. O Clube viria também a organizar nesse ano a “Exposição da Marinha”, na Sala do Risco, evento precursor do “Dia da Marinha”, cujo presidente era Gago Coutinho, os vogais Tito de Morais, Quirino da Fonseca e Cisneros e Faria, o Tenente-Coronel Licínio Catarino Lima, o engenheiro Pereira Bastos e o funcionário do Arsenal José Augusto de Vasconcelos.

Todo este trabalho ia dar os seus frutos. Pelo decreto n.º 1863 de 17 de Julho de 1930, o Governo aprova o plano naval, que vinha responder às ânsias, desejos e ambições por que se tinham batido durante anos nos *Anais do Clube Militar Naval* grande número de oficiais. “*A iniciativa do Clube Militar Naval foi um êxito estrondoso.*”⁹⁶ Não tardaria a chegar ao Tejo as novas unidades navais. Uma nova Armada estava finalmente a erguer-se, com base num plano de construções navais conhecido por “Programa Magalhães Corrêa”. Mas como assinalou Joaquim Paço d’Arcos, louros e aplausos não caberiam ao ministro da Marinha que traçara o plano. Com o correr dos anos, é o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, que passou a ser o restaurador da Marinha de Guerra⁹⁷.

Quadro II

N.º de Artigos dos Mahanistas nos *Anais do Clube Militar Naval*⁹⁸

Autores	N.º de artigos
Fernando Pereira da Silva	57
Alfredo Botelho de Sousa (1876-1960)	55
Manuel Bruto da Costa (1870-1953)	11
José Torres (1882-1938)	6

Considerações Finais

Entre o último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX irrompe, com grande fulgor, uma discussão nacional em torno do *ressurgimento* naval português. Vários planos navais são propostos. Reveste-se de particular significado o de 1911, após a nomeação de uma comissão com várias de dezenas de oficiais, que em 1911 estuda o rumo a imprimir à Corporação.

Há oficiais que, pelo empenho e trabalho que demonstram, sobressaem da magna assembleia. Desde logo o relator, Fernando Pereira da Silva, que viria a ser um categorizado ministro da Marinha na I República. O secretário da Comissão é Nunes Ribeiro, um distinto oficial de Marinha, que deixou a sua marca bem presente no desenvolvimento das radiocomunicações na Armada, ou Alfredo Botelho de Sousa outro estudioso dos assuntos marítimos.

Sabe-se que as Forças Armadas dependem, quer seja no campo tecnológico, quer seja no recrutamento de recursos humanos, da sociedade onde se integram⁸. Quer isto dizer que, por muita boa vontade que a I República dispusesse para prosseguir com grandiosos planos navais faltaria, por certo, capacidade tecnológica e sobretudo financeira. Em suma, «o plano de 1911» defendido pelos *mahanistas*, ficava para lá das possibilidades do país, obrigando necessariamente a um desequilíbrio de recursos insuportável.

A discussão que foi mantida durante as três primeiras décadas do século XX foi necessária, e desembocou no início dos anos trinta no chamado “programa Magalhães Correia”. As ideias, os planos, as estratégias apresentadas geraram um amplo debate. Os *Anais do Clube Militar Naval*, que saíram pela primeira vez do prelo em finais de 1870, foram dando a conhecer esse debate à sociedade. Nas suas páginas escreveram os mais distintos oficiais da Corporação e, a convite da Comissão de Redacção, algumas personalidades de relevo da cultura e do meio científico nacional.

Desde meados do séc. XIX que alguns oficiais da Armada começam a integrar importantes missões científicas e a ocupar posições de destaque em várias instituições coloniais e ultramarinas. As propostas para a renovação da esquadra e a reforma da própria Marinha sucedem-se num clima de contestação e apelos à *regeneração* do país, motivado sobretudo pela superioridade económica, técnica e científica das novas potências industriais, que disputavam com Portugal vastos domínios territoriais em África. As lutas travadas sob a capa da legitimidade histórica, arrastavam consigo a memória nacional e as estratégias coloniais⁹, incidindo os debates, quase sempre, sobre o passado nacional e os feitos ultramarinos.

Pela mesma altura em que endurece o combate em torno da legitimida-

de e dos direitos históricos que Portugal tem para construir um Império em África, surge, na viragem do século XIX para o XX, um notável rol de historiadores / marinheiros. Vicente Almeida d'Eça (1852-1929), Tancredo de Morais, Alfredo Botelho de Sousa, Quirino da Fonseca (1863-1939), Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), Braz de Oliveira, L. Morais e Sousa, Gago Coutinho (1869-1959), Abel Fontoura da Costa (1869-1940). Esta plêiade de homens esclarecidos, com larga experiência de mar, abre uma vaga de novas interpretações, para uma boa fatia temporal da História de Portugal. Alguns, como Gago Coutinho, não se limitam ao campo historiográfico, e alargam a sua produção a outros domínios científicos, em áreas do conhecimento associadas ao mar: geodesia, hidrografia, meteorologia, estratégia, cartografia, construção naval. Seria muito redutor, se os estudos se ficassem pela História. Os artigos publicados pelos "Anais" vão muito para além disso. Tocam matérias de índole científico e técnico, divulgando práticas e métodos de ponta que muito interessavam ao país.

Por fim, começa a notar-se na segunda metade do século XIX, à volta de colectividades como a Associação Naval Marítima e Colonial, a Liga Naval Portuguesa e o Clube Militar Naval, redes de sociabilidade entre os profissionais da Marinha⁹⁰ que cultivam a discussão, a leitura e a escrita – nomeadamente nos periódicos daquelas instituições – de múltiplas matérias. Imbuídos de um espírito prático, ainda que dentro de determinados modelos nacionalistas, o que era normal para a época, conhecedores das técnicas de navegação antigas e modernas, com formação matemática, abertos à novidade e à prática científica, esses polígrafos impuseram inovadores métodos de análise em diversas áreas do saber, não deixando de influenciar o *poder* e o progresso científico do país.

Notas

¹ Cf. Manuel Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p.33.

² Grosso modo, as transformações começam a dar-se com maior rapidez nos fins da década de 80 do século XX, coincidindo com o colapso da União Soviética e as reformas *neo-liberais* introduzidas por governantes como Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

³ Encarada aqui como a participação em colectividades, associações, em actos de natureza pública, etc.

⁴ Espírito corporativo e elitista, diga-se em boa verdade, Este grupo de homens, oficiais de Marinha, é, de facto, uma elite que faz parte dum "corpo" mais vasto que é a sociedade. Uma sociedade na sua grande maioria analfabeta e rural.

⁵ João Freire, *Homens em Fundo de Azul Marinho. Ensaio de Observação Sociológica sobre Uma Corporação nos Meados do Século XX: a Armada Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora, 203, p.99.

⁶ Alexandre Manuel Ribeiro Cartaxo; António Costa Canas. "Anais do Clube Militar Naval.

que futuro?", *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXX, Abril – Junho 2000, pp. 255-586.

⁷ Cadetes e Oficiais dos quadros permanentes.

⁸ Alexandre Manuel Ribeiro Cartaxo; António Costa Canas, "Anais do Clube Militar Naval, que futuro?", *Anais ...*, p.272.

⁹ Idem, *Ibidem*, p.284.

¹⁰ Max Weber, *Economia y Sociedad* (Wirtschaft und Gesellschaft, Grundriss der Verstehender Soziologie, Tübingen, 1922), Buenos Aires-México, Fondo de Cultura Económica, 1944, p. 43.

¹¹ V. Alexandre Ribeiro Cartaxo, António Duarte Costa Canas, Helena Sofia Braga, "Origens do Clube Militar Naval", *Anais do Clube Militar Naval*, Volume CXXXIX, Julho-Setembro, 1999, pp. 457-497, p.472.

¹² Para uma comparação de datas e factos, de 1865 a 1871, V. João Medina, *Éça de Queiroz e o seu tempo*, Lisboa, Livros Horizonte, imp. 1972, pp. 41-102.

¹³ Sobre a "Questão Coimbrã", Cfr. António José Saraiva, Oscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 7ª Ed. Corrigida e Actualizada, Porto, Porto Editora, [s.d.], pp. 896-898.

¹⁴ Cfr. João Medina, *A Geração de 70, uma Geração Revolucionária e Europeísta*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 1999, pp. 24-25.

¹⁵ Amadeu carvalho Homem, "A Propaganda Republicana durante a Monarquia Constitucional", *Da Monarquia à República*, Braga, Palimage Editores, 2001, pp. 13-25, p.14.

¹⁶ Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Veja, 1983, p.82.

¹⁷ "Geração de 70": neste caso tem muito mais que ver com a década de 70, do que propriamente com o ano de 70. V. João Gaspar Simões, *A Geração de 70*, 2ª Ed., Lisboa, Editorial Inquérito, [s.d.], pp. 55-64.

¹⁸ Ordenam-se por ordem de antiguidade, quanto ao seu nascimento: a *Morskoi Sbornik* – 1848 (Rússia); *Revista Marítima Brasileira* – 1851 (Brasil); *Revue Maritime* – 1866 (França); *Rivista Marittima* – 1868 (Itália); *Anais do Clube Militar Naval* – 1870 (Portugal). À frente da *U.S Naval Institute Proceedings* – 1873 (Estados Unidos); e do *Boletín del Centro Naval* – 1882 (Argentina).

¹⁹ João Medina, *A geração de 70, uma Geração Revolucionária e Europeísta*, pp. 27-28.

²⁰ Alexandre Ribeiro Cartaxo, et. al, "Origens do Clube Militar Naval", [...], p.478.

²¹ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal*, – da formação ao 5 de Outubro, 2ª edição, Lisboa, Editorial de Notícias, 2000, p.23.

²² Ide, *Ibidem*, p.20.

²³ Christophe Charle, *Les Intellectuels en Europe au XIXe Siècle. Essais d'histoire compare*, [s.l.], Éditions du Seuil, 1996, pp.144-145.

²⁴ Alexandre Ribeiro Cartaxo et.al., "Origens do Clube Militar Naval"..., pp. 481-484.

²⁵ Este período, que ficou conhecido por «Regeneração», e que assistiu a um vasto programa de obras públicas, foi fortemente influenciado pelas condições propícias do sistema económico internacional: canalizam-se para Portugal fluxos financeiros, aplicados no financiamento do crescente défice do Estado e do crónico défice da balança comercial. V. António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p.62.

²⁶ Estamos-nos a referir à Revista Militar. V. José Luís Assis, *Ciência & Técnica na Revista Militar (1849-1910)*, Coimbra, Caleidoscópio – Edições e Artes Gráficas, SA., 2005, pp. 24-23.

²⁷ Alexandre Ribeiro Cartaxo et al, "Origens do Clube Militar Naval"..., p.492 e ss.

²⁸ A. Emílio da Silva, "Origens e primeiros passos do Clube Militar Naval", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo LVII, n.º 7 e 8, Julho-Agosto, 1937, pp. 565-600, p.577.

²⁹ A primeira Comissão de Redacção é composta por cinco membros: Carlos Testa (1823-1891), Mariano Ghira (1827-1877), António Filipe Marx de Sori (1833-1914), António Eleutério Dantas (1834-1882), João Maria Esteves de Freitas (1835-1915). Todos vultos proeminentes da Corporação: os dois primeiros professores distintos, Marx de Sori, escritor, Eleutério Dantas, governador de Angola, finalmente Esteves de Freitas, comandante da Escola de Torpedos de Paços de Arcos. V. Abel Fontoura da Costa, "Sócios fundadores do Club Militar Naval", *Anais*

- do Clube Militar Naval, N.º Comemorativo do 70º Aniversário da Fundação do Club Militar Naval, (1866-1936), Outubro a Dezembro de 1936, Tomo LXVI, 1936, p.10.
- ³⁰ Tomaz Augusto Centeno, "Evolução dos "Anais" do Club Militar Naval", *Anais do Clube Militar Naval*, Julho a Setembro de 1936, Tomo LXVI, n.º 7 a 9, pp. 231 – 263, pp. 240-241.
- ³¹ Idem, *Ibidem*, p.241.
- ³² Pereira da Silva, "Os nossos "Anais" e a sua Evolução", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo LXVII, n.º 1 a 6, Janeiro a Junho de 1937, pp. 1-19, pp. 9-10.
- ³³ António José Telo, *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974* (Tomo I), Lisboa, Academia da Marinha, 1999, pp. 133-135.
- ³⁴ V. Paul Kennedy, *The Rise and Fall of British Naval Mastery*, 3ª ed., London, Fontanapress, 1991, pp. 257-266.
- ³⁵ Idem, *Ibidem*, p.176.
- ³⁶ Idem, *Ibidem*.
- ³⁷ V. Jaime Reis, "O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)", *Análise Social*, vol. XX(80), 1984, p.7 ess.
- ³⁸ Policarpo José de Azevedo, "Sobre as experiências do Peral", *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo XX, pp. 269-276, pp. 404-409.
- ³⁹ Isso mesmo é testemunhado por Pereira da Silva, *Op. Cit.*, p.11.
- ⁴⁰ Constatação de António José Telo, *História da Marinha Portuguesa*, p.XV.
- ⁴¹ Seguimos a enumeração de António José Telo, *Ibidem*, pp. XV-XVI.
- ⁴² Pereira da Silva, *Op. Cit.* p. 10.
- ⁴³ Sobre estes assuntos, Tomaz Augusto Centeno, "Evolução dos "Anais", p.246 e ss.
- ⁴⁴ Código Internacional de Sinais, Arquivo Histórico da Marinha, Ordens da Armada, Listas de faróis, Relatórios, manuais de navegação, etc, Estamos-nos a referir à década de 30 do século XX. V. Idem, *Ibidem*, p. 260.
- ⁴⁵ Como estas funções são levadas a cabo em paralelo com a actividade profissional, verificou-se que o Secretário teria ser ajudado nas funções administrativas, nomeando-se então, inicialmente, um auxiliar.
- ⁴⁶ V. "Índice dos Anais do Clube Militar Naval 1870-1970", *Anais do Clube Militar Naval*, Volume CIX, tomos 10 a 12, Outubro a Dezembro de 1979; "Índice dos Anais do Clube Militar Naval 1971-1980", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 8 e 9, Agosto e Setembro de 1981; Índice dos Anais do Clube Militar Naval 1981-1990", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 10 a 12, Outubro a Dezembro de 1993.
- ⁴⁷ "Arte de navegar de Portugueses e espanhóis na época dos Descobrimentos",
- ⁴⁸ Escreveu 17 artigos para a revista. V. dois dos mais emblemáticos: "Notas sobre a historiografia portuguesa e as modernas correntes da investigação africana" *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 79, 1949, pp. 229-294; e "A arte de navegar no Mediterrâneo nos séculos XIII-XVII e a criação da navegação astronómica no Atlântico e Índico", *Ibidem*, n.º 87, 1957, pp. 453-474. Este texto, que constitui uma referência no que diz respeito ao estudo da etapa inicial da náutica astronómica portuguesa, em comparação com outras náuticas, foi apresentado inicialmente ao "Deuxième Colloque International d'Histoire Maritime". Só saiu um ano mais tarde, em 1958, nas actas desse Colóquio, *Le Navire l'Economie Maritime du Moyen Age au XVIII Siècle. Principalement en Méditerranée (Deuxième Colloque International d'Histoire Maritime)*, com o título: "L'Art de naviguer en Méditerranée du XIVe au XVIIe et la creation de la navigation astronomique dans les océans", *Navire et l'Economie Maritime du Moyen-Age au XVIIIe siècle principalement en Méditerranée*, pp. 127-154.
- ⁴⁹ Tivemos como base desta quantificação, os primeiros cem anos dos Anais do Clube Militar Naval, *Anais do Clube Militar Naval*, Out. -Dez. de 1979. O critério utilizado passou pela utilização, a partir do índice de matérias tratadas, das Ciências ditas de "clássicas". Ou seja, não contabilizamos, nem a Estratégia, nem História Naval, nem muitos outros assuntos que estão registados no índice de assuntos.

⁹⁰ São 23 os oficiais eleitos nas listas que vão a votos no dia 28 de Maio de 1911. V. CTEN, Manuel Pinto Machado, "Marinheiros no Parlamento da 1ª República", *Revista da Armada*, Abril de 1995, pp. 22-23.

⁹¹ Entre 1909 e 1912 passaram pela Comissão de Redacção dos Anais do Clube Militar Naval: Fernando Augusto Pereira da Silva, Alfredo Botelho de Sousa, Frederico Pinheiro Chagas, Victorino Gomes da Costa, José Carlos da Maia e Leotte do Rego.

⁹² V. Pedro Fragoso de Matos, "Oficiais da Armada na Academia de Ciências de Lisboa", *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXI, Abr. - Jul. 1981, pp. 251-279, especialmente pp. 271-274.

⁹³ Fenómeno que se regista, igualmente, na Revista Militar, uma publicação centenar de prestígio, onde participaram, e participam, nos corpos dirigentes e na publicação de estudos, militares de todos os ramos, incluindo da Marinha. V. José Luis Assis, *Op. cit.* p.103.

⁹⁴ Deixou um artigo "O Infante D. Henrique. O homem e a obra", N.º Especial, 1960, pp. 7-9. Há outro texto "Carta de Pêro Vaz de Caminha", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 95, 1965, pp. 761-781, cuja edição é feita com base na adaptação à linguagem actual, feita por este autor.

⁹⁵ "Os quatro períodos ou escolas da cartografia portuguesa", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 63, 1933, pp. 135-143.

⁹⁶ "As Tábuas Solares Náuticas", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º CXX, 1990, pp.643-665.

⁹⁷ Publicou dois textos: "Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, e a sua viagem para a Índia no ano de 1622. Combate naval de Moçambique em 23-25 de Julho de 1622", *Anais do Clube Militar Naval*, N.º 61, 1930, 1964, pp. 73-94; "Embaixada da cidade de Macau ao Japão em 1640", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 62, 1932, pp. 3-50.

⁹⁸ "A Ideia de Descobrimento e os Descobrimentos e Expansão", *Anais do Clube Militar Naval* n.º CXX, 1990, pp. 627-642.

⁹⁹ A 19 de Maio de 1906 D. Carlos dá posse a este Governo, depois da queda do executivo chefiado por Hintze Ribeiro. João Franco (1855-1929), inicia neste ano, um período ditatorial (em que a actividade parlamentar é abolida), mantendo-se no poder até 1 Fevereiro de 1908, dia do Regicídio. Estes dois anos passaram a ser denominados de «Franquismo», tendo o seu mentor tentado, através de um governo *musculado*, pôr em prática uma série de reformas, numa época de acentuadas dificuldades para o país.

¹⁰⁰ A Liga Naval Portuguesa, criada em 1901, com o intuito de encontrar uma saída para os graves problemas que atingiam a Marinha, nomeadamente a insuficiência de meios navais em para um tão amplo império, era presidida por Júlio Marques Vilhena e secretariada por António A. Pereira de Matos, um oficial da Armada. Seguimos a informação contida no estudo, da autoria de Sérgio Campos Matos e Luís de Aguiar Santos, *A Marinha E A Cultura Histórica Portuguesa* (1824-1974), no prelo. (Agradecemos ao Sr. Professor Dr. Sérgio Campos de Matos a cedência deste trabalho.). O Tenente A. H. Metzener referia em 1904 que a Liga Naval Portuguesa se fundou tendo em conta tornar populares as vantagens da marinha. V. "A Liga Naval Portuguesa e o ressurgimento marítimo de Portugal", Boletim Oficial da Liga Naval Portuguesa, n.º 1 Janeiro de 1904, pp. 21-24.

¹⁰¹ As conferências, que se haviam iniciado em meados de 1906, prolongaram-se por todo o ano de 1907 e vieram a terminar, com a organização de um Congresso Nacional, em 1908, tendo sido o Clube Militar Naval, como associação representativa dos oficiais da Armada, convidado a apresentar uma "tese", V. Nunes Ribeiro, "A Armada" *A Lucta*, n.º 3036, 28 de Maio de 1914, p. 1.

¹⁰² José Carlos da Maia, "Algumas considerações sobre marinha de guerra", Conferência realizada na Liga Naval Portuguesa na noite de 5 de Junho de 1907, pelo 2.º tenente da Armada [...], *Anais do Clube Militar Naval* (ACMN), Vol. XXXVIII, Julho-Agosto 1907, n.º 7, p.635.

¹⁰³ Este teórico e estrategista do "poder naval" nasceu em 1840 na Academia Militar de West Point, onde o seu pai era director e professor da Faculdade de Engenharia. Alfred entrou para a Academia Naval em 1856, tendo servido em diversos navios durante a "Guerra da Secessão".

A partir de 1885 ensina história naval no “Naval War College”, e começa então a focar os seus interesses na reflexão sobre as matérias de interesse estratégico para a temática naval. Os seus livros, a par das suas ideias, são amplamente acolhidas nas várias academias e escolas um pouco por todo o mundo, especialmente na América e na Europa Ocidental. Promovido a almirante em 1906, veio a falecer a 1 de Dezembro de 1914.

Para compulsar estes elementos consultamos: *Mahan Naval Strategy. Selections From the Writings of Rear Admiral Alfred Thayer Mahan. With an Introduction by John B. Hattendorf.* Annapolis, Maryland, Naval Institute Press, 1991, pp.IX-XV.

¹⁴ Que possibilitava, por sua vez, uma interpretação da realidade coeva quer se tratasse da feroz competição entre poderes hegemónicos, que no mar mediam forças ou da própria situação interna - de completo descalabro e incúria em que haviam mergulhado as forças navais portuguesas - era analisada também à luz do modelo proposto por Mahan.

¹⁵ José Torres, “A influência do poder marítimo nas Guerras Peninsulares”, *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. XL, n.º 1, Janeiro 1909, p.23.

¹⁶ A Armada estava representada por 5 elementos nos Pares e 9 os deputados. V. António José Telo, “O Papel dos Militares na Crise da Monarquia (1890-1910)”, *Preito e Reconhecimento. Colectânea de Estudos em Homenagem ao Senhor Coronel Carlos Gomes Bessa no seu 80º Aniversário.*, Lisboa, Academia Portuguesa de História- Comissão Portuguesa de História Militar, 2002, pp. 37-67, p.47.

¹⁷ Deliberação citada por Ferreira do Amaral, *Defeza Nacional*, Vol. I, Lisboa, Typographia «A Editora», 1907, p. 3.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p.4.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p.69.

²⁰ Machado Santos, *A Revolução Portuguesa, Relatório*, Lisboa, Papelaria e Typographia Liberty, 1911, p.9.

²¹ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, Publicações dom Quixote, 1974, p.107.

²² Machado Santos. *Op. cit.* p.17.

²³ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926), História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Sexto Volume, Lisboa, Círculo e Leitores, 1994, p.379.

²⁴ António José Telo, “O Papel dos Militares na Crise da Monarquia (1890-1910)”, p.66.

²⁵ Machado Santos. *Op. cit.*, p.21.

²⁶ Entre 1920-1929 e 1930-1939 o corpo de oficiais de Marinha é 57, 1% e 54, 1, respectivamente, oriundo dos centros urbanos, na sua maior parte de Lisboa. V. Maria Carrilho, “Origens do Corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX”, *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982, pp. 1155-1164, p.1157.

²⁷ Cfr. João Freire, *Op. cit.*, p.156.

²⁸ Muitos deles membros da Comissão de Redacção do Clube Militar Naval.

²⁹ V. Uma excelente análise deste período em António José Telo, *História da Marinha*, pp.181-188. Aliás, todo o terceiro capítulo da obra, em termos gerais, é dedicada ao papel da Marinha nas campanhas de pacificação em África.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p.208.

³¹ Cfr. Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais E estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 64-65.

³² Pela Fronteira terrestre chega, quase sempre, a ameaça. Seguimos de perto as considerações de António José Telo, “O Contributo Do Poder Naval”, in *Cadernos Navais*, n.º 10 - Julho-Setembro 2004, “A Estratégia Naval Portuguesa”, Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia, Edições Culturais da Marinha, p. 37.

³³ Álvaro A. N. Ribeiro, “Inimigo Provável”, *Op. cit.*, p. 587.

⁴⁴ Sobre estes pontos insertos no pensamento naval mahaniano, cfr. *Mahan On Naval Strategy: Selections From...* pp. XVIII-XXXI.

⁴⁵ Eis um dos pontos do pensamento de Nunes Ribeiro em 1917, apresentado na *Memória Elucidativa do Mappa apresentado ao Conselho da Escola Naval para concurso da 11ª cadeira pelo [...]*, Lisboa, Tipografia da Papelaria Progresso, 1917, pp. 3-4.

⁴⁶ V. Carlos Manuel Valentim, "O Legado do Comandante Álvaro Augusto Nunes Ribeiro (1878-1933)", *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXXIII, Abril-Junho, 2003, pp. 223-249, p.237-239.

⁴⁷ Por exemplo na Revolução de 1383-1385.

⁴⁸ Cfr. António da Silva Ribeiro, *Organização Superior de Defesa Nacional. Uma visão estratégica 1640-2004.*, Lisboa, 2004, p.127.

⁴⁹ Carlos Guilherme Riley, *Alfredo Botelho de Sousa (1880 – 1960).- Um apóstolo açoriano do poder naval português*, Lisboa, Academia de Marinha, 1998, p.17. Como dívidas de guerra vem para Portugal algum material naval. Registe-se a vinda de alguns pequenos torpedeiros, do Império Austro-Húngaro.

⁵⁰ Veja-se algumas das reflexões deste pensador: Ferreira de Carvalho, "Os Annaes Há 100 Anos", *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXXV, Julho-Setembro 2005, pp.639-645.

⁵¹ V. António Horta Fernandes, "A Gestão do Conceito de Nação em Guerra em Portugal. Do Início do Século à Grande Guerra", *Nova História Militar de Portugal*. Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, p.534.

⁵² V. José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 199, p. 42.

⁵³ Exemplo muito conhecido é o confronto de opinião entre Leote do Rêgo e Álvaro Nunes Ribeiro, que por volta de 1914 travam um duelo à espada.

⁵⁴ Sérgio Campos matos, Luis Aguiar Santos, *A Marinha e a Cultura Histórica*, no prelo, p.8.

⁵⁵ Jorge Ramos Pereira, "Divagando sobre o Passado e o Futuro do Clube Militar Naval," *Anais do Clube Militar Naval*, N.º Comemorativo do 1º Centenário do Clube Militar Naval, 1866-1966, pp. 42-62, p.49.

⁵⁶ Joaquim Paço D'Arcos, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, Vol. III, [s.loc.], Guimarães & Cº Editores, imp. 1979, p.110.

⁵⁷ Fonte utilizada: "Índice dos Anais do Clube Militar Naval 1870-1970".

⁵⁸ V. Maria Carrilho, *Forças Armadas E Mudança Política em Portugal no século XX. Para uma explicação Sociológica do Papel dos Militares*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 47.

⁵⁹ Sérgio Campos Matos, Luis Aguiar Santos, *A Marinha e a cultura histórica portuguesa (1824 – 1974)*, p. 20.

⁶⁰ *A Historiografia Dos Descobrimentos No Século XIX*.

A Cultura que faz o Homem

Cultura e Universidade: o caso da Escola Naval

Jorge Semedo de Matos

Capitão-de-fragata

Definir com clareza o significado da palavra *cultura* é a primeira grande dificuldade que nos surge quando pretendemos abordar o papel que ela deve desempenhar na formação dos futuros Oficiais da Marinha e, consequentemente, na forma como deve ser encarada na Escola Naval. A expressão tem um significado corrente que não é tão absoluto quanto podemos supor, e a sua utilização é muito mais intuitiva e descuidada do que seria desejável para que se possa estabelecer um conceito claro com um objectivo operativo. O étimo latino tem variantes, normalmente associadas ao arranjo e preparação da terra, mas a arte da metáfora permitiu-lhe a deriva para um significado próximo de “arranjo cuidadoso” ou “esmerado” que dos campos passa para as pessoas com o sentido de “elegante”, “civilizado” (por oposição ao bárbaro) e “educado”. A sua utilização mais frequente só surge no século XIX e com um sentido dúbio que depende do país de origem. A expressão alemã *Kultur* é, talvez, a responsável pela proliferação do termo, com um significado equivalente ao que em França e Grã Bretanha era chamado de *civilisation*, cujo conceito não deve ver-se dissociado de uma ideia particular de progresso muito própria daquela época. O *Grand Dictionnaire Universel* publicado por Pierre Larousse (1863-1876), conhecido pelo *Grand Larousse*, atribui à palavra “culture” um significado claramente ligado ao arranjo da terra¹, acrescentando que, em sentido figurado, pode ser adaptado a uma actividade intelectual com um intuito específico: assim como se usam as expressões “cultura da seda” ou “cultura das abelhas”, seria lícito dizer (metaforicamente) “cultura das Belas Artes”, “cultura das Ciências”, etc., encontrando-se aqui o caminho para o significado presente. Na mesma obra, sobre a palavra *civilisation*, diz-nos que se trata do estado de um povo cuja inteligência foi cultivada, os costumes brandos, as artes prósperas e a indústria activa. Mais à frente – transcrevendo uma frase de Guizot – afirma: “A civilização é uma espécie de oceano que faz a riqueza de um povo, e no seio do qual todos os elementos da vida desse povo e todas as forças da sua existência se reúnem”.

E nestes exemplos vemos como o sentido de *civilisation* se aproxima da *kultur*, e como as duas encerram um conceito de progresso que está, indubitavelmente, associado aos valores da Europa ocidental. Mais tarde, a palavra segue dois caminhos – não tão distintos quanto isso, como veremos – que se materializam, por um lado, na ideia de educação refinada, boas maneiras, requinte de procedimentos, de gostos e de linguagem (o que está contido na palavra *civilisation*), e por outro lado, um “sentido etnográfico amplo”, visto como um “conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, o costume e toda a demais capacidade ou hábito adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”². Este segundo conceito é abraçado pela Antropologia, que o alargou e integrou no objecto do seu estudo (ainda hoje assim é), mas o uso corrente da palavra ficou mais próxima do primeiro significado, associando-se à ideia de um conhecimento “erudito” diversificado, que se emancipou como objecto de estudo teórico e tem vindo a evoluir com os tempos³. Os antropólogos vulgarizaram a forma plural de “culturas”, salientando a diversificação dos espaços sociais e procurando não os hierarquizar enquanto objecto de estudo. Mas, paralelamente, cresceu a expressão singular de “cultura”, que nunca definiu claramente os seus limites, que se impôs como actividade humana por excelência e que se reconhece como essencial à nossa existência individual e social.

“Cultura” e “culturas” pressupõem a ideia de um processo evolutivo, que nunca pode ser ignorado, mas a dimensão diacrónica comum é qualitativamente diferente num caso e no outro. O antropólogo que estuda “culturas” necessita de perspectivar cada uma delas num tempo mais ou menos longo (ou curto) – em função dos seus objectivos –, para as compreender, comparar, relacionar, etc.. Mas a “cultura” – mesmo enquanto objecto de estudo – de algum modo envolve sempre o sujeito, de forma que o olhar sobre o passado é um olhar sobre a própria herança (não é nunca um olhar distante), e a vivência cultural do presente é um espelho dessa mesma herança.

Numa obra intitulada *A Cultura em Portugal*, António José Saraiva diz-nos o seguinte: “Partimos da hipótese de que uma cultura nacional tem uma certa identidade e uma certa permanência no tempo, qualquer que seja a razão disso”. Está, naturalmente, a falar do caso português e no contexto de um tipo de cultura cuja expressão é, essencialmente, literária, embora os argumentos se possam aplicar a múltiplas outras situações, sejam elas de formas eruditas ou populares, como se pode observar no conjunto de toda a obra. Portanto – na sua maneira de ver – esta cultura nacional é algo que nos diferencia dos restantes povos e nos confere uma identidade própria. Além disso essa diferenciação ocorreu durante um período longo que – digo eu – foi suficiente

para que desejemos a nossa independência política. Quer dizer, a identidade e individualidade da nossa cultura quer-nos independentes de outros povos, vivendo à nossa própria maneira (o que, só por si, corrobora o que está dito). Colocando as coisas neste termos, estaria ele a falar de uma das muitas “culturas” que merecem a atenção dos antropólogos?... Penso que também, mas não só. Continuemos a seguir o que nos diz mais à frente: “Reconhecemos que ao tentar caracterizar individualmente uma nação entramos num género de problemas para o qual não há método científico estabelecido, e que por isso é aqui grande o risco do impressionismo arbitrário, dos estereótipos e das generalizações sem fundamento”. Caimos, portanto, na dificuldade inicial: que cultura é esta e como podemos estabelecer com rigor os seus limites?... Uma resposta obtemos, certamente, do texto de António José Saraiva: esta cultura sorveu elementos de múltiplas outras, e transformou-os ao desenvolver-se dentro de um espaço geográfico próprio que condicionou a maneira de ser e de estar dos seus agentes, os portugueses. Todavia, se atendessemos apenas a estas especificidades, estaríamos a falar de uma das muitas “culturas” dos antropólogos, sem reparar que o próprio discurso de António José Saraiva é – como a cultura de que fala – algo de muito mais abrangente do que uma “cultura portuguesa”². A evidência desse facto vem logo a seguir quando o autor chama a atenção que a individualização cultural, por vezes tentada, não pode escapar ao perigo inevitável do subjectivismo da análise, “porque para definir os caracteres específicos de uma nação é indispensável compará-la com outras”. Ora essa comparação é sempre feita da perspectiva de quem foi educado e formado dentro de uma cultura nacional, que precede sempre aquelas com que se contactou posteriormente, tornando inevitável um processo deturpador de comparação valorativa. “A cultura própria e as alheias não são comparáveis; a relação de uma e das outras com a nossa subjectividade pessoal é diferente.” Ora esta problematização da sua própria cultura é, talvez, o facto mais singular do que pode chamar-se de cultura europeia.

“Todas as civilizações, todas as culturas conhecidas, de uma maneira ou de outra, fizeram de si mesmas e do mundo uma história global, todas se julgaram numa relação fundadora, privilegiada com a Verdade – ídolos, deuses, Deus – e todas, à sua maneira são culturas de sagesa, de certeza e de paz interior. Todas, salvo a nossa. A cultura europeia, em comparação com as outras e, isso, apesar da pretensão legítima que pôde ter de ser a única que criou um saber digno desse nome, o da ciência, livre criação do espírito, é uma cultura de inquietação, uma cultura da angústia e da dúvida, quer dizer, uma cultura de desafio radical aos deu-

ses, como figuras de certeza. E sobretudo uma cultura de desafio ao ser nunca definido e tranquilo que nós somos enquanto seres humanos.”

Prometeu fez o homem a partir de um pedaço de argila e, zeloso dessa sua criação, ofereceu-lhe o fogo divino, merecendo o castigo de Zeus que o mandou amarrar a um imenso penhasco, onde todos os dias uma águia vinha comer-lhe o fígado. Mas para que o martírio não tivesse fim era preciso que não morresse, de forma que o órgão crescia imediatamente, para voltar a ser debicado pelo pássaro, num suplício que se repetia dia a dia. O fogo – que o mito grego aponta como o legado de Prometeu – é apenas controlado pelo Homem e símbolo de uma sabedoria, que o berço da cultura europeia atribuía aos deuses e cuja cedência aos humanos foi motivo de castigo implacável. E repare-se que é em troca desta mesma sabedoria que Fausto empenha a sua alma ao demónio⁷. São dois mitos da cultura europeia que mostram a nossa singular relação com o saber, colocado nos limites do pecado ou da transgressão, que são a imagem da angústia e do desafio de que fala Eduardo Lourenço. Angústia, desafio e inquietação que nos mostram a “aventura cultural europeia como uma sucessão de combates para descobrir segredos do universo na ordem do conhecimento da natureza” e “decifrar enigmas da História ou que vejamos nela”. Um percurso que vem desde a Grécia Antiga até à actualidade com a obsessão de problematizar-se a si própria com a força de um instinto de sobrevivência. António José Saraiva é um expressivo exemplo disso quando chama a atenção para as armadilhas da subjectividade na análise de outras culturas, revelando como as suas próprias referências culturais estão para lá da cultura portuguesa. Estão as dele e estão, também, as de todos os autores referidos em *A Cultura em Portugal*. País periférico, separado da Europa pelo imenso espaço continental ibérico, que encontrou no mar os caminhos da sua identidade ao recusar a centripetalidade castelhana, manteve-se na Europa deste sempre, ligado por esse mesmo caminho marítimo, que até quase ao final do século XIX (até à montagem das linhas ferroviárias) foi a mais curta via de acesso a quase todos os centros da cultura europeia. A obra de António José Saraiva fala-nos de uma especificidade cultural portuguesa que se manifesta de diversas formas e tem as suas raízes próprias, mas que está inserida no patamar mais global da cultura europeia, herdeira de uma tradição judaico-cristã repensada pelos gregos e regulada pelo direito romano⁸.

Estaremos ainda a falar de uma das muitas “culturas” existentes, ou já estaremos próximo do conceito de cultura?... Em boa verdade ainda não sei.⁹

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, depois de ter estudado várias “culturas” nas partes mais distantes do mundo, chegou à ideia de que era mais importante descobrir as semelhanças entre essas mesmas culturas do que as suas diferenças. Encontrou a proibição do incesto e o complexo de Édipo como constantes antropológicas, e definiu-as como estando na base da aculturação e a marca da humanidade, ou aquilo que distingue os homens de outros animais. A passagem do estado primitivo animal para a cultura (ou para o humano) fez-se com proibição do incesto e consequente complexo de Édipo¹⁰. Não cabe aqui estudar as razões ou a legitimidade das suas conclusões, mas apreciar a coragem intelectual de buscar uma constante do gênero humano, definindo-a como a marca da cultura, e reter o essencial da ideia, que ultrapassa a sua consubstanciação em dois fenômenos. Foi extraordinariamente importante, para a Antropologia, esta descoberta e consequente definição (que hoje já teve outros desenvolvimentos), mas a cultura de que falo já não se conforma com a sua raiz antropológica. Por mais verdadeira e óbvia que seja a explicação de Lévi-Strauss (o que está longe de ser consensual), sobre o complexo primitivo – presente no inconsciente – passaram séculos de História que foram construindo os imensos edifícios que são a cultura europeia ocidental, a cultura chinesa, a cultura árabe, a cultura polinésia, a dos índios do Brasil, dos aborígenes da Austrália e muitas outras que não é difícil individualizar por esse mundo fora. Mas quererá isso dizer que a explicação de Lévi-Strauss não nos serve para nada?... De maneira nenhuma. Serve-nos para dar o passo mais importante na definição de “cultura” (diferenciada de uma das muitas “culturas”), ao apontar-nos um momento do desenvolvimento intelectual do homem em que se criou um mito e em que se estabeleceram regras de vivência. Eu posso não saber qual é o mito dos mitos (o primeiro de todos), mas faz sentido que tenha sido num constrangimento primitivo (uma proibição) que se tenha desencadeado o processo de substituição mental¹¹, e a reelaboração sucessiva e constante das ideias até ao momento presente. Na Europa, o Homem viveu a Idade Média com medo do cosmos, personificado por um Deus terrível que tudo fazia. Descobriu no século XIV¹² que tinha existência independente no mesmo temor e respeito a Deus, e este salto trouxe um fervilhar de actividades artísticas, intelectuais e técnicas que são a Renascença e o Humanismo. Como não podia deixar de ser, é no seio deste Humanismo que nasce o racionalismo – porque a razão só pode ser importante se o sujeito pensante confiar em si próprio – que não voltaria a deixar o homem europeu. As descobertas científicas e as consequentes vantagens técnicas são a marca da entrada na modernidade, dominada pela ideia geral de que a humanidade avança num sentido positivo, e o progresso decorre do triunfo da razão como motor de toda a actividade humana (não lhe chamo

mito, mas é isso que lhe chamam alguns pós-modernistas e outros que, desiludidos pela marcha dos tempos, não conseguem ceder a um certo niilismo). Tudo isto aconteceu no século XVII, XVIII e XIX e foi nesta altura que a cultura europeia criou a pretensão “legítima” de “ser a única que criou um saber digno desse nome, o da ciência, livre criação do espírito”. Também se considerou como a cultura perfeita, a mais evoluída, o padrão de todas as outras culturas, a única que proporcionaria ao homem a satisfação plena, etc.. Permitiu-se a todos os adjectivos, apenas com a oposição do seu próprio racionalismo (ou da sua intrínseca inquietação). Foi esta cultura que chegou a toda a parte e que maior influência levou a todo o mundo, conseguindo que fossem aceites e apreciados alguns dos seus valores, mesmo onde foi mais contestada. Será, apesar de tudo isto, legítimo que seja dela que falamos, quando falamos de “cultura”?... Sinceramente e sem quaisquer dúvidas acho que sim. E tanto mais quanto as sucessivas revoluções tecnológicas que dela emergiram a colocaram num patamar de referência que é incontornável. Fora das discussões específicas da Antropologia, quando falo de “cultura” refiro-me a algo que tem como base a cultura europeia ocidental, que se estendeu à América, à Austrália, a certos pontos da África e da Ásia e que, no fundo, penetrou em todas as outras.

Penso que neste momento estamos aptos a compreender a maior parte do problema e a aproximarmo-nos da solução.

O espectáculo de ópera, de criação europeia pura, pode ser visto e apreciado no Japão e em Pequim. O fascínio de um concerto rock é ainda mais abrangente. E o que dizer da quantidade de línguas em que podemos encontrar traduzido o *D. Quijote*, de Cervantes?... Todavia, considerando as coisas nesta dimensão, tenho que reconhecer que a cultura europeia também absorveu uma inúmera panóplia de manifestações cuja origem é a mais diversa. Ou seja, sendo legítimo que reconheça a universalização de alguns dos seus factores, ao ponto de se terem tornado determinantes em todo o mundo (como os que resultam do desenvolvimento tecnológico), em bom rigor, não posso ignorar que existem outras culturas. O que eu sei, neste momento, é que um “homem culto” – seja qual for a cultura considerada – não pode desconhecer certos elementos do mundo em que vive, e esse mundo já não é a Europa ou a América, a Polinésia ou a Índia, o Brasil ou a África, o Médio Oriente ou a China. Ele abrange todo o planeta, com as suas diversidades e semelhanças. Além disso a vivência cultural é individual e não pode passar pela comparação de culturas fora da experiência própria, na forma como o fez António José Saraiva e Eduardo Lourenço, nos textos aqui citados. Parece-me muito mais

interessante deixar de encarar a “cultura” apenas como um *substantivo* e sentir a sua força como *adjectivo*. O que nela se vê de concreto e totalizante transformar-se-á em qualificação dinâmica – igualmente com conteúdo – mas sem limites ou com os limites em permanente evolução (o que me parece ser mais fácil de entender). Desta forma, no presente estudo, a aquisição da “cultura” perderá a conotação com a aculturação social, sendo apenas o acto de tornar-se culto, que só pode ser entendido como transversal a todas as “culturas”. Parece-me, aliás, ser o caminho do entendimento entre elas, porque permite manter a sua individualidade e, simultaneamente, alcançar uma linguagem comum que remete para uma experiência que também passa a ser comum. Trata-se de uma linguagem e experiência indissociáveis de uma sensibilidade e um saber que definem o “homem culto”: uma questão que é fundamental não perder de vista quando se fala na formação cultural dos alunos da Escola Naval.

A cultura pressupõe, portanto, uma linguagem. Exige o domínio de um código e a posse de um conjunto de conhecimentos que continuam a não ser fáceis de parametrizar, porque o saber – visto de uma forma genérica – tem muitos lugares fora da cultura propriamente dita. Poderei retirar-lhe todos os conhecimentos que se enquadram dentro de disciplinas convencionais organizadas segundo a sua especificidade? A Física será dos físicos, a Matemática dos matemáticos, a Biologia dos biólogos e dos médicos, etc., sendo a cultura algo que paira entre todas estas ciências ou ao lado delas?... Deve dizer-se que assim aconteceu durante muitos anos, achando-se que a cultura era uma propriedade das ciências humanas, por definição mais vocacionadas para a compreensão das múltiplas sensibilidades que compõem o quadro das expressões artísticas e a integrar de forma global a herança do passado que inclui o conhecimento generalista anterior à revolução científica. Há razões próprias (de que ainda falarei) para que assim tenha sido¹⁹, mas é fácil de entender que esta discriminação é absurda e desadequada da realidade concreta em que vivemos. Hoje a cultura entra em todos os ramos do conhecimento e recebe de cada um deles uma importante contribuição. O “homem culto” necessita de uma literacia que não é possível na completa ignorância da Matemática e das Ciências Naturais, e essas ciências só fazem sentido dentro da realidade humana que é feita de *pathos*, *ethos* e *logos*.

José A. Bragança de Miranda (*Teoria da Cultura*) define a cultura como sendo “a forma actual de reconstruir a unidade da experiência, de a articular figurativamente; a lógica da cultura é mais figural que simbólica. Tudo se joga em torno de um permanente trabalho sobre o imaginário (que se

confunde com o arquivo geral da experiência)”¹⁴. Partamos, pois, da ideia de “arquivo geral da experiência” que me parece bastante simples de entender. A cultura de cada pessoa seria, assim, feita de todos os seus conhecimentos, sem nenhuma diferenciação?... Não só, mas também. Quer dizer, o conjunto de todos os conhecimentos do ser individual são a “base de dados” da sua cultura, e ainda uma parte da forma como se operam esses mesmos dados. Recordo (por curiosidade) aquela expressão antiga que nos diz ser a cultura “tudo o que nos lembramos, depois de esquecer o que estudámos”. Devo dizer que a metáfora tem um efeito simpático, mas não faz grande sentido, porque o que estudámos e compreendemos está ao mesmo nível do que vimos, sentimos, vivemos, pensámos e reformulámos, integrando a mesma “totalidade da experiência”¹⁵, cuja ideia me parece central para a compreensão do se segue.

Como vou eu operar essa “totalidade da experiência”?... Antes de tudo o mais ela terá de ser transformada num sistema simbólico¹⁶, o que constitui uma acção imediata e inerente à natureza humana. Depois, “tudo se joga em torno de um permanente trabalho sobre o imaginário” porque é esse imaginário que interpreta, reconstrói e constrói (a criação é tudo isso e não, necessariamente, por esta ordem) a partir do “arquivo geral da experiência”, simbolicamente codificado e indexado (passe a analogia informática das expressões usadas). Se a linguagem é o produto mais puro da mente humana, o seu uso diferenciado para exprimir o imaginário construído e reconstruído com a experiência (e que se confunde com o seu “arquivo geral”) é a “essência” da actividade cultural. Está nas Artes, Ciências e Letras, como está em tudo o que é verdadeiramente humano. A cultura será, pois, a única forma de alcançar e transmitir tudo o que tenha a ver com o conhecimento?... É verdade!¹⁷... E se o discurso (dito) cultural afastou durante décadas a actividade puramente científica, ao mesmo tempo que esta recusou – por inútil – a parte humanista desse mesmo discurso cultural, é tempo de reconciliar e reagrupar estas partes, pondo fim ao que alguns insistem em chamar de “crise da cultura” que não é mais do que uma crise de entendimento e de linguagem.

Reconheço, no entanto, que esta não é uma tarefa fácil. E para dar uma ideia de até onde pode ir a sua dificuldade reproduzo um trecho do estudo de Luísa Leal de Faria, com o título *Universidade e Cultura*:

“Foi, e é ainda, no contexto destas culturas [Europa Ocidental e seus descendentes] que se tem verificado uma busca constante de conceitos unificadores sobre a ideia de universidade, bem como uma reflexão sobre a articulação entre a Universidade e a sociedade e cultura onde aquela se inscreve.

Não será de estranhar, também, que o terreno do debate se situe predominantemente no campo das humanidades e, em especial, das faculdades e departamentos de “letras”. Parece-me que as Faculdades de Letras e ciências Humanas são os lugares onde estas reflexões têm tido maior relevo, porque a ideia de Universidade está embebida na sua própria concepção. É nos departamentos de “Letras” que as questões da cultura são tratadas de forma disciplinar – sistemática e crítica. É nestas configurações institucionais, onde se estuda a filosofia, a história, a geografia, a linguística, os clássicos e as literaturas modernas, nacionais e estrangeiras, onde estas disciplinas se articulam com a sociologia e a ciência política, com a antropologia e a psicologia, com as ciências da educação e as ciências do conhecimento, que a própria natureza do saber, do conhecimento, da Universidade, se problematiza”.

O trabalho de Luísa Leal de Faria é bastante interessante e eu chamo a atenção deste pequeno trecho porque nele se remete o problema da cultura para a Universidade, antes de referir como o debate sobre o assunto se centrou nas Faculdades de Letras. A ligação da cultura à Universidade é uma questão incontornável na medida em que formação cultural pressupõe uma aprendizagem de nível superior e um processo de conservação e divulgação que encontrou nesta instituição ancestral o seu ponto de referência. Será assunto para abordar mais à frente, olhando, por ora, apenas para a vocação das «faculdades e departamentos de “letras”» para o estudo das “questões de cultura”. A meu ver chegámos a um momento em que “a filosofia, a história, a geografia, a linguística, os clássicos e as literaturas modernas”, mesmo articuladas “com a sociologia e a ciência política, com a antropologia e a psicologia, com as ciências da educação e as ciências do conhecimento” já não chegam para fazer um “homem culto”. O conhecimento humano, desde o séc. XVII para cá, enriqueceu-se com o que foram várias (não foi apenas uma) “revoluções científicas”, associadas a outras tantas “revoluções tecnológicas”, que hoje se espelham na vida comum de forma muito mais intensa que qualquer estudo humanístico. Este desenvolvimento – que é saber e cultura – já nem pode ser ignorado, quando se fala do próprio Homem. Quem assim proceder está a repetir o erro que se reconhece na escolástica medieval, quando defendia conceitos que a experiência desmentia a todo o instante. Ao ignorar a presença e os efeitos da Ciência e da Técnica na experiência do Homem actual, estou a proceder como aqueles que ignoraram as observações de Galileu e o condenaram, continuando a afirmar que o Sol rodava em torno da Terra, porque Aristóteles assim o dissera”.

Nos últimos quarenta anos, o Homem chegou à Lua, enviou sondas a Vênus e Marte, e decifrou o genoma humano (apenas exemplos). Será que isto não tem nenhuma consequência cultural?... Não pode ser. Estamos num mundo diferente, com outra linguagem e outras referências que tiveram consequências na literatura, nas artes plásticas, na música, etc.. E estou a falar apenas numa das facetas do problema – e talvez não seja a mais importante –, porque o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação, com a difusão do uso do computador pessoal e a ligação à internet, entraram na vida corrente, implicam uma nova gama de conhecimentos e impuseram maneiras de pensar e viver que atingiram os níveis mais profundos da natureza humana. Voltemos à imagem da cultura como integrando o “arquivo geral da experiência”. Actuando a partir dela, acrescentemos-lhe o computador cuja capacidade fundamental é, precisamente, o arquivo de dados e a operação dos mesmos para gerar novos dados. Ou seja, a actividade cultural – eminentemente humana, como reconhecemos – tem agora uma máquina auxiliar que multiplica as suas possibilidades até dimensões que não consigo imaginar, e que, necessariamente, vai gerar outras formas operativas, novos conhecimentos²⁰, novas estéticas e novos valores. Todo o processo criativo (artístico, científico, tecnológico, etc.) e, consequentemente, toda a produção cultural tem agora um acelerador de “partículas elementares” com uma capacidade que cresce a um ritmo vertiginoso. A onnipresença da Ciência e da Técnica e a sua indispensabilidade na actividade cultural fazem com que o tratamento das questões de cultura “de forma disciplinar, sistemática e crítica” passe a englobar um conhecimento das Ciências Naturais e da Matemática que ultrapassa a vocação específica das Faculdades de Letras e entra num campo que já defini como transdisciplinar. De igual modo, a actividade científica (ligada à Matemática e Ciências Naturais) não pode esquecer-se que o Homem continua a ser o sujeito do conhecimento, recusando o “arquivo geral da experiência” anterior ao século XVIII²¹, ou a actividade das Ciências Humanas posterior a essa data. Quando Luísa Leal de Faria nos fala na importância da Filosofia, História, Linguística, conhecimentos dos clássicos, etc., para o estudo da cultura, está a falar de algo que os cientistas nunca deviam ter desprezado sob pretexto nenhum. Que coisa mais absurda se poderá imaginar do que deitar fora de uma penada vários milénios de existência humana, em nome de qualquer descoberta actual. Antes de tudo o mais, essa descoberta é um resultado desses milénios de experiência humana, e não vejo como é que ela pode ser importante para o Homem se começa por excluí-lo.

Tentei, até aqui, chamar a atenção para a cultura apresentando-a como algo de indispensável à natureza humana e necessária à formulação de

qualquer outro tipo de saber. Procurei retirar-lhe o carácter comum de que é uma espécie de lugar do ócio, complementar da formação normal ou superior, mas fora do essencial do conhecimento ou capacidade para fazer coisas. Foi por isso que alarguei as explicações e conduzi o raciocínio por meandros complexos, mas necessários à compreensão do papel da cultura na formação de um aluno do ensino superior e em particular de um aluno da Escola Naval. Aliás, a relação que a cultura teve e tem com a Universidade, integrando os objectivos da formação dos alunos, é assunto que vamos tratar de seguida.

* * *

Os poemas chamados de Homéricos²², Iliada e Odisseia, que muitos especialistas colocam num dos primeiros patamares de desenvolvimento de uma cultura europeia – porque ali se encontram os arquétipos da maneira de pensar e proceder europeus – eram transmitidos de geração em geração através de recitações públicas feitas por quem tinha a missão de os aprender de cor, para os reproduzir. Era uma forma de transmitir cultura que teve um enorme prestígio, mas no século IV a.C. Platão fundou em Atenas a *Academia* e essa não foi, sequer, a primeira escola organizada com a função de ensinar os jovens, convidando-os à reflexão e ao debate. Em 1988, a Universidade de Bolonha comemorou, com pompa e circunstância, o seu nonagésimo aniversário, pressupondo uma fundação em 1088 que está longe de ser consensual entre os estudiosos²³. A universidade medieval (*studia generalia*) surgiu há cerca de 800 anos e provavelmente deu os seus primeiros passos em Bolonha ou em Paris, mas foi precedida e seguida por escolas privadas de grande prestígio, cujas funções eram semelhantes. É até provável que esta estrutura escolar tenha uma origem nas escolas islâmicas, embora se deva reconhecer que foi na Europa cristã que assumiram a sua maior expressão e perseverança. O advento do Humanismo – que pode dizer-se ter acontecido ainda no século XIV, mas que só tem um significado global, nos séculos XV e XVI – talvez não tenha alterado grandemente a estrutura dos cursos universitários²⁴, mas teve uma substancial influência no conteúdo dos estudos. A sua essência está na valorização do Homem, até aí inserido num espaço cósmico que não controla. E esta libertação realiza-se através de um diálogo inicial com os clássicos pagãos, que lhe devolvem a faculdade de pensar e lhe permitem o caminho que viria a conduzir ao Século das Luzes (século XVIII). O estudo dos textos da Antiguidade tem apenas esta função iniciadora e constituem um magnífico exemplo da importância da cultura – no sentido em que já aqui foi definido – para que o Homem possa, finalmente, constituir-se como sujeito do saber. O estudo do grego e a recuperação do latim (que já mal era balbuciado

pelos clérigos medievais), acompanhada da leitura e discussão das obras clássicas da civilização grega e latina, podem ter sido um objectivo inicial do conhecimento, mas cedo foram remetidas para o “arquivo da experiência” que permitiu a aventura europeia dos séculos XVI, XVII e XVIII: foram as viagens marítimas, o despontar da Ciência, a descoberta do espaço infinito e, sobretudo, a afirmação do poder da razão, que tem o seu expoente máximo no Século das Luzes. A Universidade nem sempre esteve no centro deste movimento, mas nunca lhe foi completamente alheia.

No século IV a.C., “Aristóteles perguntava qual era exactamente o propósito do ensino do seu tempo: produzir homens cultos, educar na virtude, ou satisfazer as necessidades materiais da sociedade”²⁴. Esta questão permanece na ordem do dia durante o século XV e XVI, reformulando-se nalguns aspectos, mas com constantes que assentam em “Cultura, virtude e utilidade”. A Universidade desse tempo está pois num momento crucial da sua existência, de que talvez não tenha perfeita consciência (ou não tem uma consciência institucional, como lhe seria exigido). O problema fundamental tem a ver com uma transição de padrões de vida intelectual que é marcadamente contemplativa na Idade Média, mas que se transforma com o Renascimento num desejo de *vita activa*, emergindo a absoluta necessidade de ser útil e atender às solicitações da sociedade, que se fazem sentir (por exemplo) nos estudos de direito (adequados ao novo modelo de estado) e de medicina. Digamos que este ambiente foi bastante positivo ao desenvolvimento dessas mesmas Universidades²⁵ e deu-lhes um prestígio que estava de acordo com uma função mais social. Os docentes sentem-se orgulhosos por ensinarem alunos (só por si gratificante), e, sobretudo, por serem os preparadores da elite intelectual da sociedade, que constitui a emergente classe de funcionários. Há uma reverência pública por esses doutores, cuja autoridade advém do seu saber respeitado pelos próprios dirigentes que, naturalmente, os acolhem. Quando a Lutero apresentou as suas 95 proposições sobre a “virtude das indulgências”, em 1517, invocou o seu direito de doutor em Teologia pela Universidade de Vitemberga, reclamando a sua discussão pública, e obtendo apoio e protecção dos seus pares. Só em 15 de Julho de 1520 – quase três anos depois das primeiras agitações e após confrontações diversas – o papa intimou Lutero a retratar-se no prazo de 60 dias de 41 erros contidos nos seus escritos, sob pena de excomunhão. É claro que outras influências de natureza política pesaram em todo este processo, mas é interessante recordar os privilégios no campo do saber que podiam ser invocados pelo doutor em Teologia Martinho Lutero.

A entrada no século XVII veio alterar um pouco esta situação, e para entender perfeitamente as razões desta mudança é importante compreender a revolução do conhecimento (Revolução Científica como lhe chama Alexandre Koyré) que tem as suas raízes no século anterior, mas cujo paradigma são os trabalhos de Galileu, levados a cabo nos primeiros anos de seiscentos. O caso de Galileu é interessante de analisar (não a sua teoria que não caberia no âmbito deste trabalho) porque se trata de alguém com formação universitária que passa uma parte da sua vida exercendo a docência em Pádua, mas que acaba por abandonar a Universidade para aceitar um cargo na corte de Florença. Galileu faz parte da última geração de intelectuais que proporcionaram a dita Revolução Científica que ainda frequentou a Universidade, uma particularidade que passou a ser efêmera no século XVII e princípios do XVIII. Na verdade, já desde a centúria anterior que, a par da Universidade, cresciam pequenas tertúlias protegidas por gente ilustre e poderosa fascinada pelo surto de conhecimento que vem na sequência do Renascimento. Um excelente exemplo deste fenómeno está no grupo apoiado pelo rei D. João III que reuniu os infantes seus irmãos (D. Luís e D. Henrique) e algumas figuras ilustres da nobreza portuguesa (D. João de Castro e Martim Afonso de Sousa, entre outros), tendo como figura central de mestre o Doutor Pedro Nunes. Estas tertúlias transformaram-se – nalguns casos – em escolas ou academias (por inspiração da academia ateniense fundada por Platão) que desenvolveram um ensino paralelo, em crescente de popularidade e sucesso, ao ponto de fazerem concorrência a uma Universidade que não soubera adaptar-se ao fenómeno científico que marca a entrada no século XVII. As Universidades estavam, aliás, bloqueadas pela sua ligação ao poder ou às confissões religiosas (católicas ou protestantes), continuando a ter um papel importante na Teologia, no Direito e na Medicina, mas quase ignorando a necessidade crescente da Matemática e, sobretudo, sem capacidade de estudar algo que se reflectisse num benefício claro para a sociedade. Os intelectuais saídos das Universidades dedicam-se ao ócio absoluto se têm meios para tal ou, pura e simplesmente, não têm ocupação. Será exagero dizer que a Universidade não teve nenhum papel na chamada Primeira Revolução Industrial, que se concretizou com a invenção da máquina a vapor, mas esse exagero decorrerá apenas da tese (sustentável) de que os conhecimentos que permitiram a construção dessa máquina já existem um século antes. A Revolução Francesa extinguiu a Universidade e criou, em 1795, a École Polytechnique, que vem na linha da proliferação de múltiplas escolas de formação específica que se espalharam por toda a Europa. Aliás, Portugal não foi excepção a esta regra e a Academia de Guardas Marinhas (1782) é disso um exemplo.

É este o momento em que as Ciências Naturais e a Matemática, fascinadas com o seu sucesso se arredam do pouco de Humanismo que ainda caracterizava as Universidades decadentes e quase inúteis. Mesmo a recomposição da instituição universitária no século XIX não consegue reunificar os saberes pela cultura que, de facto, ficou colocada nas «faculdades e departamentos de “letras”» e deu origem a um estereótipo absurdo de “homem culto”, com uma proverbial incapacidade para aprender Matemática e fazer coisas que impliquem alguma habilidade manual. Os outros eram os cientistas: às vezes loucos outras vezes menos, que passaram distraídos pelo século XIX sem repararem que continuava a haver seres humanos que sofriam a pensar na morte ou na imortalidade. A sua referência absoluta foi o sucesso da Ciência, ou melhor, o sucesso tecnológico que decorre da evolução científica, argumento sem limites que transforma tudo o resto numa inutilidade. A Universidade reformou-se e absorveu este saber de forma diferenciada, consoante os países considerados, mas sempre com o divórcio já apontado.

Em 1793, Immanuel Kant, professor que era na Universidade de Königsberg, publicou um pequeno trabalho com o título *A Religião nos Limites da Simples Razão*, que provocou as mais veementes críticas e mereceu uma ameaça directa do próprio rei da Prússia, Frederico Guilherme II. É claro que o velho professor de Metafísica tinha um prestígio notável que lhe dava algumas liberdades, mas tinha também muitos inimigos que, contra ele, lançavam a clássica e mortal acusação de ateísmo, que mais não era do que a reacção canónica ao racionalismo iluminista do século XVIII. As ameaças de Francisco Guilherme são bastante elucidativas da forma como o poder controlava as suas Universidades em matérias que podiam pôr em causa uma certa ordem estabelecida, como eram as questões religiosas ou directamente políticas. Frederico Guilherme escreve-lhe uma carta a 1 de Outubro de 1794 com acusações do tipo: “A nossa suprema pessoa constatou já há longo tempo com grande desgosto que fazeis um mau uso da vossa filosofia para deformar e degradar as doutrinas capitais e fundamentais da Sagrada Escritura e do cristianismo” – e prossegue mais adiante – “Vós mesmo deveis reconhecer de que modo irresponsável agis assim contra vosso dever, enquanto mestre da juventude” – acabando por ser peremptório na ameaça – “Exigimos quanto antes a mais escrupulosa justificação e esperamos de Vós, para evitar o nosso supremo desfavor, que no futuro não Vos torneis culpado de coisas semelhantes” – terminando com – “se persistirdes em ser refractário, tereis de esperar infalivelmente medidas desagradáveis”⁷⁷. Kant era um homem dentro dos mais eruditos do seu tempo, como uma formação abrangente que cobria todos os ramos do saber, desde as Ciências Naturais, à Matemática e à Filosofia.

Começara, aliás, por ser professor de Matemática na Universidade em que ensinava, e só depois passou para a cadeira de Metafísica. E, para além desta mudança, só por si representativa de uma abrangência de saber – que não era assim tão estranha no final do século XVIII como poderá parecer hoje –, deixou-nos publicações como *História Natural do Mundo e Teoria sobre o Céu, de acordo com os princípios de Newton*, *Ensaio sobre a quantidades negativas em filosofia*, *Teoria dos ventos*, *Nova teoria do movimento e do repouso dos corpos* e – como não podia deixar de ser – *Reflexões sobre a educação*.²⁸ Kant respondeu a Frederico Guilherme desculpando-se formalmente e, mais tarde, publicou um conjunto de três trabalhos (escritos, segundo o próprio, em épocas diferentes e com fins distintos), a que deu o título de *O Conflito das Faculdades*, em cujo prefácio, subtilmente, colocou a correspondência trocada com o soberano. Aí explica a oportunidade de reunir os três textos num só volume, que se entende ser uma defesa da autonomia científica para quem detém efectivamente o conhecimento. A obra está dividida em três partes, mas é a primeira que nos interessa aqui considerar porque é nela que o autor explicita a hierarquia das faculdades e as relações que devem ter entre si e com o poder político. Segundo ele, ou melhor, “Segundo o uso adoptado” há três faculdades superiores (Teologia, Direito e Medicina) e uma inferior (Filosofia), e “Vê-se bem que, nesta divisão e denominação, não foi consultada a ordem dos eruditos, mas o governo”²⁹ – como diz ironicamente. As faculdades superiores são aquelas cuja actividade interessa directamente ao governo, que sanciona as suas doutrinas e as matérias que ensinam, porque elas dizem respeito à própria actividade governativa – Teologia, porque tem a ver com “o bem eterno de cada um”; Direito, porque tem a ver com o bem civil; e Medicina, porque tem a ver com “o bem corporal (viver longamente e ter saúde). Quanto à faculdade de Filosofia, ela compete-lhe apreciar a legitimidade dos conhecimentos à luz da razão, não podendo por isso ficar sujeita a nenhuma ordem que não seja a do seu próprio saber. E acrescenta ainda que esta faculdade deve dividir-se em dois departamentos: “um do conhecimento histórico (a que pertence a História, a Geografia, o conhecimento erudito da língua, a Humanística com tudo o que a ciência natural apresenta de conhecimento empírico); e outro, dos conhecimentos racionais puros (Matemática pura, Filosofia pura, Metafísica da natureza e dos costumes)”³⁰. Segundo ele – e aqui está contida a essência do conceito – as matérias das faculdades superiores interessam (não são o conteúdo do seu estudo) à faculdade inferior como objecto “do seu exame e da sua crítica, na mira do benefício das ciências”. Esta imagem parece-me interessantíssima³¹, sobretudo se for analisada tendo em conta as limitações da época, impostas por um conceito de poder político que se espelha muito bem na forma das ameaças

de Frederico Guilherme a Kant. Está aqui patente o problema da Ciência e da sua metodologia e, ao mesmo tempo, da cultura enquanto qualidade indispensável ao julgamento (que ousou chamar de científico) de verdade que só pode ser feito pelos pares “eruditos”. É verdade que se vivia um momento em que a imagem de um conhecimento global e enciclopédico era dominante, mas a tese de Kant é mais abrangente do que isso porque nos mostra a relação entre determinado nível de saber, rigor de raciocínio e validação da descoberta científica.

Poucos anos depois de *O Conflito das Faculdades*, nasce a Universidade de Berlim, projectada e organizada por Wilhelm von Humboldt segundo regras que explicou num texto publicado em 1809-10, com o título *Sobre a organização interna e externa dos estabelecimentos científicos em Berlim*. A concepção humboldtiana de Universidade está profundamente marcada pelo espírito do liberalismo oitocentista (que não importa agora analisar) e assenta num princípio fundamental: a Universidade existe em função do saber e é em função desse designio que se devem adaptar os estatutos de professores e alunos. Pressupõe, portanto, uma relação estreita entre ensino e investigação que envolve docentes e discentes num mesmo processo cujo objectivo supremo é a produção de conhecimento. Curiosamente, de acordo com a ideia de Humboldt (e ao contrário do que aconteceu noutros pontos da Europa e dos Estados Unidos), os exames destinados a qualificar pessoas para o exercício de uma profissão deveriam ser controlados pelo estado (embora envolvessem os professores da Universidade), mas aqueles que se destinavam à obtenção de qualificações para a realimentação do próprio sistema universitário (professores e investigadores) apenas teriam o controlo da Universidade, que deveria gozar de absoluta autonomia científica (há nisto uma certa semelhança com as características e funções da faculdade de Filosofia concebida por Kant). Deve dizer-se que a primeira Revolução Tecnológica (sec. XVIII), que teve como base a descoberta e utilização da máquina a vapor, se centrou na Inglaterra, mas é preciso observar uma segunda Revolução Tecnológica, ocorrida no século XIX, ligada à produção e utilização da electricidade, e que tem na Alemanha (a par dos Estados Unidos) a sua vanguarda.

A Universidade Humboldtiana não foi modelo uniforme na Europa que se debateu, ao longo do século XIX e XX, com o afastamento entre as “Letras” e as “Ciências”, ou entre as ciências exactas e as ciências humanas, sob a pressão constante da ideia de produtividade, que exige cada vez mais da Universidade uma função prática ou uma utilidade concreta. Esta pressão atingiu tais proporções que hoje já se transpôs para dentro das humanidades

como não podia deixar de ser. No fundo aí se espelham as clivagens que decorrem das circunstâncias políticas e correspondentes crises sociais que atravessaram o século XX, com duas Guerras Mundiais sangrentas e com a Guerra Fria.

«A cultura “humanística”, divorciada da cultura “científica”, está a operar um novo divórcio, agora no seu próprio seio. Este parece ser o problema de fundo da ideia de universidade agora, no princípio do século XXI. A universidade da excelência, despida de um projecto filosófico sobre o saber, cumpre excelentemente as funções que o Estado lhe atribui e a sociedade reclama. Forma profissionais competentes, para as mais diversas actividades [...] Abre-se a todos, desde que demonstrem suficientes capacidades; [...] instala um conceito de excelência num patamar supra-nacional. Mas como afirmou Bill Readings, “a universidade já não participa do projecto histórico para a humanidade, que foi a herança do iluminismo: o projecto histórico da cultura”»²²

Uma conclusão pessimista que espelha sentimento de crise permanente do século XX. Aliás própria do pessimismo antropológico gerado pela queda progressiva dos valores humanistas, que eu não creio terem sido varridos do pensamento actual. Há, de facto, problemas que é preciso resolver e cuja visão se tornou tanto mais angustiante quanto perdeu sentido o raciocínio bipolar a que fomos habituados²³. Este assunto é, aliás, um dos muitos temas que cabe à Universidade pensar, esperando eu que isso seja uma conclusão evidente depois da leitura destas páginas. Humboldt, na sua ideia de Universidade, bateu na tecla do poder criativo que devia ter, e explicou que isso era possível se a comunidade de professores e alunos fosse uma comunidade de investigadores com níveis diferentes, naturalmente. O seu contemporâneo Schelling achava que uma ideia filosófica será entendida com mais facilidade se for explicada de acordo com o seu próprio desenvolvimento, e Humboldt transpôs este raciocínio pedagógico para toda a Ciência, achando que o caminho da investigação para a descoberta científica é a via que melhor se adapta à compreensão do conceito que nasce com essa descoberta. Ao maçar-vos com uma leitura teórica sobre cultura e sobre a Universidade julguei poder conduzir-vos pelo caminho que uniu uma coisa à outra, tentando que assim seja claro como a formação universitária – vocacionada para a investigação e para a criação de novos saberes – é indissociável de uma preparação cultural adequada. A Escola naval, naturalmente, não é excepção.

* * *

A influência do modelo alemão de Universidade foi determinante e marcou a estrutura do ensino superior em diversos países europeus, prolongando as discussões sobre duas antinomias fundamentais: por um lado a ideia de um ensino apenas virado para o exercício de uma profissão, que se opõe ao conceito de Universidade com um papel fundamental na investigação; e por outro lado – de uma forma que (em certos aspectos) se cruza com a primeira – a Universidade utilitarista, presa a uma concepção economicista, e associada a uma noção explícita de “produto universitário”, opondo-se àquela que está virada para a elaboração pura do saber, sem dever preocupar-se com outras componentes. Estas linhas modelaram a Universidade desde sempre e não é de estranhar que, a partir do século XVIII (nalguns casos antes) tenham surgido escolas viradas para uma formação específica de como fazer, destinadas a suprir as necessidades da primeira Revolução Tecnológica. De igual modo a aceleração industrial e o modelo de crescimento económico das últimas décadas do século XX, ligado ao desenvolvimento das comunicações que está na base da chamada globalização, vem dar sentido à ideia de uma “universidade empresa” destinada a produzir algo que se venda e que se compre (em última análise, que se consuma). Mas estas questões devem ser pensadas para além do furor de cada momento, sem a pressão de factores de curto prazo, que são capazes de comprometer uma geração de forma irreversível²⁴.

A Academia Real de Guardas-Marinhas, criada em 1782, é um estabelecimento de ensino que visa ensinar “como se faz”, na tradição de outras academias europeias e das múltiplas escolas para formar cirurgiões, engenheiros, veterinários, artilheiros, técnicos de arquitectura militar, etc.²⁵. Representa a vitória de uma luta que começou no século XVI, com a criação da Aula do Cosmógrafo-Mor destinada a formar pilotos para todas as carreiras. Nunca teve um funcionamento regular essa instituição que foi, eventualmente, pensada por Pedro Nunes, com intenções de ensinar Geometria, Astronomia, Aritmética, e todas as disciplinas necessárias à aprendizagem da navegação “per arte e per razão”, como ele entendia que devia ser. Os pilotos mal sabiam ler e actuavam com base num conhecimento prático que foi servindo para uma determinada forma de actuar e num contexto do século XVI, mas que era francamente insuficiente para uma estrutura militar naval do final do século XVIII²⁶. O curso da Academia de Guardas-Marinhas tinha a duração de três anos, com aulas de desenho, arquitectura naval, aparelho e manobra, manejo de armas, matemática, francês e artilharia, sendo os períodos de aulas intercalados por estágios de embarque, mais ou menos prolongados. Parece-me óbvia uma preocupação de preparar para exercer uma

profissão – ou para fazer algo concreto como era a direcção de um navio em simples viagem ou em guerra – à maneira das escolas especializadas que aqui referimos, e dentro do espírito do que é ainda hoje o ensino politécnico em Portugal. O empenho nas disciplinas científicas (com especial relevo para a matemática) era bastante grande, mas a escola não se enquadra, claramente, no espaço universitário (que se reduzia à Universidade de Coimbra, reformada pelo Marquês de Pombal). Devo salientar, no entanto, que um dos primeiros Guardas-Marinhas – José Maria Dantas Pereira – comandante da Companhia à data de 1800, publicou uma obra apreciável sobre questões náuticas que estavam em discussão na Europa (*Memória que trata de umas taboas mathematicas e dos usos que ellas podem ter [...] na navegação alta em particular* – 1807, *Memória sobre o problema das longitudes* – 1826, etc.) e sobre outros temas de carácter não naval (*Diversões métricas e dramáticas... ou o benefício anonimo, comedia em 3 actos e em prosa*, etc.), que somam dezena e meia de títulos (por mim encontrados). Não consigo saber se é caso singular, mas é óbvio um nível cultural apurado e uma preocupação de actualização e permanente estudo de assuntos de natureza científica relacionados com a marinha.

Como é sabido a Companhia de Guardas-Marinhas embarcou para o Brasil em 1807, com todo material da Academia, regressando em 1825 com os oficiais que não optaram pela nacionalidade brasileira após a sua independência em 1822. A época não é de grande serenidade política, e facilmente compreendemos que a Academia também não funcionou nas melhores condições nos anos atribulados que se seguem, podendo tomar-se como referência da reorganização do ensino dos Oficiais da Marinha a criação em 1845 da Escola Naval. Não vou repetir o que se sabe da história da instituição – que mereceu tratamentos vários (alguns aqui citados) por alturas do segundo centenário da criação da Academia (1982) – mas importa referir alguns momentos que podem ser vistos como marcas na evolução da instituição. O curso passa a ser de dois anos, precedido de um ano preparatório na Escola Politécnica, que tinha sido criada recentemente (1837). Universidade – nessa altura – só em Coimbra. E assim foi até 22 de Março de 1911. A velha escola da Lusa Atenas, reformada pelo Marquês de Pombal e dotada do complexo monumental que ainda hoje se pode apreciar na parte alta da cidade, resistiu de forma hercúlea à criação de qualquer concorrente, em Lisboa ou no Porto.³⁷ O decreto que funda a Escola Politécnica, diz com toda a clareza que os seus objectivos são “habilitar alunos com os conhecimentos necessários para seguirem cursos das Escolas de aplicação do Exército ou da Marinha, oferecendo ao mesmo tempo os meios de propagar a instrução superior e de

adquirir a subsidiária para outras profissões científicas”⁵⁴. O que pode entender-se como uma clara vocação para a formação de militares (a que não escapa a mão de Sá da Bandeira) a que acrescia uma formação destinada a cursos de natureza técnico-científica, dentro do espírito da formação concreta para o desempenho de uma profissão, que caracterizou as suas congéneres europeias.

Até 1903 a Escola Naval sofreu seis reformas que a adaptaram às circunstâncias de uma marinha que passara a ter navios em aço, com propulsão mecânica, dotados duma artilharia com capacidades e exigências crescentes, e com uma administração que se tornara complexa, ao ponto de exigir quadros preparados especificamente para com ela lidar. Passou pela Primeira Grande Guerra com um regime transitório que visava a formação acelerada de oficiais suficiente às necessidades do conflito, sofrendo nova reforma em 1924 (onde se reflectiram as alterações técnicas e tácticas decorrentes da Guerra) e outra em 1937, quando da passagem para a margem sul e sua instalação no Alfeite. Em 1958 – sob a égide do então Contra-almirante Sarmento Rodrigues – sofre nova e profunda reforma que me parece essencial referir por duas razões: a primeira porque de facto o curso atinge um nível académico que ultrapassa largamente aquilo para que tendera o ensino médio/superior” não-universitário e os posteriores Institutos Politécnicos⁵⁵, que decorrem da reforma do ensino de 1973; e a segunda porque o curso continua a ter uma preocupação de formação exclusiva para o exercício de uma profissão, permanecendo alheio (refiro-me ao que está escrito no decreto) a qualquer formação cultural dos alunos, como acontece com a Universidade. Deve dizer-se com toda a justiça que a passagem do Almirante Sarmento Rodrigues pela Marinha teve consequências culturais incomparáveis para a instituição, cuja expressão mais visível é a criação da Comissão de Estudos da Marinha, que, mais tarde veio a ser a Academia de Marinha. Não seria de esperar que, a esse mesmo nível, os três anos em que desempenhou o cargo de Director e 1º Comandante da Escola Naval, fossem inócuos. O artigo 1º do Decreto 41894, que aprova a reforma de 1958, diz o seguinte:

“A Escola Naval – instituto superior de ordem científica, técnica e militar – tem por missão essencial preparar os alunos para o exercício das funções de oficial da Armada das classes de marinha, de engenheiros maquinistas navais e de administração naval.

Esta preparação consiste em formar-lhes o carácter militar, desenvolver a sua capacidade física e dar-lhes os conhecimentos científicos e técnicos necessários ao exercício das suas funções”

Alguns destes aspectos são, talvez, suficientemente abrangentes para abarcarem uma contínua formação cultural. Que limites tem a formação do carácter militar?... Estou em crer que para Sarmiento Rodrigues ela não faria sentido sem cultura, e isso decorre da actividade da própria Escola, que pode ver-se no seu Anuário 1958-60. Mas, mais uma vez, está ausente dos objectivos formais, o que constitui um limite à sua elevação ao nível universitário. Não é o único, aliás, porque outra característica da Universidade (hoje parece-me incontestável) é a vocação para a investigação, e isso implica a aquisição de um conhecimento que vai além da preparação para desempenhar funções⁴¹: é preciso que os quadros formados tenham meios para pensar essas mesmas funções a ponto de conseguirem inová-las, melhorá-las e aumentarem o saber sobre elas, em última análise. É por isso que apenas as Universidades conferem graus de mestre e doutor, que pressupõem provas dadas no campo da investigação.

Parece-me oportuno referir aqui a questão da colocação da Escola Naval no patamar universitário, na medida em que o assunto está em debate na própria Escola, tem sido alvo de alguns artigos na Revista da Armada e vai estar em discussão pública a curtíssimo prazo, no âmbito dos acordos internacionais que visam a “Reforma do Espaço Europeu de Educação”, conhecido pelo “Processo Bolonha”.⁴² Para além disso, a vertente cultural está intimamente ligada a esta questão porque os pressupostos da Declaração de Bolonha⁴³ são os da existência de um “espaço social e cultural comum”, salientando o papel das “universidades no desenvolvimento das dimensões culturais europeias” e num ideal que, de algum modo está ligado à centenária Universidade de Bolonha, evocando os longínquos tempos em que letrados (alunos e professores) circulavam por toda a Europa, e mantinham uma estreita relação epistolar de que beneficiavam essencialmente, o conhecimento. Quando esta Universidade comemorou os seus 900 anos (no pressuposto de que nascera em 1088, como já vimos⁴⁴) reuniu umas dezenas de reitores, que subscreveram a *Magna Charta Universitatum*, documento de afirmação de princípios que tem os seguintes considerandos:

⁴¹Consideram:

1. que o futuro da humanidade, neste fim de milénio, depende em larga medida do desenvolvimento cultural, científico e técnico que se forja nos centros de cultura, de conhecimento e de investigação em que se tornaram as verdadeiras Universidades;

2. que a tarefa de difusão dos conhecimentos que a Universidade deve assumir para com as novas gerações implica hoje que ela se dirija igualmente ao conjunto da sociedade – cujo futuro cultural, social e económico exige, nomeadamente, um considerável esforço de formação permanente;
3. que a Universidade deve assegurar às gerações futuras uma educação e uma formação que lhes permita contribuir para o respeito dos grandes equilíbrios do ambiente e da vida.”

E, de entre os “Princípios fundamentais” afirmados, devo destacar:

1. “A Universidade é, no seio de sociedades diversamente organizadas e em virtude das condições geográficas e do peso da história, uma instituição autónoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino.
Para se abrir às necessidades do mundo contemporâneo, ela deve ser, no seu esforço de investigação e de ensino, independente de qualquer poder político, económico e ideológico.
2. Nas Universidades, a actividade didáctica é indissociável da actividade de investigação, a fim de que o próprio ensino possa acompanhar a evolução das necessidades e as exigências da sociedade e dos conhecimentos científicos.”

Bom, uma das primeiras coisas que nos salta à vista é a impossibilidade das Forças Armadas estarem dissociadas do poder político, sendo complicado como, de algum modo, uma escola de ensino militar o pode estar (talvez isso possa ser entendido no âmbito estrito da investigação e ensino, se eu conseguir definir com rigor as componentes científicas do ensino superior militar). Todavia, não será esta uma limitação de monta à integração universitária da Escola Naval. O que não pode ser esquecido é que as “verdadeiras Universidades” são “centros de cultura, de conhecimento e de investigação”. A *Magna Charta Universitatum* é indissociável da declaração de Bolonha (que explicitamente a refere) até na forma como esta última procura recuperar formalmente – através de um sistema de créditos reconhecido internacionalmente – a liberdade académica da sociedade medieval do conhecimento, ou a “república europeia da cultura”, cuja estrutura foi de tal forma forte, no período moderno, que se permitiu continuar a funcionar para além das divisões impostas por conflitos violentos entre as nações a que pertenciam os seus eruditos elementos. A motivação primeira do “Processo de Bolonha” está na imagem desta comunidade de saber, que tem raízes medievais, que cresceu no

período moderno e que constitui uma especificidade da tradição cultural europeia. É a esta circulação permanente do conhecimento que se deve a posição de destaque que a Europa veio a ocupar a partir do século XVIII, e as figuras que habitualmente enumeramos como responsáveis pela revolução científica e tecnológica do século XVII (Galileu, Descartes, Newton, etc.), não são outra coisa que emanações dessa mesma comunidade de saber. Não admira, portanto, que, num momento em que é fundamental a afirmação competitiva da Europa no contexto de uma globalização dos saberes, as Universidades reencontrem o paradigma de um sucesso que não querem (e não podem) perder. Acertaram por isso em vários princípios, que foram corroborados em Bolonha pelos Ministros da Educação: o primeiro é a estruturação mais ou menos uniforme dos cursos, para que os respectivos graus possam ter uma correspondência (paridade nos graus de licenciatura, mestrado, doutoramento); e o segundo é o estabelecimento do sistema de créditos (ECTS) que garante as equivalências indispensáveis à livre circulação. Acrescentaram-lhe, aliás, uma particularidade que também decorre de uma tradição secular: a possibilidade de aquisição desses mesmos créditos num processo de formação ao longo da vida, seja de uma forma autodidacta e pelo exercício prático de um saber (no nosso caso poderemos associá-lo à prática de embarque, participação em exercícios, operações, etc.), seja pela frequência de estudos complementares.

Mas vem esta referência a propósito das alterações que o "Processo Bolonha" poderá vir a implicar na Escola Naval. Elas prendem-se, naturalmente, com a integração das cadeiras no sistema internacional de créditos que se estenderão à formação ao longo da vida (implicando uma estruturação adequada da carreira) e passarão pelo reforço da componente cultural da formação, seja na perspectiva específica do ensino militar-naval (é preciso não esquecer que, quer Portugal, quer a Europa têm um passado, um presente e um futuro militar-naval), seja na perspectiva mais global da cultura (a cultura como adjectivo...) inerente à Universidade.⁴⁶

Não restam dúvidas de como, ao longo dos últimos dois séculos, vários Oficiais de Marinha tiveram um papel relevante no âmbito da cultura e da investigação científica, em assuntos que estavam relacionados com a sua formação naval ou noutros. Desde o exemplo já dado de José Maria Dantas Pereira, até figuras mais recentes como Carlos Testa, Henrique Lopes de Mendonça (foi ele que fez o poema do Hino Nacional), Braz de Oliveira, Moura Braz, Pereira da Silva (que pensou e repensou a Marinha do seu tempo, várias vezes), Foutoura da Costa, Gago Coutinho, Teixeira da Mota,

Conceição e Silva e tantos outros que – não podemos esquecer – tiveram as suas raízes na Escola Naval. Todavia a Escola, enquanto instituição, nunca dirigiu a sua actividade no sentido de estimular as actividades que notabilizaram este género de pessoas, com sentido crítico, espírito inovador, sensibilidade artística (nalguns casos), conhecimento e cultura. Quero dizer, aquilo que os evidenciou não distinguiu simultaneamente, a Escola Naval, porque surgiu desfasado da sua actividade normal de formar novos Oficiais. Não seria assim na Universidade ou, pelo menos, não é esse o espírito da instituição universitária. Dir-se-á que a vida própria de um Oficial da Marinha, com o cosmopolitismo inerente à viagem pelo mar e à mudança constante de ambiente, agregados a uma sólida formação científica, permitiram criar personagens como aqueles que referi?... Também creio que é verdade. Mas então a experiência que resultou dessa particular forma de vida, e que se tornou um saber acumulado, tem de ser transmitida aos cadetes⁷⁷. A Escola está num momento de reflexão sobre as possíveis alternativas com que se vai deparar num futuro mais ou menos próximo, com o enquadramento do ensino superior português na legislação que decorrerá do processo de Bolonha. Independentemente das decisões que venham a ser tomadas sobre o assunto, está a fazer o que lhe compete, revelando nesta mesma atitude a sua vontade de assumir, não apenas o prestígio, mas as responsabilidades do estatuto universitário a que ambiciona.

Não posso entrar pelo conteúdo curricular da Escola (que, aliás, acaba de receber uma reforma), porque está fora do âmbito do que aqui estou a tentar dizer⁷⁸, mas permito-me fazer algumas observações específicas de alguns aspectos que devem ser levados em consideração, se quisermos avançar no sentido de fortalecer a componente cultural da formação dos alunos.

A primeira diz-me directamente respeito, enquanto professor de História Naval, encarregado, portanto de transmitir as linhas gerais de uma herança riquíssima como todos sabemos (e digo linhas gerais, porque a História Naval Portuguesa é, felizmente, um mundo vastíssimo que extravasa as dimensões de uma cadeira curricular). Devo, aliás, acrescentar que a par do exemplo de um passado notável e que devemos conhecer, uma parte importante desta herança cultural tem de ser vivida no dia a dia da Escola, responsabilizando todos os oficiais e professores, enquanto mais velhos e experientes, mas, também, os alunos.

A segunda tem a ver com a biblioteca, com a sua organização e enriquecimento. Em qualquer lado – seja numa escola, seja noutra instituição ou

numa casa privada – a biblioteca é a medida da real importância que nesse sítio se dá ao conhecimento e à cultura. E sendo a Universidade um sítio onde se estuda”, as aulas, as repetições, os exames e os exercícios diversos são apenas elementos complementares (que não podem evitar-se, naturalmente) de uma actividade muito mais vasta, cujo coração está na biblioteca. No caso da Escola Naval, quer a sua localização e estrutura, quer as carências do seu catálogo, mostram bem como o investimento na sua renovação tem sido uma das mais negras facetas da crise económica que nos assola em todos os domínios. É indispensável manter uma biblioteca ao nível das exigências científicas e culturais (e insisto no culturais) de uma escola universitária, salientando que isso não implica apenas a compra de livros ou a organização e informatização do catálogo. A nossa biblioteca tem pérolas bibliográficas que resultam de uma acumulação centenária, mas não tem condições de organização do espaço, nem meios funcionais para desempenhar o papel que lhe compete. As bibliotecas escolares modernas têm um ambiente adaptado aos alunos e professores que nelas trabalham, com os livros em estantes abertas, meios auxiliares de consulta permanentemente disponíveis, funcionalidade na obtenção de cópias e uma estrutura de funcionamento dinâmica. Pode-se trabalhar lá com o computador, com vários livros, com acesso a versões digitais e a catálogos de outras bibliotecas. Pode-se centrar ali quase toda a actividade de estudo ou recorrer a um sistema de empréstimos e devoluções adaptado à vida escolar. É preciso que o espaço físico, a estrutura de funcionamento e os meios disponíveis (que hoje não são apenas livros) constituam um conjunto harmonioso, integrado num ambiente apelativo, com uma dinâmica funcional que vá ao encontro das necessidades do tal estudo, que constitui o núcleo central da actividade universitária.

A terceira observação diz respeito ao aproveitamento dos meios informáticos, quer no uso do computador tirando dele o máximo rendimento, quer no acesso permanente à internet. Este assunto é particularmente importante e devia merecer a nossa atenção e reflexão sob dois pontos de vista. O primeiro está ligado à inserção no próprio mundo da informação e no acesso aos instrumentos científicos (e culturais) que aí se podem colher. Deve entender-se que, se o processo de globalização é um estímulo da competitividade, e vai obrigar-nos à mesma excelência que é exigida às escolas que estão sujeitas à competição directa, essa mesma globalização tem uma componente de disponibilidade absoluta, a tempo inteiro, de uma informação, que a minha geração (de um modo geral) não sabe usar e que não pode ser desperdiçada. O processo de actualização de conhecimentos é feito na hora exacta em que eles estão disponíveis, e isso acontece de um momento para o outro em toda

a parte do mundo. Isto quer dizer que as potencialidades de obtenção e divulgação do conhecimento são muito maiores, mas quer dizer também que a Escola Naval de hoje, apesar de ter praticamente o mesmo regime de internato que tinha há vinte anos atrás (e esse regime é uma componente da formação militar dos alunos) é uma miragem desse tempo, em que não havia telemóvel, não havia computador e não havia internet. Mas a vertente que acabo de referir é a vertente de relacionamento dos alunos e professores com o mundo, porque a utilização dos computadores e da internet tem uma outra componente que se vai impor, e a que todos os que exercem actividade docente na Escola vão ter de se adaptar, que é a de comunicação permanente entre professores e alunos. Esta comunicação já existe em muitos estabelecimentos de ensino nacionais e internacionais e pode ser a realização plena da verdadeira comunidade universitária que imaginou Humboldt, mas vai obrigar-nos (a todos) a uma postura no ensino completamente diferente da actual. A vida quotidiana na Marinha está marcada pela vivência a bordo e pelas suas tradições, onde existe uma alternância de privacidade e vida em comum, em função dos momentos; mas esta relação nova – a que não vale a pena resistir porque ela decorre da sociedade da informação e impor-se-á de dentro para fora ou de fora para dentro, e dos alunos para professores ou de professores para alunos – vai alterar este ritmo tradicional subvertendo as alternâncias de privacidade e vida em comum, na forma como elas ainda existem. Com a recente instalação da sala multimédia, a Escola Naval deu um passo de gigante, no sentido da integração dos seus alunos num espaço de conhecimento sem limites, mas terá de prosseguir os seus esforços de forma a multiplicar as actuais capacidades, alargando o espectro de utilização do computador e da rede informática até à criação de uma comunidade virtual de professores e alunos que funcione permanentemente. A realização através da electrónica, em tempo real, daquilo que foi a lenta mas intensa correspondência epistolar entre académicos, durante os séculos XV, XVI e XVII. Já não se trata de uma ficção: é um sistema em desenvolvimento por toda a Europa, que já chegou a algumas Universidades portuguesas e ao qual vamos ter de aderir com todo o empenho (está em curso a candidatura ao projecto de *Universidade Electrónica/Campus Virtuais*) sob pena de gorar-mos gravemente as expectativas de quem vive o processo de aprendizagem e formação.

E termino este já longo texto com a referência a uma iniciativa que tem vindo a realizar-se na Escola desde 1998, que são os colóquios bienais que têm o título genérico de *Jornadas do Mar*. A sua iniciativa (como tive ocasião de explicar uma vez na Revista da Armada) resultou de uma conversa informal entre o Professor António Dias Farinha e o nosso camarada Dr. Rui

Ortigão Neves, recordando uma realização de 1960 na Academia Militar, por alturas da comemoração do quinto centenário da morte do infante D. Henrique. Nessa altura teve lugar um colóquio universitário que tinha o Infante como referência e que juntou alunos de várias escolas superiores, no que foi um acontecimento cultural de grande efeito e que ambos recordavam com satisfação. Coube ao nosso camarada Ortigão Neves trazer a ideia para a Escola, propondo aproveitar as comemorações da chegada de Vasco da Gama à Índia (a que já estava associada a EXPO 98, com todo o impacto que tinha) e levar a cabo um acontecimento semelhante. Fez-se em 1998 (um ano antes da Declaração de Bolonha) o colóquio *Vasco da Gama, os Oceanos e o Futuro* e, de imediato se pensou em dar continuidade à iniciativa realizando colóquios semelhantes de dois em dois anos, que passariam a ter o título genérico de *Jornadas do Mar*, a que, eventualmente, se juntaria a inspiração de uma comemoração, embora ela tenha acabado por perder a sua importância enquanto pretexto de um acontecimento que se impôs por si só. Como se sabe estas *Jornadas do Mar* reúnem em colóquio, na Escola Naval, durante uma semana, alunos de vários estabelecimentos de ensino superior, nacionais e estrangeiros, com o propósito de apresentarem comunicações de natureza científica por si preparadas, a que acresce um conjunto de mesas redondas, um programa cultural e um convívio extraordinário e descontraído, que constitui uma experiência ímpar da multidisciplinaridade que é a essência da cultura. De dois em dois anos os alunos da Escola Naval vivem um acontecimento onde observam e experimentam o que sonham os cientistas de todo o mundo, mas que já não conseguem fazer desde o século XVIII: juntarem-se num congresso, colóquio, reunião ou apenas encontro, onde discutam os seus saberes específicos a par com todos os outros ramos do conhecimento científico. É, no fundo, esse o sonho da *Magna Charta Universitatum* e o espírito da criação do Espaço Europeu do Conhecimento que deu origem à Declaração de Bolonha. Depois do que já aqui afirmei, não vale a pena enumerar os benefícios que daqui advêm para os alunos da Escola Naval e para a instituição em si – penso serem evidentes depois do que espero ter conseguido explicar sobre cultura e sobre o seu papel na formação universitária –, mas importa não esquecer a verdadeira natureza da realização e o seu significado dentro da comunidade académica onde a Escola quer estar de pleno direito.

Quis fazer deste artigo um (quase) ensaio sobre a cultura e sobre o seu lugar na formação universitária em geral e na dos alunos da Escola Naval em particular. Foi um caminho, apesar de tudo, longo onde espero ter conseguido deixar a luz suficiente para que possam ser compreendidas as ideias que ele

contêm. Não são ideias definitivas (hoje em dia não há ideias definitivas), mas são assuntos sobre os quais vale a pena reflectir sem preconceitos. Sobretudo sem o preconceito perverso de que a cultura é uma coisa supérflua, a usar quando há tempo e dinheiro: essa é uma via imediata que se refugia numa espécie de “sentido óbvio”, aparentemente pragmático das coisas, mas cujo “reverso da medalha é o comprometimento do futuro. Os alunos que hoje frequentam a Escola Naval têm de pensar e dirigir a Marinha daqui a vinte, trinta ou quarenta anos. A formação que lhe estamos a dar tem de permitir que entendam e se adaptem ao que entretanto for acontecendo nas disciplinas técnicas que lhe dizem respeito, e a todos os domínios da vida nacional e internacional.

Bibliografia

- CAJARABILLE, Victor Lopo, “A evolução do ensino naval nos últimos dois séculos”, palestra proferida a 24 de Março de 1983, in *200 anos da Companhia de Guardas-Marinhas e da sua real Academia*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1985.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 3ª Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- CASTELLS, Manuel, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, vol I, *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- CRESPO, Vitor, *Ganhar Bolonha, Ganhar o Futuro, O Ensino Superior no Espaço Europeu*, Lisboa, Gradiva, 2003.
- FARIA, Luísa Leal de, *Universidade e Cultura*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2003.
- KANT, Immanuel, *O Conflito das Faculdades*, Lisboa, Edições 70, 1993.
- LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as duas Razões*, 4ª Ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, imp. 1994.
- MIRANDA, José A. Bragança de, *Teoria da Cultura*, Lisboa, Edições Séclo XXI, 2002.
- NETO, Ferreira, “A Formação dos Oficiais de Marinha na Escola Naval (Educação e Dressage)”, in *Anais do Clube Militar Naval*, nºs 10-12, Out-Dez 2001, Ano CXXXI, Lisboa, 2002, pp. 785-811.
- QUEIRÓ, João Filipe, *A Universidade Portuguesa. Uma reflexão*, Lisboa, Gradiva, 1995.

- RENAUT, Alain, *Universidade e Cultura*, Lisboa, Colibri, 1997.
- RIOUX, Jean-Pierre, e SIRINELLI, Jean Francois, dir., *Para uma História Cultural*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- RÜEGG, Walter, *Uma História da Universidade Na Europa*, 1 vol, *As Universidades na Idade Média*, II vol, *As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, imp. 1996, imp. 2002.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Pela Mão de Alice, O social e o político na pós-modernidade*, 8ª Ed., Porto, Edições Afrontamento, 2002.
- SERRA, Manuel Limpo, “Da Companhia de Guardas-Marinhas à actual Escola Naval Portuguesa”, conferência proferida na Escola Naval a 3 de Maio de 1982, in *200 anos da Companhia de Guardas-Marinhas e da sua real Academia*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1985.
- SARAIVA, António José, *A Cultura em Portugal*, 2 vols, Lisboa, Gradiva, 1994.

Luís Jorge Rodrigues Semedo de Matos – Escola Naval

Notas

- ¹ Pierre Larousse, *Grand Dictionnaire Universel*, tome 5, Paris, 1863-1876, pag. 653, col. 3.
- ² Edmund Leach, “Cultura/culturas”, in *Enciclopédia Einaudi*, nº 5, dir. Ruggiero Romano, Lisboa, 1985, p102.
- ³ O sentido antropológico da expressão vulgarizou a sua forma plural de “culturas”, salientando a diversificação de mundos humanos, enquanto o segundo significado evoluiu ligado à forma singular de “cultura”.
- ⁴ António José Saraiva, *A Cultura em Portugal, Teoria e História*, 1º vol, Lisboa, 1994, p 77.
- ⁵ O título que lhe dá é, alias, *A Cultura em Portugal*, o que tem um sentido bem diferente.
- ⁶ Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, 4ª ed., Lisboa, imp. 1994, p. 158 e 159.
- ⁷ Os dois mitos tocam-se na transgressão que traz a sabedoria (de forma idêntica ao pecado original que leva à expulsão de Adão e Eva do paraíso), mas separam-se na esperança que permanece em Prometeu e que não encontro em Fausto. A sabedoria fáustica é amaldiçoada sem remissão.
- ⁸ No caso específico de Portugal (ou da Península Ibérica), que recebeu uma intensíssima influência islâmica.
- ⁹ E é por ser europeu que não sei e, provavelmente, nunca saberei.
- ¹⁰ Duas situações cuja grande importância reside na imediata necessidade de estabelecer as regras que evitem que o trauma domine o Ser Humano. A Psicanálise regista-o como um complexo presente no inconsciente.
- ¹¹ Para a qual, a Psicanálise tem as suas explicações, que não importam para a questão presente.
- ¹² Esta descoberta não foi instantânea, prolongando-se pelos séculos XV e XVI.
- ¹³ Se calhar porque o desenvolvimento científico fez esquecer que o Homem continuava a ser o sujeito do conhecimento.

¹⁴ José A. Bragança de Miranda, *Teoria da Cultura*, Lisboa, Lda, 2002, p.24.

¹⁵ "Pressupõe-se, assim, que ser culto implica uma qualquer capacidade para aprender a totalidade e, correlativamente, que a cultura é essa totalidade". Cf. Idem, *Ibidem*, p. 20.

¹⁶ Discordo e considero redutora a ideia de que a "lógica da cultura é mais figurativa do que simbólica", como diz J. Bragança de Miranda.

¹⁷ É através dela que se obtém a constantemente invocada transdisciplinaridade (qualitativamente diferente e muito mais adequada do que a ideia de multidisciplinaridade) indispensável em qualquer investigação, por mais especializada que esta seja.

¹⁸ Luisa Leal de Faria, *Universidade e Cultura*, Lisboa, 2003, p. 11.

¹⁹ A referência essencial era, de facto, a Física de Aristóteles, embora tenhamos que admitir que o principal problema na aceitação do sistema de Galileu era o facto da Terra e a criação divina que era o Homem deixarem de estar no centro de tudo.

²⁰ O conhecimento (ou o saber) há muito tempo que deixou de ser um corpo em evolução previsível e controlada. O processo de crescimento é permanente e de tal forma acelerado que nunca será alcançado se não forem conhecidos os factores que determinam esse mesmo crescimento. Não me chega saber tudo o que é conhecido neste instante porque no instante seguinte já estou desactualizado. Preciso de saber quais são os caminhos que estão a ser seguidos para entender o que se sabe hoje e o que se vai descobrir amanhã, sendo, tanto quanto possível, um agente dessa mesma transformação.

²¹ A seu tempo veremos porque é que refiro esta data como marcante do afastamento dos dois discursos.

²² Sabe-se hoje que Homero apenas foi, eventualmente, o compilador da forma escrita desses poemas, numa determinada fase da história grega. Os poemas são muito antigos e os estudos sobre eles feitos revelam que existe uma diferença de mais de dois séculos entre um e outro, o que afasta qualquer hipótese de poderem ter sido elaborados por um só autor. A hipótese mais provável é que tenham vindo a ser escritos ao longo dos tempos por quem tinha a missão de os recitar e repetir, até ser fixada uma versão final, escrita, que tradicionalmente é atribuída a Homero.

²³ Estas comemorações têm um historial que remonta ao século XIX, quando as condições políticas da Itália de então reclamaram a prioridade da criação da primeira universidade e afirmaram que ela tinha ocorrido em 1088, em Bolonha. Sabe-se hoje que é pouco provável que assim tenha acontecido, como são pouco prováveis as fundações precoces da Universidade de Paris ou de Oxford. Cf. Walter Rüegg, ed., *Uma História da Universidade*, vol I, *As Universidades na Idade Média*, Lisboa, 1996, p. 4 e ss.

²⁴ Sobre o que se passou em Portugal, deve ver-se Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, 3ª Ed., Lisboa, 2001.

²⁵ Willem Frijhoff, "Modelos", in *Uma História da Universidade na Europa*, vol II, Lisboa, imp. 2002, p.39.

²⁶ D. João III promove uma reforma importante que leva a Universidade de Lisboa para Coimbra, por alturas de 1537.

²⁷ Immanuel Kant, *O Conflito das Faculdades*, Lisboa, 1993, p. 11.

²⁸ Faço apenas de uns quanto títulos representativos da abrangência dos temas estudados que procuro mostrar.

²⁹ Kant, *op. cit.*, p. 21.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 32.

³¹ Estou, aliás, a seguir o raciocínio de Luisa Leal de Faria, *op. cit.*, *passim*.

³² L. L. Faria, *op. cit.*, p. 170.

³³ Habitado a raciocinar sobre séculos sinto-me incapaz para juízos sobre décadas ou anos. Tenho tendência a esperar para ver. Todos nós achamos que cada momento vivido é o *Grande Momento*, mas é inevitável que isso é fruto de uma subjectividade que, como os *Grandes Momentos*, perdura há milhares de anos.

³⁴ A era dos extremos, que foi o século XX (Eric Hobsbawm), teve quantidade suficiente de experiências e contestações. Todorov, *Apud* L. L. Faria, *op. cit.*, p. 170.

³⁵ Aliás, um tipo de escolas, que começamos a encontrar desde muito cedo, é as escolas de natureza técnico-militar, de que é exemplo a Aula de Fortificação e Arquitectura Militar, criada por D. João IV, em 1641.

³⁶ “Foi só com o salto de desenvolvimento das ciências matemáticas e o consequente progresso da náutica, juntamente com o aumento do poderio dos navios e da importância militar da manobra, que se veio a reconhecer a necessidade de concentrar num único chefe a totalidade dos conhecimentos necessários à utilização integral do navio de guerra, originando aquilo a que hoje se chama o oficial de marinha”. Manuel Limpo Serra, “Da Companhia de Guardas-Marinhas à actual Escola Naval Portuguesa”, conferência proferida na Escola Naval a 3 de Maio de 1982, in *200 anos da Companhia de Guardas-Marinhas e da sua real Academia*, Lisboa, 1985, p. 25.

³⁷ É curioso notar que o decreto de Março de 1911, a criação das duas Universidades vem misturada com outros assuntos, como se não tivesse relevo suficiente para merecer um tratamento diferenciado, ou como se houvesse uma explícita intenção de lhe retirar a espectacularidade que, naturalmente, merecia. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, 3ª Ed., Lisboa, 2001, p. 688.

³⁸ Rómulo de Carvalho, “Escola Politécnica”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol V, p. 106.

³⁹ Uso o termo médio/superior por não ter encontrado melhor expressão para definir os cursos não universitários que permaneceram.

⁴⁰ Para os Institutos Politécnicos adopto a definição que lhe dá Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 809: “Os Institutos Politécnicos destinavam-se a ministrar cursos de ensino superior de curta duração, orientados para uma formação profissional imediata e de âmbito especificamente regional”. É claro que as inovações sociais decorrentes do 25 de Abril e período seguinte alteraram alguns dos pressupostos deste conceito, elevando os cursos ministrados pelos Politécnicos ao grau de licenciatura. Não lhe deram, apesar de tudo, o carácter de ensino universitário, permanecendo a componente de formação profissional que atrás foi definida como o “ensinar a fazer”, com o mesmo sentido que tiveram alguns cursos criados por toda a Europa ao lado de Universidades que, de certo modo, funcionavam na sua “Torre de Marfim”, desligadas da evolução científica e das consequentes Revoluções Tecnológicas.

⁴¹ Preparar para desempenhar funções é uma vocação do ensino politécnico. O ensino universitário prepara para criar saber, para além do desempenho das funções.

⁴² Digo eu que vai estar em discussão pública e digo-o convictamente, sem perder de vista que se trata de um assunto que diz respeito a uma escola de ensino superior militar (como é a Escola Naval). Tudo, hoje em dia, passa pela discussão pública. Mesmo o lugar da Escola Naval no ensino superior, universitário ou não.

⁴³ Declaração de 19 de Junho de 1999, resultante de uma cimeira de Ministros da Educação.

⁴⁴ *Supra*, p. 7.

⁴⁵ ECTS – European Credit Transfer System.

⁴⁶ Parece-me a mim evidente – e decorre do que aqui já disse – que se a sobrevivência da Universidade tivesse dependido da sua utilidade prática imediata, ela tinha acabado, paulatinamente, entre os séculos XVIII e XIX. Mas a Universidade reconverteu-se, sobreviveu, e pretende afirmar-se como referência dentro do espaço europeu. A Escola Naval terá, naturalmente, de acompanhar esta afirmação e consegui-lo-á fazer se assumir um conteúdo cultural específico que vá para além da simples formação de pessoas para desempenhar um cargo. E mal seria se, num país como Portugal, uma Escola Naval não tivesse nada para dizer, em termos culturais.

⁴⁷ E estou a dar apenas um exemplo rápido (não será tão rápido assim, se conseguir observar o que está para lá da viagem/s em si) de uma componente cultural de que a Escola Naval deve-

ria ser a conservadora, como a Universidade de Coimbra ou o Instituto Superior Técnico conservam as suas próprias especificidades culturais (e dou estes dois exemplos distantes, para que se percebam como podem estar longe os limites da cultura, na forma como aqui falámos dela)

¹⁰ E, sobretudo, porque não disponho do saber necessário para isso, fora do âmbito da disciplina de que sou professor e de aspectos que, de momento, são extra-curriculares.

¹¹ “Uma Universidade é um sítio onde se estuda. Não é um sítio onde se ensina, muito menos um sítio onde se avalia, muito menos ainda um sítio onde se passam diplomas. E isto vale, embora obviamente de forma diversa, tanto para professores como para estudantes *Universidade Portuguesa. Uma Reflexão*.”

Museu de Marinha – um Mundo de Descobertas

Adriano Beça Gil, Capitão-de-mar-e-guerra Res
Fernando Fuzeta da Ponte, Capitão-de-mar-e-guerra Res
Manuel Seixas Serra, Capitão-de-mar-e-guerra Ref
Bruno Gonçalves Neves, 2º Tenente TSN
Dra. Olimpia Gordon Pinto

HISTORIAL

O Rei D.Luís I, fundador do Museu de Marinha, foi durante toda a vida o homem do mar que era, quando em 1861 subiu ao trono por morte de seu irmão D.Pedro V, dando início a um reinado que duraria cerca de vinte e oito anos.

Nascido em 31 de Outubro de 1838, foi de tenra idade destinado por sua mãe D.Maria II à carreira naval; com apenas oito anos foi nomeado praça da Real Companhia dos Guardas Marinhas.

A educação cuidadosa e inovadora que recebeu, em que as artes plásticas tiveram acompanhamento especial, para o que muito contribuiu seu pai D.Fernando II, teve como objectivos, entre outros, o desenvolvimento do gosto pelo coleccionismo que manteve durante a sua vida, chegando mesmo a revelar-se um grande numismata. Ao longo da sua vida o monarca foi desenvolvendo os seus conhecimentos de arte, tanto como entendido como artista, recebendo lições de mestres de renome, confirmando deste modo o seu manifesto interesse em aperfeiçoar o seu estilo.

Impulsionado pelo seu espírito de coleccionador e pelo seu gosto pelas artes plásticas, organizou no Palácio da Ajuda uma “Galeria de Pintura” que na época constituiu um evento de relevo pelo elevado número e qualidade dos trabalhos expostos.

Em Setembro de 1857, com dezanove anos, assumiu o comando do seu primeiro navio. No ano seguinte foi nomeado comandante da corveta “Bartolomeu Dias”. A sua carreira de Marinha viria a ser interrompida quando assumiu as funções de Rei.

Durante o seu reinado D.Luís continuou a prestar grande atenção ao mar e à sua Marinha, então em fase de desenvolvimento. O amor que tinha à Marinha e o gosto pelas colecções, contribuíram seguramente para a decisão

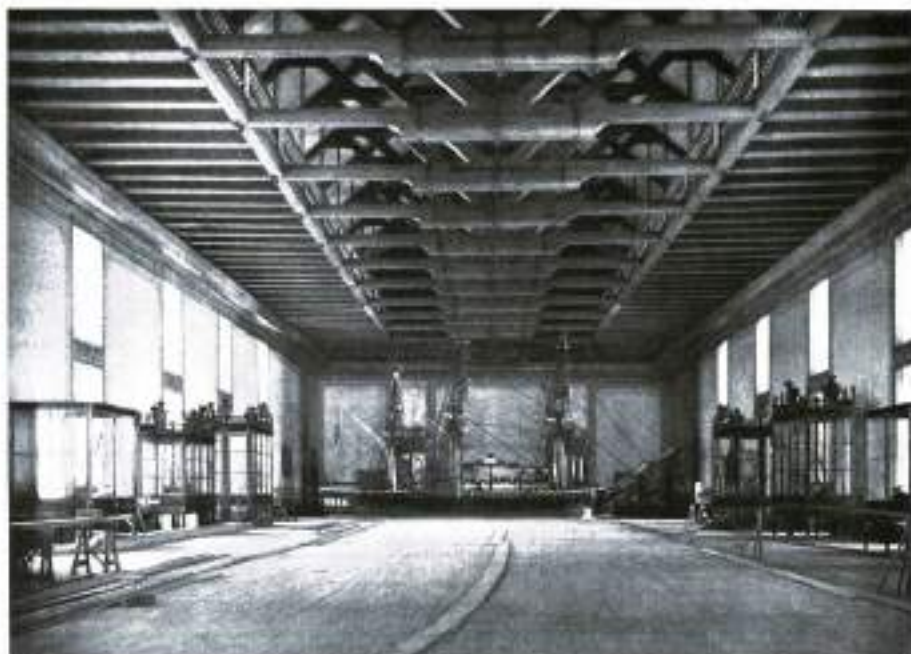


D. Luís

do monarca de criar o Museu de Marinha, para aí serem recolhidos, preservados e exibidos os testemunhos da nossa história marítima.

A 22 de Julho de 1863, por decreto real, foi criado o Museu de Marinha tendo ficado entregue à Escola Naval, na altura situada em Lisboa, a funcionar no edifício pombalino da rua do Arsenal, no complexo do antigo Arsenal da Marinha. Era então seu Conselheiro Director o Chefe de Divisão graduado Joaquim Pedro Celestino Soares em quem foi considerado estarem encontradas «...todas as condições de capacidade, amor da sciencia e amor da patria, necessarias para proceder a zelosas e intelligentes investigações archeologicas e para devidamente fazer coordenar as competentes collecções e catalogos...» pelo que «manda Sua Magestade El-Rei que o referido conselheiro trate desde já de recolher todos os objectos que por sua valia, significação, antiguidade ou outras circumstancias, devam pertencer ao museu de marinha, para o que é auctorisado a entender-se com as auctoridades dependentes d'este ministério e a dispor de uma das salas da precitada escola naval, à qual escola o museu fica interinamente annexo...», conforme vem expresso no texto da Portaria de 22 de Julho de 1863, transcrita na Ordem da Armada nº95, de 30 de Julho do mesmo ano.

As primeiras peças do seu acervo, constituídas por uma colecção de modelos de navios reunida por vários monarcas e doada à Marinha por D.



Sala do Risco

Maria II, foram guardadas em expositores na Sala do Risco do mencionado Arsenal, espaço também usado pela Escola Naval para actividades escolares e cerimónias oficiais. Segundo o uso da época, os modelos dos navios eram presentes ao Rei para que ele decidisse o tipo de navio a construir para a Marinha de Guerra.

Não foram tranquilos os primeiros tempos de existência do Museu de Marinha. Em 1903 uma Carta de Lei determina a conservação dos objectos patrimoniais a integrar no futuro Museu de Marinha nas instalações da Biblioteca de Marinha. Em 1909, por decreto de 16 de Dezembro, foi criado o Museu Nacional de Marinha, com a sua direcção confiada à Liga Naval Portuguesa, onde nunca chegou a instalar-se.

Depois de sucessiva legislação de que nada resultou de prático, chega-se a 1934 sem um Museu de Marinha a funcionar. É nesse ano que é criado na prática o Museu Naval Português (Decreto-Lei nº24 409, de 24 de Agosto), instalado a título provisório na Escola Naval. Ainda em 1934, foi nomeada uma comissão a fim de tratar das obras necessárias à preparação do edifício que deveria tornar-se o local definitivo para o Museu Naval Português: o Mosteiro dos Jerónimos.

Em 1916 um violento incêndio destruiu a quase totalidade da preciosa colecção de modelos de navios dos séculos XVIII e XIX que integrava o espólio



Palácio do Conde de Farrobo – Laranjeiras – Escadaria da Entrada

muscológico do Museu. A maioria do acervo hoje existente começou a ser reunido a partir desse ano, quer através de objectos recolhidos por iniciativa da sua direcção, quer ainda por doações de natureza muito variada provenientes de ilustres e devotas personalidades, na sua maioria oficiais da Armada.

Todo esse material foi sendo guardado nas instalações reconstruídas da desaparecida Sala do Risco e aí permaneceu até finais de 1948, altura em que, por falecimento do coleccionador e grande amigo da Marinha, Henrique Maufroy de Seixas, as suas notáveis colecções de temática naval e marítima foram legadas ao Estado e integradas no Museu de Marinha. Havendo que dispô-las em local adequado, foi o próprio Estado quem forneceu o edifício, para recolha da colecção Seixas, o Palácio do Conde de Farrobo, nas Laranjeiras, onde, de novo a título provisório, nasceram as instalações do Museu de Marinha, que abririam pela primeira vez ao público em finais de 1949.

A colecção legada por Henrique Maufroy de Seixas, constitui um valiosíssimo conjunto de artigos e documentos relacionados com o mar e actividades a ele ligadas. A colecção é fundamentalmente constituída por cerca de 20.000 chapas fotográficas, que vão desde finais do século XIX até à década de 1940, e por aproximadamente 300 modelos de navios da Marinha de Guerra, de embarcações de pesca e tráfego local, de embarcações de recreio e por um apreciável número de gravuras, nacionais e estrangeiras, aguarelas, cópias fotográficas e centenas de desenhos e planos de navios e embarcações.



Palácio do Conde de Faro – Sala da Marinha de Guerra

Em 1959 dá-se a reorganização do Museu (Decreto-Lei nº42 412, de 24 de Julho de 1959, que revoga o Decreto-Lei nº24 409, de 24 de Agosto de 1934), passando a ter a primitiva designação de Museu de Marinha. Na mesma data é promulgado o Regulamento do Museu de Marinha (Decreto nº 42 413).

O Museu conservou-se naquele local até ser possível realizar a sua transferência para as instalações actuais, o que aconteceu sobretudo devido ao grande empenho posto na resolução do assunto pelo então Ministro da Marinha, comandante Américo Thomaz.

O Museu viria a ser transferido definitivamente para Belém, concretizando-se a velha aspiração de o instalar em local e edifício emblemáticos, no Mosteiro dos Jerónimos, onde ocupa treze salas nas alas poente e norte; conta ainda com um pavilhão, especialmente construído para albergar a colecção de galeotas dos séculos XVIII e XIX, diversas embarcações tradicionais e três hidroaviões.

A inauguração das actuais instalações aconteceu em 15 de Agosto de 1962, em expressiva cerimónia presidida pelo Chefe do Estado. Desde então, o Museu tem vindo a conhecer um significativo progresso e uma crescente divulgação no país e no estrangeiro, que o guindaram já a uma posição de relevo que muito honra a Marinha e o próprio País.



Actuais instalações do Museu da Marinha – Inauguração: descerramento da lápide

Foram muitos os oficiais de Marinha e estudiosos que devotadamente contribuíram para que o Museu de Marinha viesse a ser uma realidade, colecionando os restos materiais da nossa grandiosa acção marítima e reunindo valiosos elementos. Não pretendendo ser exaustivo nem esquecer todos quantos participaram no importante projecto, considera-se justo realçar a acção do Comandante Jaime do Inso, a quem o Museu de Marinha muito deve. Presidiu à primeira organização do Museu, tendo sido seu director durante cerca de dezanove anos, de 1948 a 1967.

É igualmente justo registar a acção de outros oficiais de Marinha: o Almirante Brás de Oliveira, antigo professor da Escola Naval, artista e arqueólogo; o Comandante Fontoura da Costa, também professor da Escola Naval, investigador erudito e que muito contribuiu para os estudos náuticos e descobrimentos portugueses; o Comandante Quirino da Fonseca, que se evidenciou como investigador e arqueólogo tendo sido director do Museu, de 1936 a 1939; Eduardo Couto Lupi, 1º Tenente da Reserva da Armada, escritor, director do Museu, de 1940 a 1948, e que esteve na génese da transferência do Museu para Belém.

Mais tarde, através do Decreto-Lei nº531, de 2 de Dezembro de 1971, foram introduzidas algumas alterações no diploma que em 1959 reorganizara o Museu, e foi revogado o Decreto-Lei nº42 413, de 24 de Julho de 1959, que promulgara o Regulamento do Museu de Marinha.

O MUSEU PRESTADOR DE SERVIÇO PÚBLICO

No passado, os museus existiam quase exclusivamente para colecção e preservar. A conservação do património era orientada pelas necessidades específicas das colecções em si. Mas a realidade é bem diversa.

De facto a natureza dos museus mudou; o museu não pode ser visto apenas como local onde se reúnem antiguidades. Deve ser sim um meio de ajuda para as pessoas melhor interpretarem o ambiente que as rodeia e a realidade em que vivem, deve ser o local onde a educação está aberta a todos, onde o conhecimento está ao alcance das pessoas que aí, livremente, podem seleccionar aquilo que gostam e procuram. É o local adequado para explicar como é que as coisas acontecem e porque acontecem.

A este respeito é oportuno referir o que o Comandante Jaime do Inso disse, em 29 de Abril de 1949, ao apresentar na Sociedade de Geografia de Lisboa o seu projecto de Museu de Marinha. Da sua intervenção transcreve-se o seguinte: «Efectivamente, o Museu de Marinha, tal como é aspiração de todos nós, não deve ser constituído apenas por uma colecção de curiosidades navais, mas representar um monumento grandioso, no qual a nossa história se reflecta através da acção marítima que domina a existência nacional». E mais adiante: «Mas, pretendemos ainda acrescentar ao nosso Museu a característica específica de se destinar a ensinar ao povo a História de Portugal vista pela faceta marítima». E complementava assim: «O Museu de Marinha não deve ser apenas um mostruário material, inerte e mudo; é preciso dar-lhe vida,



Inauguração

insuflando-lhe espírito da história. É preciso alindá-lo com a lindeza da arte, para nos cativar, e dar-lhe o sabor do mar; é preciso que seja variado nos aspectos, para não cansar por falta de mutações; é preciso ser sóbrio sem ser triste, apresentando uma fantasia de verdade sempre que nele transpareça, de vez em quando, uma centelha de génio, como um fogo fátuo da alma de Camões ou de um herói que o tempo santificou. É preciso, finalmente, que o ambiente e as paredes que o encerrem ecoem em nós a linguagem muda de um perpassar de emoção», fim da transcrição.

O Museu de Marinha, como organismo cultural, tem obrigações perante a população e a comunidade técnica. O seu desempenho não se esgota nas tarefas de conservação do seu espólio e em assegurar a exposição permanente, a sua face mais visível. A missão do Museu de Marinha, para além da preservação e conservação dos objectos, envolve igualmente a sua divulgação e o desenvolvimento de acções de investigação documental histórico-científica.

Devem ser desenvolvidas outras actividades de divulgação e iniciativas que concorram para promover o conhecimento do Museu junto do público nacional. Nesse sentido, têm sido organizadas com carácter temporário, no Pavilhão das Galeotas, no Museu de Marinha, exposições temáticas e de artes plásticas. Outras exposições temáticas têm sido apresentadas noutros museus e em sedes de diversas organizações no país. A exposição itinerante "*Museu de Marinha - Um Mundo de Descobertas*", constituída por uma selecção de réplicas de objectos da exposição permanente, tem viajado por várias localidades do país.

O MUSEU DE MARINHA NA ACTUALIDADE

O Decreto-Lei nº464/74, de 18 de Setembro classifica o Museu de Marinha como organismo da Marinha.

A legislação referente ao Museu de Marinha foi unificada e actualizada pelo Decreto-Lei nº14/76, de 14 de Janeiro. Neste diploma estabelece-se que:

- «o Museu de Marinha fica instalado em anexo ao Mosteiro dos Jerónimos, onde ocupa a parte do edificio e anexo não affecto ao culto»;
- «o Museu de Marinha é um museu histórico destinado à conservação e exposição de objectos de valor histórico, artístico e documental que representem condignamente o povo português nas fainas do mar e sejam documentos do passado glorioso da marinha portuguesa e dos serviços por ela prestados à civilização e ao progresso da humanidade».

Este diploma revogou o Decreto-Lei nº42 412 /1959 e o Decreto-Lei nº531/1971.

O Decreto Regulamentar nº35/94, de 01 de Setembro estabeleceu a organização, e definiu as competências e atribuições do Museu de Marinha.

EXPOSIÇÃO PERMANENTE

O Museu dispõe de um património cujo valor reside em ser instrumento privilegiado de divulgação da história da nossa identidade e cultura.

O conjunto de testemunhos que o Museu de Marinha põe à disposição do visitante traduz os aspectos mais diversos do passado marítimo português e as diferentes actividades ligadas ao mar, testemunhos que fazem parte da nossa memória colectiva.

A grande epopeia dos Descobrimentos constitui o principal tema da exposição permanente do Museu, já que evoca a época áurea das navegações portuguesas. Com efeito, Portugal historicamente um país marítimo, alcançou o lugar de potência marítima mundial a partir da época dos descobrimentos. O espaço dedicado a este período da nossa história, a sala das descobertas, engloba objectos de natureza diversa: réplicas de padrões, uma escultura original em madeira representando o Arcanjo São Rafael, santo patrono do navio com o mesmo nome, capitaneado por Paulo da Gama, quando da viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia; um altar portátil de madeira, de finais do séc.XV, que se admite ter acompanhado Vasco da Gama a bordo da nau “S. Gabriel”; várias peças de artilharia naval dos séculos XV a XVII, de que sobressaem quatro falconetes, e quatro berços manuelinos recuperados da nau “Santiago”, afundada no canal de Moçambique em 1585, que constituem uma colecção de peças de artilharia reveladora da superioridade técnica patenteada pelos portugueses naquela época, e inúmeros modelos de navios e embarcações que traçam uma evolução cronológica da construção naval durante a expansão Portuguesa.

De entre os modelos expostos merece referência especial a Nau “Madre de Deus”, construído por três colaboradores e amigos do Museu. Os desenhos e relatórios existentes nos arquivos do Museu Marítimo de Greenwich relativos àquela nau foram analisados e estudados durante mais de quatro anos, prolongando-se a sua construção por mais três anos. Trata-se de um navio da carreira da Índia que em 1592, na sua viagem de regresso a Lisboa, carregado de especiarias e carga diversa, foi apresado por piratas ingleses ao largo dos Açores e levado para Dartmouth, Inglaterra. Dadas as suas grandes dimensões, comparativamente às dos navios que se construíam na época, a nau foi objecto da curiosidade dos ingleses e foi minuciosamente inspecionada pelo comandante Richard Adam e por outros peritos navais. Tinha mais de 1.200 tons de deslocamento, 49,5m de comprimento, 13,8m de boca e 7,8m de calado à chegada a Dartmouth.

A vasta colecção de modelos de navios de vários tipos utilizados na época dos descobrimentos mostra a importância dos meios utilizados para concretização de uma estratégia de expansão, por um lado, e da procura

de produtos para satisfazer as necessidades dos portugueses, por outro.

Com respeito à navegação, são vários os instrumentos náuticos expostos. De destacar a valiosa colecção de nove astrolábios náuticos, constituindo a maior colecção deste tipo de instrumentos a nível mundial, que evoca o período em que a investigação e tecnologia portuguesas caminhavam na vanguarda.

Especial relevo é dado a Pedro Nunes, insígnie matemático, autor de numerosas obras que o projectaram além fronteiras. Foi o teórico da curva loxodrómica e criou o nónio, método que permitiu aumentar a precisão das leituras nos instrumentos de altura cujas escalas, até então, tinham como menor divisão o grau.

Integrada no núcleo dos instrumentos náuticos pelo seu incontestável interesse para a história da ciência, pode ser apreciada a réplica de um quadrante astronómico, com aplicação do nónio de Pedro Nunes, cujo original encontra-se no Museu de História da Ciência de Florença.

Sensivelmente a meio das escadarias de acesso ao primeiro piso, encontra-se a Sala do Oriente que reúne um conjunto muito heterogéneo de objectos, de fontes e épocas variadas. Todos eles possuem, porém, uma origem comum - o Oriente. Personalidades marcantes e cidadãos anónimos apaixonaram-se pelo Extremo Oriente e trouxeram, através de objectos e hábitos, novas formas de estar. As porcelanas e o mobiliário chinês, entre muitos outros itens apresentados nesta sala, resultam desse encontro.

Em finais do século XVIII, em consequência da revolução industrial, o transporte marítimo viria a ganhar grande importância para o mundo ocidental devido à enorme dependência externa em combustíveis e matérias primas. A partir de meados do século XVII assistia-se já a uma diferenciação crescente entre o navio de guerra e o navio de comércio. Esta divisão progressiva só viria a terminar no século XIX; a partir daí, o navio de guerra passa a ser utilizado apenas em acções militares. É nessa altura que, aproveitando o advento da máquina a vapor, aparecem em Portugal as grandes companhias de Navegação: Companhia União Mercantil, Empresa Lusitana, Empresa Insulana de Navegação e Empresa da Mala Real Portuguesa.

No primeiro piso, em sala dedicada à Marinha de Comércio, ressalta evidente a dimensão que teve o armamento nacional do passado. O tráfego comercial marítimo desempenhou um papel preponderante na construção e manutenção do Império Português.

O recheio desta sala é em grande parte constituído pela colecção de modelos de navios de comércio pertencentes às várias companhias de navegação existentes por alturas de 1918 e às que se seguiram, Carregadores Açorianos, Companhia Nacional de Navegação (CNN), Sociedade Geral (SG), e outras, traduzindo a dimensão que alcançou o armamento nacional no

passado. A vasta colecção de navios de comércio exposta reflecte o auge que a nossa marinha mercante atingiu nas décadas de 60 e 70.

No seguimento da Sala da Marinha de Comércio o Museu dedica uma sala à Construção Naval onde é apresentada uma exposição, essencialmente ligada à actividade do antigo Arsenal de Marinha, um estaleiro cuja construção teve início em 1759 na Ribeira das Naus, local onde, desde o século XV, se situou o maior pólo de construção naval existente em Portugal. Nesta sala podem ser observados vários aspectos da rápida evolução tecnológica neste domínio em que os portugueses assumiram um papel de verdadeiro pioneirismo.

Note-se que, já em finais do século XIX, o Arsenal de Lisboa foi pioneiro na tecnologia do trabalho do aço e na aplicação da electricidade para fins industriais, para além do facto de ter sido precisamente naquele Arsenal que se construiu a primeira máquina a vapor nacional.

A colecção de peças expostas nesta sala constitui uma singela referência a uma indústria com enorme valor estratégico, com longa tradição no nosso país, garante da capacidade própria de manutenção da frota marítima nacional.

A sala da Marinha de Recreio dá-nos a conhecer uma actividade com séculos de existência, embora até meados do século XIX, tivesse sido praticada quase exclusivamente pela família real.

Os modelos expostos documentam sobretudo embarcações construídas no séc. XIX e pertencem à colecção de modelos de pequenas embarcações de recreio, legada por Henrique Seixas. Os modelos distinguem-se pela harmonia das formas e pelo rigor e qualidade de execução.

Na Sala dos séculos XIX e XX podemos observar os desenvolvimentos tecnológico e científico proporcionados pela segunda revolução industrial no final do século XIX que iriam possibilitar o surgimento de inovadoras técnicas de construção naval e de novos tipos de armamento, proporcionando a consolidação do poder naval moderno.

Nesta sala encontramos uma Marinha de Guerra completamente dissociada da Marinha Mercante, especialmente vocacionada para uma nova realidade que começava a surgir. Nela está exposta uma importante colecção, composta por cerca de sessenta modelos, que documenta a evolução da Marinha de Guerra Portuguesa desde finais do Século XIX até aos nossos dias.

Nesta sala vamos encontrar referências a alguns factos históricos que se considera pertinente salientar:

- as expedições conduzidas no interior do continente africano no último quartel do século XIX por dois oficiais da Armada, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, organizadas pela Sociedade

de Geografia de Lisboa. Estas explorações ocorreram numa altura em que as potências com interesses em África discutiam os problemas da partilha dos territórios naquele continente. Foram, para além do seu interesse científico, missões com o propósito de abrir caminho ao conhecimento efectivo dos territórios compreendidos entre o litoral angolano e a costa de Moçambique, de acordo com o decidido na sequência da Conferência de Berlim, realizada em Novembro de 1884.

- Outro facto digno de realce foi o combate naval ocorrido em 13 de Outubro de 1918 ao largo dos Açores, entre o caça-minas “Augusto de Castilho” (arrastão de pesca adaptado) e o submarino alemão U-139, possibilitando que o navio de passageiros que seguia sob escolta continuasse a viagem sem qualquer incidente rumo aos Açores. Do combate resultou a morte do comandante e de cinco dos elementos da guarnição e a perda do pequeno caça-minas. Os sobreviventes foram largados numa baleeira e viriam alcançar terra passados sete intermináveis dias de enorme sofrimento, depois de conseguirem percorrer a remos as 200 milhas que os separavam da ilha de S. Miguel.

- os combates navais ocorridos em 18 de Dezembro de 1961, na Índia, em que intervieram o aviso “Afonso de Albuquerque”, em Goa, e a lancha de fiscalização “Vega”, em Diu, merecem também destaque. Nesses combates morreu em combate o comandante e dois elementos da guarnição da lancha, que se afundou, e um elemento da guarnição do Aviso “Afonso de Albuquerque” que viria a encalhar nas proximidades da foz do rio Zuari, a montante da baía de Dona Paula.

Em sala anexa, dedicada a Henrique Maufroy de Seixas, está exposta uma colecção única de modelos das galeotas reais e de embarcações de recreio que pertenceram à Casa Real.

Na sala do tráfego local estão expostos modelos representativos da grande diversidade tipológica de embarcações utilizadas no tráfego fluvial, complemento da navegação costeira de cabotagem. Era o meio mais seguro, rápido e económico de transporte de pessoas e mercadorias para o interior do país, através dos rios.

A pesca é tratada em duas salas; uma dedicada à pesca longínqua, onde a pesca do bacalhau é actividade focada; a outra, dedicada à pesca costeira, abrangendo a actividade piscatória na costa de Portugal.

Nos modelos expostos na sala da pesca costeira é patente o elevado índice artesanal da frota pesqueira portuguesa. Nessa sala pode ser apreciado o mode-



Sala da Pesca Costeira: 1962

lo de um navio oceanográfico, o “Albacora”, reflectindo a importância que a Marinha sempre dedicou às actividades do estudo do mar e dos seus recursos.

Nesta sala podem ser também apreciadas pinturas sobre motivos de pesca, de que se destacam cinco marinhas de João Vaz.

Na sala seguinte podem ser apreciadas as camarinhas do Rei e da Rainha, que faziam parte do iate Amélia, e que foram retiradas após o desmantelamento do navio em 1938, bem assim como palamenta dos iates reais Amélia e Sírius, este último em exposição no Pavilhão das Galeotas.

No pavilhão anexo ao Museu, o Pavilhão das Galeotas, encontra-se exposta a colecção de galeotas dos séculos XVIII e XIX, de que o exemplar mais representativo é o bergantim real, mandado construir por D. Maria I em 1776 para o casamento de seu filho, mais tarde D. João VI.

Estão também em exposição naquele espaço três hidroaviões com história: um “Schrek” de madeira e tela, o primeiro em uso na Marinha em 1917; o “Santa Cruz”, no qual Sacadura Cabral e Gago Coutinho concluíram a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, em 1922, e um “Grumman Widgeon”, o último hidroavião em uso na Marinha antes de esta ter perdido a sua componente aérea, em 1952.

No mesmo pavilhão estão também expostas, para além do iate real Sírius, as embarcações das classes Snipe e 470, que tripuladas por desportistas portugueses alcançaram lugares de destaque em competições internacionais.



Sala da Pesca Costeira: 2003

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO

Acervo Museológico

O acervo museológico do Museu conta com cerca de 16900 peças enfiçadas e catalogadas em diferentes categorias - Artes Decorativas, Armamento, Cartografia, Pintura, Modelos, correspondentes a entradas na Base de Dados existente para a gestão museológica desse material. Nem todo o acervo está exposto permanentemente, encontrando-se muitas peças nas reservas do Museu e algumas cedidas em regime de empréstimo, de longa ou



Pavilhão das Galeotas: 1962

curta duração, essencialmente a organismos de Marinha. Com alguma frequência têm sido cedidas pelo Museu peças do seu espólio a outros congéneres nacionais e estrangeiros, para exposições temporárias.

Dispõe o Museu de uma exposição itinerante organizada em diferentes módulos, com uma base forte nas temáticas Descobertas e Embarcações Tradicionais, que tem sido fundamentalmente cedida a organismos de difusão cultural autárquica e a organizações culturais e/ou recreativas.

Iniciou-se, de modo sistematizado, a realização de mostras, quer de artes plásticas quer fotográficas, sob a forma de exposições temporárias, no espaço para esse fim dedicado no Pavilhão das Galeotas.

Conservação e Restauro

Sendo missão do Museu preservar o seu espólio museológico, procedeu-se ao levantamento exaustivo das peças que integram a exposição permanente, cobrindo as áreas de mobiliário, objectos em madeira, peças metálicas e pinturas a óleo e aguarelas, com a finalidade de determinar o seu estado de conservação. Foram realizados diagnósticos e identificadas as intervenções recomendadas por peritos nas áreas indicadas.

No seguimento daquele levantamento foi elaborado o programa geral de restauros do património museológico, com base nas necessidades de intervenção e sua consequente prioritização. Dentro de uma mesma prioridade seguiu-se o critério temático, de modo a ter-se sucessivamente sala após sala restauradas.



Pavilhão das Galeotas: 2003

É um programa de longo prazo que vai decorrendo com normalidade, estando em curso acções de manutenção, com recurso a empresas especializadas. De 1997 a finais de 1999 foi realizada a revisão geral dos três hidroaviões expostos no Pavilhão das Galeotas, cujos trabalhos contaram com o patrocínio de vários organismos oficiais e empresas privadas.

De ressaltar igualmente a grande intervenção de restauro do Bergantim Real que, se por um lado tem absorvido bastante dos fundos disponíveis para acções de manutenção, por outro lado se repõe de novo todo o esplendor desta embarcação única no Mundo, de modo a poder-se exibi-la de um modo mais consentâneo com o seu valor histórico, artístico e patrimonial.

Foi efectuado o restauro da pintura exterior do casco, incluindo o friso do costado e o painel da popa, o restauro da pintura interior e exterior da camarinha, trabalhos concluídos em finais de 2003.

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO

Como órgão de apoio à direcção, compete ao Departamento de Investigação desenvolver investigação histórica no domínio da temática do Museu de Marinha.

Deste modo, para além da produção de materiais genéricos de apoio à visita, como o *Guia do Visitante*, este Departamento promove igualmente o estudo e contextualização das colecções patentes na exposição permanente e reservas, em toda a sua especificidade e diversidade temática.

Este trabalho materializa-se, não apenas na informação disponibilizada na exposição permanente ao visitante do Museu, mas também na publicação de obras de carácter mais específico. A publicação da obra *100 Anos, 100 Barcos*, em 2000, constitui um exemplo recente do resultado deste trabalho. Tendo como ponto de partida o modelo ou original de embarcações ou navios em exposição, pretendeu-se evocar os últimos 100 anos das actividades marítimas portuguesas. Através da descrição histórica das actividades do navio ou embarcação que deu origem ao modelo em exposição, pretendeu-se traçar um quadro evolutivo das diferentes marinhas nacionais, desde a Marinha de Guerra, passando pela ascensão e queda da Marinha de Comércio e evocando as actividades de pesca costeira e longínqua, bem como as embarcações de tráfego fluvial e de recreio, entre outras.

Mas, o trabalho de investigação e pesquisa não se esgota nas solicitações internas. O volume de pedidos de informação e colaboração em projectos de pesquisa, nacionais e internacionais, demonstra igualmente o crescente interesse por parte de entidades diversas pelo passado marítimo português.

É precisamente no âmbito da colaboração a nível internacional que o Museu de Marinha está envolvido num projecto europeu que visa implemen-

tar uma plataforma que permita a museus de componente marítima a aos seus visitantes, geograficamente distantes, criar e experimentar exposições virtuais através da Internet, dando aos diferentes utilizadores a possibilidade de interagir activamente com os conteúdos. Entre outros objectivos o projecto permitirá ainda a cooperação entre museus tendo em vista a criação de exposições virtuais comuns.

Estão envolvidos neste projecto o Museu Nacional Marítimo da Alemanha, o Museu Nacional Marítimo da Polónia, o Museu de Marinha, a Fundação Museu Marítimo de Bilbau, a AMRIE (Alliance of Maritime Regional Interests in Europe) e parceiros tecnológicos da Alemanha, Itália, Portugal e Bélgica.

Para além do trabalho de investigação, compete a este Departamento a dinamização e divulgação, não apenas das colecções do Museu, como também da própria imagem institucional deste Organismo junto do público nacional e estrangeiro.

Insera-se neste âmbito o apoio prestado na realização de exposições temporárias no espaço museológico do Museu de Marinha, num trabalho conjunto com os restantes Departamentos da instituição com o intuito de promover e dinamizar as suas colecções através de mostras temáticas que, subordinadas a um tema específico, possam, de certa forma complementar e desenvolver os assuntos tratados na exposição permanente. Em paralelo, são também levadas a cabo mostras de diversa natureza (de pintura, fotográficas, entre outras), subordinadas a temáticas marítimas ou de história naval, que promovam os espaços do Museu de Marinha como ponto de encontro e de divulgação entre a instituição, a comunidade artística e académica e a sociedade em geral.

Este esforço de divulgação da riqueza e diversidade temática das colecções do Museu de Marinha é também materializado nas diversas exposições itinerantes, temáticas ou genéricas, promovidas um pouco por todo o país e, inclusive, no estrangeiro. Exemplos recentes são as iniciativas realizadas no âmbito do Dia da Marinha, bem como as exposições realizadas em diferentes localidades no país, promovidas pelas edilidades ou por organismos e instituições locais, e no estrangeiro. Entre estas, saliente-se a participação do Museu de Marinha no VI Encontro de Embarcações Tradicionais, realizado em Julho de 2003 na Galiza, a qual teve por objectivo a divulgação desta instituição e da riqueza e diversidade das suas colecções junto do público espanhol (o qual assume especial relevo no âmbito das entradas de visitantes estrangeiros), bem como a apresentação dos projectos de valorização do património marítimo nacional, com especial enfoque nas embarcações tradicionais portuguesas, seu estudo e preservação.

Mas, ainda no âmbito das acções realizadas nos espaços museológicos do Museu de Marinha, contam-se as diversas acções comemorativas de efemérides, como o Dia Nacional do Mar, Dia Internacional dos Museus, os 80 Anos da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul e o próprio 140º Aniversário da fundação do Museu, entre muitas outras. Nesse âmbito foram realizadas iniciativas de diversa natureza, de onde se destaca a 1ª Feira do Livro do Mar, esperando-se novas reedições deste evento.

Com os recentes desenvolvimentos verificados ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação, o Museu de Marinha tem envidado esforços no sentido de acompanhar, não só a evolução dos tempos, mas também as novas exigências daí resultantes.

Com efeito, a presença do Museu de Marinha na *World Wide Web* data do início de 1997. Na verdade, o Museu de Marinha foi mesmo uma das primeiras instituições museológicas nacionais a utilizar esta ferramenta tecnológica, o que muito tem contribuído para o reconhecimento desta instituição.

Porém, a dinâmica do Museu, associada ao desenvolvimento das novas tecnologias, impunham um novo ritmo bem como um renovado modo de dar continuidade a esta presença na *Internet* que, a partir deste momento, conferem uma nova imagem ao site do Museu de Marinha, tanto ao nível da forma como do conteúdo.

Realizado no âmbito das comemorações dos 140 anos do Museu de Marinha, pretendeu-se com a disponibilização deste novo *site* contribuir para a evocação da efeméride e para a promoção de uma imagem de inovação e actualização face aos mais recentes desenvolvimentos das Tecnologias de Informação.

O novo *site* permite de igual modo a automatização de diversos procedimentos, nomeadamente no que diz respeito à divulgação de notícias e eventos, à actualização de conteúdos e à disponibilização de diversos recursos de âmbito educativo e pedagógico.

Paralelamente, e em estreita colaboração com os restantes Departamentos do Museu, com o actual *site* promove-se a disponibilização de conteúdos cujo acesso, devido à sua natureza, se encontra reservado à generalidade dos visitantes do Museu.

Tal é o caso do Arquivo de Imagem, para o qual se considerou a criação de uma “Mostra Fotográfica Virtual” que, através de uma selecção temática, possa promover a riqueza e diversidade do seu acervo e torná-lo acessível ao visitante da *página oficial* do Museu de Marinha.

Relativamente ao espólio que constitui o acervo museológico do Museu de Marinha, também o renovado *site* poderá vir a contribuir para a divulgação das peças que se encontram nas suas reservas, disponibilizando-as para o

grande público, bem como proporcionar informação complementar para os elementos em exibição na Exposição Permanente.

Por outro lado, e sempre numa perspectiva dinâmica de produção de conteúdos para o canal *Internet*, prevê-se também a possibilidade de criação de “Exposições Virtuais Temáticas”, as quais poderão combinar diferentes tecnologias (modulações 3D de peças do acervo museológico, esquemas e animações gráficas, entre outros exemplos), possibilitando uma nova abordagem às temáticas presentes na Exposição Permanente.

Paralelamente aos novos conteúdos descritos anteriormente, o renovado *síte* contempla a disponibilização de um catálogo *on-line* contendo os produtos disponibilizados na Loja do Museu de Marinha, permitindo a automatização da selecção, processamento e encomenda de artigos. Tal funcionalidade assume uma importância considerável para a divulgação dos produtos disponibilizados pelo Museu de Marinha.

Mas este é um trabalho constante de actualização e permanente evolução na produção e disponibilização de conteúdos que visem, essencialmente, promover o cumprimento da missão atribuída a esta instituição: a salvaguarda e divulgação, tão abrangente quanto possível, do passado marítimo português.

Uma última nota vai para a preparação de conteúdos e acessibilidades para públicos com necessidades específicas. O percurso táctil para invisuais e ambliopes foi desenvolvido em 1994 e aberto ao público em 1995. Tratou-se de uma iniciativa de grande prestígio para o Museu de Marinha que, aliás, ao conferir-lhe um carácter de permanência, foi pioneiro a nível nacional.

No âmbito das comemorações do 140º aniversário da fundação do Museu de Marinha e no *Ano Europeu das Pessoas com Deficiência* procedeu-se agora à inauguração do novo percurso táctil, já não apenas subordinado à temática dos *Socorros a Náufragos* – como aconteceu inicialmente – mas estendido a seis salas da exposição permanente.

EXTENSÃO EDUCATIVA

A função educativa é, no quadro das funções gerais dos Museus, um elemento de vital importância no seio da actividade global e dos objectivos específicos de cada Instituição. Esta função educativa não se resume e muito menos se esgota no débito de conhecimentos, mais ou menos sistematizados ou em legendas anexas aos objectos em Exposição.

No decurso do ano lectivo anterior (2002/2003), procurou investir-se numa acção que promova o Museu como espaço educativo alternativo (mas também complementar) ao espaço educativo da Escola, e proporcionar experiências de aprendizagem que, em articulação com a educação formal proces-

sada na sala de aula, motivem e mobilizem os alunos na aquisição de novos conhecimentos, numa perspectiva abrangente, transdisciplinar, experimental e lúdica, na qual o Museu e uma dada colecção, se afirme como suporte para uma didáctica que relaciona o ensino com os indivíduos e a sua realidade.

Numa tentativa de ir ao encontro das solicitações de muitos docentes e, simultaneamente, dinamizar uma área temática tendencialmente menos explorada pelas Escolas neste Museu, a Extensão Educativa criou um novo projecto que decorreu numa fase experimental durante o ano lectivo 2002/2003, subordinado ao tema: Embarcações Tradicionais Portuguesas. Promovendo a Escola como interveniente no processo de preservação, procurou-se despertar nas crianças e jovens o gosto por (re)descobrir a comunidade onde vivem e a sua história, pelo prisma das embarcações tradicionais, com todas as variantes que um objecto de estudo como este nos oferece.

O projecto envolveu escolas de localidades litorais e ribeirinhas, visando o estudo de embarcações tradicionais locais, enquadrados pela *Área de Projecto* da escola. O estudo das embarcações tradicionais, no âmbito da Área de Projecto escolar, confere a alunos e professores um estatuto de herdeiros de um legado que está intimamente ligado à história e à cultura da região em que vivem, o que os co-responsabiliza na sua preservação, tornando-se assim cada um deles parceiros do Museu e da sua acção.

Com o início de um novo ano escolar, a Extensão Educativa promove a continuidade deste projecto. A sua consolidação, bem como a divulgação junto de um maior número de escolas, constitui um objectivo central da actualização do Museu.

Paralelamente, a Extensão Educativa procura desenvolver outras acções que visam dinamizar a relação do Museu com as Escolas e a Comunidade. De entre elas destaca-se a componente educativa do renovado *site* do Museu que procura, por meio desta forma privilegiada de comunicação mediada por um computador, chegar a novos públicos, promover novas formas de relacionamento entre o Museu e os visitantes que encontraram no *site* não só um ponto de apoio para a preparação das visitas de estudo, mas também um meio de dar continuidade à visita, interagindo com os ciber-desafios que estarão à sua disposição.

Porém, para atingir eficazmente este propósito, a Extensão Educativa aposta no desenvolvimento de um novo projecto que visa a criação de um Site Educativo, edificado na base do actual *site* do Museu de Marinha, procurando incrementar e manter esta vertente dinâmica, que vai para além da divulgação institucional, para evidenciar conteúdos com fins educativos e recreativos, que integrem o visitante (independentemente do seu grupo etário e/ou escolaridade) numa forma interactiva de estar no *site*, procurando dar respos-

ta a objectivos diversos, conciliando propostas de educação informal com a educação formal.

O Site Educativo fará uma abordagem interdisciplinar dos temas associados às colecções do Museu de Marinha, tratando cada tema como unidade fechada, com grafismo e identidade próprios dentro do site, desenvolvendo para cada um deles os componentes de educação formal, divulgação científica e multimédia.

Através da articulação de diferentes módulos funcionais com a riqueza dos conteúdos, procurar-se-á estimular a criação de uma comunidade em torno da marca *Museu de Marinha*. Desta forma, fica assegurada a concretização de objectivos que se apresentam como basilares para o desenvolvimento projectado da actuação da Extensão Educativa do Museu de Marinha para os próximos anos, como sejam: a transformação de novos instrumentos de comunicação em ferramentas pedagógicas efectivas, formando uma comunidade de visitantes do Museu; a superação de constrangimentos organizacionais – nomeadamente, falta de recursos humanos e meios logísticos da Extensão Educativa – através da disponibilização de conteúdos e de serviços *on-line*; o acesso a comunidades de visitantes tradicionalmente distantes: escolas fora da Área Metropolitana de Lisboa; Comunidades Portuguesas no estrangeiro; Países Lusófonos; o incremento dos utilizadores dos serviços oferecidos pela Extensão Educativa; a dinamização de parcerias com escolas, instituições e associações de valor social e cultural.

GABINETE DE IMAGEM

O Gabinete de Imagem é o sector responsável pela organização, preservação e manutenção dos Arquivos de Imagem, tendo igualmente a seu cargo a execução de todos os trabalhos destinados a dar apoio às iniciativas da própria Instituição e a satisfazer as solicitações provenientes do exterior.

Os Arquivos de Imagem compreendem:

- Um Arquivo de Fotografia, que engloba vários tipos de imagens fotográficas (negativos, diapositivos e provas em suporte de papel) fundamentalmente relacionadas com temas de natureza naval ou marítima e que datam desde meados do século XIX, num quantitativo superior às seis dezenas de milhar e que se encontra em permanente crescimento;
- Um Arquivo de Imagens em Movimento, de diversas épocas, constituído por imagens em suporte de vídeo (videoteca), que ascende a mais de duzentas unidades e se encontra em fase de rápido crescimento e por imagens em películas de nitrato e acetato de celulose, da ordem das trinta bobines que, por motivos de natureza

técnica e de acordo com o estabelecido oficialmente sobre o assunto, se encontram à guarda no Arquivo Nacional de Imagens em Movimento (A.N.I.M.), instituição que pertence organicamente à Cinemateca Nacional;

- Um Arquivo Histórico de Desenhos e Planos, constituído por uma numerosa colecção de documentos respeitantes à construção naval de navios e embarcações nacionais dos mais diversos tipos, e que ascende a mais de 1500 exemplares.

Os Arquivos de Imagem encontram-se acessíveis ao público, podendo a consulta ser feita apenas através de ficheiro manual ou de catálogo apropriado (caso do Arquivo de Desenhos e Planos). Foi entretanto dado início ao processo de constituição de uma base de dados, à semelhança de outras que existem já para diferentes sectores do Museu, que virá facilitar, prioritariamente, a consulta do Arquivo Fotográfico e que se pretende seja alargado, posteriormente, aos outros arquivos.

O Arquivo Fotográfico, dadas as suas características especiais e tendo em vista a preservação do acervo existente, tem vindo a ser dotado de meios destinados a proporcionar condições ambientais adequadas às espécies em depósito (controlo da temperatura e humidade relativa, filtragem de poeiras e gases nocivos e estanqueidade à luz natural).

Para além de condições ambientais adequadas foi ainda iniciado, há cerca de dois anos, um processo de transferência de suportes para o digital, que evitará o manuseamento dos originais, muitos deles bastante antigos, e facilitará o acesso electrónico ao acervo. Pensa-se também vir a estender este tipo de medidas aos restantes arquivos.

Todas estas iniciativas vêm sendo tomadas no sentido de inverter uma situação de quase estagnação que se manteve demasiado tempo devido sobretudo à escassez e, muitas vezes, inexistência de recursos humanos capazes de estudar os problemas, equacioná-los e propor soluções ajustadas à sua resolução. As medidas de melhoramento significativo das instalações são ainda particularmente oportunas agora que, desde data relativamente recente, foi cometida ao Museu a responsabilidade acrescida de passar a ser Arquivo Histórico de Imagens da Marinha (Despacho do Vice-Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, interino, nº23/02, de 24 de Abril).

A fim de poder cumprir as tarefas que lhe incumbem e executar os serviços inerentes à sua actividade, quer no que respeita ao apoio interno a dar às iniciativas do próprio Museu (remodelações e arranjos da exposição permanente, preparação de exposições temporárias, edições de publicações comemorativas ou temáticas, etc.), quer ainda quando se trata de dar resposta às inúmeras solicitações do exterior (de instituições de cultura e de edito-

ras nacionais e estrangeiras, de outras instituições, unidades e serviços da própria Marinha e de outros ramos das Forças Armadas ou das inúmeras pessoas que, individualmente, se lhe dirigem), o Gabinete de Imagem dispõe de:

- a. Uma Área de gestão das suas actividades e de execução de trabalhos fotográficos em suporte digital;
- b. Uma Sala climatizada de Arquivo Fotográfico e Videoteca;
- c. Um Estúdio Fotográfico e Câmara Escura;
- d. Uma Sala de Desenho;
- e. Um Arquivo de Desenhos e Planos.

SERVIÇOS DE APOIO

O Museu dispõe das seguintes infra-estruturas de apoio ao público visitante:

- Biblioteca, especializada, para apoio da actividade do museu, com cerca de 10.000 obras, que pode ser consultada por investigadores, estudantes e simples interessados.
- Loja, onde o visitante tem à sua disposição artigos relacionados com os objectos que integram a exposição permanente, bem como diversos títulos referentes à temática marítima.
- Cafeteria com esplanada, oferecendo ao visitante um espaço agradável onde poderá tomar refeições ligeiras.

O FUTURO

O Museu de Marinha está interessado em participar, conjuntamente com outros museus de vocação marítima, em projectos de interesse comum visando a preservação e o enriquecimento da nossa cultura do mar.

O Museu de Marinha vê com interesse o estabelecimento de bases conducentes à criação de uma rede nacional de museus marítimos que proporcione a partilha de experiências, conteúdos, espólios culturais, históricos e fotográficos, bem como a investigação e indexação histórica daqueles conteúdos, com o seu enriquecimento informativo e temático, integrados no contexto da nossa história marítima.

O Museu de Marinha mantém uma cooperação activa com outros museus congéneres, e outras instituições, no país e no estrangeiro. Mantém contacto com organizações internacionais, nomeadamente com o ICOM - *International Council of Museums*, com o ICM - *International Congress of Maritime Museums* e com o *World Ship Trust*.

A Exposição Permanente vai receber melhoramentos. São diversas as alterações que estão planeadas:

- a remodelação da sala da Construção Naval, com a integração de novos objectos museológicos, reforçando o carácter essencialmente didáctico da mostra ali existente.

- a remodelação da sala da Marinha Mercante, reorganizando a mostra por núcleos representativos das várias companhias de navegação, por forma a evidenciar a diversidade de culturas próprias dessas empresas.

- a criação de novos núcleos museológicos na ala Norte, no 1º piso, onde actualmente funciona o Museu das Crianças: o núcleo das Comunicações na Armada, o núcleo das Campanhas do Ultramar 1961-1974 e o núcleo do Armamento Portátil.

Prevê-se o início dos trabalhos de instalação destes núcleos possa ocorrer em finais de 2004. A instalação destes novos núcleos verificar-se-á após a transferência do Museu das Crianças para outro local, tendo em conta que o espaço actualmente ocupado é insuficiente para as actividades próprias daquele Museu e que o Museu de Marinha tem planeada a sua expansão, com a ocupação daquele espaço.

- o estudo da instalação de vários núcleos temáticos de arqueologia náutica, devidamente contextualizados, a organizar conjuntamente com o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, no seguimento do pólo já instalado em Dezembro de 2000, onde estão reunidos achados da Nau Nossa Senhora dos Mártires, naufragada em 1606 junto ao forte de S.Julião da Barra.

- a animação de vários núcleos museológicos com recurso às potencialidades que a multimédia oferece, já em curso.

O Museu de Marinha tem necessidade de expandir-se. Há muito tempo que se aguarda a oportunidade para expor a artilharia naval do século XX: nesse sentido foi já apresentado um anteprojecto que prevê a instalação de uma galeria no terreno anexo a este Pavilhão, a construir logo que o terreno seja devolvido pelo actual utilizador, REFER,S.A., o que se prevê venha a ocorrer no primeiro semestre de 2004.

Está igualmente planeado criar nesse terreno um parque lúdico, dedicado aos mais jovens, onde serão dispostas embarcações em tamanho natural, secções de super-estruturas de navios desmantelados (a ponte de comando de um navio patrulha-costeiro, incluindo a roda do leme, por exemplo) e diversos objectos marítimos, permitindo aos jovens tomar contacto directo com todos esses objectos.

De igual modo torna-se necessário encontrar um espaço alternativo para se disporem, de forma desafogada, as embarcações tradicionais que presente-mente estão expostas no Pavilhão das Galeotas. Uma hipótese possível seria a instalação na metade poente do pátio interior do Museu, entre as alas Norte e Sul do Mosteiro dos Jerónimos, de uma estrutura leve, em alumínio e vidro por exemplo, que não constituísse agressão ao monumento envolvente, com

ligação directa à sala do Tráfego Fluvial na exposição permanente do Museu.

Uma outra estrutura, idêntica à anterior, seria instalada na metade nascente daquele pátio com a finalidade de ali criar um espaço dedicado a exposições temporárias do Museu de Marinha e eventual apoio de restaurante com serventia para os dois museus adjacentes, Museu de Marinha e Museu Nacional de Arqueologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos tempos de mudança que vivemos, em que o processo de globalização vem subtraindo poder aos Estados e limitando as soberanias, a identidade dos povos impõe-se cada vez mais como valor a preservar. A homenagem ao passado que o museu presta, ao expor património de grande valor histórico, constitui importante via de divulgação da nossa cultura e História, e assume-se como factor de reforço da identidade nacional.

Ao longo dos anos tem sido preocupação das várias direcções do Museu de Marinha, criar condições para valorizar o património em exibição, tornando a exposição permanente mais atraente e agradável para o visitante. O Museu de Marinha é hoje um museu conhecido no país e no estrangeiro, graças ao nível de desenvolvimento e qualidade alcançados, que exigem o enriquecimento continuado do património, a promoção de acções de investigação, o apoio a actividades culturais escolares e a permanente melhoria dos sistemas de divulgação. A aposta num serviço de qualidade constitui, por isso, imperativo estratégico da acção do Museu.

Neste sentido, o espólio museológico de que o Museu dispõe, na exposição permanente e em reserva, tem grande valor pedagógico que pode ser utilizado em acções complementares de formação de jovens, quer na sua vertente histórica e técnica, quer na influência que pode ter no fortalecimento da mentalidade marítima dos Portugueses. A aposta num serviço educativo actuante é objectivo central da acção do Museu.

O discurso da sua exposição permanente, ao estabelecer uma filiação entre o passado e o presente, pretende, deste modo, ser um passo mais no sentido de um reencontro entre o mar, os Portugueses e a sua História. A memória colectiva que o Museu de Marinha reaviva, contribui para a motivação e reforço de afirmação dos valores que historicamente enformam a nação Portuguesa e são determinantes na sua individualidade.

Decorreram durante o ano de 2003 as comemorações do 140º aniversário da fundação do Museu de Marinha. Recordar o passado é necessário; uma organização sem passado é uma organização efêmera.

Uma organização com passado tem memória, tem confiança no futuro, tem esperança!

DIRECTORES

CMG	REF	HENRIQUE QUIRINO DA FONSECA	1936-1939
1ºTEN	RES	EDUARDO COUTO LUPI	1940-1948
CFRG	RES	JAIME CORREIA DO INSO	1948-1967
CALM	RES	JORGE MAIA RAMOS PEREIRA	1968-1971
CALM	RES	JOÃO RAMALHO ROSA	1971-1973
CALM	RES	LUÍS BOGARIM CORREIA GUEDES	1973-1974
CMG	RES	AMADEU DE CARVALHO ANDRADE	1974-1975
CMG	RES	HENRIQUE AFONSO SILVA HORTA	1975-1976
CALM	RES	EMANUEL RICOÜ	1976-1979
CALM	RES	MANUEL EDUARDO LEAL VILARINHO	1980-1987
CALM	RES	EDGAR MANUEL V. PORTUGAL RIBEIRO	1987-1988
VALM	RES	ALFREDO RAMOS ROCHA	1988-1991
CMG	RES	JOSÉ FERNANDES MARTINS E SILVA	1991-2000

Referida a 20 de Abril de 2000

BIBLIOGRAFIA

INSO, Jaime Correia do, "O Museu de Marinha", Separata dos Anais do Clube Militar Naval, nº s 4 a 6 - Abril /Junho de 1967

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA, D. Luís I – Duque do Porto e Rei de Portugal, Lisboa, 1990.

Planetário Calouste Gulbenkian

António José Duarte Costa Canas

Capitão-tenente

O que é um planetário

Desde a mais remota antiguidade que os seres humanos se sentem deslumbrados com o firmamento. Os movimentos dos astros não acontecem de uma forma aleatória. Há milhares de anos que se verificou que estes se repetiam com alguma regularidade, sendo, desde tempos imemoráveis, usados para medição do tempo¹.

O estudo desses movimentos e da forma como se repetiam era fundamental para as actividades económicas dos povos. Por exemplo, a agricultura estava, nas primeiras civilizações, dependente das cheias dos grandes rios que alagavam terras, fertilizando-as. Ora essas cheias ocorriam em determinadas épocas do ano, pelo que se tornava fundamental criar calendários para que fosse possível prever a sua ocorrência.

Por outro lado, desenvolveu-se também a ideia de que as posições relativas de determinados astros poderiam influenciar a vida das pessoas. Tornava-se então importante conhecer as posições futuras dos astros para que fosse possível analisar essas possíveis influências nas decisões a tomar pelos poderosos.

A previsão das posições dos astros tinha como consequência o desenvolvimento de modelos que explicassem a forma como ocorriam os movimentos. Esses modelos eram muitas vezes associados a concepções religiosas dos povos que os desenvolviam, pois tentavam explicar não apenas os movimentos, mas também a origem do Homem e do Universo, criados por acção de determinadas divindades. Muitos povos associavam essas divindades aos próprios astros, sendo imaginadas determinadas figuras no céu, as constelações, que se associavam a essas entidades mitológicas.

Não sendo intenção desenvolver muito este assunto, da evolução das concepções que o Homem foi tendo sobre o Universo, parece-nos útil realçar os mais importantes passos. A Grécia Antiga foi o local onde surgiram inúmeras teorias para facilitar a compreensão do mundo que nos rodeia. Para Tales de Mileto, considerado um dos mais antigos pensadores gregos, a Terra era

uma superfície plana a flutuar na água e o céu uma abóbada gasosa onde os astros flutuavam. Outros pensadores gregos apresentaram teorias diferentes.

Tendo estes filósofos desenvolvido diversas teorias sobre o universo, não é de estranhar que nessa civilização comessem a aparecer diversos mecanismos que pretendiam representar, em miniatura, esse universo, tal como ele era concebido por esses pensadores. Arquimedes, que viveu no século III a.C., criou um desses mecanismos, movido a energia hidráulica.

No entanto, foi apenas Ptolomeu que no século II da nossa era apresentou uma proposta que permitia calcular com um certo rigor as posições relativas dos diferentes astros ao longo do tempo. De acordo com ele, a Terra era o centro do Universo e este era composto por diversas esferas, para o Sol, cada um dos planetas e para as estrelas fixas. Estas esferas moviam-se a velocidades diferentes umas das outras permitindo assim prever os movimentos de todos os astros.

O sistema proposto por Ptolomeu foi aceite ao longo de muitos séculos até que no século XVI um astrónomo polaco, Nicolau Copérnico, propôs um modelo diferente. Para ele, a Terra e os restantes planetas giravam em torno do Sol, que ocupava o centro do sistema solar. Por razões diversas, esta teoria conheceu diversos obstáculos à sua aceitação, tendo a Igreja colocado diversos entraves à sua difusão, bem como à divulgação de textos de outros cientistas que desenvolveram as ideias de Copérnico, como foi o caso de Galileu.

Outro cientista que deu uma importante contribuição para o conhecimento dos movimentos dos astros, em especial dos planetas, foi Kepler. Com as leis que ele determinou passou a ser possível conhecer com maior rigor as posições que cada um deles ocupava nas respectivas órbitas.

Conhecida a forma como os astros se movimentavam no céu começaram a aparecer propostas de representar, através de sistemas mecânicos, essas novas teorias. A simplicidade do sistema apresentado por Copérnico conduziu ao aparecimento de inúmeros aparelhos onde se reproduziam os movimentos relativos dos astros. Nestes primeiros modelos era geralmente apresentado o sistema solar, daí que tenham ficado conhecidos pela designação de "Planetário". Apareceram também modelos que representavam outros astros sendo conhecidos como "Astrolários", "Telúrios" e "Lunários". No entanto, o termo Planetário foi aquele que se manteve até aos nossos dias.

Os primeiros planetários consistiam geralmente de um sistema de manivelas que através de uma série de engrenagens imprimiam movimento circular às esferas que representavam os planetas. Estes mecanismos apresentavam como principal limitação o facto de representarem as órbitas como circulares e o movimento dos astros a velocidade constante, factos que não ocorrem na realidade.

Por outro lado, não era fisicamente viável a representação à escala das distâncias e dos períodos de revolução dos planetas, uma vez que os valores variam de uma forma bastante acentuada entre os planetas extremos do sistema solar. Assim, a distância ao Sol de Plutão tem um valor cerca de cem vezes superior à distância de Mercúrio e a proporção entre os respectivos períodos de revolução é superior a 1/1000.

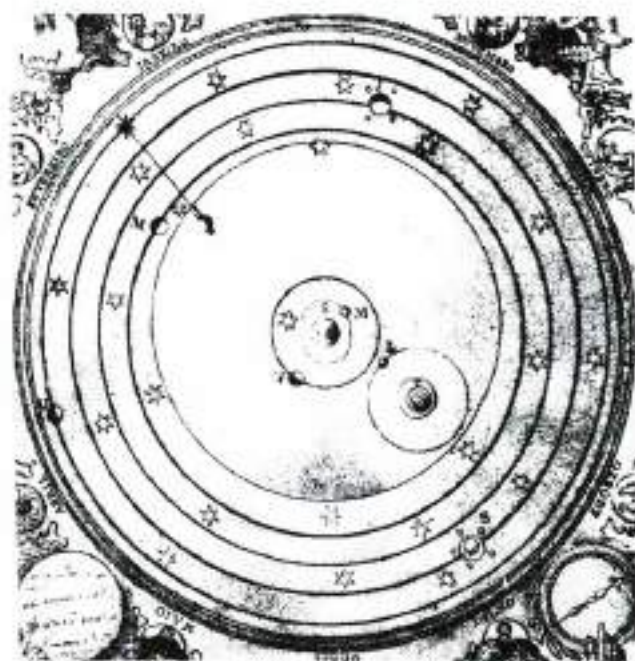


Figura 1 – Aspecto do planetário concebido pelo padre português Teodoro de Almeida

Apesar das limitações mencionadas foram surgindo diversos mecanismos desse género. Nas páginas dos *Anais do Clube Militar Naval* do ano de 1965 foi publicado um texto que reproduz um desses planetários proposto, no século XVIII, por um português. Tratava-se do Padre Teodoro de Almeida, da Congregação do Oratório da Casa do Espírito Santo. Na galeria do Planetário Calouste Gulbenkian existe um desses planetários mecânicos, que teria pertencido à Escola Naval.

No início do século XX começaram a ser desenvolvidos planetários de projecção. Nestes representa-se um modelo geocêntrico do céu, sendo apresentados os movimentos aparentes dos astros. O grande impulsionador deste género de planetários foi o alemão Geheimrat Max Wolf, que em 1913 propôs ao fundador do Museu de Munique a construção de um modelo geocêntrico. A ideia inicial seria usar lâmpadas que se deslocavam numa esfera rotativa, representando as estrelas fixas, enquanto que o Sol a Lua e os plane-

tas eram discos luminosos que se deslocavam sobre a superfície interna recorrendo a um complicado mecanismo.

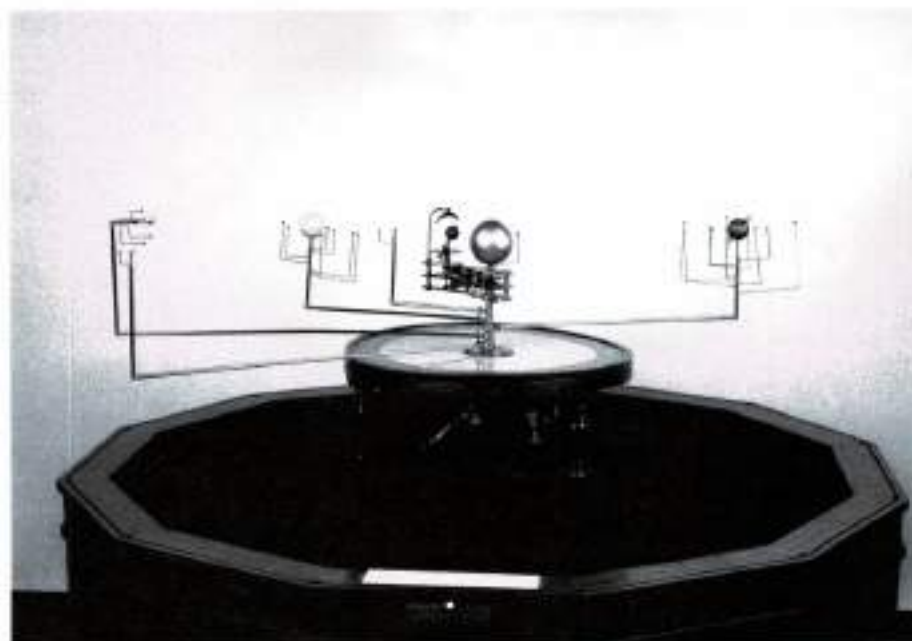


Figura 2 – Aspecto do planetário mecânico exposto na galeria do Planetário Gulbenkian

Esta ideia foi apresentada a uma firma de Jena que respondeu com uma ideia bastante diferente. O planetário seria constituído por uma cúpula na qual eram projectadas, usando um aparelho colocado no centro da sala, as imagens dos diversos astros. Quanto ao aparelho central era composto por diversos projectores que através de vários movimentos permitiam a representação, bastante rigorosa, das posições relativas e dos movimentos de diversos astros. Este sistema, permitia ainda a apresentação de diferentes intensidades luminosas para os diferentes astros, dando uma imagem muito próxima daquela que se pode observar na realidade.

O primeiro, destes planetários de projecção, foi desenvolvido num espaço de quatro anos, de 1919 a 1923, para uma cúpula de projecção de 10 a 16 metros de diâmetro. O aparelho de projecção era composto por 81 projectores que permitiam a representação das estrelas fixas, das constelações mais importantes, da Via Láctea, do Sol, da Lua e dos planetas. No total podiam ser representadas cerca de 4500 estrelas. Um motor permitia realizar uma rotação diária em 50 segundos, existindo a possibilidade de realizar esse movimento noutros intervalos de tempo. Outro motor permitia representar o movimento anual dos astros do sistema solar em 7 segundos, existindo também a

possibilidade de fazer este movimento em intervalos de tempo diferentes.

Nos finais da década de trinta do século XX ocorreu uma grande inovação ao nível da concepção de planetários. Passou a ser possível apresentar o céu estrelado para qualquer latitude escolhida, facto que implicava um tipo de construção diferente de planetários, tendo estes passado a ser bastante semelhantes aos actuais. Para tal divide-se a esfera das estrelas fixas em dois globos, correspondentes cada um deles a um dos hemisférios da esfera celeste. Quando foi decidido adquirir um planetário para a cidade de Lisboa, as potencialidades deste tipo de aparelhos eram imensas: representação do movimento de precessão, movimentos de cometas, paralaxes, escalas e linhas dos diferentes tipos de coordenadas, triângulos de posição, etc.

Apresentámos, duma forma sucinta, a evolução dos sistemas de representação da esfera celeste até à data da fundação do Planetário Calouste Gulbenkian. Mas antes de nos debruçarmos mais detalhadamente sobre as potencialidades e características técnicas deste, parece-nos importante falar na pessoa que mais contribuiu para a sua criação, o Comandante Eugénio Conceição Silva.

Comandante Eugénio Correia da Conceição Silva

Nascido em 1903, o Comandante Eugénio Correia da Conceição Silva pode ser considerado um dos mais distintos oficiais de Marinha do século XX. Pessoa com uma postura extremamente simples, que se notava perfeitamente na indumentária que usava e nas conversas que mantinha com aqueles que lhe eram inferiores na hierarquia militar. Distinguiu-se pelos seus elevados conhecimentos científicos em áreas como a Balística, a Matemática e a Astronomia.

Após ter frequentado a Escola Naval embarcou em diversos navios, destacando-se o Transporte *Pêro de Alenquer* e o Cruzador *República*, fazendo algumas comissões em locais bastante longínquos. Dessa fase da sua carreira realçamos dois episódios: a sua acção, como oficial de guarnição do referido cruzador, no combate a um incêndio que ocorreu na ilha de Taipa e o seu papel na manobra do mesmo navio durante um tufão.

No início da década de trinta, mais precisamente nos anos 1931 e 1932 frequentou em Itália, juntamente com outros dois oficiais portugueses, um curso de especialização em Artilharia Naval. Sendo um curso com uma componente prática bastante alargada implicou elevados períodos de embarque dos oficiais portugueses, para realização de prática de tiro, no couraçado *Giulio Cesare* e em contratorpedeiros italianos. A elevada craveira intelectual de Conceição Silva esteve bem patente neste curso, tendo sido dos primeiros

classificados de um grupo composto por inúmeros oficiais italianos e de outras marinhas estrangeiras.

Tendo terminado o curso regressou a Portugal onde pôde aplicar todos os conhecimentos adquiridos. Foi nomeado professor de Balística da Escola Naval. Mais tarde, em 1948 foi também nomeado director do Laboratório de Explosivos da Marinha. Pelo desempenho deste cargo tinha assento, como vogal, na Comissão de Explosivos do Ministério da Economia. O seu mérito intelectual era notório, sendo ele o escolhido para resolver os assuntos mais complicados que a referida comissão recebia. Foi ainda membro de diversas outras comissões ligadas a explosivos e a pirotecnia demonstrando sempre



Figura 3 — Cte. Conceição Silva

um nível de conhecimentos acima da média, facto que muito contribuiu para a resolução de todos os problemas que lhe foram colocados em matérias tão sensíveis.

O Comandante Conceição Silva foi o principal responsável pela criação da Oficina de Óptica da Armada, na Direcção do Serviço de Material de Guerra e Tiro Naval. Sendo uma pessoa com elevados conhecimentos na área da óptica, assumiu a responsabilidade da formação do pessoal da mencionada oficina.

Os seus conhecimentos acima da média em diversas áreas da física, nomeadamente na óptica, bem como a sua extraordinária habilidade manual foram também muito importantes para a notoriedade que o Comandante Conceição Silva granjeou no campo da Astronomia. Esta paixão vinha-lhe desde a sua juventude, tendo frequentado um curso de astronomia, no mesmo ano em que fazia os estudos preparatórios para admissão à Escola Naval.

Sendo a sua habitação no Bairro de Oficiais do Alfeite, numa zona em que a mata circundante protegia o local da poluição luminosa característica dos grandes meios urbanos, decidiu criar um observatório astronómico no telhado de sua casa. Para equipar o observatório concebeu e construiu um telescópio óptico de 500 mm. Para tal baseou-se em dados retirados de revistas dedicadas a astrónomos amadores, tendo adquirido as diferentes peças que utilizou no telescópio e mandando fazer, sob sua orientação, nalgumas oficinas da Marinha, os mecanismos necessários para comando e orientação do telescópio. Este encontra-se hoje em dia exposto na galeria do Planetário Calouste Gulbenkian.

O seu telescópio mereceu reconhecimento internacional, tendo sido objecto de um artigo publicado na revista *Scientific American*, no qual são tecidos diversos elogios ao instrumento e à forma como Conceição Silva solucionou alguns problemas técnicos com ele relacionados. Além deste, concebeu e construiu outros instrumentos que usou nas observações, sendo de destacar em todos eles a sua extraordinária habilidade manual e a inteligência que lhe permitia resolver os problemas que se lhe deparavam.



Figura 4 — Telescópio de 500 mm construído pelo Cte. Conceição Silva

Outra área, ligada à astronomia, em que também se notabilizou foi na fotografia do céu, usando os seus telescópios. Obteve uma imensidade de fotografias de enxames, nebulosas e galáxias que foram divulgados a nível internacional. A qualidade das suas fotografias era tão elevada que foi distin-

guido com um galardão da Sociedade Astronómica de França para premiar a categoria das mesmas.

O conhecimento científico não tem qualquer valor se não for dado a conhecer junto de elevadas franjas da população. Ciente deste facto, o Comandante Conceição Silva deu o seu contributo para a difusão de matérias que dominava perfeitamente. Merece especial destaque o livro *O Sistema Solar*, publicado na Biblioteca Cosmos. Esta colecção, iniciada por Bento de Jesus Caraça, tinha por objectivo divulgar, junto de uma faixa alargada da população, e de uma forma acessível mas rigorosa, conhecimentos sobre os mais variados ramos do saber. Para tal, eram convidados, para autores dos livros que publicavam, indivíduos de reconhecimento mérito nos diversos campos. Publicou ainda outros textos nalguns periódicos, nomeadamente nos *Anais do Clube Militar Naval*. A sua acção, em termos de divulgação da astronomia, contribuiu bastante para um aumento substancial do número de pessoas interessadas na prática da astronomia, como amador.

Terminaremos esta breve biografia, analisando a acção do Comandante Conceição Silva no processo que levou à criação do Planetário Calouste Gulbenkian. Durante uma visita em serviço a Nova Iorque teve oportunidade de conhecer o planetário daquela cidade. Percebeu, desde logo, as enormes potencialidades que este género de instituição tinha para a divulgação de conhecimentos no campo da astronomia. Esta importância era acrescida pelo facto de ser cada vez mais difícil, para os habitantes dos grandes centros urbanos, observar um céu estrelado. Nas cidades os gases provenientes das actividades industriais e dos veículos diminuem a transparência da atmosfera, e a luminosidade permanente durante a noite impossibilita a observação dos astros de menor magnitude, levando a que apenas se observem os mais brilhantes.

Decidiu então solicitar, junto das estruturas superiores da Marinha, o apoio necessário para que fosse construído um planetário na cidade de Lisboa. Foi estabelecida uma parceria entre o estado português e a Fundação Calouste Gulbenkian, que possibilitou a construção do edifício e o seu apetrechamento. Em 20 de Julho de 1965 foi formalmente inaugurado o Planetário Calouste Gulbenkian, tendo o Comandante Conceição Silva sido, com toda a justiça, escolhido para seu primeiro director.

O seu mérito científico e intelectual foram reconhecidos a nível nacional e internacional, sendo membro, entre outras, das seguintes instituições: Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade Astronómica de França e Sociedade Astronómica Internacional.

Criação do Planetário

Data de 23 de Agosto de 1963 o Decreto-lei 45 211 que permitiu a construção da estrutura do Planetário Calouste Gulbenkian, integrado no espaço do Museu de Marinha. Este diploma, promulgado pelos ministérios das Finanças e das Obras Públicas, reflectiu os resultados de um anteprojecto elaborado pelo Arquitecto Frederico George, autor do Projecto do Pavilhão das Galeotas Reais, contando também com elementos técnicos colhidos pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.



Figura 5 — Construção do Planetário Calouste Gulbenkian

O custo total do projecto, no valor de 11 700 contos foi pago pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Estado. A primeira fez uma doação de 7 700 contos, destinada à aquisição do projector, enquanto que ao Estado coube o pagamento das obras de construção do edifício e respectivos equipamentos de apoio, saindo 3 000 contos do Orçamento Geral do Estado e 1 000 contos do Fundo de Desemprego.

O Decreto-lei 445 211 determinava a elaboração de um projecto arquitectónico. Este foi executado pelo Arquitecto Frederico George, tendo o mesmo sido aprovado pelo Ministério das Obras Públicas em 16 de Outubro de 1963. Em 30 de Outubro do mesmo ano foi aprovado o projecto de estruturas, enquanto que os projectos da instalação eléctrica e o do condicionamento de ar foram aprovados no ano seguinte, em 26 de Agosto e em 9 de Outubro, respectivamente.

A aquisição do equipamento resultou de um concurso limitado, tendo as propostas sido avaliadas por uma comissão composta pelos seguintes membros: Professor Doutor António Perestrello Botelho, Director do Observatório Astronómico da Ajuda, em representação do Ministro da Educação Nacional; Comandante Eugénio Andrade da Silva Gameiro, repre-

sentante do Ministro da Marinha; e Arquitecto Frederico George, autor do projecto. Esta comissão era presidida pelo Engenheiro Director-Delegado das Novas Instalações para os Serviços Públicos. Escolhida a firma que forneceria o equipamento, em face da proposta mais favorável, foi nomeada uma outra comissão para analisar as características técnicas do mesmo. Compunham esta comissão: Comandante Conceição Silva, responsável pela parte óptica; Engenheiro Manuel Camacho Simões, pela parte eléctrica; e Engenheiro Mário Gomes Páscoa, pela estrutura e cúpula.

Características técnicas

Uma descrição exhaustiva das características do edificio e das capacidades técnicas do equipamento seria certamente fastidiosa. No entanto, considera-se que tem algum interesse descrever aqui os seus aspectos mais importantes.

O coração do edificio é a sala de projecção, de forma circular, com um diâmetro de 25 metros. A sala dispõe de 340 lugares sentados. Em torno desta existe uma galeria de circulação, com uma largura de 5,70 metros. Este espaço é parcialmente usado para exposições, sendo o restante ocupado com gabinetes destinados ao pessoal que lá presta serviço, assim como espaços de apoio, nomeadamente para a instalação de condicionamento de ar e oficinas. A forma exterior do edificio é octogonal, tendo cada um dos lados deste polígono o comprimento de 15,60 metros.



A cúpula de projecção tem uma forma semiesférica, com 23 metros de diâmetro. É constituída por uma chapa de alumínio perfurada tendo uma superfície de 870 metros quadrados. Esta cúpula tem um papel muito importante na manutenção de boas condições acústicas na sala. A perfuração da chapa, com furos de 1,3 milímetros de diâmetro, e uniformemente espaçados de 4,2 milímetros em todas as direcções, garante que 90% da energia acústica,

proveniente da voz e da música, passe pelos furos. Essa energia sonora é absorvida, posteriormente, por um colchão construído com um material adequado para o efeito, evitando-se deste modo reverberações no interior da sala.

Quanto ao projector, situado no centro da sala, permite a apresentação dos mais variados aspectos do céu, numa forma muito semelhante à realidade, para um determinado local na data que se pretenda, podendo ainda ser mostradas situações que não se podem verificar no mundo real, como por exemplo a visualização simultânea do Sol e das estrelas que seriam visíveis durante o dia. Além disso, podem ainda ser projectadas diversas linhas e outras informações úteis para uma mais completa compreensão do aspecto do céu num dado instante. Apresenta-se seguidamente um resumo das capacidades deste equipamento:

- Simulação dos movimentos diurno, anual e de precessão;
- Uma armação de planetas com um projector da Lua, outro de Saturno e ainda outro para o Sol, que permite a projecção de um Sol aparente numa posição diametralmente oposta;
- Uma armação de planetas com projectores para: Mercúrio, Vénus, Marte e Júpiter;
- Duas esferas de estrelas fixas, para projecção das estrelas de cada hemisfério, assim como das imagens da Via Láctea respectivas e de algumas estrelas variáveis;
- Um projector para apresentação de um mapa para representação da latitude geográfica;
- Diversos projectores que permitem mostrar: os nomes das constelações, a eclíptica, o equador, meridianos, Sol médio, círculo vertical, círculos de horizonte e nuvens.

A base da cúpula semiesférica não coincide com o pavimento, mas sim com uma linha horizontal que passa por cima das portas de acesso à sala. Esta linha representa o horizonte, estando ainda representados os quatro pontos cardeais, por meio de pequenas letras colocadas sobre cada uma das portas, que obviamente coincidem com os pontos cardeais. Em torno dessa linha pode-se projectar uma imagem daquilo que um observador, colocado no centro da sala, poderia observar, caso a estrutura do edifício fosse transparente. A imagem projectada é a do que se poderia observar na data de construção do Planetário.

Além das características indicadas, o Planetário dispõe ainda de diversas capacidades em termos de efeitos sonoros e de projecção de diapositivos, video e multimédia.

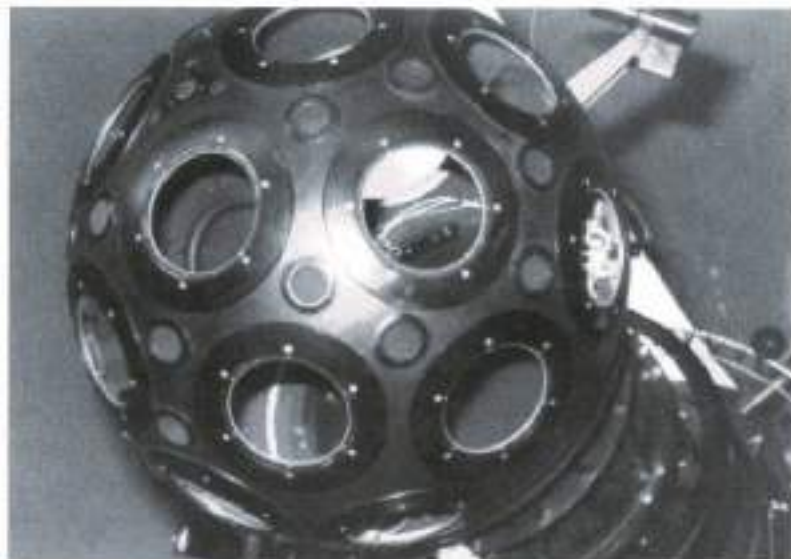


Figura 6 — Detalhe do projector

Actividades desenvolvidas

Os grandes objectivos do Planetário são, desde a sua fundação, a divulgação da astronomia para a população em geral e o ensino de conceitos básicos de astronomia para alunos de escolas básicas e secundárias. Por esse motivo, podemos considerar a existência de dois grandes grupos de público, que por sua vez determinam a divisão das sessões em dois grandes tipos: escolares e para público em geral.

Nas sessões escolares existem nove programas, que se distinguem pela profundidade com que os assuntos são abordados, bem como a sua duração, sendo portanto destinados a níveis de ensino distintos:

- Programa 1 — 45 minutos, 1º, 2º anos, Ensino Básico;
- Programa 2 — 45 minutos, 3º, 4º anos, Ensino Básico;
- Programa 3 — 55 minutos, 5º, 6º anos, Ensino Básico;
- Programa 4 — 55 minutos, 7º, 8º, 9º anos, Ensino Básico;
- Programa 5 — 60 minutos, 9º, 10º, 11º anos, Ensino Secundário;
- Programa 6 — 60 minutos, 9º, 10º, 11º anos, Ensino Secundário;
- Programa 7 — 60 minutos, 9º, 10º, 11º anos, Ensino Secundário;

Quanto às sessões para o público em geral, elas dividem-se em dois grandes grupos: temáticas e de divulgação. Nas sessões de divulgação são de carácter geral, nelas sendo abordados assuntos diversos de astronomia, sem grande profundidade e com exibição de grande parte dos efeitos especiais do Planetário.

Numa sessão temática é abordado um tema específico para cada mês, sendo desenvolvido, de uma maneira mais detalhada, o tema correspondente a esse mês:

- Janeiro/Junho — Terra — Planeta Vivo;
- Fevereiro — O Universo;
- Março — Evolução das estrelas;
- Abril — A astronomia e o Planetário
- Maio — O Sol
- Janeiro/Junho — Oásis cósmico
- Julho — A Lua
- Agosto — O sistema solar
- Setembro — As constelações
- Outubro — Os movimentos da Terra
- Novembro — A medição do tempo
- Dezembro — A «estrela» de Belém

Em termos estatísticos, actividade do Planetário apresenta uns valores bastante interessantes: cerca de 12 000 sessões realizadas, às quais assistiu um número de visitantes que já ultrapassou os 3 000 000, destacando-se dentre estes os mais de 1 750 000 alunos de escolas de todo o país.

Para além da actividade que se repete com alguma regularidade, pode-se assistir no Planetário a elevado número de sessões concebidas com um objectivo específico. Entre estas podemos mencionar algumas sessões especiais que foram produzidas no âmbito de comemorações de índole histórica e são exibidas quando tal se justifique. Estas sessões aproveitam a capacidade de no Planetário se poder simular o céu que seria visível em qualquer local do planeta na data que se deseje. O seu objectivo é o de mostrar os diferentes aspectos do céu nalgumas situações específicas da época dos Descobrimentos:

A Viagem de Vasco da Gama (Baseado no texto de Luciano Pereira da Silva — *A Astronomia de "Lusiadas"*)

A Astronomia Náutica e os Descobrimentos Portugueses. A Viagem de Bartolomeu Dias.

Acontece também muitas vezes que instituições que abordam assuntos relacionados com a astronomia, solicitem ao Planetário a realização de sessões com objectivos perfeitamente definidos, para que sejam visualizados aspectos muito específicos da astronomia, como é o caso da astronomia de posição.

Ao longo da sua existência o Planetário Calouste Gulbenkian tem colaborado com as mais diversas entidades ligadas à astronomia, associando-se ainda à comemoração de inúmeros eventos especiais relacionados com essa ciência. Seria fastidioso estar a enumerar aqui todas as associações com quem

o Planetário colabora e os eventos a que se associa. No entanto, para apresentar ao leitor uma pequena ideia do tipo de actividades desenvolvidas neste campo, vamos apresentar algumas das iniciativas realizadas mais recentemente. Entre as entidades que mais estreitamente trabalham com o Planetário contam-se Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores, o NUCLIO Interactivo de Astronomia e o Programa Ciência Viva.

Quanto aos eventos merecem destaque a participação nas actividades de Astronomia de Verão e a realização, durante o corrente ano de várias sessões dedicadas ao planeta Marte, por ocasião da sua passagem extraordinariamente próxima da Terra.

Praticamente na mesma altura em que foi edificado o edifício principal do Planetário, foi também construído um pequeno observatório astronómico nas traseiras do Planetário. Com o passar do tempo, este observatório deixou de ser utilizado e o edifício começou a sofrer um processo de degradação.

Por ocasião das comemorações do 35º aniversário da fundação do Planetário foi decidido recuperar e apetrechar um pequeno observatório que existia nas traseiras do seu edifício principal. O projecto de recuperação contou com a participação da Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores. Ao mesmo foi atribuída a designação de Observatório Comandante Conceição Silva, num gesto de homenagem justa ao homem que mais trabalhou para que a astronomia fosse convenientemente divulgada no nosso país.

Além da recuperação exterior do edifício, que se encontrava relativamente degradado, foi decidido instalar no observatório um moderno telescópio (Meade LX200 8"). O mesmo é robotizado podendo ser controlado remotamente a partir do primeiro piso. Embora as condições de luminosidade do ambiente urbano em que está inserido não sejam as mais favoráveis para este género de equipamentos, espera-se conseguir bons resultados com ele, pois destina-se essencialmente a ser usado para obtenção de fotografias de objectos do sistema solar (Lua, planetas e cometas e asteróides) bem como de supernovas.

Para além de todas as actividades relacionadas com a astronomia, a sala do Planetário é ainda solicitada para a realização de outros eventos, nos mais variados campos, nos quais se aproveitam as características ímpares do espaço e as suas capacidades em termos de efeitos luminosos e sonoros.

No Planetário Calouste Gulbenkian tem existido sempre a preocupação de acompanhar os eventos mais importantes relacionados com a astronomia, através da realização de sessões especiais destinadas a prestar esclarecimentos e informações sobre os fenómenos e eventos realizados. Destas merecem especial destaque, as sessões especiais realizadas por ocasião de chuvas de estrelas, eclipses do Sol e da Lua, passagens próximas de planetas e lançamento de naves espaciais.



Figura 7 — Reparação periódica do equipamento

Futuro

“O futuro a Deus pertence...” diz a sabedoria popular. E assim é sempre. O Planetário precisa de um projector novo. É esse o desejo de todos aqueles que nele prestam serviço. Será que tal se virá a concretizar a breve prazo? Como costuma dizer o povo: “Só Deus sabe...”.

O actual projector já ultrapassou a sua idade limite. Tem funcionado sem problemas de maior graças à extraordinária dedicação daqueles que asseguram a sua manutenção. No entanto, torna-se cada vez mais complicado assegurar que esta ocorre da melhor forma.

No momento em que este artigo foi redigido, o Planetário encontra-se num processo que aponta para a aquisição de um novo projector. O processo está a decorrer conforme previsto, dentro dos prazos impostos pela lei para situações deste tipo. Tudo aponta para que a breve prazo tal se venha a concretizar, conforme desejam todos os que de uma forma ou de outra se encontram ligados ao Planetário.

Aproveitando o facto de existir a necessidade de efectuar algumas obras com alguma profundidade, para instalação do novo projector, estão igualmente planeadas obras de renovação do espaço envolvente à sala de projecção. Está prevista a renovação da galeria de modo a instalar nela um centro multimédia de acesso livre.

Temos esperança que tal se venha a concretizar, de modo a que o

Planetário Calouste Gulbenkian possa continuar a garantir o principal objetivo que presidiu à sua construção, há mais de trinta anos, permitir uma divulgação ampla da astronomia.

Nota

¹ O dia solar é o intervalo de tempo que o Sol, no seu movimento aparente, demora a completar uma revolução em torno da Terra. O ano corresponde ao período que o Sol demora a percorrer as doze constelações do Zodíaco. O mês é o tempo de permanência do Sol em cada uma dessas constelações, e que é aproximadamente igual a uma revolução da Lua em torno da Terra; existindo alguns calendários, como o muçulmano, em que os meses são lunares. A semana é o tempo que dura cada uma das quatro fases da Lua.

Aquário Vasco da Gama

Um dos primeiros Aquários em todo o Mundo

Dra. Paula Leandro

O Aquário Vasco da Gama foi inaugurado em 1898, numa cerimónia integrada nas Comemorações do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. A Comissão Executiva destas celebrações, desejando perpetuar a memória de tão importante acontecimento,



decidiu mandar construir um Aquário com objectivos de recreio e instrução popular. A construção do edifício, da responsabilidade da Comissão Executiva do IV Centenário, teve a orientação do Engenheiro Albert Girard, um naturalista notável e o principal colaborador científico do Rei D. Carlos I.

Na altura da inauguração o Rei D.Carlos, cuja influência havia sido determinante para a edificação do Aquário, realizou numa das suas salas uma exposição com o material zoológico por ele recolhido nas campanhas oceano-gráficas de 1896 e 1897.

Os custos da obra orçaram em cerca de 60 contos de réis e o edifício encontrava-se dividido em dois corpos solidários: um onde funcionavam os serviços de apoio e o outro destinado à exposição ao público. Este último compreendia uma sala de entrada (átrio), uma sala de exposição de espécies de água doce (com 29 aquários), uma galeria com aquários de água salgada (21) e uma sala destinada a exposições.

Em 5 de Dezembro de 1899, findas as festas do centenário, o Aquário passou a ser património do Estado, existindo uma intenção de entregar a sua administração e exploração à Sociedade de Geografia de Lisboa. Esta porém, exigia ao Governo um subsídio anual para a manutenção do Aquário o que, entre outras condições impostas, acabou por impedir a concretização do acordo. Assim, o Aquário Vasco da Gama, sem direcção técnica e praticamente abandonado, atingiu um tal estado de degradação que levou o governo a



confiá-lo à Marinha Portuguesa em 20 de Fevereiro de 1901.

Em Julho de 1909, a administração e orientação técnica do Aquário é entregue à Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (fundada em 6 de Janeiro de 1907), que se empenhou em recuperar as suas instalações e em transformá-

lo numa Estação Biológica. Durante os nove anos em que aquela Sociedade geriu o Aquário, este sofreu forte incremento, saindo da estagnação em que se encontrava.

A primeira exposição permanente de animais conservados e naturalizados data de 1913, altura em que o Aquário organizou, nas suas instalações, uma exposição marítimo-fluvial, que teve um enorme êxito junto do público. A Comissão Central de Pescarias concorreu com uma colecção de peixes conservados em líquido e diversos modelos de barcos de pesca que, finda a exposição, acabaram por ficar expostos no Aquário. O Museu Bocage de Lisboa e a Estação Aquícola do Rio Ave, cederam também exemplares para figurarem naquela exposição, os quais, em conjunto com os anteriores, constituíram o núcleo primitivo do Museu do Aquário.

É também em 1913 que tem início a construção, nos terrenos das traseiras do Aquário, de um edifício em cimento armado designado por "Chateau d'eau", onde se instalaram os novos filtros e os depósitos água salgada.

Em 1917 iniciou-se a construção de um andar sobre a fachada principal do edifício, dando origem a uma grande sala, o actual Salão Nobre.

Em 1919, o Aquário Vasco da Gama passa a integrar uma Estação de Biologia Marítima, entidade com autonomia científica e administrativa. Desde esta altura e até aos anos 40, realizam-se várias investigações, com particular incidência no estudo e exploração do mar.

Em 1924 é mandado construir na Noruega o navio oceanográfico "ALBACORA", destinado ao serviço do Aquário. Incorporado no efectivo da Armada só foi entregue à administração do Aquário em 1937. Em 1949, foi doado à Junta Central da Casa dos Pescadores, por não se encontrar em



condições de ser utilizado para o trabalho científico.

Em 1935, por escritura pública notarial, a Liga Naval Portuguesa entrega ao Aquário Vasco da Gama a Colecção Oceanográfica D. Carlos I e respectiva Biblioteca, um espólio de incalculável valor histórico e científico.



O Museu do Aquário Vasco da Gama, já com a valiosa colecção do monarca em exibição, reabriu ao público em 20 de Maio de 1943, data do seu 45º aniversário, assumindo então o seu importante papel pedagógico e de divulgação científica.

Em 1940, em consequência da construção da estrada marginal Lisboa-Cascais, o edifício do Aquário é amputado em cerca de um terço da sua superfície, sendo destruídos os laboratórios, biblioteca, arrecadações e tanques de



cultura, bem como o terreno existente entre o edifício e a linha férrea. Este acontecimento, a que se seguiu a ausência da direcção e dos quadros técnicos superiores, teve consequências nefastas para a instituição que no decénio (1940 - 1950) se encontrava numa situação de grande degradação. Esta crise no funcionamento da instituição, em tudo

semelhante à que se verificara em 1909, acabou por conduzir à separação do Aquário da Estação de Biologia Marítima, ficando esta como organismo de investigação científica e o Aquário destinado à exibição de animais aquáticos, com objectivos didácticos e de divulgação.

A partir de 1950, altura em que se verifica a cisão do Aquário da Estação de Biologia Marítima, empreendeu-se um trabalho de recuperação e restauro das instalações, bem como a construção de novos aquários, trabalho que teve continuidade nas décadas seguintes.

Em 1958, com a transferência dos modelos de antigas embarcações de pesca para o Museu da Marinha, foram montados no espaço correspondente 20 pequenos aquários para a exposição de invertebrados marinhos.

Em 1960 construiu-se um aquário para exibição de lontras vivas, assim

como pequenos aquários que albergavam peixes tropicais de água doce.

Em 1964 o Aquário abriu ao público nas noites de 4^{as} feiras e Sábados, durante os meses de Junho a Setembro, tendo sido instalada uma faixa sonora de música e iluminado o jardim. Durante esta década destaca-se

ainda a remodelação da actual Sala das Tartarugas e as obras de construção de um pavilhão destinado à exposição de focas e otárias, inaugurado em 1971.

A partir de 1976 realizaram-se obras de ampliação no edifício, que permitiram alargar a área de exposição do Museu e instalar condignamente os serviços técnicos e administrativos. Nessa altura, todas as salas de exposição do Museu foram restauradas e a sua exposição alterada e renovada. Em 8 de Julho de 1980 foi inaugurada a sala nova do Museu, concebida em moldes



museológicos modernos e em Setembro de 1989 abre ao público uma pequena Sala de Malacologia das costas portuguesas.



Nos anos de 1974 a 1979 foi construído no Arsenal do Alfeite o “Albacora II”, um novo barco com 17 metros de comprimento e equipado com quatro tanques de água em permanente circulação, especialmente concebidos para a manutenção e transporte de exemplares vivos.

A actividade científica do Aquário Vasco da Gama teve um período de desenvolvimento notável no campo da aquacultura. Assim, no decénio que decorreu entre 1976 e 1986, fizeram-se estudos de cultivo e desenvolvimento larvar de peixes marinhos, tais como linguados e robalos e ensaios de crescimento de enguias e nutrição de “angulas”. A investigação nesta área foi realizada em colaboração com o Departamento de



Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com o qual foi estabelecido um protocolo.

As verbas dos contratos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) atribuídas pela junta de Investigação Científica e

Tecnológica, permitiram a construção no pátio do Aquário, de uma unidade experimental de aquacultura, com a capacidade de 12000 litros, onde se efectuaram estudos em linguados e robalos. A partir de 1986, esta unidade passou a ser utilizada como reserva de espécies vivas, destinadas aos aquários de exposição.

Entre 1982 e 1992, as galerias de exposição dos aquários sofreram importantes transformações, com a remodelação destes e a construção de novos aquários e aquaterrários, bem como a renovação de várias infra-estruturas.

Já na década de noventa prosseguiram as obras de beneficiação dos aquários e de todo o sistema informativo da exposição.



O AQUÁRIO VASCO DA GAMA EM EVOLUÇÃO



Ao longo da sua existência o Aquário Vasco da Gama foi visitado por gerações sucessivas de tal forma que faz hoje parte do imaginário de todos nós. Apesar de centenária, esta instituição continua viva e dinâmica, investindo permanentemente na actualização e evolução da sua exposição, com o objectivo de a tornar cada vez mais didáctica.

Durante os últimos anos foram desenvolvidos alguns projectos de carácter marcadamente pedagógico que registaram grande sucesso junto do público. É o caso da instalação de seis quiosques multimédia, patrocinados pela Unidade Ciência Viva do Ministério Ciência e Tecnologia, que permitem aos visitantes a consulta interactiva de



informação no âmbito da Biologia Aquática.

Foi ainda criado um site na internet (www.aquariovgama.pt), que inclui um alargado bloco educacional, com muita informação útil no domínio da Biologia e Ecologia. Este site tem um elevado número de acessos mensais, principalmente por alunos de escolas de todo o país e até do estrangeiro.

Foram introduzidos dois "touch-tank" na exposição, um deles recriando uma poça rochosa da Costa do Estoril e o outro uma praia do

Estuário do Sado. O visitante é convidado a explorar e tocar nos animais expostos nestes tanques.

Durante o ano de 2001 deu-se início a um conjunto de obras de ampliação do A.V.G., que incluíram a construção de uma cafeteria e de um auditório. Nesta altura as obras já se encontram concluídas, sendo assim possível reforçar o



papel pedagógico assumido desde sempre pelo Aquário Vasco da Gama, oferecendo simultaneamente a possibilidade de desenvolvimento da sua componente lúdica.

O Auditório constitui um espaço polivalente, permitindo a realização de

eventos de natureza diversa, como exposições temporárias, reuniões e palestras, projecção de filmes, etc....

A nova cafetaria que já abriu ao público inclui uma esplanada onde o visitante pode usufruir de uns momentos de descanso, enquanto desfruta de uma magnífica vista sobre o estuário do Tejo.

Este projecto teve o apoio da Marinha Portuguesa, da Câmara Municipal de Oeiras e da Petrolgal.



A EXPOSIÇÃO PERMANENTE

Colecção Oceanográfica D. Carlos I



O principal impulsionador da construção do Aquário Vasco da Gama foi o Rei D. Carlos, um homem inteligente e dinâmico, que se notabilizou como naturalista e oceanógrafo.

D. Carlos de Bragança, rei de Portugal entre 1889 e 1908, dedicou-se com assinalável sucesso a um conjunto diversificado de actividades de que se destacam a Arte e alguns ramos da Ciência, tal como a Ornitologia e a Oceanografia. Neste campo pode mesmo considerar-se como um dos pioneiros mundiais, tendo deixado uma obra de reconhecido mérito.

Influenciado pelo crescente interesse do Homem pelo estudo do mar registado no século passado, D. Carlos decidiu explorar cientificamente o nosso mar.

Depois de uma cuidadosa preparação, e auxiliado por um valoroso conjunto de colaboradores, de entre os quais se destaca Albert Girard, D. Carlos deu início, a 1 de Setembro de 1896, à primeira de doze Campanhas Oceanográficas



(1896-1907) realizadas na costa portuguesa, com o objectivo principal de estudar a Fauna Marinha. O estudo dos peixes, mereceu desde logo particular atenção, dada a enorme importância económica da indústria piscatória em Portugal.



A intensa actividade oceanográfica desenvolvida passa ainda por campos tão diversos como o estudo das correntes ou da topografia dos fundos marinhos, tendo inclusivamente chegado a reconhecer a existência de profundos vales submarinos próximo da costa, na região do Cabo Espichel.

Ao longo de doze anos de campanhas, D. Carlos foi reunindo uma colecção zoológica de incalculável valor histórico e científico que inclui animais conservados em meio líquido e naturalizados. Constituindo um valioso contributo para o inventário faunístico da costa portuguesa, esta colecção tem vindo a servir de base à realização de diversos estudos científicos, nomeadamente sobre peixes e crustáceos.

É ainda de salientar o extraordinário papel desempenhado por D. Carlos no domínio da divulgação científica, fazendo chegar ao conhecimento público os resultados das suas campanhas oceanográficas, organizando exposições com o material zoológico recolhido ou ainda com instrumentos de uso corrente em oceanografia e aparelhos de pesca.

O mérito da sua obra foi internacionalmente reconhecido, como o demonstram os numerosos diplomas que lhe foram conferidos pelas mais prestigiadas instituições científicas da época.

A Colecção Oceanográfica D. Carlos I inclui ainda instrumentos oceanográficos utilizados durante as campanhas, bem como um extenso conjunto de documentação e bibliografia referentes à actividade científica.





stituindo um espólio de valor incalculável, foi também oferecida nessa mesma altura.

Para além do espólio de D. Carlos, as colecções do Museu têm vindo a ser permanentemente aumentadas e enriquecidas em espécies, especialmente no que respeita a peixes marinhos e dulçaquícolas da fauna indígena e tropical, tartarugas, aves aquáticas, mamíferos marinhos e espécimens malacológicos.

As obras de ampliação do Aquário, que decorreram a partir de 1976, beneficiaram bastante o Museu, que passou a dispor de um novo espaço museológico de dimensões apreciáveis. Nessa altura, todas as salas de exposição do Museu foram res-

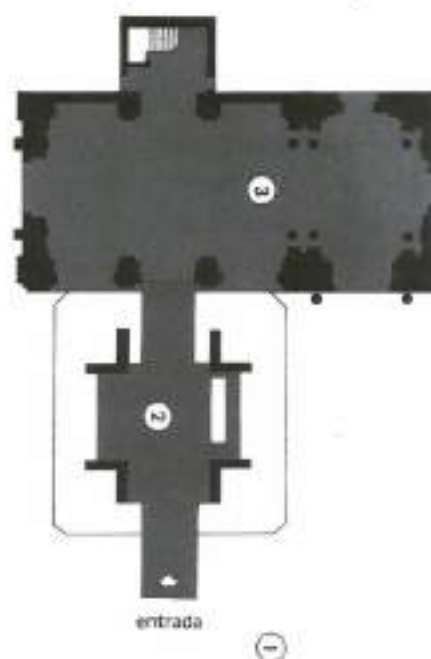
Após a morte de D. Carlos, a Colecção Oceano-gráfica foi entregue em 1910 à Liga Naval Portuguesa que a doou em 1935, através de escritura pública notarial, ao Aquário Vasco da Gama. A Biblioteca Científica do Rei, incluindo verdadeiras preciosidades bibliográficas e cons-

tauradas e a sua exposição alterada e renovada.

O espaço museológico actual distribui-se por cinco salas de exposição, cujo trajecto recomendado aos visitantes tem a seguinte orientação:

1. Jardim
2. Entrada
3. Átrio – ou “Sala dos invertebrados Marinhos”

A exposição desta sala é dedicada ao Rei D. Carlos, evidenciando os aspectos mais significativos da sua



ENTRADA

obra, no domínio da Oceanografia. Destacam-se os exemplares de invertebrados marinhos, conservados em meio líquido e dispostos de acordo com a sua classificação taxonómica, dando assim a possibilidade ao visitante de conhecer a variedade e o tipo de animais que se podem encontrar em cada um dos Filos existentes.

Subindo as escadas situadas mesmo em frente da entrada, chega-se ao 1º Andar.

MUSEU



4. Salão nobre - construído entre 1913 e 1917. É de salientar a beleza do seu tecto, todo pintado com motivos marinhos.

A sala é dedicada à exibição da Colecção do Rei D. Carlos, com particular destaque para os peixes. Os numerosos exemplares estão dispostos por ordem sistemática.

5. Sala dos Tubarões dedicada à exposição de numerosos tubarões, alguns deles espécies raras.

6. Sala de Malacologia aberta ao público em Setembro de 1986, exhibe mais de 600 espécies de exemplares da fauna malacológica das costas portuguesas, expostas por ordem sistemática actualizada e com carácter didáctico.

7. Mamíferos Marinhos, Aves - Inaugurada em 1980, esta sala exhibe também uma mostra malacológica de conchas exóticas das zonas do Indo-Pacífico e da costa ocidental africana.



ACTIVIDADES DO MUSEU

Registo do arrojamento de espécies marinhas

O Museu tem tido um importante papel no estudo dos mamíferos marinhos que frequentam as costas portuguesas, bem como de outros grupos zoológicos, especialmente os peixes e as tartarugas marinhas. Pode dizer-se que o Aquário Vasco da Gama foi a instituição pioneira em Portugal, no estudo dos mamíferos marinhos.

Está em curso há largos anos, um projecto na área da mamalogia, respeitante à inventariação dos mamíferos marinhos encontrados no litoral português. Este trabalho engloba o estudo biológico, identificação das espécies, recolha e compilação dos dados relativos aos animais arrojados às costas e/ou capturados com artes de pesca. As acções desenvolvidas no âmbito dos mamíferos marinhos apresentam uma importante componente museológica, uma vez que têm permitido o enriquecimento das colecções mamalógicas do Museu, sendo complementadas por outro aspecto igualmente relevante como a conservação daqueles animais.



No campo da educação ambiental, a partir de 1980 empreenderam-se algumas campanhas de divulgação e sensibilização junto das Capitánias e Delegações Marítimas e mesmo da população piscatória, através da difusão de fichas de observação e de um folheto que permite uma fácil identificação das principais espécies de mamíferos marinhos que ocorrem nas nossas águas.

Preparação de exemplares

O Museu é apoiado por um laboratório de taxidermia onde são preparados e montados diversos exemplares para exposição e estudo. Aí também se efectuam diversos trabalhos relativos à conservação dos espécimens expostos e armazenados nas reservas (zooteca).

Nestes últimos anos, em especial a partir de 1987, foram executadas diversas reproduções de cetáceos e peixes em fibra de vidro e resinas sintéticas.



Este método de tratamento museológico dos espécimens, a que se dá o nome de dermoplástica, é largamente utilizado nos mais modernos museus de história natural do mundo. As réplicas dos exemplares são obtidas a partir dos moldes em gesso, ou outro material (por ex. latex, silicone), tirados directamente

dos corpos dos animais. O resultado final deste processo é uma cópia fiel do exemplar que, após os acabamentos finais e a pintura, irá dar ao público um imagem a mais correcta possível do animal, tal como era enquanto vivo. A Taxidermia, ou seja, o processo clássico de montagem de exemplares (vulgar e impropriamente designada por “embalsamamento”), utiliza as peles dos animais, que depois de tratadas são aplicadas sobre os respectivos manequins. Estes, com as formas dos corpos dos animais, são executados com base nas medidas tomadas em diversos pontos e são então “vestidos” com as respectivas peles já curtidas.

O AQUÁRIO

A exposição

Criado com o objectivo de dar a conhecer ao público a grande diversidade da Fauna Aquática, o Aquário no seu início exibia apenas espécies vivas. As espécies expostas pertenciam, na sua totalidade, à fauna indígena do nosso país.



Ao longo dos anos o Aquário tem vindo a sofrer constantes alterações com o objectivo de oferecer uma mostra cada vez mais alargada e interessante da Fauna Aquática. Neste sentido, têm sido desenvolvidas diversas acções



que têm permitido melhorar as condições de exibição das espécies, nomeadamente através da remodelação de alguns aquários, construção de outros novos, instalação de novos sistemas de filtragem, de um gerador, etc... Por outro lado, nas sucessivas remodelações de galerias e aquários tem predominado a preocupação de tornar a exposição cada vez mais didáctica, através da introdução de informação sob as mais diversas formas, incluindo as novas tecnologias.

Assim actualmente a exposição de exemplares vivos no Aquário Vasco da Gama caracteriza-se pela diversidade, apresentando espécies animais e vegetais pertencentes aos mais variados grupos zoológicos e botânicos, provenientes de ecossiste-

mas de água doce, salgada e salobra, de ambos os Hemisférios.

A fauna da costa portuguesa ocupa, no entanto, o lugar de destaque: esta importância dedicada à fauna marinha local é concordante com a tendência dominante na concepção dos modernos Aquários públicos europeus, já que a divulgação dos ecossistemas locais tem por objectivo a educação ambiental e o incentivo do estudo da biologia das espécies que deles fazem parte.

Parece ser este o contributo mais importante reservado aos actuais Aquários públicos, numa altura em que a exposição de animais em cativeiro, com objectivos exclusivamente lúdicos, é posta em causa.





1. Galeria de invertebrados
2. Gabinetes Técnicos
3. Laboratório de Química
4. Fauna Tropical de Água Doce
5. Fauna Tropical de Água Salgada
6. Biblioteca
7. Sala das Tartarugas e Fauna Dolénuícola (Indígena e Tropical)
8. Fauna Marinha Continental e Insular
9. Lavabos WC
10. Quarentena de Espécies Tropicais de Água Salgada
11. Quarentena de Espécies Tropicais de Água Doce
12. Sala de Cultura de Peixes Tropicais de Água Doce
13. Sala de Vendas
14. Reservas de Fauna Marinha
15. Tanque das Tartarugas
16. Tanque de Água Doce Tropical
17. Tanque das otárias da África do Sul
18. Aquaterrários com espécies tropicais de Água Doce



A **Galeria dos Invertebrados (1)** - Inicia a exposição de animais vivos e é dedicada aos invertebrados marinhos da costa portuguesa.

A Vida na Terra surgiu no mar, há centenas de milhões de anos, através de seres unicelulares muito simples que, lenta e gradual-

mente foram evoluindo, adquirindo estruturas morfológicas e funcionais cada vez mais complexas. Para atingir o topo da escala evolutiva, representado pelos mamíferos, foi necessário percorrer um longo e duro caminho, que em parte pode ser compreendido se observarmos as diferenças morfológicas que separam os seres vivos mais primitivos dos mais complexos. Nos primeiros incluem-se os invertebrados, conceito taxonómico vasto, que engloba uma grande diversidade de animais caracterizados por não possuírem coluna vertebral. Nesta galeria encontram-se espécies representantes dos principais Filos, dando assim uma visão sistemática do Reino Animal. Os exemplares estão dispostos em vinte pequenos aquários, ordenados por ordem crescente de complexidade morfológica, permitindo assim evidenciar o percurso evolutivo que separa os invertebrados mais primitivos, como os espongiários, dos mais complexos como os equinodermes, entre os quais se contam os ouriços e estrelas-do-mar. O fim da galeria apresenta-nos já os cordados, já com corda dorsal, representada pelos tunicados.

À **Fauna Marinha Portuguesa (8)** é ainda dedicada outra área de exposição, actualmente com trinta e sete aquários de 600 a 25 000 litros de volume.

Portugal Continental, situado na ponta ocidental da Europa, apresenta uma configuração tal que lhe proporciona cerca de 800Km de costa marítima, banhada pelo Oceano Atlântico. Esta situação geográfica confere-lhe ainda a característica excepcional de reunir, ao longo da costa, espécies típicas da fauna atlântica e da fauna mediterrânica.

Por outro lado, os arquipélagos da Madeira e Açores, de características geográficas bem diferentes das do continente, oferecem uma nova perspectiva da fauna marinha atlântica, já de características subtropicais. A fauna marinha portuguesa é assim extremamente diversificada, constituindo uma das maiores riquezas do país.

Verifica-se, no entanto, uma necessidade cada vez maior de gerir racionalmente este poderoso recurso natural. Para tal, é urgente estudar e divulgar a biologia das espécies marinhas que frequentam as nossas águas.

Nas galerias de água salgada, o Aquário Vasco da Gama exhibe uma mostra dessas espécies, contribuindo decisivamente para a concretização desse objectivo.



Espécies de Água Doce

A fauna tropical de água doce (4 e 7) constitui, desde o início do século, outro dos atractivos do A.V.G.. A sua introdução ocorreu na época em que aumentam a nível europeu as tentativas para manter e reproduzir muitas destas espécies exóticas, actualmente vulgares nos aquários domésticos.

A diversidade de habitats aquáticos de água doce é muito grande, sendo cada um deles caracterizado por um conjunto variável de factores como a dimensão, a força da corrente, o tipo de substrato, as características da água, entre outros. Cada um destes habitats é povoado por um conjunto de fauna característica que varia consoante as condições ambientais.



Do total das espécies piscícolas actualmente existentes, cerca de 41,2% são espécies de água doce. Cerca de 33,1% vivem exclusivamente em água doce, as restantes 8,1%, embora vivam preferencialmente neste tipo de água, conseguem tolerar salinidades variáveis. As espécies dulçaquícolas têm uma distribuição mundial, embora o seu número dependa de diversos factores, tais como a latitude, a altitude, a história geológica das diversas regiões, etc. Verifica-se, por exemplo, que o número de espécies aumenta consideravelmente à medida que nos aproximamos do Equador.



Na Europa existem apenas 126 espécies de água doce, número que se pode considerar escasso. Este facto está relacionado com as épocas glaciares e com a quase ausência, no continente europeu, de grandes rios. Deste modo, pode-se compreender melhor a razão pela qual a maioria das

espécies dulçaquícolas mantidas em aquários pertence essencialmente a zonas tropicais e subtropicais.

A exposição dedicada à Fauna dulçaquícola tropical inclui três grupos diferentes de aquários: um grupo destinado aos peixes de pequenas dimensões, divididos por zonas geográficas de origem; outro reservado às espécies que apresentam características morfológicas, fisiológicas ou mesmo etológicas, particularmente interessantes; e ainda um grupo de aquaterrários de grandes dimensões. Estes últimos constituem um exemplo da forma mais moderna de expor a fauna dulçaquícola, pois representam a parte aquática do ecossistema integrada no ambiente terrestre circundante, dando assim uma imagem bastante mais real do habitat da espécie.

Fauna Marinha Tropical

Fauna marinha tropical (5), exibida em 5 aquários com uma capacidade de 1150 litros, ocupa outra área da exposição. Incluem-se neste grupo as espécies de formas e cores exuberantes que habitam os recifes de coral.

Os recifes coralíferos constituem geralmente ecossistemas de beleza impar dada a variedade de cores das imensas formas de vida que aí abundam. Os corais, pequenos animais primitivos cujos pólipos vivem em colónias, estão na origem da formação das grandes massas de recifes coralíferos. Ao longo do tempo as sucessivas deposições e aglomerações dos



exosqueletos calcários segregados pelos pólipos dessas colónias são responsáveis pela edificação destas verdadeiras obras arquitetónicas.

Para se desenvolverem em ótimas condições, os corais contam com as substâncias sintetizadas pelas algas unicelulares (as zooxan-





telas) que vivem em simbiose nos seus tecidos, razão pela qual precisam de iluminação intensa e de águas cristalinas, pobres em nutrientes, características próprias das latitudes tropicais onde se desenvolvem os recifes de coral. O recife coralífero necessita ainda de uma série de condições ambientais (temperatura constante e superior a 20°C, um certo hidrodinamismo e salinidade elevada) que também os confinam às zonas tropicais, principalmente às costas orientais dos continentes.

Os recifes, por sua vez, criam condições para o desenvolvimento de uma grande diversidade de formas de vida. Os seres vivos que coexistem neste ambiente, quase sempre superpovoado, têm de competir e lutar permanentemente pela sobrevivência.



Surge assim uma espectacular variedade de adaptações e associações entre os seres vivos habitantes dos recifes coralíferos, que lhes conferem os meios adequados para lutarem da melhor maneira pela sobrevivência.

Os mamíferos marinhos, representados por duas otárias da África-do-sul (17) e as grandes tartarugas marinhas (15) são provavelmente os animais preferidos da maioria das crianças que visitam o Aquário.

ACTIVIDADES ASSOCIADAS

Circuitos e sistemas de filtragem

A sobrevivência de peixes e invertebrados em aquário requer inúmeros cuidados, dos quais se destacam aqueles que estão relacionados com a manutenção de uma boa qualidade da água. A carga biológica dos aquários, ultra-

passando largamente aquela que se verifica no meio ambiente natural, provoca a curto prazo a deterioração da qualidade da água por falta de oxigénio e pela acumulação de substâncias tóxicas que derivam da oxidação da matéria orgânica proveniente da alimentação e dos dejectos dos animais. Para manter o nível de oxigénio é assim necessário introduzir ar comprimido na água, através da utilização de pedras difusoras. Por outro lado, para combater a concentração excessiva das referidas substâncias tóxicas, a água é forçada a percorrer um circuito de filtração. Nos últimos anos, todos os aquários de água salgada foram providos de sistemas de filtração individuais que permitem assim melhorar a qualidade da água, facilitando o condicionamento de temperatura e o isolamento para tratamento, sempre que necessário.

Cuidados gerais de manutenção

De uma forma geral, as espécies aquáticas adaptam-se mal a variações bruscas no seu meio ambiente. Assim, não é apenas a qualidade da água que deve ser garantida, mas também a temperatura que deve ser mantida dentro dos limites de amplitude térmica que ocorrem na região de origem das espécies. Para tal, nalguns casos é necessário recorrer a sistemas de aquecimento ou de refrigeração, com termostato.

Por fim, é ainda necessário simular algumas características do habitat de origem de cada espécie tendo em conta o seu comportamento, como por exemplo: os peixes que normalmente se enterram na areia necessitam de um fundo de areia fina; aqueles que costumam definir territórios sobre o substrato rochoso devem ser colocados em aquários com decoração de rochas; ou os peixes pelágicos, que nadam em espaços abertos, precisam de aquários de cantos arredondados e com um mínimo de obstáculos. A intensidade e qualidade da iluminação é outro factor a considerar, especialmente quando se pretende manter plantas ou invertebrados que vivem em associação com microalgas.

O comportamento das espécies a manter em cativeiro é também importante quando pretendemos introduzir vários exemplares dentro do mesmo aquário: os peixes de maiores dimensões podem devorar os mais pequenos; os territoriais podem-se mostrar demasiado agressivos entre si se o espaço não for suficiente para que todos definam o seu próprio território; os mais rápidos ou mais agressivos podem impedir os outros de ter acesso à alimentação.

A alimentação oferecida deve aproximar-se das preferências conhecidas para cada espécie no seu meio natural, principalmente durante o período de adaptação. Procura-se oferecer alimento fresco, vivo sempre que possível, e

variado. No A.V.G. são consumidos semanalmente cerca de 400kg de alimento (peixe, carne, camarinha, artémia salina, minhoca, ovas, lulas, espinafres, dáfnia, caranguejos).

Colheita de exemplares

A captura de exemplares é a actividade indispensável à manutenção da exposição dedicada à fauna da costa portuguesa. As espécies são capturadas essencialmente por dois métodos, em função do tipo de animal. Muitos dos invertebrados marinhos são colhidos manualmente, em praias, na zona intertidal (zona sujeita ao fluxo e refluxo das marés) ou ainda por mergulho com escafandro autónomo. A captura de espécies piscícolas, bem como de outras variedades de invertebrados, é feita utilizando diferentes artes de pesca.



Desde 1979 que esta instituição dispõe de uma embarcação, o “ALBACORA II”, equipada com quatro tanques de água em permanente circulação, especialmente concebidos para a manutenção e transporte de exemplares vivos. As suas principais características técnicas são as seguintes:

Comprimento	17 metros
Boca	4,80 metros
Pontal	1,50 metros
Calado máximo	1,98 metros
Motor diesel de 275 HP	
Velocidade máxima	10 nós

Com o “ALBACORA II” podem efectuar-se pescas de arrasto pelágico ou de fundo, com redes de arrasto de vara ou portas.

Outra das artes de pesca utilizada é designada por “COVOS”, os quais são na realidade uma espécie de gaiolas que funcionam como armadilhas próprias para captura de peixes, moluscos e crustáceos. Os covos são geralmente colocados no fundo, com ou sem isco, isolados ou em fiadas e estão ligados por cabos a bóias que assinalam a sua posição à superfície.

Para além destas duas artes de pesca, pratica-se também a arte de “chin-

chorro", normalmente em águas pouco profundas, partindo das praias. Esta técnica consiste em cercar uma superfície de água com uma rede muito comprida, dotada de um saco colocado no centro da rede. A rede é largada a partir de uma embarcação e depois é manobrada e arrastada a partir de terra.



Análises laboratoriais da água

O controlo químico da qualidade da água dos aquários e dos diferentes circuitos do Aquário Vasco da Gama é da responsabilidade do Gabinete de Química e Patologia, que recolhe periodicamente amostras de água dos aquários, em diferentes pontos dos circuitos e dos filtros. Estas amostras são analisadas com o objectivo de determinar alguns parâmetros físico-químicos tais como temperatura, pH, oxigénio dissolvido, amónia, nitritos, nitratos, fosfatos, dureza, dióxido de carbono, salinidade, etc...

O conhecimento dos níveis destes parâmetros permite-nos controlar a qualidade de água de acordo com as exigências das diferentes espécies, controlar a eficiência dos sistemas de filtração e verificar o equilíbrio ou desequilíbrio do aquário.

Uma boa qualidade da água contribui decisivamente para o sucesso de manutenção das diferentes espécies aquáticas em boas condições de saúde e longevidade.

Produção de Plâncton



O Gabinete de Química é ainda responsável por uma actividade paralela extremamente importante: a produção de plâncton (conjunto de seres vivos, quase todos de pequenas dimensões, que flutuam e se deslocam passivamente, arrastados pelas correntes nos oceanos e nos lagos) que é a base da

cadeia alimentar. De acordo com a sua composição, o plâncton pode ser designado por: Plâncton vegetal ou Fitoplâncton e Plâncton Animal ou Zooplâncton. Com a produção de plâncton, conseguimos estabelecer a cadeia alimentar marinha completa no Aquário Vasco da Gama, factor extremamente importante dado que permite aumentar a longevidade de algumas espécies de invertebrados marinhos (perceves, espirógrafos, mexilhões, etc...). O Plâncton constitui também parte importante da primeira fase de alimentação das larvas de algumas espécies de peixes reproduzidas no Aquário.

Cultura de macroalgas

Nestes últimos anos tem-se vindo a exprimentar a cultura de macroalgas em aquários, tendo-se registado sucesso em algumas espécies de *Caulerpa* (*Caulerpa prolifera*, *Caulerpa taxifolia*) que, além de servirem para ornamentação, contribuem para melhorar a qualidade da água dos aquários, sendo também apreciadas por alguns peixes como alimento.

Patologia dos peixes

O Gabinete de química e patologia é responsável pela profilaxia e tratamento dos peixes do Aquário Vasco da Gama, tendo desenvolvido o estudo das doenças dos peixes com a colaboração do Serviço de Patologia dos Animais Aquáticos do Instituto Nacional de Investigação de Veterinária.

Reprodução de peixes

A reprodução dos peixes em cativeiro é actualmente um dos objectivos mais importantes de muitos aquários públicos. Esta actividade contribui para a protecção das espécies selvagens, diminuindo o número de exemplares capturados na natureza e permitindo simultaneamente a existência de programas de reprodução das espécies de peixes em extinção. Inicialmente, foram as culturas de peixes decorativos que mereceram especial atenção no Aquário Vasco da Gama, tendo-se atingido resultados bastante positivos neste domínio.



No total reproduzem-se cerca trinta espécies na sua maioria tropicais, cujos excedentes estão disponíveis na SALA DE VENDAS, aberta ao público de Segunda-feira a Sábado, das 13H às 17 H. Mais recentemente, graças à produção de plâncton, tem sido possível criar larvas de espécies de água salgada, tanto tropicais como da costa portuguesa.

INVESTIGAÇÃO

Estágios de estudantes universitários e estudo da biologia da fauna marinha

O Aquário Vasco da Gama proporciona condições favoráveis à realização de diversos trabalhos de investigação, sendo procurado quer por estudantes universitários que aqui pretendem realizar os seus trabalhos de fim de curso, quer por licenciados que procuram condições que lhes possibilitem realizar os seus estudos de pós graduação. Ocasionalmente, aquando de ocorrências de interesse científico (por exemplo a reprodução de uma espécie que ainda não tenha sido observada em cativeiro), procura-se alertar investigadores de outras instituições que possam estar interessados em desenvolver um trabalho conjunto de investigação. Nos últimos anos temos tido a oportunidade de fazer algumas observações sobre o comportamento reprodutor, o desenvolvimento embrionário, assim como o comportamento e desenvolvimento larvar de algumas espécies, em colaboração com investigadores do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Marcação e libertação de tartarugas marinhas

Outra actividade importante desenvolvida no Aquário Vasco da Gama é o acolhimento das tartarugas marinhas, feridas ou depauperadas, que aparecem nas praias da costa portuguesa ou que são apreendidas pelas instituições



responsáveis pela fiscalização do cumprimento da lei que protege estes animais. Actualmente, no nosso país é expressamente proibida a sua importação, exportação, transporte e comercialização, estando estas infracções sujeitas a multas elevadas. O objectivo deste projecto é a recuperação das tartarugas e a

sua libertação no mar. Assim, os exemplares são medidos e pesados regularmente, procedendo-se também à sua marcação com etiquetas pertencentes à Universidade da Flórida, antes de serem libertados. Os dados sobre as tartarugas capturadas e libertadas no Atlântico, são recolhidos por aquela Universidade no âmbito de um programa cujo objectivo é aumentar o conhecimento sobre a vida destes animais.

Um Centro de Educação

Ao longo de mais de 105 anos de existência, o Aquário Vasco da Gama tem vindo a desempenhar um papel único em Portugal na divulgação da Ecologia e Biologia dos Animais Aquáticos.

O número médio de visitantes nos últimos anos situa-se próximo dos 55 000. Destes, aproximadamente 35% correspondem a visitas escolares (alunos e professores).

Com o objectivo de tornar as visitas escolares cada vez mais proveitosas para alunos e professores, os serviços técnicos do A.V.G. têm intensificado esforços durante os últimos anos no sentido de reforçar as características didácticas da exposição.

Sabendo que a Educação Ambiental assume uma importância cada vez maior na sociedade actual, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área tem três objectivos primordiais:

- Divulgar a Biologia e Ecologia dos animais Aquáticos
- Promover o conhecimento e estudo dos Ecossistemas Aquáticos
- Sensibilizar para Proteger e Conservar

Os projectos realizados neste contexto têm incidido basicamente em três pontos fundamentais:

- A disponibilização de informação na exposição permanente
- A produção de material pedagógico de apoio a alunos e professores para preparação da visita e para realização de trabalhos posteriores
- Organização de exposições temáticas para exploração de temas no âmbito da Biologia Aquática

Da actividade desenvolvida nos últimos anos destaca-se a introdução de



quiosques multimédia que permitem a consulta interactiva de muitos temas no âmbito da Biologia Aquática, o reforço de etiquetas e painéis informativos sobre as espécies expostas, o desenvolvimento do site na internet assumindo uma componente marcadamente didáctica, edição de guias, entre outras actividades.

Exposições temporárias



Para além da exposição permanente, o Aquário Vasco da Gama tem desenvolvido algumas exposições temporárias, na instituição e no exterior, com o objectivo de dinamizar as visitas ao Aquário, promo-

ver a diversificação de temas tratados, e divulgar de forma mais efectiva do grande público.

As exposições realizadas, de características marcadamente didácticas, têm registado enorme sucesso, despertar o interesse das escolas e população em geral.



O Aquário Vasco da Gama é pois uma instituição didáctica, um centro de divulgação da vida aquática e de investigação, que tem vindo a sofrer ao longo do tempo várias transformações, no sentido de melhorar cada vez mais a exposição dos exemplares vivos e do espólio museológico, procurando cumprir da melhor forma possível o seu importante papel de Museu Vivo de História Natural.

Aquário Vasco da Gama

Aberto todos os dias do ano das 10h às 18h

Rua Direita do Dafundo – 1495 Lisboa

Telefones: 21 419 6337 / 21 415 1610 • Fax: 21 419 3911

E-mail: aquariovgama@mail.telepac.pt

Internet: <http://www.aquariovgama.pt>

Biblioteca Central da Marinha

Um valioso património bibliográfico e documental

José Luís Leiria Pinto

Contra-almirante

A Biblioteca Central da Marinha (BCM) é um órgão de natureza cultural da Marinha, que funciona na dependência do Chefe do Estado-Maior da Armada, presentemente chefiada por um oficial general na reserva, que acumula as funções de presidente da Comissão Cultural da Marinha (CCM).

Sendo o serviço técnico da Marinha em matéria de biblioteconomia, arquivística e documentalística (BAD), compete-lhe *assegurar o tratamento bibliográfico dos seus fundos e promover a aquisição de obras; prestar serviços de apoio à leitura e à investigação; assegurar a guarda e a conservação dos arquivos da Marinha nela depositados; funcionar como biblioteca depósito para as obras com valor histórico ou bibliográfico; avaliar e seleccionar a documentação existente no Arquivo Central e proceder à sua transferência para o Arquivo Histórico.*

Segundo o Decreto-Regulamentar n.º 35/94, de 1 de Setembro, a sua estrutura operativa compreende a Biblioteca, o Arquivo Histórico e o Arquivo Central.



A Biblioteca

A Biblioteca da Marinha foi criada por D. Maria II, em decreto de 7 de Janeiro de 1835, com o intuito de *diffundir as luzes da Instrucção, e os conhecimentos das Sciencias e Litteratura, como instrumentos proprios para promover a prosperidade publica: E Tendo ora particular attenção à Classe da Marinha do Estado.*



Com a criação da Biblioteca da Marinha procurou remediar-se a falta da Biblioteca da Real Academia dos Guardas-Marinhas, criada em 1802, que não regressara do Brasil, depois de para ali ter sido transferida, aquando da ida da corte para o Rio de Janeiro, em 1807, durante as invasões francesas. Instalada no andar nobre do Arsenal da Marinha, a Biblioteca ocupava, juntamente com a Escola Naval e o Museu, uma vasta área que compreendia a Sala do Risco.

Foi seu primeiro bibliotecário o Capitão-de-fragata D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho, um oficial de grande erudição, a quem coube a tarefa de seleccionar as obras que viriam a constituir o seu primeiro fundo – cerca de oito mil volumes provenientes do Depósito-Geral de São Francisco da Cidade, para onde tinha sido transferido o acervo que constituía as bibliotecas dos conventos das antigas Ordens Religiosas, após a sua extinção em 1834. Este fundo, que contém algumas das obras mais antigas e valiosas da Biblioteca, inclui temas de Geografia, História, Teologia, Filosofia, Literatura Clássica, em edições dos mais famosos impressores europeus.

Por Decreto de 19 de Maio de 1845, a Biblioteca passou a estar anexa à Escola Naval, acompanhando todas as reformas que esta sofreu até à sua transferência para o Alfeite, em 1936. Durante estes anos, o Director da Biblioteca acumulava as funções de lente da Escola Naval. De entre estes destacam-se Francisco da Fonseca Benevides, Francisco da Ponte e Horta e Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d'Eça.

A partir de 1936, a Biblioteca e o Museu, sob direcção comum desde 1903, continuaram a funcionar conjuntamente. Nesta altura, foram seus directores oficiais como Eduardo do Couto Lupi e Jaime Correia do Inso. Finalmente, em 1960, a Biblioteca, pelo Decreto-Lei n.º 42 841, de 10 de Fevereiro, recebe a designação de Biblioteca Central da Marinha e passa a reger-se por regulamento próprio, na dependência da então Superintendência dos Serviços da Armada.

A 8 de Julho de 1981, a Biblioteca é transferida para as suas actuais instalações, um edifício de traça recente anexo ao conjunto do Mosteiro dos Jerónimos.

Além das obras proveniente das antigas bibliotecas conventuais, a Biblioteca conta ainda com numerosos fundos, de entre os quais se destacam preciosas colecções de livros de Astronomia, Geometria, Aritmética, Geografia, Cartografia, História e outros assuntos que eram então estudados na Academia Real dos Guardas- Marinhas. De entre estas obras, existe um assinalável número de edições dos séculos XVI e XVII versando matérias de Astronomia, Náutica, Crónicas, e outros documentos impressos, de muito interesse para o estudo dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Mundo e de outros temas de História Marítima.

Outro fundo notável refere-se a matérias do Ultramar e respectiva administração, uma vez que desde 1736 até à implantação da República os negócios da Marinha e do Ultramar dependiam do mesmo departamento governamental, (inicialmente Secretaria do Estado e posteriormente Ministério), ao qual a Biblioteca providenciava apoio bibliográfico.



A área de temas técnicos como a Meteorologia, Máquinas, Electricidade e Comunicações, disciplinas em que a Marinha foi pioneira em Portugal, é igualmente importante, destacando-se, neste âmbito, os livros técnicos relacionados com a Engenharia de Máquinas. De sublinhar, ainda, a existência de uma considerável colecção de antigas cartas geográficas, cartas marítimas e de atlas, cujos mais antigos datam do século XVI, sendo alguns exemplares em bibliotecas nacionais.

Para além destes fundos, importantes ofertas e legados têm vindo a enriquecer o património da Biblioteca. De destacar, entre outros, o do Duque de Palmela, os dos Almirantes Gago Coutinho, Teixeira da Mota, Celestino Soares e Sande de Vasconcelos e Carvalho e dos Comandantes Humberto Leitão, Nunes Ribeiro e Marques Esparteiro.

A Biblioteca também continua a ampliar o seu património, através da aquisição de obras, nacionais e estrangeiras, relacionadas com a época dos Descobrimentos e Expansão, o Ultramar, a Marinha e Assuntos do Mar.

Deste modo, Biblioteca afirma-se como um importante centro bibliográfico para o estudo da Marinha e o mar, contendo actualmente cerca de 48.000 títulos de obras impressas e perto de 500 manuscritos.

Procurando adaptar a Biblioteca às novas tecnologias, facilitando o acesso, a difusão e a utilização do seu património documental, deu-se início à informatização em 1992, através do programa de gestão bibliográfica

PORBASE, licenciado pela Biblioteca Nacional. Este programa, satisfazendo os requisitos de gestão bibliográfica da Biblioteca e permitindo uma catalogação mais rápida das obras e uma pesquisa mais eficiente, veio possibilitar a criação de uma base de dados, actualmente com cerca de 80% dos registos inseridos, prevendo-se que, até ao final de 2007 esteja completamente actualizada.

Em Maio de 2005, a Biblioteca passou a dispor de uma página na Internet, acessível através do portal da Marinha, que possibilita a pesquisa bibliográfica. Esta aplicação veio facilitar o trabalho de investigadores e eventuais leitores, contribuindo para a divulgação de uma Biblioteca altamente especializada, a nível mundial.



A médio prazo pretende-se proceder à digitalização das obras mais emblemáticas da Biblioteca, nomeadamente na área do Livro Antigo, tornando-as mais acessíveis e possibilitando que investigadores de todo o mundo possam partilhar as riquezas bibliográficas da Biblioteca.

Em 2006, a Biblioteca aderiu à “Cooperação PORBASE”, o que lhe permite integrar a Base Nacional de Dados Bibliográficos e disponibilizar ao público, por via da Internet, o seu acervo em conjunto com o das outras bibliotecas ligadas à Biblioteca Nacional. No mesmo ano, procedeu-se ao levantamento das bibliotecas existentes na Marinha, com vista a uma política comum de gestão bibliográfica que possibilite a sua integração, em rede, na base de dados da Biblioteca.

A Sala de Leitura da Biblioteca está aberta ao público, de segunda a sexta-feira, de manhã, das 9.30 às 12.30, e de tarde, das 13.30 às 16.45.

O Arquivo Central (AC) e o Arquivo Histórico (AH)

Os fundos do actual Arquivo Histórico têm origem na documentação da antiga Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, reunida em Arquivo por Decreto de 15 de Fevereiro de 1843.

Em 1868 foi dada, conjuntamente ao Arquivo de Marinha e Ultramar e Biblioteca do Ministro, a categoria de Repartição, então denominada “Repartição de Arquivo e Biblioteca”, anexa à Direcção Geral do Ultramar.



Em 1887, com a criação da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, determinou-se que os documentos anteriores a 1834, que não fossem necessários ao expediente das repartições, recolhessem à Torre do Tombo.

Procedeu-se em 1884 à transferência de todo o espólio da Repartição para a Biblioteca Nacional de Lisboa, por não haver espaço disponível nem no Ministério da Marinha nem na Torre do Tombo.

Em 1892, a Repartição de Arquivo e Biblioteca foi constituída como a “9ª Repartição da Direcção Geral da Marinha”, competindo-lhe *archivar methodicamente todos os livros e documentos que hoje fazem parte dos arquivos da Direcção Geral da Marinha e Comando Geral da Armada, Conselho Fiscal, Inspeção da Administração Naval e 6ª Repartição da Direcção Geral de Contabilidade e bem assim todos os do Conselho do Almirantado*. Em 1897, esta Repartição passou a ficar instalada no edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa, sendo no ano seguinte transformada na “6ª Repartição ou Arquivo da Direcção Geral da Marinha”.

Em 1901 foi criada, na Biblioteca Nacional de Lisboa, uma nova Secção denominada “Arquivo de Marinha e Ultramar”, incorporada na 9ª Secção e constituída pelos documentos do extinto Conselho Ultramarino, do Arquivo de Marinha e ainda os relativos às Colónias.

Em 1914, a 6ª repartição da Direcção Geral da Marinha passou a denominar-se Arquivo Geral da Marinha (AGM), o qual, em 1916, ficou anexo à 1.ª Direcção Geral da Majoria General da Armada.

Em consequência da reorganização geral da Marinha em 1921, o Arquivo Geral passou a estar dependente da Intendência de Marinha. Em 1924, foi integrado na Direcção Geral da Marinha e em 1929, sem grandes alterações na sua organização, subordinado à Superintendência dos Serviços da Armada.

Em 1960, foi instalado no Quartel de Marinheiros, em Alcântara e aberto ao público, regressando à Marinha o conjunto documental confiado inicialmente à guarda da Biblioteca Nacional e posteriormente ao Arquivo Histórico Ultramarino.

Com a extinção do Arquivo Geral da Marinha em 1994, o seu património e competências passam para o Arquivo Central e Arquivo Histórico, organicamente integrados na Biblioteca Central da Marinha.

Finalmente, em 1998 processou-se a transferência para as actuais instalações, localizadas no ex-edifício da Fábrica Nacional de Cordoaria, na Rua da Junqueira. A área presentemente ocupada é de cerca de 2.000 m². Os diversos serviços, que incluem os gabinetes, as salas de avaliação, catalogação, restauro e conservação e a sala de leitura, ocupam cerca de 380 m². A restante área destina-se ao acervo documental e encontra-se dividida em seis

depósitos com áreas diferentes. Está já prevista a expansão do Arquivo Central e a requalificação do Arquivo Histórico, com novas áreas de recepção, avaliação, classificação e depósito.

O Arquivo Central procede à recepção da documentação transferida das diferentes Unidades e órgãos da Marinha, organizando-a e conservando-a. Posteriormente, remete-a para o Arquivo Histórico, onde se procede à avaliação e selecção da documentação, determinando-se a sua conservação permanente e/ou destruição.



Deste modo, o Arquivo Histórico contribui para a conservação da memória da Marinha, nas suas múltiplas actividades – pessoal, navios, organismos, infra-estruturas e legislação, ao longo dos últimos 250 anos.

A tipologia documental é variada e altamente especializada, obviamente virada para a História Marítima, agrupando-se em documentação avulsa, códigos, documentação encadernada, fotografia, cartografia e planos de navios.

A documentação mais antiga existente remonta ao século XVII e XVIII, embora sejam os séculos XIX e XX que formam o principal espólio do Arquivo Histórico. Isto deveu-se a vicissitudes várias, nomeadamente o terramoto de 1755, a ida da corte para o Brasil, as invasões francesas e as guerras liberais.

Assumindo a necessidade de informatização do acervo documental do Arquivo Histórico, deu-se início, em 2006, ao processo de informatização, através do módulo ArqHist, da aplicação informática ArqGest. Este programa de gestão documental vem possibilitar a criação de uma base de dados com múltiplas funcionalidades, bem como permitir, através do serviço InfoGestNet, operações de pesquisa cruzada entre Arquivos com acesso à Internet e detentores do mesmo tipo de aplicação informática.

Desta forma, tem-se vindo a proceder à criação e disponibilização de uma base de dados relativa à documentação histórica da Marinha, e ao registo e controlo informático dos leitores. Entretanto, está-se igualmente a efectuar a digitalização da documentação, visando facultar o seu acesso, via Internet, aos investigadores, estudantes e demais utilizadores do Arquivo Histórico, contribuindo, simultaneamente, para a sua preservação.

A par destes projectos, de médio/longo prazo e de grande complexidade, está neste momento em funcionamento um Grupo de Trabalho, cuja missão principal é a elaboração de um Regulamento de Conservação Arquivística e respectiva Tabela de Selecção e a reestruturação do Plano de Classificação ("Arquivo de Marinha").



O Arquivo Histórico encontra-se aberto ao público, de segunda a sexta-feira, das 9.15 às 12.45.

A Biblioteca Central da Marinha tem, ultimamente, apostado na divulgação da sua missão, não só externa, mas também internamente.

Assim, com o intuito de dar a conhecer o trabalho que tem vindo a realizar na preservação da documentação da Marinha, bem como a importância do seu património documental e bibliográfico, têm sido organizadas visitas dirigidas aos cursos de formação da Marinha, acompanhadas de palestras introdutórias, particularmente no campo da Arquivística. Simultaneamente, aderiu-se ao Programa de Estágios Não-remunerados da Marinha, destinados, sobretudo a jovens.

Além disso, a BCM aposta numa política de doações e depósitos de espólios pessoais, nomeadamente de militares da Marinha e dos seus descendentes, com base em protocolo, elaborado caso a caso. Estes legados, após catalogados e classificados, recebem o nome do doador ou da pessoa a que o espólio se reporta, sendo o facto comunicado oficialmente à hierarquia superior da Marinha e dada a devida divulgação pública. Convidam-se, pois, todos aqueles que durante a sua carreira na Marinha viveram momentos marcantes, e bastantes foram os ocorridos na 2.^a metade do séc. XX, dos quais tenham referências escritas, notas, registos ou documentação avulsa e estejam interessados em entregá-los à guarda da Biblioteca Central da Marinha, que o façam. Para reconstituir a História é necessário o recurso a fontes credíveis e destas uma das imprescindíveis é o testemunho dos indivíduos que presenciaram os acontecimentos.

Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão

José António Rodrigues Pereira
Capitão-de-mar-e-guerra

Em Faro está localizado um dos raros e mais antigos museus marítimos portugueses. No entanto, a maioria dos portugueses, dos marinheiros e dos algarvios desconhece a sua existência.

Este Museu Marítimo, anexo ao Departamento Marítimo do Sul, foi organizado sobre o acervo do antigo Museu Industrial Marítimo, que pertenceu à extinta escola Industrial Pedro Nunes, em Faro. Este museu fora criado por despacho de 4 de Janeiro de 1889, sendo ministro das Obras Públicas, comércio e Indústria, o conselheiro Emilio Júlio Navarro.

Dizia o Inspector Francisco da Fonseca Benevides, que também foi oficial da Armada e lente da Escola Naval, no catálogo do referido museu, que o Ministério da Marinha, o qual, tendo sido solicitado, pelo citado Ministro das Obras Públicas para fazer executar, pela 2.^a Direcção do Arsenal da Marinha, uma colecção de modelos de barcos de pesca e cabotagem, alegou ser-lhe impossível fazer construir os objectos requisitados, sendo a construção de todos os modelos realizada particularmente. Mas, se nessa ocasião o ministério da Marinha se desinteressou, por motivos que, passados mais de cem anos, não podemos devidamente apreciar, mas sem dúvida muito válidos, é certo que ao Ministério da Marinha se deve hoje a sua existência.

O núcleo em torno do qual se formou o antigo Museu Industrial Marítimo foi a excelente colecção de modelos de redes, armações, aparelhos e embarcações de pesca estudados, mandados construir e montados pelo ilustre oficial da Armada e engenheiro hidrógrafo António Artur Baldaque da Silva, cujos 150 do nascimento se comemoram recentemente numa iniciativa conjunta da Marinha e da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Aquela colecção particular foi adquirida pelo Governo, por proposta de Fonseca Benevides, e a ela se juntaram depois, números modelos de construção naval, instrumentos de navegação, modelos de navios, trabalhos de arte de marinheiro, modelos de máquinas, quadros a óleo representando os peixes, moluscos e crustáceos mais importantes da costa portuguesa, mandados construir e adquiridos por iniciativa de Fonseca Benevides com o decisivo apoio do então Director Geral de Comércio e Indústria, conselheiro Ernesto Madeira Pinto.

As diferentes colecções, antes de serem exposta no Algarve, estiveram em exposição pública em Lisboa na Escola Industrial Marquês de Pombal, em Alcântara, onde foram muito apreciadas. De Faro saíram duas vezes, uma para Espanha quando do centenário de Colombo (1892) e a outra para a Exposição Universal de Paris em 1900.

Em Faro foi o Museu primitivamente instalado na própria Escola Pedro Nunes, na rua do Aljube, a seguir numa casa da Rua da Carreira, hoje Infante D. Henrique, e depois no solar Pantoja, na Rua de Santo António, onde se conservou até à sua entrega, em 1916, à então Escola de Alunos Marinheiros do Sul, instalada no antigo Paço Episcopal, depois sede do Departamento Marítimo do Sul, e propriedade do Ministério da Marinha desde 1929, conforme Decreto nº 16.955.

Não tendo os diferentes modelos e quadros recebido a menor beneficiação, desde a sua incorporação no Museu Industrial Marítimo, e não tendo ninguém pensado em actualizar devidamente, as diversas colecções, chegou aquele Museu a um estado de decadência tal, que o director da referida Escola Pedro Nunes, o pintor Lyster Franco, compreendendo que o aludido museu, em risco de se perder, necessitava técnicos que olhassem por ele e que a nenhuma entidade estaria melhor entregue do que à Marinha, oficiou ao comandante da Escola de Alunos Marinheiros do Sul, o então capitão de fragata António Rafael Pereira Nunes, perguntando se desejava coadjuvar os seus esforços no sentido de obter as indispensáveis autorizações para a anexação do museu à Escola do seu comando, respondendo a Marinha afirmativamente.

Determinada a entrega, por despacho ministerial de 27 de Setembro de 1916, o comandante Ramalho Ortigão e o tenente João Baptista de Barros, instrutores na referida escola, dispuseram as referidas colecções, por onde foi possível, na escola, por não existirem salas apropriadas para organizar o Museu. Mais tarde, pela extinção da Escola de Alunos Marinheiros, em 1923, passou o Departamento Marítimo do Sul a ocupar aquele edifício do Largo da Sé, sendo as colecções arrumadas na antiga caserna das praças, local inestético e sem condições.

Em Junho de 1929 passou o edifício, como já se disse, para a posse da Marinha e o Comandante Ramalho Ortigão, então adjunto do chefe do Departamento, instalou as colecções nas salas dos antigos refeitórios dos alunos e praças na ala inferior direita do edifício, preocupado que estava com a conservação daquelas peças onde existiam verdadeiras preciosidades.

Surge nessa ocasião a ideia de transferir para o Museu de Marinha, então em reorganização, as colecções de Faro, face às precárias condições ali existentes. Por iniciativa do já citado comandante Ramalho Ortigão que se dirigiu pessoalmente ao ministro da Marinha Almirante Magalhães Correia, decidiu

este manter no Algarve as referidas colecções, procedendo-se então às necessárias obras de restauro e adaptação dos espaços já citados.

Sobre este assunto oficiou a Câmara Municipal de Faro, em 9 de Março de 1923, ao Ministro da Marinha no sentido de que *"não ordene que tal transferência se faça, atendendo que é um museu regional, onde se encontram expostos modelos de aparelhos de pesca e exemplares da fauna marítima algarvia"*.

Também o Instituto Superior de Comércio de Lisboa oficiou, em 18 de Junho de 1923, porque tendo conhecimento que os objectos do museu não se encontravam expostos ao público por falta de instalações, em Faro, solicita *"em nome do Conselho Escolar que o mesmo seja entregue a este Instituto, não só para exposição ao público, mas também para servir de material pedagógico para o ensino administrado na 15ª Cadeira (Portos comerciais. Armamentos marítimos. Exploração comercial do navio)"*.

Sendo já chefe do Departamento Marítimo do Sul, Ramalho Ortigão consegue, para além das obras nas infra-estruturas, realizar importantes trabalhos de restauro e beneficiação de toda a colecção de objectos.

Em Junho de 1929 começam as obras de adaptação das instalações das casernas e refeitórios, transformando-as em salas amplas e com todas as exigências para o fim a que se destinavam.

Os quadros a óleo, sendo 39 do pintor João Vaz, 28 de João d'Almeida, reproduzidas na obra de Baldaque da Silva *"Estado Actual das Pescas em Portugal"* (1882) e um de César Formilli, todos então professores de desenho das Escolas do Algarve, e um de D. Maria Justina Tibúrcio aluna daquela Escola Industrial, num total de 64 obras, foram restauradas, graciosamente, por Carlos Lyster Franco que ainda ofereceu mais 3 quadros ao museu.

Dos modelos de navios, apenas os cascos se aproveitaram; cabos, velas e palamenta foi tudo substituído.

Dos modelos de artes de pesca nada se aproveitou, sendo executados de novo, e houve o cuidado de expor todos os tipos de artes utilizadas na costa do Algarve, naquele agora Museu Marítimo.

A instalação fez-se em três salas.

A Sala *Lyster Franco* em homenagem ao referido pintor que tanto interesse e trabalho despendeu graciosamente, no museu com a restauração dos 64 quadros, e pela oferta, já referida de 3 telas, que vieram enriquecer as colecções.

A sala *Manuel Bivar* em homenagem ao distinto engenheiro agrónomo farense a cuja curiosidade e interesse pelas coisas da Marinha se deve a construção, por ele próprio realizada, dos interessantes modelos depositados no Museu pelos seus filhos.



A sala *Balduque da Silva* em homenagem ao distinto oficial da Marinha autor dos importantes trabalhos literários e organizador das coleções de modelos de redes e barcos que, como já dissemos, serviram de base à formação do antigo museu Industrial Marítimo.

A tarefa de instalação do novo Museu foi ciclópica e contou com a adesão de muitos colaboradores, naquilo que hoje chamariamos de *mecenato* com a oferta de peças, e material diverso que mereceram referências específicas do chefe do Departamento na introdução do catálogo de 1931, trabalho que vimos seguindo. Este catálogo de que ainda restam alguns exemplares, foi mandado elaborar pela comissão de iniciativas de Faro.

Foram também oferecidos ao museu, nesta ocasião, os dois magníficos e antigos globos – terrestre e celeste – que continuam a fazer parte do seu acervo.

Refere ainda o mesmo catálogo, que os modelos e artes de pesca foram reconstruídos, *com paciência evangélica* por dois homens da Marinha o sargento de Manobra Reis Fontainhas e o Marinheiro de Manobra Bento Narciso.

O Museu Marítimo é uma obra valiosa sob os pontos de vista científico, histórico e etnográfico cujo acautelamento e reorganização se ficou a dever ao comandante Ramalho Ortigão, ilustre farense e respeitada figura da Armada e que encontrou no pintor e professor Lyster Franco, um dos seus melhores auxiliares.

O Museu constitui uma das maiores riquezas de Faro, pelo que foi uma elementar justiça que a Marinha desse o nome do então Almirante Ramalho

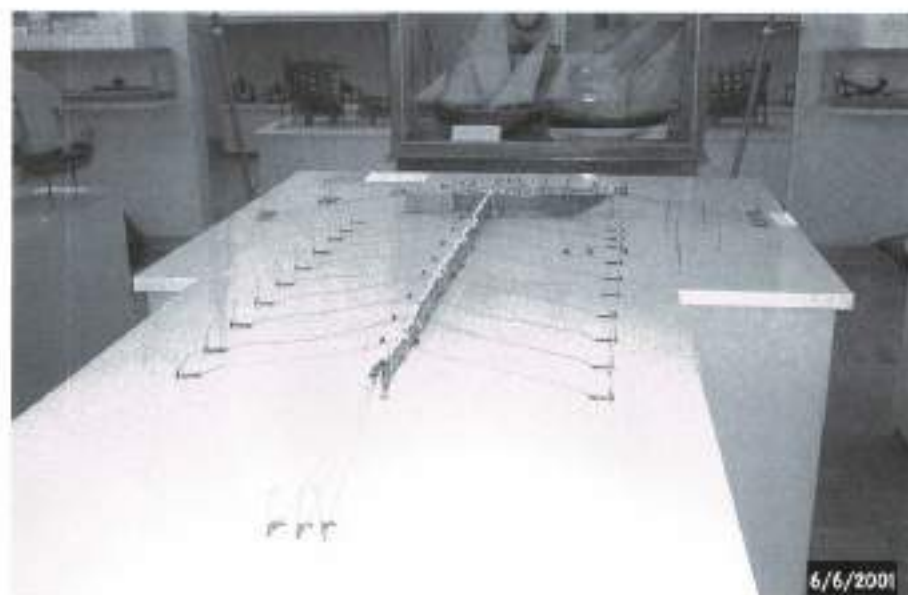


Ortigão àquele seu museu que, quando Chefe do Departamento, acautelou, reorganizou e instalou. Faro ficou à frente de Lisboa que só em 1961 viu a instalação definitiva, no Mosteiro dos Jerónimos, do Museu de Marinha.

Em Maio de 1951 a Câmara Municipal de Faro recebeu uma carta do comandante Sebastião José da Costa que dizia: *"É minha intenção legar à Câmara municipal de Faro a minha biblioteca, de alguns milhares de volumes, em oito línguas. Seria lamentável que esta minha biblioteca, que tão útil poderá sempre ser aos estudiosos algarvios, na sua capital, começada há mais de 50 anos e que aqui sempre tem estado, fosse um dia vendida em almoeda ou levada para terra diferente. Por estas razões, tenciono transformar brevemente em documento público este meu desejo, continuando todavia na posse dos meus livros, que só serão propriedade dessa Câmara depois da minha morte... (a) Sebastião da Costa"*.

Mas o Diário do Governo de 1 de Maio de 1953 publicou a Portaria nº 14.360 que dizia: *"Tendo o capitão-tenente da reserva da armada Sebastião José da Costa oferecido a sua importante e valiosa colecção de livros à Armada, para com ela se criar uma biblioteca naval pública na cidade de*

Faro; manda o governo da República Portuguesa, pelo ministro da Marinha, criar na Capitania do Porto de Faro a referida biblioteca, com a designação de "Biblioteca Infante D. Henrique". Ministério da Marinha, 1 de Maio de 1953. (a) Américo de Deus Rodrigues Tomás".



Em 10 do mesmo mês o comandante Sebastião da Costa, por carta dirigida ao Presidente da Câmara comunica as condições em que é feita a oferta. Não existe cópia da carta, mas no Registo da correspondência recebida diz-se que *"Sebastião da Costa informa que ofereceu a sua biblioteca ao Ministério da Marinha com a condição de ficar na Capitania do Porto de Faro, devendo ser entregue à Câmara quando o estado mandar encerrá-la"*.

Ignora-se o que teria levado o comandante Sebastião da Costa a alterar desta forma a sua intenção de oferta, mas podemos supor que, por um lado, a falta de condições da então Biblioteca Municipal e por outro, um reconhecimento à corporação da Armada a que pertencia.

Desde 1962 o Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão está instalado no primeiro piso do novo edifício do Departamento Marítimo do sul, sito na avenida da república, junto à Marina, com uma área aproximada de 200 m² e compreendendo 3 salas de aspecto agradável, boa iluminação natural e boa segurança, mas a que hoje falta uma moderna segurança por meios de vídeo.

Encontram-se expostos no Museu Almirante Ramalho Ortigão, variados tipos de utensílios de pesca, redes e artes de que salientamos alguns, transcrevendo a descrição que deles fez o seu antigo Director, comandante Soares de Sousa (1999-2002).



A **pesca do alto** está representada pelo **arrasto a vapor**, arte de pesca envolvente de arrastar a que os pescadores portugueses chamaram *arrastão* e que labora largada pela popa de uma embarcação navegando a vapor. A **rasca** que utiliza rede de emalhar permanente ou de fundo de um só pano, utilizada a norte de Caminha à Ericeira para a pesca das lagostas, raias e cações. A **petisqueira**, rede de emalhar permanente ou de fundo de três panos sobrepostos, usada pelos pescadores de Buarcos, desde Caminha à Ericeira, para a pesca dos linguados, ruivos, cações e tremelgas. A **sardinheira** rede de emalhar flutuante ou de superfície, de um só pano, usada para a pesca da sardinha no norte de Portugal.





A **pesca costeira** está representada pela **armação do atum**, arte de pesca envolvente fixa, usada na costa meridional do Algarve. O **bicheiro de mão** gancho de ferro para copear ou arpoar o atum colhido pela armação e embarcá-lo. O **bicheiro de alcance** gancho para arpoar o atum mais distante que não pode ser copejado com o bicheiro de mão. A **armação de sardinha à valenciana simples** arte de pesca envolvente fixa, usada na costa meridional do Algarve e nas enseadas de Sines, Setúbal, entre os Cabos da Roca e Espichel e na de Peniche. O **cерco americano** arte de pesca envolvente de cerco volante, usada em toda a costa portuguesa para a captura de sardinha. A **xávega** arte de pesca envolvente de arrastar utilizada para a pesca da sardinha e outros peixes. A **redinha ou lavada** pequena arte de pesca envolvente de arrastar usada no Algarve para a captura de peixe miúdo. A **sacada** arte de pesca envolvente de suspensão para tirar ou envolver a pescaria apanhada por outras artes. A **barqueira de arame** aparelho de muitos anzóis, empregado vulgarmente na pesca da faneca em quase toda a costa portuguesa. A **teia de alcatruzes** aparelho de pesca muito usado na costa do Algarve na captura do polvo; cada teia pode ter até 72 alcatruzes.

A **pesca fluvial** encontra-se representada pelo **tresmalho** rede de emalhar volante, de três panos sobrepostos, muito utilizada nas águas interiores dos rios e rias do continente. O **redonho** pequena arte envolvente volante, de malha muito miúda, utilizada na pesca do camarão nas proximidades das barras. O **tapa-esteiros** aparelho de rede de estacada, tendo junto uma outra rede em forma de saco com armadilha, como botirões, muito usado nas rias de Faro, Olhão, Tavira e Portimão. A **fisga das lampreias** aparelho de fisga com

7 a 12 dentes apenas. A **colher** pequena rede triangular entalhada em duas varas cruzadas e amarradas, formando bolso. O **xilréu** pequena rede triangular entalhada em duas canas em cruz com uma terceira fechando o triângulo e possuindo a meio um copo de rede mais miúda; é usada nas rias de Tavira, Fuseta e Olhão, geralmente na baixa-mar. A **adriça** instrumento utilizado pelos marítimos do Algarve para apanhar lingueirão.

A Ordem da Armada nº 31 de 17 de Junho de 1970 publica o despacho do ministro da Marinha nº 94, de 11 de Junho que dizia:

"Considerando a conveniência de definir o funcionamento da biblioteca "Infante D. Henrique" e do Museu Marítimo "Almirante Ramalho Ortigão", determino o seguinte:

1.- A Biblioteca Infante D. Henrique e o Museu Marítimo "Almirante Ramalho Ortigão" funcionam em Faro, adstritos ao Departamento Marítimo do Sul.

2.- Os organismos referidos no número anterior são dirigidos por um oficial da Armada, dos quadros do activo (em regime de acumulação) ou da reserva, nomeado pelo Ministro da Marinha.

3.- Interessa especializar a Biblioteca "Infante D. Henrique" em assuntos náuticos, relacionados com as marinhas militar, de comércio, de pesca e de recreio. Esta especialização deve ser rigorosamente respeitada no que se refere à compra de novas obras.

4.- Interessa, também, que o Museu Marítimo "almirante Ramalho Ortigão" seja enriquecido com objectos que directa ou indirectamente estejam relacionados com actividades marítimas características do Algarve.

5.- No museu deverá existir uma catálogo dos objectos expostos em que os mesmos serão descritos em português, francês e inglês.

6.- A Biblioteca e o museu estarão abertos ao público de acordo com horário proposto pelo respectivo director e sujeito à aprovação do Chefe do Departamento Marítimo do Sul. A entrada no museu e a utilização da biblioteca são gratuitas.

7.- Na Biblioteca e no Museu prestará serviço o pessoal militar e civil que para esse efeito seja destacado para a Capitania do Porto de Faro e de cuja lotação fará parte.

8.- O director dos citados organismos administrará as verbas orçamentais destinadas aos mesmos, por intermédio do conselho administrativo do Departamento Marítimo do Sul.

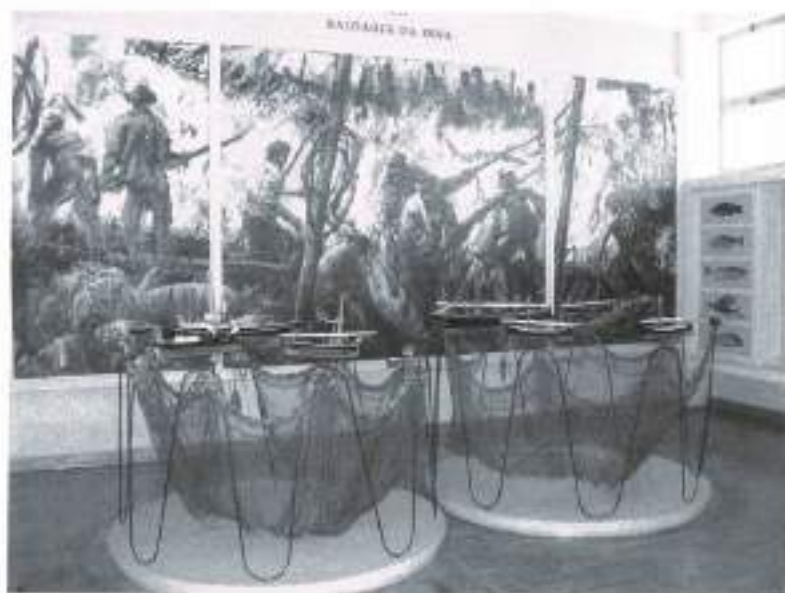
9.- Quando o director da biblioteca e do Museu pertença aos quadros do activo e não resida em Faro as suas deslocações a esta cidade para tratar de assuntos relacionados com o funcionamento daqueles organismos são consideradas para todos os efeitos legais como em serviço.

Assim, até aos anos de 1990, os Chefes do Departamento Marítimo do Sul eram também nomeados para directores do museu e da biblioteca.

No princípio da década de 1970 o museu foi visitado por um oficial do exército que então era director do Museu Militar e que providenciou a entrega ao Museu Marítimo de Faro de algumas miniaturas de navios da Marinha Portuguesa, nomeadamente da época das descobertas. Esta maravilhosa colecção que além de rara é muito rica em história militar-naval do século XV.

Em 1971 é publicado um catálogo actualizado do Museu, em edição do Instituto Hidrográfico, e que ainda hoje é utilizado.

Em 1994 foi iniciada a informatização da Biblioteca Infante D. Henrique com o programa PORBASE, de forma a que a sua base de dados ficasse compatível com a da Biblioteca Central de Marinha e, no mesmo ano, o Banco Totta & Açores concede ao Museu uma verba de 300.000\$00 para conservação e restauro de material.



A partir do ano 2000 procede-se a uma progressiva restauração das miniaturas de embarcações, que se prolonga até 2003. Também nesta época surge a ideia da criação de dois pólos museológicos, um em Vila Real de Santo António, dedicado à Pilotagem, e outro no Cabo de São Vicente, em colaboração com a Direcção de Faróis.

Em 2003 projecta-se encontrar uma solução para estes organismos, nomeando um director – oficial da reserva – e incluir o museu e a biblioteca na Comissão Cultural da Marinha por forma a garantir-lhe o apoio técnico da Biblioteca Central da Marinha e do Museu de Marinha.

Trata-se do único museu e da única biblioteca, além do Museu de Marinha, e da Biblioteca Central de Marinha, que se regem por legislação própria não sendo, portanto, um museu ou biblioteca de unidade como os núcleos museológicos da Direcção de Faróis, da Escola de Fuzileiros e da Escola Naval.

Os dois organismos constituem, para além de um conjunto raro e de grande interesse, um pólo de cultura dirigido à população do Algarve, e aos seus visitantes nacionais e estrangeiros, e tem um papel relevante nas camadas estudantis, dos vários graus de ensino, incluindo da Universidade do Algarve, em áreas como a náutica e a pesca, em que é geralmente rara a documentação disponível.

Academia de Marinha

Gabriel Lobo Fialho

Capitão-de-mar-e-guerra Ref

Membro emérito da Academia de Marinha

GÊNESE

A Academia de Marinha é a mais jovem academia nacional, especialmente dedicada à história marítima, às artes, letras e ciências ligadas ao mar e às actividades marítimas.

Foi criada em 1978 e é herdeira natural do Grupo de Estudos de História Marítima, fundado por portaria em 1969 pelo Ministro da Marinha e que em 1970 se transformou, também por portaria, em Centro de Estudos de Marinha.

A génese do Grupo de Estudos de História Marítima radica-se na dinâmica sobre temas históricos adquirida pela Marinha por ocasião das celebrações Henriquinas de 1960, o que levou o Ministro da Marinha, Almirante Pereira Crespo, a nomear, em 1969, personalidades como os comandantes Marques Esparteiro, Teixeira da Mota, Humberto Leitão e almirantes Ramos Pereira e Sarmento Rodrigues a constituírem o Grupo em paralelo com historiadores como Virgínia Rau, Armando Cortesão, Alberto Iria, Luís Albuquerque e Lixa Filgueiras. Eram cinco oficiais de Marinha e cinco civis, todos de grande prestígio na história dos Descobrimentos e da colonização portuguesa e construção naval desses tempos, destacando-se o Almirante Sarmento Rodrigues como chefe, gestor e dinamizador, pelo que foi logo eleito pelos seus pares para Presidente do Grupo.

Passado cerca de um ano extinguiu-se o Grupo de Estudos de História Marítima e criava-se o Centro de Estudos de Marinha, com duas secções mais tarde passadas a classes, a de História Marítima, com os membros já mencionados do Grupo que transitaram directamente para o Centro, e uma nova secção de Artes, Letras e Ciências, com doze personalidades, também escolhidas, sendo seis oficiais de Marinha, os comandantes Serra Brandão, Silva Gameiro, Guilhermino Martins de Magalhães, Soeiro de Brito, Esteves Cardoso e Rodrigues dos Santos, estes dois últimos engenheiros construtor naval e de máquinas, respectivamente, dois capitães da Marinha Mercante, Madrugo Bárcia e dr. Manuel Sousa Junior, e quatro civis, o dr. Herculano Zacarias

Vilela de biologia marítima, o eng. José Gago da Câmara Medeiros ligado aos transportes marítimos, o pintor Alberto Cutileiro e o jornalista Maurício de Oliveira. Eram todas personalidades ligadas ao mar não só profissionalmente como pelas obras e escritos que tinham realizado ao longo da sua vida.

Após oito anos, o Centro que tinha na altura a sua sede em instalações do Museu de Marinha, foi elevado à categoria de Academia pelo Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante António Sousa Leitão, em 27 de Dezembro de 1978. Na portaria que a criou considerava-se “que a notável acção desenvolvida pelo Centro de Estudos de Marinha aconselha a criação de um organismo essencialmente cultural de nível compatível com o prestígio que, nacional e internacionalmente, aquele Centro granjeou”.

OS PRIMEIROS MESES

A primeira actividade da jovem Academia de Marinha foi uma mesa redonda sobre o tema “Pedro Nunes e os homens do Mar” e na qual se celebrou o quarto centenário da morte do grande cientista. Foram moderadores e principais intervenientes o prof. Luis de Albuquerque e o Comandante Teixeira da Mota. Em comunicação à imprensa, o Almirante Sarmento Rodrigues, sempre muito cuidadoso em informar a comunicação social, dizia que na sessão plenária e administrativa, realizada imediatamente antes da sessão pública, foi eleito membro efectivo da Academia de Marinha o prof. Eduardo de Arantes e Oliveira, que na altura exercia as funções de Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.

Seguiram-se mais duas sessões, a primeira com comunicações do Alm. Emmanuel Ricou e Comandante António Cardoso sobre a participação portuguesa no Congresso Internacional de Museus Marítimos e a segunda com uma comunicação subordinada ao tema “Portugueses nas Navegações das ilhas Canárias no século XVI” da autoria do Comandante Teixeira da Mota. Na terceira sessão foi evocada a figura de Venceslau de Moraes no cinquentenário da sua morte, pelo embaixador Martins Janeira. Na quarta sessão o dr. Vítor Manuel Braga Paixão apresentou uma comunicação sobre “O Adamastor”, cruzador adquirido em Itália por subscrição nacional (mais tarde classificado como “aviso”) e que nos fins de 1898, princípios de 1899, navegou numa roda viva entre a América do Sul, a Europa e Moçambique, e donde o seu comandante, Ferreira do Amaral, escreveu uma extensa carta à Rainha D. Amélia sobre o conflito entre a Inglaterra e os Boers e qual a atitude que antevia para Portugal. Na quinta sessão falou-se na viagem de volta ao mundo da “Sagres”, tendo participado como oradores o Comandante Martins e Silva

e numerosos oficiais, de tenentes a almirantes. Na sexta sessão foi proferida uma comunicação do Comandante Cabido de Ataíde (já falecido) sobre a investigação oceanográfica da região Atlântico-ibero-africana e na sétima o dr. Francisco Mendes da Luz falou-nos sobre as relações históricas de Portugal com a ilha de Ormuz, nos séculos XVI e XVII.

Estamos a descrever com algum pormenor a actividade da Academia nos primeiros meses de 1979 porque são os últimos da vida de Sarmento Rodrigues. A vivacidade e interesse com que organizava estas sessões da Academia em nada fazia prever a sua morte. É claro que no âmbito deste artigo não se pode continuar com este pormenor, mas o registo destes meses ilustra bem como era a actividade da Academia naquela época.

A VIDA DA ACADEMIA DE MARINHA

A vida da Academia de Marinha nos seus primeiros anos foi atribulada principalmente porque faleceram os seus principais fundadores. O Almirante Sarmento Rodrigues, o seu primeiro presidente, faleceu em meados de 1979. Por consenso geral dos académicos, sucede-lhe em Janeiro de 1980 o Comandante Teixeira da Mota (posteriormente promovido a Vice-Almirante por distinção), grande investigador da história marítima, mais conhecido e respeitado no estrangeiro como historiador do que em Portugal, e que vem a falecer em 1 de Abril de 1982. O desaparecimento, em tão curto espaço de tempo, destes dois vultos nos quais se alicerçava a Academia de Marinha, provocou uma crise grave de liderança. O Almirante CEMA, Sousa Leitão, interveio e indigitou o Eng. Arantes e Oliveira para Presidente em exercício até às próximas eleições para o biénio 1983/84, altura em que foi eleito formalmente, assim como o Almirante Rogério d'Oliveira para Vice-Presidente e o Comandante Gabriel Fialho para Secretário-Geral. Estas personalidades voltam a ser eleitas para o biénio 1985/86, embora Arantes e Oliveira tenha, pouco depois, em Novembro de 1985, solicitado a sua substituição por ter sido nomeado entretanto para Secretário de Estado da Cooperação Científica, sugerindo Rogério d'Oliveira para o substituir até às próximas eleições, o que de facto veio a acontecer.

Conquanto estes primeiros anos da jovem Academia tenham sido tormentosos, a instituição não deixou de funcionar. Foram convidados novos membros ilustres para as suas secções de História Marítima e de Artes, Letras e Ciências, foi ensaiada com sucesso a primeira sessão fora de Lisboa, mais propriamente no Palácio da Bolsa no Porto, foi projectado e elaborado o colar como insígnia da Academia para ser usado pelos membros em sessões sole-

nes e o Almirante Rogério d'Oliveira dedicou-se a projectar e a acompanhar a construção da nova sede da Academia, pela primeira vez em local próprio, no primeiro piso da ala Norte do Edifício da Marinha. Foi um projecto complicado de arranjo geral o de colocar um anfiteatro de 124 lugares encaixado entre sete pilares estruturais que mal se vêem e, à sua volta, arranjar as salas para alojamento do Presidente, do Secretário-geral, Vice-presidentes, secretaria, sala de estudos e biblioteca.

A partir desse ano de 1985 o Almirante Rogério d'Oliveira continuou a ser sempre eleito, quase sempre por unanimidade, para Presidente da Academia, com outros membros da Direcção e com outros Secretários-gerais a partir dos anos 90. Até à última eleição em fins de 2003, ano em que o Alm. Rogério d'Oliveira não se recandidatou, a sua dedicação à Academia foi praticamente exclusiva e se alguma crítica se lhe podia fazer era, por isso mesmo, de ser muito centralizador.

A Academia foi naturalmente crescendo, o seu Presidente será sempre lembrado pelas brilhantes e por vezes alegres apresentações dos conferencistas. Foram realizadas várias deslocações a diferentes partes do país onde a Academia realizou sessões solenes sobre diversos temas ligados ao mar e se deu a conhecer como uma instituição de cultura da Marinha. Foram realizados, com sucesso, vários Simpósios sobre a história marítima e sobre a saga dos Descobrimentos. A partir de 1991 foram realizadas, também com sucesso, várias exposições de Pintura Marítima, não se conseguindo no entanto criar, como em França, a categoria de Pintor de Marinha que deveria pertencer por direito aos quadros dos membros da Academia. Foram lançados anualmente, desde 1985, os Prémios Alm. Teixeira da Mota e Alm. Sarmiento Rodrigues para galardoar em anos alternados obras literárias de reconhecido valor de investigação científica, histórica ou artística, sobre o mar ou actividades com ele relacionadas, com um valor actual bastante atractivo de 5 mil euros. Finalmente procedeu-se ao arranque de uma obra monumental sobre a História da Marinha em Portugal, da qual já se produziram os cinco primeiros volumes. Tudo isso será tratado com pormenor mais adiante, assim como a edição em fac-símile de obras ligadas aos Descobrimentos ou à arquitectura naval dessa época e cujos exemplares únicos jaziam guardados em bibliotecas nacionais ou estrangeiras. Enfim, a Academia cresceu e isso muito se deve ao Presidente Almirante Rogério d'Oliveira. E quando dizemos cresceu, não queremos afirmá-lo só pelas obras produzidas ou pelos simpósios realizados, queremos dizer fisicamente: a Academia, nos últimos anos, na altura do CEMA Almirante Vieira Matias e com a sua autorização, duplicou praticamente a sua área, tendo-se estendido mais para jusante e ocupado, entre outras, a antiga sala dos almirantes, que passou para outro local, e as antigas

instalações do extinto Instituto Hispano Luso Americano de Direito Marítimo.

Mais recentemente foi realizado na Academia um inquérito a antigos combatentes das últimas campanhas no Ultramar, 1957/1974, a oficiais, sargentos e praças da Armada e da antiga Reserva Naval, para recolha do seu testemunho sobre os factos mais relevantes de que guardam memória. Foram recolhidos 92 depoimentos a que se chamou História Oral e que já estão guardados em 4 suportes: disquete, Cd-rom, papel e fita magnética. É um documento importante para futuros historiadores da guerra do Ultramar. Embora haja vários intervenientes na elaboração dos inquéritos devemos dar relevo ao Coordenador Geral do programa, que concebeu o esquema e orientou os trabalhos do princípio ao fim, o Comandante ECN Rodrigues Cadete, e ao trabalho incansável do Comandante Baptista dos Santos como entrevistador principal e organizador de todos os registos.

Com o propósito de alargar o âmbito da sua acção cultural a Academia de Marinha assinou três protocolos: um, com a instituição “Arqueonautas, Arqueologia Subaquáticas, S.A.”, em 12 de Setembro de 1995; outro, com a Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), em 2 de Dezembro de 2003, que já proporcionou a colaboração da Marinha e da Academia na realização de cursos programados por aquela Universidade; o terceiro, com o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica (ICEA), em 22 de Janeiro de 2004, tendo-se já realizado duas sessões culturais conjuntas, no seu âmbito.

A CERIMÓNIA DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE EM 2004

Em 7 de Janeiro de 2004 foi realizada a cerimónia de tomada de posse do novo Presidente da Academia de Marinha, na sala da nova biblioteca “Teixeira da Mota”, inaugurada muito recentemente. Depois da condecoração do Contra-almirante Rogério d’Oliveira, houve três pequenas alocuções, a primeira do CEMA, a seguinte do Presidente cessante, e a última do Vice-almirante Ferraz Sacchetti, Presidente empossado para o triénio 2004 a 2006.

O Almirante CEMA Vidal Abreu elogiou o trabalho do Presidente cessante, referindo o grande brilho com que desempenhou as suas funções durante 18 anos e o seu bom relacionamento com os vários CEMA (pelo menos 6) com que trabalhou. Relativamente à nova Direcção presidida pelo Almirante António Ferraz Sacchetti, destacou a circunstância de ser constituída por personalidades de elevadíssima craveira, sublinhando que Marinha tinha já uma dívida de gratidão para com o próprio Presidente, pelo prestígio que alcançara. Falaram em seguida os homenageados que agradeceram as palavras do CEMA, a condecoração e os votos de felicidades nas novas funções.

PRESIDENTES E SECRETÁRIOS-GERAIS DA ACADEMIA

Presidentes

VALM Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, 1979

VALM Avelino Teixeira da Mota, Janeiro 1980 a Abril 1982

Prof. Eng. Eduardo Arantes e Oliveira, Abril 1982 a Novembro 1985

CALM Rogério Silva Duarte Geral d'Oliveira, Nov. 1985 a Dezembro 2003

VALM António Emílio Barreto Ferraz Sacchetti, desde Janeiro 2004

Secretários-gerais

CMG Avelino Teixeira da Mota, 1979

Dr. Luis Reis Thomaz, 1980 - 1981

CMG EMQ Viriato Tadeu, 1982

CMG Gabriel Lobo Fialho, 1983 - 1990

Eng. José Gonçalves Viana, 1991 - 1993

CMG Raúl de Sousa Machado, 1994

CMG ECN Bernardino Rodrigues Cadete, 1995 - 1997

CMG José Henriques Cyrne de Castro, desde Janeiro 1998

Mencionamos só os presidentes e os secretários-gerais destes últimos 27 anos de existência da jovem Academia de Marinha, porque são os elementos mais visíveis na sua direcção e contactos para com o exterior. Não podemos esquecer, entre outros vice-presidentes e outros membros sem qualquer lugar de direcção da AM, e não mencionados neste texto resumido, figuras tais como o Prof. Doutor Luís de Albuquerque (já falecido), autor de numerosos livros sobre os Descobrimentos, o Dr. (médico) Pimentel Barata (já falecido), autor de livros muito importantes sobre arqueologia naval, o Dr. Inácio Guerreiro, o Prof. Doutor Teodoro de Matos, o Cte. Joaquim Soeiro de Brito, o Cte. Armando Saturnino Monteiro, a Prof. Doutora Raquel Soeiro de Brito, o Cte. Rodrigues Pereira, o Cte. Malhão Pereira, o Prof. Doutor Contente Domingues, todos eles autores de várias comunicações sobre os Descobrimentos e da História da Marinha, o Coronel Nuno Valdez dos Santos, autor de numerosas obras sobre artilharia naval e história da marinha, o Dr. (médico) Vasconcellos e Menezes (já falecido), autor de livros muito interessantes sobre as doenças a bordo no tempo das descobertas e sobre os postos navais nessa época. Que me desculpem se não mencionei alguns, mas de uma maneira geral todos os confrades da Academia de Marinha que colaboram com ela foram sempre importantes.

OS PRÉMIOS “ALM. TEIXEIRA DA MOTA” E “ALM. SARMENTO RODRIGUES”

Prémio “Almirante Teixeira da Mota”

O prémio “Almirante Teixeira da Mota” foi instituído por portaria de Outubro de 1985, mas só veio a ser atribuído pela primeira vez em 1988. Era constituído por um diploma e por uma quantia pecuniária de 100 mil escudos, valor mais tarde actualizado para 5 mil euros.

O prémio destinava-se a galardoar obras inéditas ou já publicadas no espaço máximo de um ano sobre pesquisa e investigação científica nas áreas das artes, letras e ciências ligadas ao mar e às marinhas e ainda ao estudo da história da expansão portuguesa em África, honrando, assim o seu patrono.

Foram premiados até hoje:

- Coronel Rolando Laguarda Trias (Uruguai, membro da Academia) com a obra “Pilotos Portugueses en el Rio de la Plata durante el siglo XVI”1988
- Eng. Richard Alan Barker (Inglaterra, membro da Academia) com obra “Careening: Art Anecdote” 1991
- Dr. Inácio José Guerreiro (membro da Academia) com a obra “A Carta Náutica de Jorge de Aguiar 1492”1993
- Eng. Richard Alan Barker (Inglaterra, membro da Academia) com a obra “Cradles of Navigation”1996
- Dr. Brian Stuckenberg (África do Sul, membro da Academia) com a obra “Portuguese Historical Cartography of the Mozambique Channel and its relevance to the wreck of the Santiago in 1585”, em *ex aequo* com o Prof. Doutor António José Telo com a obra “Homens, Doutrinas e Organização” – Tomo I – Política e Estratégia (1824-1974)1998
- Dr.ª Dulce Sousa Gonçalves com a obra “Diálogo com a Africanidade na História Trágico-Marítima” 2000
- Prof. Doutor Henrique Souto com a obra “Comunidades de Pesca Artesanal na Costa Portuguesa”2002
- Comandante Luís Sardinha Monteiro com a obra “The Portuguese DGPS Network”2004

Prémio “Almirante Sarmiento Rodrigues”

O prémio “Almirante Sarmiento Rodrigues” foi instituído por portaria de Outubro de 1985 mas só foi atribuído em 1989. Note-se que a elaboração do concurso só pode ser feita depois de inscrita a verba para o prémio no orçamento da Academia de Marinha.

Os objectivos deste prémio e o universo dos eventuais concorrentes são muito parecidos com os do prémio Teixeira da Mota, mas com as seguintes diferenças: o universo dos concorrentes é alargado aos países e comunidades de língua ou cultura portuguesas e as obras contempladas devem ser de investigação científica mas restrita à área da história das actividades marítimas, o que não era indicado no prémio Teixeira da Mota. Resumindo, tem um universo maior de concorrentes mas um tema restrito à história. O prémio pecuniário, no início, era de 100 mil escudos, mais tarde aumentado para 5.000 euros.

Foram premiados até hoje:

- Coronel Nuno Valdez dos Santos (membro da Academia) com a obra “Apontamentos para a História da Marinha na Época da Restauração”, em *ex aequo* com o Comandante António Estácio dos Reis (membro da Academia) com a obra “O Dique da Ribeira das Naus”1989
- Comandante Armando Saturnino Monteiro (membro da Academia) com a obra “Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa”, Volumes I, II e III.....1992
- Comandante Armando Saturnino Monteiro (membro da Academia) com a obra “Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa”, Vol. IV(1580-1603) e Vol. V(1604-1625)..... 1994
- Comandante Fernando Gomes Pedrosa (membro da Academia) com a obra “Corsários e Piratas na Costa Portuguesa, Séculos XII a XIX (1139-1830).....1995
- Comandante António Silva Soares (membro da Academia) com a obra “A Ciência Náutica e a Expansão Marítima Portuguesa”, em *ex aequo* com o Comandante Fernando Gomes Pedrosa (membro da Academia) com a obra “A Artilharia Naval Portuguesa nos séculos XV e XVI”1997
- Dr. Fernando Lourenço Fernandes (membro da Academia) com a obra “O Planisfério de Cantino e o Brasil. Uma Introdução à Cartologia Política dos Descobrimentos e o Atlântico Sul”, em *ex aequo* com o

- 1º Tenente António José Duarte Costa Canas (membro da Academia) com a obra "Naufrágios e Longitude".....1999
- Prof. Dr. Francisco Contente Domingos (membro da Academia) com a obra "Os navios da Expansão. O Livro da Fábrica das Naos de Fernando Oliveira"..... 2001
- Dr.ª Kioko Koiso (membro da Academia) com a obra "Mar, Medo e Morte: Aspectos Psicológicos dos Náufragos da História Trágico-Marítima, em Testemunhos Inéditos e em Outras Fontes"..... 2003
- Dr.ª Carla Delgado de Piedade com a obra "O contributo português na definição das rotas do Pacífico, no séc. XVI. A viagem de Sebastião Rodrigues Soromenho"2005

A existência da Academia de Marinha e o instituir destes dois prémios académicos deram assim apoio aos estudiosos de temas históricos e científicos das actividades marítimas e das Artes, Letras e Ciências e tudo o mais que diga respeito ao mar.

EXPOSIÇÕES DE ARTES PLÁSTICAS "O MAR E MOTIVOS MARÍTIMOS"

Portugal tem uma fronteira marítima muito superior à terrestre, os seus habitantes vivem de preferência junto à orla marítima onde o desenvolvimento é maior, e nos últimos tempos passou a ser moda ir para as praias nas férias mas a actividade artística ligada ao mar, aos navios e à pesca é praticamente nula. Na década de 50 apareceu um artista que nos tempos livres fazia aguarelas lindíssimas de temas marinhos que vendia a 100 escudos cada. O seu nome era Tavares, julgo que era funcionário público, já morreu, e as suas aguarelas hoje estão à venda a valores entre os 500 a 1000 euros, tal é a raridade no nosso país de obras de pintura ligadas ao mar.

O mar parece ser difícil de pintar talvez porque o seu aspecto varia de hora a hora, de minuto a minuto, com o vento, com a posição do Sol e com as nuvens. O mesmo acontece com os navios e ou qualquer actividade marítima que tenha como pano de fundo o mar. Desde a segunda metade dos anos oitenta tinha a direcção da Academia de Marinha a ideia de incentivar a arte de pintura marítima e de criar até o título de "Pintor de Marinha" para o artista que se evidenciasse nessa área da pintura. Nesse sentido, o secretário-geral dessa época, autor destas linhas, resolveu contactar Carlos Alberto Santos, que fizera pinturas de navios das Descobertas para selos dos correios, a fim de apresentar nas salas de Academia uma pequena exposição sobre esse tema.

Apesar de praticamente não ter sido publicitada, e de ter sido aberta sem pompa nem circunstância, a exposição foi um sucesso para o pintor, pois vendeu mais de metade dos quadros expostos.

Nos anos 90 o projecto foi retomado mas desta vez em moldes mais académicos, promovendo a sua realização, estendendo as actividades artísticas, para além da pintura, a obras de escultura, de banda desenhada, de tapeçaria e de construção de modelos reduzidos de embarcações. A alma deste projecto foi o Comandante António Pereira Cardoso, Secretário da Secção de Artes, Letras e Ciências, que se dedicou a fundo à sua realização. As exposições eram devidamente publicitadas, foi nomeado um júri para apreciação das obras que deveriam ser expostas e para mais tarde as classificar. Foi feito um catálogo para cada exposição, foi feito um seguro para as obras expostas, foi arranjado um patrocinador ou mais do que um para suportar estas despesas. Em tudo isto o Comandante Cardoso pontificava.

A abertura das exposições iniciava-se com uma sessão solene presidida pelo CEMA na qual se entregavam os diplomas aos premiados. Após a sessão solene fazia-se a visita à exposição, a que se seguia normalmente um pequeno beiberete.

O patrocinador principal destas exposições foi sempre o Dr. João Manuel Couto, Presidente da Empresa Hempel (Portugal), Lda. que, por isso mesmo, tinha a honra de se sentar na mesa da presidência das sessões solenes de abertura das exposições. Foi também patrocinador destes eventos, desde a primeira exposição, a Companhia de Seguros Lusitânia, S.A., que também ocupava lugar na mesa da presidência.

Exposições realizadas até hoje:

- I Exposição de Artes Plásticas, de 9 de Junho a 9 de Julho de 1991, com 51 participantes. Primeiro Prémio de Pintura para Correia Pinto com a obra "Porto de Portimão"; Primeiro Prémio de Escultura para João Fragoso com a obra "Onda" e Primeiro Prémio de Banda Desenhada para Carlos Alberto Santos com a obra "Camões".
- II Exposição de Artes Plásticas, de 17 de Outubro a 16 de Novembro de 1992, com 50 concorrentes. Estas exposições tinham sido ideadas para uma periodicidade de 2 em 2 anos mas a de 1992 foi antecipada por, segundo as palavras do Presidente da AM, "se ter tido a percepção de uma crescente actividade artística com interesse pelos temas marítimos". Primeiro Prémio de Pintura para Armando Aguiar com a obra "Recanto de Marina no Porto de Portimão; Primeiro prémio de Escultura para José Nuncio com a obra o "Adamastor" e 1ª Menção

Honrosa de Tapeçaria para Teresa Cãnzares com a obra “Fundo do Mar”.

- III Exposição de Artes Plásticas, de 19 de Junho a 13 de Julho de 1994, com 47 participantes. Primeiro Prémio de Pintura para Caldeira Martins com a obra “Águas Azuis” e Primeiro Prémio de Escultura para José Nuncio com a obra “Horizonte”.
- IV Exposição de Artes Plásticas, de 19 de Junho a 13 de Julho de 1996, com 50 participantes, dos quais 38 eram de pintura e 12 de modelismo. Primeiro Prémio de Pintura para Reys Santos com a obra “Barcos em Terra – Sesimbra” e Primeiro Prémio de Modelismo para Estevão Carrasco com a obra “Gazela Primeiro”.
- V Exposição de Artes Plásticas, de 4 de Junho a 4 de Julho de 1998, com 51 concorrentes, dos quais 43 eram de pintura e 8 de modelismo. Primeiro Prémio de Pintura para Correia Pinto com a obra “Porto de Leixões II” e Primeiro Prémio de Modelismo para Marques da Silva com a obra “Caíques do Algarve”.
- VI Exposição de Artes Plásticas, de 14 de Junho a 14 de Julho de 2000, com 47 participantes, dos quais 41 eram de pintura e 6 de modelismo. Primeiro Prémio de Pintura para João Delfim com a obra “Navio Escola Sagres” (em Lisboa) e Primeiro Prémio de modelismo Estevão Carrasco com a obra “Clipper Século XIX”.
- VII Exposição de Artes Plásticas, de 21 a 31 de Outubro de 2002, com 23 participantes, dos quais 19 de pintura 4 de modelismo. Primeiro Prémio de Pintura para Manuel Reys Santos com a obra “Barco do Alvor” e Primeiro Prémio de Modelismo para Lenine Rodrigues com a obra “Fragata do Tejo”.
- VIII Exposição de Artes Plásticas, de 26 de Outubro a 6 de Novembro de 2004, com 37 participantes, dos quais 31 eram de pintura e 6 de modelismo. Atribuído o prémio de pintura a Correia Pinto, pela obra “Gafanha da Nazaré”, e menções honrosas a Carlos Resende e F. Lemos Gomes, pelos quadros “Rota da Seda” e “Navio de passageiros Gavião I”, respectivamente. À secção de modelismo não foi atribuído qualquer prémio, mas duas menções honrosas, a M. Gouveia Marques e Carlos Montalvão, pelos modelos “Lancha Bombardeira” e “Ossada de uma chalupa de pesca”, respectivamente.

Os tempos áureos das Academias remontam ao século XIX, quando eram a única forma de transmitir conhecimentos e promover o desenvolvimento das ciências e das artes. Com o decorrer dos tempos foram perdendo a sua importância, não só pela profusão de revistas e boletins científicos que foram aparecendo, mas também pela revolução das comunicações após a II Guerra Mundial, feita através da rádio, telex, televisão, fax, *internet*, telemóveis com antenas em terra ou em satélite, vídeo conferências, tudo isto suportado e gerido por computadores pessoais que armazenam informação e a disseminam de acordo com o seu utilizador.

Tudo isto é verdadeiro mas falta-nos o contacto humano que se faz nas reuniões de cientistas ou historiadores, quando eles nos falam das suas investigações, da maneira como as conduziram, das descobertas que fizeram, algumas das quais não lhes servem para nada mas podem ser úteis a um auditor que persegue outros objectivos. Isso consegue-se com seminários, simpósios, *workshops*, mesas redondas, painéis, etc., onde se pode vir a conhecer ao vivo os historiadores ou cientistas que admiramos e com os quais até podemos travar relações de amizade.

Foi isso que a Academia de Marinha intuiu logo no princípio da década de noventa, e nesse sentido promoveu simpósios de História Marítima, normalmente de dois em dois anos, que tiveram o concurso de historiadores e estudiosos, nacionais e estrangeiros, e que nos ajudaram a alargar os horizontes sobre muitos aspectos da nossa Expansão Marítima. O mérito dessa iniciativa está na Direcção da Academia presidida pelo Almirante Rogério d'Oliveira mas o mérito da organização dos cinco primeiros simpósios e da elaboração das respectivas conclusões, quase instantaneamente, para ler na sessão de encerramento, deve-se ao Comandante ECN Rodrigues Cadete, que sempre me espantou pela sua eficiência.

Simpósios realizados até hoje:

- I Simpósio – 1992 As Navegações Portuguesas no Atlântico e o Descobrimento da América
- II Simpósio – 1994..... Os Descobrimentos Portugueses no Século XV
- III Simpósio – 1995..... D. João II. O Mar e o Universalismo Lusiada
- IV Simpósio – 1996..... A Viagem de Vasco da Gama
- V Simpósio – 1998..... A Carreira da Índia

- VI Simpósio – 2000 Pedro Álvares Cabral
- VII Simpósio – 2002 Fernão de Magalhães. A sua viagem no Pacífico
- VIII Simpósio – 2003 (especial)..... O Mar no Futuro de Portugal
- IX Simpósio – 2005..... D. Francisco de Almeida.
1º Vice-Rei Português.

SIMPÓSIO ESPECIAL

Em 2003, como atrás se refere, foi realizado um Simpósio fora do âmbito dos anteriores.

Dado o definhamento progressivo das actividades nacionais ligadas ao mar que nos envolve e separa das Regiões Autónomas e que nos define como nação arquipelágica, dadas as potencialidades dos recursos que o mar e o fundo marinho nos oferece mas não são exploradas convenientemente, e dadas as preocupações políticas actuais de como se poderá inverter esta situação, a Academia de Marinha realizou um Simpósio subordinado ao tema “O Mar no Futuro de Portugal”.

Esse simpósio foi preparado uns meses antes por um ciclo de painéis, que também tiveram lugar na Academia de Marinha, e no qual intervieram personalidades ligadas ao estudo de áreas diversas tais como a Geopolítica e Estratégia, a Economia, as Ciências e o Ambiente, estimulando o aparecimento de novos conferencistas para o Simpósio.

As conclusões foram redigidas por um grupo especial e editadas pela Academia de Marinha num livro de 427 páginas, tendo tido divulgação no meio naval, marítimo e empresarial. Foram também divulgadas pelos membros do Governo que se dignaram a assistir a algumas sessões, nomeadamente as de abertura e de encerramento deste VIII Simpósio.

CONGRESSO “PORTUGAL-BRASIL”

De 15 a 18 de Junho de 2000, a Academia de Marinha organizou, no Centro Cultural de Belém, a 1ª Sessão do Congresso “Portugal-Brasil. Ano 2000”, dedicado ao tema “Confronto de ideias no limiar do milénio”.

Nessa sessão, sobre Geografia, intervieram cerca de 40 oradores convidados de diversas instituições universitárias e científicas portuguesas e brasileiras, sendo o Presidente da Academia de Marinha o Coordenador por Portugal.

HISTÓRIA DA MARINHA PORTUGUESA

A História da Marinha Portuguesa é um projecto que há mais de um século tem sido tentado mas nunca concretizado. Segundo palavras do Almirante Rogério d'Oliveira no prefácio do primeiro livro da História da Marinha Portuguesa, editado pela Academia de Marinha, foram numerosíssimos os historiadores (a maioria oficiais de Marinha) que desde Oliveira Martins até Teixeira da Mota fizeram trabalhos importantes sobre o tema mas que, naturalmente, não tem entre si uma relação coerente.

Para tal foi necessário fazer um plano da obra no qual o académico mais importante envolvido foi o Comandante Armando Saturnino Monteiro, com créditos já dados, pois foi o autor da obra monumental “Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa”, em oito volumes, de 1139 a 1975, editada em apenas oito anos. Assim, foi escolhido para Presidente da Comissão Científica que tinha como principal tarefa definir em linhas gerais a estrutura da obra.

A História da Marinha Portuguesa, de acordo com o plano mencionado, ficou assim dividida por épocas da História de Portugal e dentro de cada época, pelas seguintes áreas temáticas:

- Navios, Marinheiros e Arte de Navegar
- Homens, Doutrinas e Organização
- Viagens e Operações Navais
- Portos e Comércio Marítimo.

Foram já publicados os seguintes volumes:

- “Navios, Marinheiros e Arte de Navegar – 1139-1499”, editado em 1997, de Fernando Gomes Pedrosa (também coordenador), José Malhão Pereira e Inácio Guerreiro
- “Homens, Doutrinas e Organização 1139-1414”, editado em 1998 sob coordenação de Humberto Baquero Moreno, de Maria da Luz de O. B. Ferreira de Barros, Isabel V. F. Botelho Cardoso, Paula Maria C. Pinto Costa, Júlia Isabel C. C. Alves de Castro e Albertina da Conceição M. da Silva Barbosa
- “Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974” (Tomo I), editado em 1999, do coordenador e autor António José Telo
- “A Viagem de Vasco da Gama à Índia (1497-1499), editado em 1999, de José Manuel Garcia (também coordenador), Fernando Gomes Pedrosa, José Manuel Malhão Pereira e Marília dos Santos Lopes
- “A Viagem de Pedro Álvares Cabral”, editado em 2003, de Max Justo Guedes (também coordenador), Fernando Lourenço Fernandes e A. A. Marques de Almeida.

Desde os anos oitenta a Academia de Marinha tem editado, em fac-símile, obras ligadas à arquitectura naval do tempo dos Descobrimentos, de um valor incalculável, que jazem guardadas nas bibliotecas onde são de difícil consulta.

A primeira a ser editada, em 1989, foi o “Livro de Traças de Carpintaria” de Manuel Fernandes, datado de 1616, onde se explica por desenhos com os respectivos regimentos, nas suas 250 páginas, como se fazem naus, galeões, galês, galizabras, esquifes, botes. Esta obra foi patrocinada pela Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), SOPONATA e Companhia do Papel de Porto de Cavaleiros. É um livro muito atraente para todos que se interessem por navios da época dos descobrimentos ou modelistas que os queiram reproduzir. O papel foi feito por encomenda pela Porto de Cavaleiros, procurando-se reproduzir, o mais fielmente possível, o que se fazia naquela época.

O segundo livro, editado em 1991, foi o “Livro da Fábrica das Naus” no qual o grande humanista que foi Fernando Oliveira, (padre, soldado-marinheiro, consultor de várias Cortes, castigado pela inquisição), escreveu sobre a arte da construção naval do seu tempo. É uma obra de referência que já tinha sido lida e publicada pelo Comandante Henrique Lopes de Mendonça (autor da letra do nosso hino nacional) em 1898, mas que foi agora publicada em fac-símile com um estudo conjunto do Prof. Dr. Francisco Contente Domingues e do Eng. Richard Barker, ambos grandes especialistas da história e navios dos Descobrimentos. Quando visitámos a Biblioteca Nacional este livro estava todo desmanchado e em processo de restauração, tendo-se descoberto, durante a lavagem das folhas, páginas novas que foram coladas, porque na época o papel era um bem raro que convinha poupar, e que ajudaram a datar o livro, pois tinham uma dedicatória ao rei D. Sebastião entretanto desaparecido.

O último livro a ser publicado, em 1996, foi o “Livro Primeiro de Arquitectura Naval” de João Baptista Lavanha, existente na Biblioteca de La Real Academia de la História de Madrid e que vem acompanhado de um estudo interpretativo do Dr. João da Gama Pimentel Barata (já falecido) e comentários do Prof. Dr. Francisco Contente Domingues e do Eng. Richard Barker.

Estas obras estão à venda pelo preço de impressão. O interessado em adquiri-las não paga os estudos efectuados pelos historiadores envolvidos, todos eles membros da Academia de Marinha, nem os gastos das visitas às várias bibliotecas fora do país, nem as margens de comercialização dos distribuidores e livrarias que, normalmente, aumentam de 3 ou 4 vezes os valores da produção gráfica dos livros.

Para além destes livros, todos ligados à arquitectura naval, foi publicado em 1992, também em fac-símile, a “Carta Náutica de Jorge Aguiar – 1492”, a mais antiga espécie cartográfica portuguesa conhecida, datada e assinada, e cujo original está guardado na biblioteca “Rare Book and Manuscript Library”, da Universidade de Yale, nos Estados Unidos da América. Este exemplar cartográfico vem acompanhado de um livro de introdução do Dr. Inácio Guerreiro, um dos maiores especialistas nacionais de cartografia antiga.

DESLOCAÇÕES DA ACADEMIA DE MARINHA

Ao longo dos anos, como já se disse no resumo inicial sobre a vida da Academia, foram feitas sessões solenes noutras cidades do país.

Durante a presidência do Prof. Eng. Arantes e Oliveira, membros da Academia de Marinha, nomeadamente da Direcção, deslocaram-se ao Porto onde no Palácio da Bolsa se realizou uma sessão em que falou o reitor da Universidade do Porto, Prof. Eng. Oliveira Ramos.

Em 7 de Maio de 1987, a Academia deslocou-se à Covilhã para participar numa Sessão Solene no Salão Nobre da Câmara Municipal, evocativa da viagem de Pêro da Covilhã. Falou o Presidente Almirante Rogério d’Oliveira e o Prof. Dr. Luís de Albuquerque (já falecido).

Nesse mesmo ano, em 17 de Julho, a Academia de Marinha, convidada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, por ocasião do lançamento à água da caravela “Bartolomeu Dias”, participou na Sessão Solene realizada nos Paços do Concelho, tendo usado da palavra o Prof. Arquitecto Lixa Filgueiras e o Presidente Rogério d’Oliveira, que apresentou a Academia e o orador.

Em 21 e 22 de Outubro de 1988 a Direcção e vários membros da Academia deslocaram-se a Lagos, cidade onde nasceu Gil Eanes (outros indicam o nascimento em Olhão) e onde foi realizada uma Sessão Solene em que proferiram comunicações o Arquitecto Lixa Filgueiras, o Comandante Saturnino Monteiro, o Prof. Doutor Baquero Moreno e o Comandante Gomes Pedrosa.

Em 22 de Julho de 1991, por ocasião do lançamento do “Livro da Fábrica das Naus”, patrocinado pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a Academia de Marinha organizou uma sessão solene nos Antigos Paços do Concelho de Viana do Castelo onde falaram o presidente Contra-almirante Rogério d’Oliveira, o Prof. Dr. Contento Domingues, o Dr. António Matos Reis e o Arquitecto Lixa Filgueiras (já falecido).

A Academia de Marinha também tem sido convidada a participar nas

comemorações anuais do “Dia da Marinha”, aproveitando a oportunidade para realizar, por vezes, sessões solenes fora da sua sede em Lisboa.

Finalmente, a Academia de Marinha tem sido convidada para celebrações fora do país, onde é, normalmente, representada pelo seu Presidente. É o caso das comemorações de Cabrillo realizadas em S. Diego, Califórnia, EUA, e também da visita a Macau onde o Presidente foi acompanhado por mais três membros.

CONCERTO ESPECIAL

Em 15 de Outubro de 2003 foi concretizada uma antiga aspiração de vinte anos: a realização de um concerto sobre “Música ligada ao Mar”. Brilhantemente executado pela Banda da Armada no Teatro Municipal de S. Luiz, este concerto proporcionou a primeira audição em Portugal da sinfonia “Save the Sea”, composta para a Conferência Mundial da “Preservação dos Oceanos”, realizada em Portugal em 1988.

CONCLUSÃO

A Academia de Marinha é, em síntese, um organismo cultural muito importante para a Armada e que pode ser consultado no âmbito da história, das artes e das ciências ligadas ao mar, em que os seus membros são especialistas.

Ao longo deste resumo sobre as suas actividades mencionámos alguns nomes de académicos que se salientaram em actividades específicas e, provavelmente, falhamos em nomear alguns que deveriam ter sido citados. A Academia tem neste momento 140 membros entre eméritos, efectivos, correspondentes e associados. Todos eles são importantes, mesmo aqueles que se julga não fazerem nada mas que com a sua presença, as suas críticas e o seu carinho dão vida à Academia.

A Revista da Armada

Uma Referência para a Historiografia da Marinha

Luís A. Roque Martins

Contra-almirante EMQ



A Revista da Armada constitui hoje uma fonte de informação indispensável, nomeadamente para todos aqueles que servem na Marinha – oficiais, sargentos, praças e civis, que apesar de prestarem serviço nos navios e nos organismos em terra, não se apercebem muitas vezes do que se vai passando na Corporação. E também para aqueles que serviram na Marinha, desde os que aqui estiveram

um par de anos, em serviço militar obrigatório, até àqueles muito saudosos, que por aqui passaram uma *vida* e que, agora, ansiosamente aguardam todos os meses a chegada da Revista para recordarem a *sua Marinha*. E ainda os que, através dos tempos, por qualquer motivo, vieram a ter conhecimento da Revista, gostaram, e a ela ficaram ligados.

Quando a Revista começou a sua publicação, há trinta e dois anos, por vontade expressa do Almirante Pereira Crespo, notável Ministro da Marinha, tinha como objectivos principais – *Contribuir para o fortalecimento do Espírito do Corpo que sempre caracterizou a nossa Marinha e ao qual estão ligadas as virtudes e as tradições navais* e ao mesmo tempo *que possa ser lida com agrado pelos nossos oficiais, sargentos e praças*. São, como se constata, objectivos permanentes, que têm estado sempre presentes em quem dirige a Revista, de forma a criar bem-estar em todos e contribuir para que sintam orgulho na nossa Marinha.

Olhando para trás, que comentário nos oferece fazer sobre a Revista? Primeiro que tudo, é que trinta e tal anos é um período de tempo significativo, e a Revista necessariamente teve que acompanhar a evolução dos tempos e modernizar-se. Acompanhando as novas tecnologias, modificou o *design* do cabeçalho na capa, introduziu um novo estilo gráfico, passou a imprimir todas as páginas a cores e em papel *couché*, tornando-se assim mais apelativa. Por

sua vez a renovação das mentalidades, fruto dos novos tempos, e designadamente a nova preparação das praças, fez *mexer* nos conteúdos, mas mantendo sempre como elo de ligação – o Mar, a Marinha e toda uma Cultura Naval que nos envolve.

Porém a diferença maior em relação aos primeiros tempos da Revista reside na importância dada à divulgação da informação. Hoje, a Revista tem que estar atenta a tudo o que se passa na Marinha e aprontar a sua divulgação o mais rapidamente possível. Julgo que se tem conseguido este objectivo e, todos os sectores da Marinha cientes desta necessidade, têm colaborado prestimosamente.

Por isso a Revista é cada vez mais uma referência para quem quiser estudar a História da Marinha no último quarto de século.

Não nos podemos esquecer que a Revista da Armada é a publicação oficial da Marinha e, embora tendo autonomia como qualquer outro órgão de comunicação social, os artigos de opinião nela inseridos não se poderão afastar da doutrina naval estabelecida.

E quanto ao conteúdo dos artigos e aos seus autores, é sabido que os artigos da Revista são quase exclusivamente escritos por *marinheiros*, e é ao seu saber, iniciativa, empenhamento e estudo que se deve a *obra*, coordenados necessariamente pelo Director e dentro de um planeamento por ele estabelecido, abrangendo no seu conjunto crónicas, ensaios, reportagens, entrevistas, notícias, contos, efemérides, fotografias, passatempos, anedotas, caricaturas, etc.. A toda esta panóplia juntam-se, por vezes, artigos teóricos de carácter pedagógico e, em alguns casos, tenta-se mostrar a evolução das tecnologias inerentes aos novos sistemas e equipamentos dos navios.

A Revista vive portanto da prestimosa acção dos seus colaboradores, que têm contribuído de forma notável para a boa imagem alcançada.

Para galardoar anualmente os autores do melhor artigo e da melhor colaboração, foram instituídos em 1982 os prémios “Comandante Joaquim Costa” e “Almirante Manuel Pereira Crespo” que são entregues em cerimónia especial por ocasião do Dia da Marinha.

Face a novas necessidades e para responder a muitos pedidos que têm sido remetidos, foi elaborado um programa informático com o índice de assuntos, sendo as entradas pelo título do artigo e pelo autor, referidas à totalidade das revistas já publicadas.





A equipa que *faz* a Revista é diminuta e tem-se mantido praticamente com a mesma configuração desde a fundação. Se bem que a maquetagem e a impressão sejam feitas no exterior, são da responsabilidade da Revista, o fornecimento dos textos e posterior correcção, a paginação e o sentido estético.

As novas tecnologias de comunicação, vieram facilitar o contacto entre os colaboradores e a Revista, entre a Revista e a Gráfica, e vice-versa, e têm sido determinantes no encurtamento de prazos e na qualidade final do produto.

A Revista da Armada a partir de 2001 passou a estar na Internet aumentando assim significativamente a sua divulgação.

A Revista é ainda o interlocutor para as muitas “Associações de Marinheiros” espalhadas por todo o país e estrangeiro, informando ou encaminhando muitos dos seus anseios para os destinatários apropriados.

Hoje, com mais de 32 anos e 371 números, a Revista da Armada constitui um justo orgulho da Marinha, é um elo de ligação entre todos os seus membros e uma fonte de informação obrigatória para todos os que se interessam pelos assuntos da Marinha.

A Banda da Armada

O mais antigo agrupamento musical militar português

José Joaquim de Araújo Pereira

Capitão-de-fragata MUS

Os primórdios da Banda da Armada remontam à primeira metade do século XVIII, com uma *música marcial* intitulada de Charamela, a qual fazia parte do 1º Regimento do Terço de Fuzileiros da Armada Real, sendo portanto o agrupamento musical militar, destas características, mais antigo em Portugal.



Pertenceu sucessivamente à Brigada Real da Marinha (1797), ao Batalhão Naval (1836) e ao Corpo de Marinheiros Militares (1851), tendo passado por diversas transformações na sua composição até ao fim do século XIX, altura em que tomou a forma e constituição de Banda Militar, com instrumentos de metal, madeira e percussão, fruto do trabalho, empenho e

determinação do Chefe de então, António Maria Chéu, o primeiro maestro de origem portuguesa a ocupar este cargo. Até essa época os agrupamentos musicais tinham sido dirigidos por estrangeiros, designadamente os italianos Caetano Tozzi e Pascoal Corvallini, o alemão Mark Holzer e o belga Arthur Francisco Reinhardt.

Os avanços tecnológicos verificados no início do século XX deram origem a um acontecimento da maior importância para a expansão e divulgação da música, que foi a invenção do gramofone e da gravação sonora.

Assim, em 1903, aquando da visita a Lisboa do rei Eduardo VII de Inglaterra, a Banda dos Marinheiros da Armada, como era então designada, gravou, por intermédio da editora inglesa *The Gramophone and Typewriter*, aquele que é conhecido como o primeiro disco uniface produzido em Portugal.

O facto da Banda da Armada ter tido a honra de ser o primeiro agrupamento musical a gravar em Portugal, constituiu um acontecimento histórico que, passados 100 anos, em 2003, foi justamente evidenciado e condignamente celebrado, com a edição de um CD (compact disk) intitulado “Antologia do Centenário” e um concerto comemorativo realizado no Teatro São Luís, em Lisboa.

Depois de António Maria Chéu a Banda foi dirigida, sucessivamente, por José de Oliveira Brito (1912-1920), Arthur Fernandes Fão (1920-1955), Marcos Romão dos Reis (1956-1975), Manuel Maria Baltazar (1976-1987) e, desde 1987, pelo actual Chefe José Joaquim de Araújo Pereira.

Ao longo de todos estes anos a Banda actuou no estrangeiro, nomeadamente no Brasil, Inglaterra, Bélgica, França e, mais recentemente, nos Estados Unidos da América. Deslocou-se também às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, para além de percorrer o continente português de lés a lés, realizando concertos integrados em cerimónias oficiais ou dedicadas às populações locais, acontecimentos estes que têm proporcionado momentos de cultura musical do mais alto nível, comprovável não só pela forma como a Banda é recebida e aplaudida, como também pelas mensagens de apreço e pelos continuados convites que lhe são endereçados. Estas inúmeras solicitações são por vezes difíceis de satisfazer, já que é grande o empenhamento em cerimónias militares, além da escassez de tempo para obter a preparação adequada para aquele tipo de actuação. Não raras vezes, só tem sido possível corresponder às solicitações graças à extrema dedicação dos elementos que compõem a Banda.

Este ponto conduz-nos à essência do sucesso musical alcançado principalmente de há alguns anos a esta parte, isto é, o processo de admissão de pessoal, através de concurso com um grau de exigência elevado e criterioso, que

tem obtido os melhores resultados, pois só assim é possível dispor de elementos de alta qualidade musical. Como referência destaque-se o último concurso, o de 2002, em que para uma perspectiva de quatro vagas concorreram cerca de 130 candidatos, oriundos dos mais variados pontos do país e em que pela primeira vez foram seleccionados e admitidos elementos do sexo feminino.



Outro aspecto importante para atingir os resultados desejados tem sido o incentivo e apoio dado ao pessoal admitido para que continue a melhorar a sua formação musical, situação que logicamente vem elevar o nível de conhecimentos adquiridos postos ao serviço. Neste âmbito é significativo o facto de cerca de 20 a 25% do pessoal que integra a Banda já possuir ou estar a frequentar os cursos superiores de música e nalguns casos o mestrado.

A inclusão de instrumentos de corda e teclado nos anos noventa do século XX, acrescentou e enriqueceu ainda mais a componente tímbrica, tornando possível a interpretação de outro tipo de repertório que, alargando os horizontes aos compositores da própria Banda, lhes permitiu escrever obras originais e arranjos de características modernas exclusivas e que muito contribuíram para a nova imagem de modernidade que hoje lhe é reconhecida.

Em 1999 foi a Banda da Armada agraciada com a Medalha de Ouro dos Serviços Distintos, *pelo seu notável desempenho, inexcédível dedicação e vontade de bem servir; graças ao profissionalismo dos seus músicos, do qual resultou lustre, honra e prestígio para a Marinha.*

Um acontecimento inédito teve também lugar em 1999, no dia 18 de Maio, quando, integrado nas cerimónias do Dia da Marinha e das Forças

Armadas, se realizou, na Aula Magna da Universidade de Lisboa, um memorável concerto em que actuou a Banda da Armada conjuntamente com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, evento que, na presença das mais altas entidades civis e militares, alcançou assinalável êxito.

São todos estes aspectos que têm permitido fazer um trabalho em profundidade no qual a qualidade e a evolução foram sempre privilegiadas e nos dão a certeza de que o futuro se apresenta promissor para a Banda da Armada.

Assim as circunstâncias o permitam, para bem da cultura musical e orgulho dos músicos que serviram e servem a Marinha e Portugal.

A Direcção de Faróis na divulgação do seu valioso património histórico

Carlos Manuel Brites Nunes
Capitão-de-mar-e-guerra

Apesar da Direcção de Faróis ser essencialmente uma direcção técnica integrada na Direcção-Geral da Autoridade Marítima, para a área do assinalamento marítimo, desde sempre se preocupou com a manutenção do seu riquíssimo património, oriundo das sistemáticas acções de modernização levadas a cabo não só nos diversos faróis, como também nas múltiplas lanternas e sistemas de energia dos variados pontos de assinalamento ao longo da costa e nos portos, preservando um historial extremamente valioso e tendo vindo a expô-lo ao público em diversos e variados espaços por todo o país.

A actualização mais significativa do assinalamento marítimo em Portugal, que se iniciou nos anos 80 do século XX, face aos compromissos internacionais no âmbito da qualidade e da fiabilidade dos sistemas, implicou a alteração e substituição gradual de muitos equipamentos, alguns dos quais centenários.

Esta modernização, que resultou na automatização de faróis, foi caracterizada fundamentalmente pela substituição de algumas ópticas de cristal dotadas de lentes de Fresnel por sistemas permitindo o controlo à distância, e pelo abandono do gás acetileno para a iluminação das bóias e dos faróis remotos, passando a utilizar-se a energia fotovoltaica.

Perante o vasto espólio retirado e com o objectivo de o preservar, logo em 1984 o então Director de Faróis, Capitão-de-mar-e-guerra Pereira Varandas, entendeu por bem reuni-lo num espaço adequado da Direcção, embrionário do actual núcleo museológico, o qual congrega presentemente a dupla virtualidade de manter e garantir a exposição pública de um património histórico e de constituir uma importante base para a formação no âmbito da evolução dos faróis, incluída nos cursos de faroleiros, respondendo ainda às diversas solicitações de visitas de estudo por parte das associações nacionais e internacionais ligadas à farolagem.

No actual núcleo museológico podem observar-se painéis de azulejos da Fábrica de Cerâmica de Constância que ornamentavam a antiga sede da

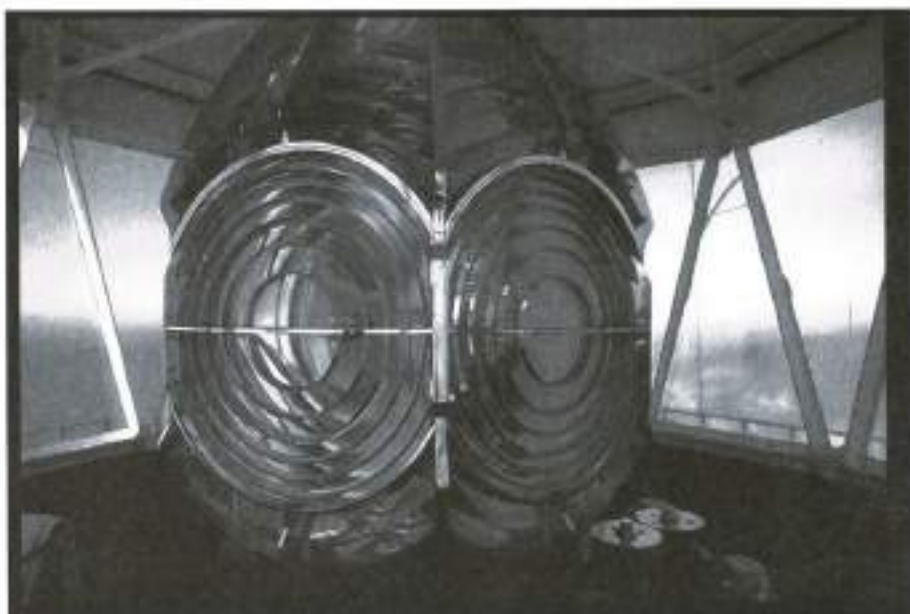


Farol do Bugio

Direcção de Faróis, várias ópticas de candeeiros de petróleo usados antes da utilização da energia eléctrica, maquetas de alguns faróis, expositores com peças e utensílios da farolagem, quadros com documentação histórica sobre os diversos faróis onde é explicado o seu funcionamento e indicadas as respectivas características.

O facto de não ser considerado adequado e funcional a abertura ao público em geral deste espaço da Direcção de Faróis, mas por forma a poder divulgar o valioso material que alberga, parte deste constitui exposições itinerantes em espaços da Marinha, nomeadamente no seu Museu e também em áreas de acesso público por todo o país, isoladamente ou em conjunto com outro património de organismos da Armada, sob a coordenação da Comissão Cultural, permitindo a mais ampla divulgação do acervo histórico à guarda da Marinha.

Em complemento dessas acções, enquadrando a natural curiosidade do público em geral sobre a mística dos faróis, na qual se inclui o respectivo património histórico e a sua interligação com a segurança e o suporte moral e psicológico da comunidade navegante, foi estabelecida uma relação de cooperação com o Ministério da Ciência, no âmbito do Programa Ciência Viva,



Farol do Cabo da Roca

permitindo o desenvolvimento de mostras de espólio, integradas em sessões explicativas, nos diversos faróis do Continente e Ilhas, eventos estes que têm alcançado assinalável êxito e ultrapassado as mais optimistas expectativas.

Outra iniciativa de âmbito cultural visa a implantação de pólos museológicos como extensão do Museu de Marinha, contando obrigatoriamente com material integrante do espólio da Direcção de Faróis, em locais privilegiados para tal, como são alguns faróis que, face ao seu enquadramento histórico ou situação geográfica, nomeadamente os do Cabo de S. Vicente, do Cabo da Roca e de Leça, suscitam por si só a curiosidade do público nacional e estrangeiro, recebendo anualmente milhares de visitantes.

Ainda no âmbito global da divulgação da componente cultural da Marinha e da cooperação com diversas entidades e autarquias, foi assinado em Março de 2006 um protocolo entre a Marinha e a Câmara Municipal de Cascais, visando a recuperação do Farol de Santa Marta e infra-estruturas anexas, e a criação do Farol – Museu de Santa Marta. Com inauguração prevista para Maio de 2007, este pólo museológico deverá albergar inúmeras peças do espólio da Direcção de Faróis que, ao longo de décadas, ajudaram a *iluminar* a costa portuguesa, permitindo uma navegação segura a toda a comunidade navegante.



Farol de Aveiro

Vale de Zebro e o Museu dos Fuzileiros

Um espaço de Memória e de Cultura

José António Rocha e Abreu

Capitão-de-mar-e-guerra FZ

Possuindo condições especiais para a Instrução de actividades militares no meio aquático e em terrenos lodosos e dispondo de uma privilegiada situação de vizinhança com uma frondosa mata nacional, a Escola de Fuzileiros nasce em 1961 depois de uma criteriosa busca feita entre espaços que, sob tutela da Marinha, oferecessem condições para receber o centro de formação dos então recém criados Fuzileiros Navais.

A verdade é que os primeiros Fuzileiros ali formados estavam longe de conhecer e até mesmo imaginar toda a História daquele espaço.

Por motivos imperiosos de uma instrução intensiva e totalmente vocacionada para o cumprimento eficaz das missões de defesa dos territórios de Além-mar, não houve oportunidade para se consultar arquivos, seleccionar documentação, ouvir gente conhecedora e fazer com tudo isso a História do local.

Porém, com o fim da guerra em África e com a disponibilidade de recursos humanos que a partir de então ocorreu, surgiu a possibilidade de ir ao encontro e à descoberta do muito que poderia estar por detrás de cada edifício, de cada pedra e até mesmo de toda uma área que, como se verá, sempre esteve intimamente ligada à Marinha e à epopeia marítima portuguesa.

Não conseguem estar de acordo os estudiosos quanto ao ano em que terão sido instalados em Vale de Zebro os primeiros fornos do biscoito mas, seguramente, em meados do século XV, no reinado de D. Afonso V, fabricava-se ali o biscoito, *a munição de boca*, para ser consumido "*nas Armadas, nas náos da Índia, Conquistas e Fortalezas do Reino*", conforme consta no primeiro Regulamento dos fornos determinado por D. João IV, e ainda "*para as urgências dos Meus Exércitos nas ocasiões das marchas*", como refere o Alvará de D. José I, datado de 1776.

Do complexo fabril fazia parte um Moinho de Maré de oito moendas; um dos mais importantes e produtivos entre os mais de sessenta, existentes

nessa época, ao longo das margens do estuário do Tejo. Esse moinho, alimentado por uma grande caldeira, onde hoje se situa a pista de obstáculos no lodo, moía o trigo necessário ao fabrico do biscoito que os vinte e sete fornos se encarregavam de cozer. Pelo menos duas vezes (*bis couto* significa duas vezes cozido) a fim de que ficasse verdadeiramente desidratado, tendo em vista a sua conservação a bordo por longos períodos.

De salientar que na época estes fornos de Vale de Zebro tinham apenas os da Porta da Cruz, em Lisboa, como competidores ao seu nível.

O complexo fabril estava bem pensado e dispunha de todos os elementos capazes de contribuir para uma excelente produção a baixo custo, já que a Mata da Machada e outras matas circundantes abasteciam com abundância os fornos de lenha.

O forno de cerâmica, existente na referida mata e posto a descoberto por escavações arqueológicas relativamente recentes, fornecia as formas de barro para o biscoito, para além de outros utensílios cerâmicos, igualmente necessários à vida de bordo.

O moinho de maré transformava em farinha o trigo proveniente de Benavente, Beja e Arraiolos, e o cais fluvial existente permitia a atracação de embarcações para o embarque do alimento base – o biscoito.

O edifício da fábrica, para além dos fornos, dispunha de instalações para todo o pessoal que neles operava, incluindo os administradores.

O terramoto que destruiu Lisboa no 1º de Novembro de 1755 também fez os seus estragos nas infra-estruturas do complexo fabril. A reconstrução veio a concretizar-se sob a orientação do Marquês de Pombal, que aproveitou a circunstância para o ampliar.

A traça escolhida para a remodelação do edifício foi em tudo semelhante à do Terreiro do Paço em Lisboa, com a bem característica arcaria que deu corpo e dignidade àquela Praça.

Ao edifício, "*vasto, grandioso e magnífico*", segundo um relatório de 3 de Agosto de 1855, foram atribuídas diversas funções ao longo dos tempos.

Assim, por Decreto Real de D. Maria II, albergou durante algum tempo os inválidos da Marinha.

Em 1902 estabeleceu-se ali a Escola Prática de Torpedos e Electricidade, antecessora da Escola de Mecânicos de Vila Franca de Xira. Em Outubro de 1910, encontravam-se atracadas no cais de Vale de Zebro algumas lanchas Torpedeiras que ainda se pensou pudessem ser mandadas sair em 5 de Outubro para combater os navios dos revoltosos Republicanos que, no Tejo, frente a Lisboa, disparavam apoiando a implantação da República.

Em 1985, em cumprimento de um Despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada, é constituído pelo Comandante do Corpo de Fuzileiros uma

comissão que englobava oficiais, sargentos e praças, que, sob acompanhamento muito chegado e empenhado do Comando da Escola de Fuzileiros de então, levou avante um projecto de recuperação de uma das antigas galerias de acesso aos fornos e áquilo que eram os vestígios dos antigos fornos, entretanto desactivados por meados do século XIX.

Neste belíssimo e bem recuperado espaço arquitectónico formado por abóbadas de Berço e de Barrete, características de uma denominada construção “em gaiola”, está hoje instalada a Sala Museu do Fuzileiro, onde se expõem objectos, equipamentos, armamentos e memórias dos Fuzileiros contemporâneos e seus antepassados.

A Sala foi inaugurada em 3 de Junho de 1986 com a presença do Almirante Armando Júlio de Roboredo e Silva, a quem coube a responsabilidade de recriar os Fuzileiros na Armada e assim permitir, no início dos anos sessenta, que Portugal passasse a dispor novamente desta componente operacional na sua Marinha.

A História das formações militares que se podem considerar antecessoras dos Fuzileiros actuais está ali documentada em gravuras que guarnecem as suas paredes e nalguns objectos dispostos em numerosas vitrinas.

Tudo começa pelo Terço da Armada da Coroa de Portugal, primeiro Corpo Militar criado com carácter permanente no nosso País, em 1621.

A História prossegue com alusões ao Regimento da Armada (1708) e à Brigada Real de Marinha que em Novembro de 1807 acompanha a Corte de D. João VI na retirada para o Brasil, perante a ameaça das invasões francesas. Esta força militar, que é a guarda do Rei, origina o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil.

A memória da actuação dos Destacamentos e das Companhias de Fuzileiros nos diversos teatros de operações africanos também está traduzida no equipamento e armamento então usados.

O memorial dos Fuzileiros falecidos em combate ao serviço de Portugal tem lugar de destaque numa das salas do Museu onde, perfilados, também se encontram os guiões dos Destacamentos e das Companhias formadas no período de 1961 a 1975 e destinadas aos teatros de operações africanos.

Enfim, muito se poderia dizer para descrever todo este espaço tão nobre e tão valioso desde sempre para a Marinha e para o País.

Por agora pretende-se apenas, com este breve e despretensioso apontamento, despertar a curiosidade de todos quantos, servindo a Marinha dos nossos dias, são os honrosos herdeiros de todas estas tradições.

Para que não conste apenas a referência, fica desde já feito o convite para uma visita guiada a todo este património.

Conservando, valorizando e divulgando o património cultural, histórico e artístico da Marinha

José Luís Leiria Pinto

Contra-almirante

Depositária não só de uma panóplia de altos valores, profundos conhecimentos e arraigadas tradições, como também de um rico acervo documental, bibliográfico e museológico ligado ao mar, a Marinha, para dar continuidade e desenvolver estes aspectos, possui Órgãos de Natureza Cultural cujos dirigentes constituem a Comissão Cultural da Marinha.

A Comissão foi criada por despacho do Almirante CEMA, em 1985, na continuação da acção da Comissão Permanente de Acção Cultural, entretanto extinta, que por sua vez sucedeu a um grupo de trabalho instituído em 1978.

Tendo como principal incumbência assistir ao CEMA no que se refere ao enriquecimento, preservação e divulgação do património cultural, histórico ou artístico da Marinha, as actividades da Comissão têm-se desenvolvido em vários projectos e iniciativas alguns dos quais objectos de Despachos do Almirante CEMA.

Assim, com vista a conseguir uma complementaridade das várias iniciativas culturais por um lado e por outro evitar a simultaneidade das mesmas, foi promulgado o Despacho relativo à "Coordenação das Actividades Culturais dos Organismos e Unidades de Marinha". Cite-se, neste âmbito como exemplo, o caso da comemoração de uma efeméride a qual habitualmente consiste de uma palestra na Academia de Marinha, acompanhada de uma exposição alusiva com material da Biblioteca Central ou do Museu de Marinha e de um artigo, relacionado com a celebração, publicado na Revista da Armada.

Também com o objectivo de tornar conhecida a Marinha, principalmente no interior do país, tem a Comissão incentivado e apoiado as autarquias de onde são naturais ilustres marinheiros, no sentido de que lhes sejam prestadas as devidas homenagens. Este projecto foi objecto do Despacho intitulado "Divulgação da Marinha em Localidades do Interior do País". Vários foram os eventos já concretizados, refira-se as homenagens ao Almirante Sebastião da Silva em Tondela, ao Almirante João Coutinho em Alter do Chão e ao Comandante Balduino da Silva na Figueira da Foz, estando prevista a realização de acontecimentos semelhantes no presente ano. Este tipo de eventos têm-se traduzido numa exposição bibliográfica e documental sobre o home-

nageado, a exibição da Banda da Armada e uma sessão solene em que, entre vários discursos, se destaca a apresentação biográfica das individualidades em questão.

Quando das celebrações anuais do Dia da Marinha compete à Comissão a organização das actividades de carácter cultural, a qual se consubstancia no Despacho "Actividades Culturais do Dia da Marinha". A experiência adquirida ao longo dos anos permitiu que nas comemorações em 2003, na cidade de Ilhavo, fosse atingida uma melhor coordenação e assim realizadas acções de qualidade com custos financeiros limitados que não excederam o orçamento pré-estabelecido. Diversas foram então as actividades, entre elas de salientar a realização de um Concurso de Rádio-amadorismo, em que participaram estações de rádio nacionais e estrangeiras, o primeiro e único tinha acontecido em 1977 e principalmente o elevado nível alcançado pela Exposição das Actividades da Marinha a qual foi quase totalmente reestruturada e actualizada, tendo sido apresentados novos e normalizados cartazes dos vários organismos que, recorrendo às novas tecnologias, se mostraram muito mais apelativos. Procedeu-se na ocasião à elaboração de uma brochura "A Marinha Portuguesa – o Mar por Vocação, o País por Horizonte" que tem a particularidade de se poder utilizar em futuros Dias da Marinha ou em acções de divulgação.

De sublinhar que devido à normalização dos cartazes e aquisição de material de novas tecnologias a Comissão ficou com um património que permite promover não só a habitual Exposição de Actividades, com custos sensivelmente menores que os despendidos anteriormente, como também efectuar exposições itinerantes. Neste sentido e com o objectivo de promover a cultura, a divulgação e a informação da Marinha e simultaneamente dignificar a Casa da Balança, que habitualmente tem servido apenas de simples zona de passagem, foram no 2.º semestre do ano passado efectuadas exposições temáticas naquele recinto estando programadas outras para 2004.

A edição de obras de interesse para a difusão de uma componente cultural tem sido um dos propósitos prioritários da Comissão. Na realidade desde há longos anos a Marinha tem procurado divulgar obras literárias da autoria de homens do mar e de outros que, não sendo marinheiros, se dedicaram ao estudo das coisas do mar e das actividades marítimas. As colecções "Documentos" com 21 livros e "Estudos" com 32 números, nos quais se inclui a notável obra "Três Séculos no Mar" do Comandante Marques Esparteiro, colecções estas iniciadas em 1969, são disso exemplo. A colecção "75 Anos no Mar (1910-1985)" que foi começada em 1989 por iniciativa do Comandante Sousa Mendes, ficou, após o falecimento deste oficial, sob a responsabilidade da Comissão, tendo até à data à estampa 13 volumes e prevenindo-se para o presente ano, após a publicação do XIV e XV volumes, ser completada esta obra.

Em Abril de 2002 a edição trimestral dos “Cadernos Navais” do Grupo de Estudos e Reflexão de Estratégia (GERE) iniciou uma nova colecção, tendo já sido publicados oito números. Além destas colecções tem sido muito importante o movimento editorial promovido pela Comissão que igualmente apoia e patrocina publicações de algumas editoras.

Procurando alargar a componente cultural da Marinha foram intensificados os contactos com o meio académico, nomeadamente com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, facto que tem proporcionado a publicação de um maior número de obras da autoria de civis doutorados e mestrados.

De salientar que desde a sua criação a Comissão Cultural da Marinha editou cerca de 70 obras, as quais podem ser adquiridas na loja do Museu de Marinha, na Comissão Cultural e recentemente em algumas livrarias de Lisboa.

Apesar de não ser considerado um órgão de natureza cultural, nos últimos anos a Direcção de Faróis tem desenvolvido um importante movimento cultural, bem patente nas valiosas exposições itinerantes que promove assim como na ampla divulgação do seu património através do projecto Ciência Viva, daí que esta Direcção Técnica participe nas reuniões da Comissão e por ela seja apoiada.

Por se ter constatado a premente necessidade da publicação de uma obra essencialmente de divulgação para o público em geral relativa ao histórico da Marinha, desde a fundação de Portugal até à actualidade, foi constituído um grupo de trabalho, do qual a Comissão faz parte, para levar a cabo este projecto que se espera poder ficar concretizado a curto prazo.

Novas iniciativas estão em estudo, entre as quais se destaca a criação de uma comissão para proceder ao levantamento do património histórico bibliográfico e documental disseminado por vários organismos da Marinha, a entrada em vigor de uma directiva que normalize a informação relativa aos núcleos museológicos existentes nas Unidades e a constituição de pequenas bibliotecas itinerantes destinadas às unidades navais e forças da Marinha em serviço fora de Portugal continental.

Além de procurar desenvolver e aperfeiçoar as tarefas em curso e outras projectadas para o futuro, a Comissão Cultural de Marinha planeia, logo que disponha dos meios tecnológicos necessários, a ligação à Intranet de forma a criar uma página informativa sobre as suas actividades e a programação cultural dos organismos da Marinha.

Fragata D. Fernando II e Glória

Adriano Beça Gil

Capitão-de-mar-e-guerra Res

HISTORIAL

A fragata “D. Fernando II e Glória”, o último grande navio à vela da Marinha Portuguesa e também a última “Nau” a fazer a chamada “Carreira da Índia” - verdadeira linha militar regular que desde o século XVI e durante mais de três séculos fez a ligação entre Portugal e aquela antiga colónia portuguesa - foi o último grande navio que os estaleiros do antigo Arsenal Real de Marinha de Damão construíram para a Marinha Portuguesa.

A Fragata recebeu o nome de “D. Fernando II e Glória” em homenagem a D. Fernando Saxe Coburgo Gotha e a sua mulher, a Rainha D. Maria II, cujo nome era Maria da Glória.

O casco foi construído com madeira de teca proveniente de Nagar-Aveli pelo mouro Yadó Semogi e vários operários portugueses e indianos, tendo sido responsável pela supervisão de todos os trabalhos o guarda-marinha construtor naval Gil José da Conceição. Na sua construção seguiram-se os planos dos traçamentos efectuados no Arsenal de Marinha de Lisboa pelas formas da fragata de 50 peças “Duquesa de Bragança”, planos esses que seriam utilizados na construção de várias outras fragatas.

Após o lançamento à água, em 22 de Outubro de 1843, foi rebocado para Goa onde aparelhou em galera.

A sua construção importou em 100.630 mil réis.

O navio, embora construído pelos planos duma fragata de 50 peças, foi de início preparado para receber 60 bocas de fogo, tendo em 1863/65 sido transformado para receber só 50 peças, 22 no convés e 28 na bateria.

A guarnição do navio variava consoante a missão a desempenhar, indo do mínimo de 145 homens na viagem inaugural ao máximo de 379 numa viagem de representação.

A Fragata tinha boas qualidades náuticas e de habitabilidade, designadamente no que se refere a desafogo das instalações, aspecto este de suma importância numa época em que ainda se faziam viagens de três meses, sem escala, com muitas pessoas a bordo. Numa das viagens chegou a transportar 650 pessoas, incluindo passageiros.

A viagem inaugural, de Goa para Lisboa, teve lugar em 1845, com largada a 2 de Fevereiro e chegada ao Tejo a 4 de Julho do mesmo ano. Desde então foi utilizada em missões de vários tipos até Setembro de 1865, data em que substituiu a Nau “Vasco da Gama” como Escola de Artilharia.

Durante os 33 anos em que navegou, percorrendo cerca de cem mil milhas correspondentes a quase cinco viagens de circum-navegação, a “D. Fernando”, como era conhecida, provou ser um navio resistente e de grande utilidade, tendo efectuado numerosas viagens à Índia, a Moçambique e a Angola para transportar para aqueles antigos territórios portugueses unidades militares do Exército e da Marinha ou colonos e degredados, estes últimos normalmente acompanhados de familiares. Chegou mesmo a transportar emigrados políticos espanhóis para os Açores. De entre as missões que lhe foram confiadas, destacam-se a participação como navio-chefe de uma força naval na ocupação de Ambriz, em Angola, que em 1855 se revoltara por



Viagem aos Açores (1878)

instigação da Inglaterra, e a viagem que serviu para ajudar o esforço de colonização da Huila, em Angola, em que como navio de guerra teve a insólita e curiosa missão de transportar ovelhas, cavalos e éguas do Cabo da Boa Esperança para Moçamedes, numa verdadeira missão de serviço público. Colaborou com o grande sertanejo António Silva Porto transportando, em 1855, treze angolanos da ilha de Moçambique para Benguela, depois destes terem completado a travessia de África, de Benguela à costa de Moçambique.

Em 1878 a D. Fernando efectuou aquela que seria a última missão no mar: uma viagem de instrução de guarda-marinhas aos Açores durante a qual

salvou a tripulação da barca americana "Lawrence", de Boston, que se incendiara.

Em 1889 sofreu profundas alterações para melhor servir como Escola de Artilharia Naval, substituindo-se a antiga e airosa mastreação por três deselegantes mastros inteiriços, com vergas de sinais e construindo-se dois redutos a cada bordo para colocação de peças de artilharia modernas, para instrução. Manteve essa utilização até 1938, altura em que passou a desempenhar as funções de navio-chefe das Forças Navais do Continente, estacionadas no Tejo, funções que manteve até finais de 1939. Seguiu-se um período de cerca de cinco anos em que o navio não teve missões especiais atribuídas a partir do qual deixou de estar em condições de ser utilizado pela Marinha.

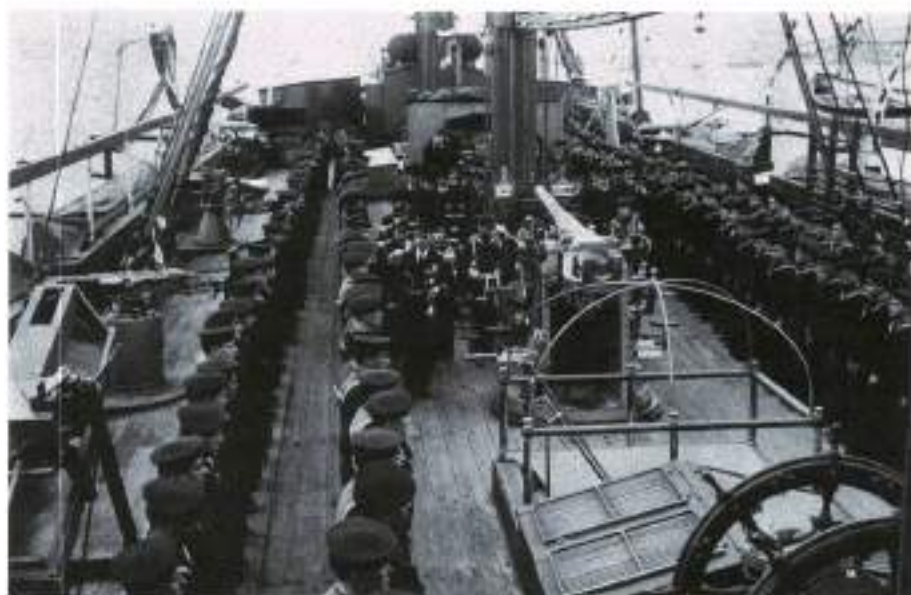
Em 1948 iniciou uma nova fase da sua vida passando a servir como sede da Obra Social da Fragata "D. Fernando", criada para recolher rapazes oriundos de famílias de fracos recursos económicos, que ali recebiam instrução escolar e treino de marinharia. Seria nessas funções que no dia 3 de Abril de 1963 um violento incêndio a destruiu em grande parte, deixando-a muito maltratada e encalhada no Mar da Palha, no rio Tejo. A "D. Fernando" tinha servido a Marinha e o país, ininterruptamente, durante cento e vinte anos, circunstância verdadeiramente excepcional para um navio.

A RECUPERAÇÃO

A ideia de restaurar a Fragata surgira muito antes do incêndio que a destruiu em 1963. O Vice-almirante Sarmento Rodrigues defendera o restauro do navio tal como havia sido construído em Damão e a sua colocação no dique do velho Arsenal de Marinha, junto à Ribeira das Naus.

Mais tarde, em 1970, retomou o assunto sustentado agora com os estudos que haviam sido publicados nos Anais do Clube Militar Naval pelo Vice-almirante Ramos Pereira, que defendia a mesma ideia. Em 1971, já na qualidade de Presidente do Centro de Estudos de Marinha, insistiu na recuperação do navio. O então ministro da Marinha, Vice-almirante Pereira Crespo, tentou iniciar os trabalhos de recuperação do navio, mas perante o parecer desfavorável do Arsenal do Alfeite o que restava da Fragata permaneceu na situação em que se encontrava no Mar da Palha.

Em Janeiro de 1973 foi publicada a notícia de que iria ser lançado um concurso público para venda dos restos da Fragata. Foram muitos os protestos que se fizeram ouvir, chegando mesmo a organizar-se uma associação para tentar salvar o navio, mas sem sucesso. No entanto o concurso viria a ser suspenso, em 3 de Fevereiro, por decisão do ministro da Marinha,



Escola de Artilharia (1889)

Vice-almirante Pereira Crespo. Em Junho do mesmo ano um conjunto de individualidades decidiu formar um grupo com a designação de Agrupamento de Estudos de Arqueologia Naval que, apesar do reconhecimento oficial e do apoio institucional, não avançou com qualquer acção concreta.

A fragata "D. Fernando II e Glória", que durante anos foi um verdadeiro ex-libris do Tejo e serviu de modelo a muitos pintores, como o Rei D. Carlos, mantinha-se no estuário deste rio encalhada e adornada sobre bombordo, há quase três décadas, teimando em mostrar que o desgaste natural do tempo se devia sobrepor ao esquecimento dos homens.

Um conjunto de circunstâncias fazia com que se reunissem neste navio alguns factos de grande simbolismo e historicamente relevantes. Assim é que a fragata "D. Fernando II e Glória":

- Foi o último navio exclusivamente à vela construído para a Marinha Portuguesa, quando na Europa já se utilizava a propulsão mista e a construção naval compósita;
- Foi o último navio da Marinha Portuguesa construído nos estaleiros de Damão, após séculos de laboração destes em prol da nossa Armada;
- Foi o último navio da Marinha Portuguesa a efectuar a chamada "Carreira da Índia", verdadeira linha militar regular, de carácter logístico, entre Portugal e a Índia, iniciada no Séc. XVI e que a "D. Fernando" viria a encerrar quase quatro séculos volvidos.



Navio Chefe (1938)

O *International Register of Historic Ships*, publicação editada com o patrocínio do *World Ship Trust*, organismo internacional que tem como objetivo primário elaborar o registo dos navios e outros tipos de embarcações com interesse histórico em todo o mundo, preservados ou merecedores de recuperação, de restauro e exposição pública, refere a fragata “D. Fernando II e Glória” como a quarta fragata armada e o oitavo navio de guerra à vela mais antigo do mundo.

Em Portugal, nação com mais de oito séculos de história ligada ao mar, a preservação do património cultural marítimo é uma tarefa a ser encarada seriamente. Os navios e embarcações com interesse histórico devem ser considerados, não um peso a suportar, mas um testemunho marcante do passado histórico deste país.

É de salientar que em Portugal existem já alguns exemplos de preservação de património deste tipo, referindo-se em primeiro lugar, pela importância e antiguidade, a magnífica colecção de galeotas reais dos séculos XVIII e XIX do Museu de Marinha e mais recentemente, o lugre bacalhoeiro “Creoula” e várias outras embarcações tradicionais em vias de extinção, que um pouco por todo o país vêm sendo recuperadas graças ao manifesto interesse e empenhamento de municípios ribeirinhos, museus regionais e outras organizações culturais.

É pois neste contexto que se deve inserir a recuperação da fragata “D. Fernando II e Glória”, com o simbolismo que ela encerra e com o historial de



Incêndio (3 Abril 1963)

uma fragata do século XIX que serviu Portugal durante 120 anos, para a restaurar restituindo-lhe assim o seu esplendor inicial.

Mas seria em 1988 que viria a ser dado um passo decisivo para a recuperação da Fragata. A dez anos da passagem do 5º centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia planeavam-se já os eventos a organizar para comemorar condignamente a efeméride, cabendo à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses a responsabilidade pela sua organização.

Em 1988 chefiava a Marinha o Almirante António Manuel Andrade e Silva que desde longa data vinha acalentando o sonho de um dia ver a Fragata recuperada. Grande entusiasta pela vela, costumava passar muitas vezes no Mar da Palha onde o casco do navio jazia carbonizado, observando “aquele espectáculo” que o chocava.

E decidiu agir para alterar a situação. Lançou mãos à obra, falou com o Governo e chegou-se a um acordo: se o Governo pagasse metade do restauro ele comprometia-se a arranjar mecenatas para cobrir a outra metade. Contactou os principais responsáveis por grandes empresas tendo tido sucesso. Alargou a área de angariação de fundos a pessoas individuais tendo sido muitos os que contribuíram para o restauro do navio, num total de cerca de quinhentas pessoas e empresas. A participação mecenática no projecto de recuperação da Fragata viria a atingir, no final, o significativo montante da ordem dos

3.750.000 Euros (750.000 contos). Tudo isto ficou a dever-se ao Almirante Andrade e Silva, o verdadeiro impulsionador da recuperação da “D. Fernando”, que se empenhou de alma e coração no projecto de restauro do navio.

O Restauro Estrutural

A apresentação oficial do projecto de recuperação teve lugar em 11 de Setembro de 1990, a bordo do navio-escola “Sagres”, atracado no cais de Gaia, com a presença do Presidente da República Dr. Mário Soares.

Este projecto, considerado pelo Governo como de interesse cultural e enquadrado na Lei do Mecenato, foi de imediato alvo de interesse de muitas empresas, instituições e particulares que, em conjunto com o Estado Português, apoiariam financeiramente a reconstrução da Fragata.

Em 2 de Outubro de 1990, de novo a bordo do navio-escola “Sagres”, mas agora em Lisboa, em cerimónia presidida pelo Primeiro Ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, realizou-se a assinatura do protocolo entre a Marinha e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, com o objectivo de se levar por diante a recuperação da fragata “D. Fernando II e Glória”. Assinaram pela Marinha o Chefe do Estado-Maior da Armada e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses o Dr. Vasco Graça Moura, em representação do Ministro Adjunto e da Juventude, Engenheiro Couto dos Santos, grande entusiasta do projecto de recuperação da Fragata.

O protocolo previa que o custo do empreendimento seria assegurado por



O que restou após o incêndio

financiamento público e mecenático, em que o primeiro seria suportado pelo Ministério da Defesa Nacional e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Na assinatura do protocolo, a estimativa do custo global do projecto era, inicialmente, da ordem de 700.000 contos (sem IVA). No entanto, ao longo dos anos esta previsão sofreu vários ajustamentos tendo o custo final do restauro ultrapassado bastante o dobro daquele valor. Assegurado o apoio do Governo ao restauro do navio o projecto foi confiado à Marinha, ficando o Arsenal do Alfeite responsável técnico pela gestão do projecto e pela condução dos trabalhos de recuperação e reconstrução.

Com a finalidade de fazer o acompanhamento dos trabalhos de recuperação da Fragata foi criada a Comissão Executiva para a Recuperação da Fragata “D. Fernando II e Glória” (despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº63/90, de 16 de Outubro). Esta comissão foi presidida pelo Almirante Ref Augusto Souto Cruz até 22 de Maio de 1991 e a partir dessa data pelo Capitão-de-mar-e-guerra, na Reserva da Armada, José Fernandes Martins e Silva, director do Museu de Marinha.

De acordo com o estabelecido no protocolo atrás mencionado foi criada, por despacho conjunto de 24 de Janeiro de 1991 do Ministro da Defesa Nacional e do Ministro Adjunto e da Juventude, uma comissão mista reunindo representantes da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e da Marinha e presidida pelo almirante Andrade e Silva, à qual competia supervisionar o projecto de recuperação da fragata “D. Fernando II e Glória”.

As obras de recuperação da “D. Fernando” foram iniciadas em Novembro de 1990. O Arsenal do Alfeite deu início aos trabalhos preliminares de desobstrução do casco para o fazer flutuar. Em 20 de Janeiro de 1992 o casco é posto a flutuar, quase trinta anos após o incêndio, e removido do local onde se encontrava para a doca seca do Arsenal do Alfeite. No entanto, não dispondo o Arsenal do Alfeite de condições que lhe permitissem manter ocupadas por período prolongado as estruturas de construção e de reparação de navios, necessárias para assegurar as intervenções nos navios da Armada, subcontratou outro estaleiro para realizar o restauro estrutural da Fragata. Assim, em Setembro do mesmo ano, o casco que havia sido retirado do Mar da Palha foi transportado na doca flutuante do Arsenal do Alfeite para o estaleiro da “Ria-Marine”, em Aveiro.

O contrato de restauro estrutural com o estaleiro “Ria-Marine” só seria assinado em 2 de Julho de 1993, passados mais de nove meses de diligências administrativas - Tribunal de Contas, Ministério das Finanças e outras.

Em 5 de Julho de 1993 iniciaram-se os trabalhos de restauro. Em 8 de

Fevereiro de 1994 procedeu-se ao assentamento da primeira baliza de vante e em 19 de Julho do mesmo ano teve lugar o assentamento da última baliza, a 58ª. Como curiosidade refere-se que o peso das madeiras utilizadas para os andaimes totalizou um valor da ordem das cem toneladas.

Os trabalhos de restauro estrutural foram dados por concluídos em 8 de Abril de 1997 com o lançamento à água da “D. Fernando”, operação que decorreu com grande luzimento e sucesso, tendo constituído um marco fundamental do projecto de recuperação e motivo de fundada alegria para os que, diariamente trabalhavam, há mais de seis anos, naquele complexo processo.

O Aprestamento

Em 1 de Maio o navio largou, a reboque, do porto de Aveiro para Lisboa onde chegou dois dias depois, com um acolhimento festivo por parte de centenas de embarcações de recreio, tendo seguido para o Arsenal do Alfeite onde iria ser feito o aprestamento e o apetrechamento museológico, última fase do projecto de recuperação da Fragata. Em 7 de Julho entrou na doca



Recuperação do casco (1992)

seca para colocar o forro de cobre no casco; a título de curiosidade, refere-se que esta montagem representou a colocação de duas mil chapas de cobre fixadas ao costado por 315 mil pregos do mesmo metal. Ainda em doca seca, montou-se também o enorme leme, bem como os quatro mastros reais - gurus-pés, traquete, grande e gata. Aproveitando a situação favorável do navio em

seco procedeu-se à abertura de tomadas e descargas de água no costado, ao embarque de cerca de 170 toneladas de lastro, à montagem da central de tratamento de esgotos e do grupo motor-gerador.

O navio saiu da doca seca em 15 de Setembro para prosseguir o aprestamento.

De Outubro de 1997 a Fevereiro de 1998, com o navio atracado ao cais, no Arsenal do Alfeite, procedeu-se à montagem do arvoredado e do aparelho, ao mesmo tempo que se efectuava o aprestamento do convés e interiores. Foi instalado a bordo todo o equipamento que tinha sido adquirido, cedido ou fabricado para apetrechar o interior, merecendo especial destaque o mobiliário da época, os serviços de cristal e porcelana, o apetrechamento da botica, e os manequins feitos com grande realismo para recriar cenas da vida de bordo.

Em 27 de Fevereiro de 1998 o Arsenal do Alfeite fez a entrega administrativa do navio à Comissão Executiva para a Recuperação da Fragata “D. Fernando II e Glória”.

AUMENTO AO EFECTIVO

Em 27 de Abril de 1998 a fragata “D. Fernando” foi aumentada ao efectivo de Unidades Auxiliares da Marinha -UAM 203- (despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº24/98). Posteriormente, o Decreto-Lei 188/98, de 10 de Julho, veio definir a natureza e o estatuto da Fragata, como uma unidade auxiliar inserida na orgânica da Marinha com a qualidade de navio-museu.

Em 28 de Abril de 1998 a “D. Fernando” foi solenemente reintegrada na Marinha, em cerimónia realizada na Base Naval de Lisboa, no Alfeite. Presidiu à cerimónia o Ministro da Defesa Nacional Dr. Veiga Simão, tendo usado da palavra o Almirante Andrade e Silva, o Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante Nuno Vieira Matias e o Ministro da Defesa Nacional. Após os discursos, o Chefe do Estado-Maior da Armada entregou a bandeira nacional ao Capitão-de-mar-e-guerra, na Reserva da Armada, Adriano Manuel de Sousa Beça Gil, nomeado para o cargo de comandante da UAM “D. Fernando II e Glória” por portaria dessa mesma data. A bandeira foi içada a bordo, com honras, ao som do Hino Nacional executado pela Banda da Armada formada no Cais de Honra da Base Naval do Alfeite.

A Fragata foi seguidamente visitada pelo Ministro da Defesa Nacional, pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e por diversas outras autoridades civis e militares e por muitos convidados.

Em 30 de Abril o navio foi visitado pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio que assinou o Livro de Honra da Fragata onde escreveu as seguintes palavras: “Gratas felicitações a todos quantos contribuíram para esta fantástica e tão bela recuperação, que honra a nossa capacidade. Uma palavra especial de homenagem ao Almirante Andrade e Silva. Fica aqui um símbolo magnífico da nossa relação com o mar e, no futuro, um belo Museu para deleite de todos e, sobretudo, para a formação histórica dos mais jovens. Bem hajam!”.

Seguiu-se um almoço na “antecâmara do comandante”, espaço museológico, em que participaram para além do Presidente da República e do Chefe



Recuperação — Ria Marine Aveiro

do Estado-Maior da Armada, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas General Espírito Santo, o Presidente da Comissão Mista Interministerial, o Secretário de Estado da Defesa Nacional Engenheiro Pereira Penedos, em representação do Ministro da Defesa Nacional, o Secretário-Geral da Presidência da República Embaixador José Vicente de Bragança, o Chefe da Casa Militar da Presidência da República General Faria Leal, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada Vice-almirante Barata Botelho, o director do Museu de Marinha e o comandante do navio.

O navio permaneceu na Base Naval até 13 de Abril, em preparação para aquela que seria a sua primeira missão - participar na Exposição Internacional de Lisboa - Expo 98.

Lotação

A lotação da UAM “D. Fernando II e Glória” foi aprovada em 30 de Abril de 1998 (despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº26/98). A lotação era constituída pelos seguintes elementos: um oficial superior, um sargento de manobra, três cabos ou primeiros-marinheiros de manobra, um cabo condutor de máquinas, um cabo electricista e três grumetes sem classe, no total de dez elementos.

A experiência adquirida durante a permanência do navio na Expo 98 permitiu fundamentar uma proposta de alteração à lotação em vigor, tendo sido aprovada uma nova lotação que passou a ser constituída por dezassete elementos: um oficial superior, dois sargentos de manobra, quatro cabos ou primeiros-marinheiros de manobra, três primeiros-marinheiros de manobra, dois segundos-marinheiros ou primeiros-grumetes de manobra, um cabo condutor de máquinas, um cabo electricista e três ajudantes de manobra (despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº28/99, de 28 de Maio).

Dependência Funcional

Em 12 de Agosto de 1998 a fragata “D. Fernando II e Glória” foi atribuída ao Museu de Marinha que “no âmbito das suas competências, prosseguirá os designios que imperaram no esforço de recuperação desta fragata” (despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº41/98).

A PRIMEIRA MISSÃO DO NAVIO

O navio iniciou a sua primeira missão em 13 de Maio de 1998. Largou da Base Naval do Alfeite, a reboque, rumo à marina da Exposição Internacional de Lisboa - Expo 98, onde seria integrado na exibição náutica, para servir de Pavilhão das Comunidades Portuguesas.

Na coberta do navio foi instalado o Pavilhão das Comunidades Portuguesas, da responsabilidade da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que se manteria durante o período da Exposição Internacional de Lisboa.

A fragata “D. Fernando II e Glória” constituiu uma das maiores atracções para os numerosos visitantes que acorreram a Lisboa no ano em que se comemorava o 500º aniversário da chegada de Vasco da Gama à Índia. Durante o período da Expo 98 o navio foi visitado, gratuitamente, por 857.576 pessoas, tendo sido entregues aos visitantes nº250 mil, nº500 mil e nº750 mil certificados alusivos ao facto e lembranças do navio.



Recuperação — roda de proa

Foram várias as personalidades nacionais e estrangeiras que visitaram o navio durante o período da Expo 98 das quais se destacam: Ministro da Defesa de Espanha, Presidente e Vice-Presidente da República da Rússia, Presidente da República Portuguesa por ocasião do Dia de Portugal, Ministro da Marinha do Brasil, Príncipe Filipe da Bélgica, Príncipe das Astúrias, Filipe de Bourbon e Grécia e Príncipe Henrique de Luxemburgo.

A Feira Internacional de Lisboa encerrou em 30 de Setembro. Contudo, o navio manteve-se na marina até 6 de Outubro, aguardando condições favoráveis de tempo e maré.

A FRAGATA RECEBE GALARDÃO INTERNACIONAL

Em Setembro de 1998 a *World Ship Trust* distinguiu a “D. Fernando” com o *International Maritime Heritage Award* em reconhecimento da elevada qualidade do trabalho de restauro realizado.

A entrega do galardão teve lugar em 11 de Março de 1999, em cerimónia realizada a bordo, presidida pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio, encontrando-se o navio atracado no cais Norte da Doca de Alcântara. Estiveram presentes os Chefes do Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas, os Embaixadores de França e do Reino Unido, diversos mecenas e muitos colaboradores envolvidos no projecto de recuperação do navio. O galardão foi entregue pelo senhor Jacques Chauveau, presidente do

World Ship Trust, que realçou a qualidade do trabalho executado e o empenhamento de todos quantos participaram no projecto de restauro.

O Chefe do Estado-Maior da Armada agradeceu a distinção e salientou os esforços realizados que permitiram concretizar o projecto de recuperação daquele que foi o último navio à vela a fazer a “Carreira da Índia”

O Presidente da República sublinhou a liderança do Almirante Andrade e Silva em todo o processo de restauro do navio e distinguiu o trabalho que a Marinha vem realizando na área cultural pela preservação do património e na divulgação da história marítima portuguesa.

ACTIVIDADE OPERACIONAL

O navio permaneceu na marina da Expo 98 até 6 de Outubro de 1998 donde largou, a reboque, para a Base Naval do Alfeite a fim de realizar trabalhos de manutenção mais urgentes - conclusão de trabalhos incompletos e realização de outros cuja necessidade surgiu durante a estadia de cinco meses na marina da Expo 98.

Não existindo por parte do Arsenal do Alfeite disponibilidade para execução dos trabalhos naquela oportunidade, o navio largou em 26 de Novembro, a reboque, para a Docagem de Alcântara - cais Norte, onde ficou estacionado. O navio abriu a visitas em 2 de Dezembro tendo sido visitado por 3.212 pessoas durante esse mês.



Recuperação do porão

Durante o ano de 1999 o navio foi muito utilizado para a realização de diversas exposições e eventos sociais. Em Novembro o navio largou, a reboque, para a Base Naval do Alfeite para um curto período de fabricos.

No período de Janeiro a Novembro desse ano o foi visitado por 17.574 pessoas.

Em finais de Março de 2000 foram estabelecidos contactos com a Administração do Porto de Lisboa com vista ao estacionamento do navio na Doca de Alcântara. Não respeitando o compromisso que assumira perante o Almirante Andrade e Silva e o director do Museu de Marinha, a Administração do Porto de Lisboa cedeu aquele espaço da Doca de Alcântara a diversos interesses turísticos e comerciais, impossibilitando o seu uso pela fragata "D. Fernando II e Glória".

Face à indisponibilidade de ser encontrado outro local adequado e disponível na área do porto de Lisboa a Fragata ficou atracada ao cais de montante da Doca da Marinha, de 3 de Maio a 31 de Outubro de 2000, tendo sido visitada por 24.914 pessoas.

Em Outubro regressou à Base Naval do Alfeite em virtude de as condições do local não serem as mais adequadas devido à corrente e mareta que ali se fazem sentir, com maior intensidade no período de Outono e Inverno, e que provocam constantes encostos e submetem a estrutura do navio a esforços indesejáveis.

No ano seguinte, não havendo outro local disponível na área do porto de Lisboa, a Fragata ficou atracada no mesmo local onde estivera no ano anterior, na Doca da Marinha, no período de 15 de Maio a 30 de Outubro, tendo regressado à Base Naval, Alfeite a fim de iniciar um prolongado período de fabricos que duraria até Maio de 2003. Durante aquele período foi visitada por 21.139 pessoas.

No início de 2003 foram iniciados contactos ao nível governamental no sentido de ser encontrada uma solução para o estacionamento do navio no porto de Lisboa. A nova administração portuária manifestou abertura disponibilizando, a título temporário, parte do cais Sul da Doca de Alcântara.

O navio mantém-se atracado na Doca de Alcântara, cais Sul, desde 15 de Maio de 2003, tendo sido visitado apenas por 6.018 pessoas no período de 20 de Maio a 31 de Dezembro desse ano.

COMISSÕES DE ACOMPANHAMENTO

Extinção de Comissões

Concluído o projecto de recuperação da Fragata, elaborados os relatórios necessários e encerradas as contas, foi extinta a Comissão Executiva para a

Recuperação da fragata “D. Fernando II e Glória” que havia sido criada em 16 de Outubro de 1990, (despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº56/99, de 3 de Setembro).

Em 21 de Setembro de 2000 foi extinta a Comissão Mista de Acompanhamento do Projecto de Recuperação da Fragata “D. Fernando II e Glória” por proposta do seu presidente (despacho conjunto nº 998/2000 da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Defesa Nacional).

A comissão havia sido criada em 24 de Janeiro de 1991.

Comissão Técnica-Consultiva da Fragata “D. Fernando II e Glória”

Um grande navio à vela, inteiramente construído em madeira, tem problemas específicos que requerem conhecimentos que hoje em dia raras pessoas dominam. Ainda durante a vigência da Comissão Executiva para a Recuperação da Fragata “D. Fernando II e Glória” tinha sido aventada a hipótese de ser criada uma comissão constituída por personalidades de reconhecido mérito no âmbito de veleiros de madeira.

Acresce o facto de que, já em 1999, se vinham sentindo dificuldades causadas por anomalias que iam surgindo, nomeadamente o aparecimento de fungos detectados em princípios desse ano no porão do navio e a queda de um turco, por apodrecimento da madeira, em Novembro do mesmo ano.

Por proposta do director do Museu de Marinha foi criada a Comissão Técnica Consultiva da Fragata “D. Fernando II e Glória” (despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº 04/01, de 21 de Fevereiro de 2001).

A esta comissão, presidida pelo director do Museu de Marinha, compete, como órgão consultivo, emitir pareceres sobre assuntos de carácter técnico da “D. Fernando” no âmbito da investigação histórica e da museologia associada, da construção naval em madeira e da conservação da madeira e do aparelho do navio.

A Comissão tem a seguinte composição:

- a) o director do Museu de Marinha;
- b) o comandante da fragata “D. Fernando II e Glória”;
- c) as seguintes individualidades:

Almirante Ref António Manuel da Cunha Esteves de Andrade e Silva;
Dr. Manuel Leitão;

Capitão-de-fragata ECN Ref Óscar Napoleão Filgueiras Mota;

Capitão da Marinha Mercante António Marques da Silva;

Capitão-de-fragata SG Ref Ferdinando de Oliveira Simões.



Recuperação da bateria

A Comissão reuniu-se pela primeira vez em 20 de Março de 2001, a bordo da Fragata. Na oportunidade o director do Museu de Marinha deu a conhecer aos presentes os relatórios elaborados por técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC, referentes ao estado de conservação e capacidade resistente da madeira estrutural da Fragata. Esses relatórios tinham sido elaborados em Fevereiro de 2000 e Fevereiro de 2001, e concluíam, com preocupação, uma situação grave que poderia comprometer as condições de navegabilidade e segurança do navio. A Comissão foi unânime em considerar a indispensabilidade da realização urgente de uma vistoria geral ao navio.

Em reunião realizada em 2 de Abril de 2001 a Comissão analisou os resultados da inspecção efectuada ao navio pelo engenheiro Óscar Mota, membro da Comissão, e reconheceu a necessidade de se proceder com urgência ao levantamento sistemático das partes do navio em mau estado, especialmente daquelas que se situam em madeiras de pinho bravo e em algumas madeiras exóticas e proceder à monitorização permanente do navio, acompanhando a sua evolução.

A Comissão acompanhou a evolução do processo de intervenção correctiva das anomalias detectadas, mantendo contactos frequentes com os organismos envolvidos, Direcção de Navios e Arsenal do Alfeite, apresentando propostas de intervenção e reunindo por várias vezes.

Na última reunião da Comissão realizada, em 27 de Março de 2003, a

pedido do seu presidente, na sequência da decisão do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de transferir, temporariamente, a responsabilidade da manutenção da Fragata da Direcção de Navios para o Museu de Marinha, foi unanimemente reconhecido que aquele órgão consultivo, com a competência e composição actuais, não estava em condições de assegurar o apoio ao Museu de Marinha por forma a que este pudesse assumir a responsabilidade da manutenção da Fragata.

Manutenção da Fragata: transferência de responsabilidade



O cirurgião

Tendo em consideração que “a afirmação da fragata “D. Fernando II e Glória”, como navio histórico e polo de difusão da história e das tradições marítimas portuguesas, passa pela conveniente divulgação junto da sociedade civil” e tornando-se necessária a realização de estudos com vista à definição das melhores opções para a promoção da Fragata, incluindo a identificação de modalidades complementares de financiamento, foi nomeado o Vice-almirante Ref Fausto Brito e Abreu para estudar e propor alternativas para o futuro da fragata “D. Fernando II e Glória”, nomeadamente no respeitante ao seu financiamento, enquadrado numa

óptica de auto-sustentação (despa-

cho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº24/03, de 14 de Março).

Na sequência do despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de 17 de Março de 2003, em que foi expressa a decisão de transferir a responsabilidade da manutenção da Fragata para outro organismo, a definir posteriormente, limitando-se a Direcção de Navios a dar assessoria técnica, a pedido, foi essa responsabilidade transferida em 20 de Maio de 2003, temporariamente, para o Museu de Marinha apoiado pela Comissão Técnica Consultiva da Fragata “D. Fernando II e Glória”.

Núcleo Técnico de Construção Naval em Madeira

Reconhecendo-se que a Comissão Técnica Consultiva da Fragata “D. Fernando II e Glória”, com a competência e composição actuais, não estava em condições de assegurar o apoio ao Museu de Marinha por forma a que este pudesse assumir a responsabilidade da manutenção da Fragata e, na procura de uma solução para o enquadramento da “D. Fernando” consentânea com o seu estatuto de navio histórico de reconhecido interesse nacional e mundial, de preferência envolvendo outros organismos públicos e privados, foi constituído no âmbito do Museu de Marinha, a título experimental e temporário, o Núcleo Técnico de Construção Naval em Madeira - NUTEMA (despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº 45/03 de 2 de Julho de 2003).

Trata-se de um órgão de natureza consultiva e executiva com a finalidade de apoiar o director do Museu de Marinha nos aspectos relativos à manutenção das embarcações de madeira atribuídas àquele órgão cultural, em especial a fragata “D. Fernando II e Glória”. A criação deste núcleo técnico surge na sequência da decisão do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de retirar a responsabilidade técnica da manutenção da Fragata da Direcção de Navios transferindo-a, temporariamente, para o Museu de Marinha.

Na sequência do despacho que criou o NUTEMA realizou-se em 11 de Fevereiro de 2004, a bordo da fragata “D. Fernando II e Glória”, a cerimónia de assinatura dos protocolos de cooperação entre a Marinha e o Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI) e entre a Marinha e o Registro Internacional de Navios (RINAVE). Estiveram presentes o Presidente do Conselho Directivo do INETI, o Director-Geral da RINAVE, os membros da Comissão Técnica Consultiva da Fragata “D. Fernando II e Glória”, o Contra-almirante Presidente da Comissão Cultural da Marinha, o Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada e outras individualidades.

Em 1 de Março de 2004, por despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº11/04, foram nomeados membros do NUTEMA, exercendo funções não remuneradas, as seguintes personalidades:

- Capitão-de-fragata ECN Ref Óscar Napoleão Filgueiras Mota, que preside;
- Engenheiro José António Santos, em representação do INETI,
- Engenheiro Rodrigo Nuno Silva de Araújo, em representação da RINAVE,
- Sr. Mário Rosado Figueiredo;
- Sr. Torcato Araújo Rocha.



O Comandante

O Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada deu posse ao Núcleo Técnico de Construção Naval em Madeira em cerimónia realizada a bordo da fragata “D. Fernando II e Glória” em 11 de Março de 2004. Foram empossadas as personalidades acima referidas.

De entre as individualidades presentes destacam-se o Presidente do Conselho Directivo do INETI, o Director-Geral da RINAVE, o Almirante Ref Andrade e Silva, o Vice-almirante Ref Ferraz Sacchetti, Presidente da Academia de Marinha, o Vice-almirante Ref Brito e Abreu, o Vice-almirante Superintendente dos Serviços do Material, o Contra-almirante Presidente da Comissão Cultural da Marinha, o Contra-almirante Director da Revista da Armada, o Contra-almirante Director de Navios, o Contra-almirante Director do Serviço de Pessoal e os membros da Comissão Técnica Consultiva da Fragata “D. Fernando II e Glória”.

Na oportunidade o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada salientou a relevância nacional do projecto da recuperação da fragata “D. Fernando” representativa da História das Marinhas nacionais e do próprio País. Referindo-se à reabilitação da “D. Fernando” como navio-museu, sublinhou a necessidade urgente de procurar fontes sustentadas exteriores à Marinha como forma de solucionar a questão financeira e de procurar uma solução técnica para a manutenção e preservação do navio, temporariamente concretizada pela criação do NUTEMA, decorrente da sua determinação de

retirar a responsabilidade técnica da recuperação e manutenção da Fragata da Direcção de Navios, sem prejuízo do apoio que a Marinha continuará a dar e nunca regateará, em todas as vertentes, que não a financeira, àquela obra. Expressou a sua confiança nos empossados, salientando as suas competências específicas e a sua paixão pela Fragata, tendo sublinhado a natureza voluntária do seu contributo, o que atesta um notável espírito altruísta e de dedicação à causa. Agradeceu às instituições representadas, INETI e RINAVE, o apoio e cooperação que disponibilizaram em favor da Fragata, e à Administração do Porto de Lisboa, à Câmara Municipal de Lisboa e ao Metropolitano de Lisboa o interesse, apoio e compreensão manifestados pelo projecto de manutenção da Fragata.

MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DA FRAGATA

Quando em 1990 foi decidido recuperar a “D. Fernando” pelo seu elevado valor histórico e patrimonial foi entendido manter-se o navio na sua condição original através de um trabalho rigoroso. Foram executados trabalhos de recuperação dos elementos estruturais principais em madeira antiga de teca. No entanto, devido ao elevado índice de destruição (apenas foram aproveitados cerca de treze por cento da madeira original) em que o navio se encontrava após mais de trinta anos em que o casco permaneceu encalhado e submerso no mar da Palha, no rio Tejo, ao elevado custo de madeira de teca, e às dificuldades na obtenção de madeiras de teca com as dimensões pretendidas, foi decidido utilizar na recuperação do navio outras espécies de madeira mais económicas como a câmbala, o pinho bravo e o pinho nórdico.

No restauro foram utilizadas tanto quanto possível métodos tradicionais próprios da época tomando por base as instruções do Manual de Restauro de Navios Antigos, EUA.

Em 27 de Fevereiro de 1998, terminados os trabalhos de aprestamento, estando a Fragata atracada ao cais do Arsenal do Alfeite, realizou-se a bordo a cerimónia de entrega administrativa do navio à Comissão Executiva para a Recuperação da Fragata “D. Fernando II e Glória”.

Em princípios de 1999 foram detectados no Paiol da Bolacha os primeiros sinais da existência de fungos, posteriormente detectados noutros compartimentos igualmente situados abaixo da coberta. Após contactos do comandante do navio com o Arsenal do Alfeite foram realizadas inspecções com vista a verificar a extensão das colónias de fungos, em que intervieram personalidades com conhecimentos específicos na área da madeira, designadamente técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Das inspec-

ções então realizadas foi possível confirmar uma extensão de afectação das madeiras superior à que seria inicialmente previsível, tendo sido tomadas algumas medidas urgentes no sentido de contrariar e fazer cessar a propagação de parasitas, nomeadamente a ventilação e desumidificação dos compartimentos afectados.

Em Novembro de 1999 partiu-se o turco de estibordo, por enfraquecimento da madeira, provocando estragos na embarcação que se encontrava suspensa. Procedeu-se à substituição do turco.

Posteriormente, em princípios de 2001, inspecções levadas a efeito pela



A caminho da EXPO

Direcção de Navios, Comissão Técnica Consultiva da Fragata “D. Fernando II e Glória” e Arsenal do Alfeite, revelaram a existência de danos generalizados – em elementos estruturais do casco, no forro interior das obras vivas, em elementos das obras mortas e no arvoredado. As inspecções realizadas permitiram confirmar a existência duma deterioração mais extensa do que seria de supor atribuível a vários factores, nomeadamente: alguma madeira de pinho bravo que não estaria suficientemente sazoadada ou devidamente tratada aquando da sua aplicação; alguma madeira antiga, de teca, apresentava menor resistência do que seria de esperar; o período de estadia do navio na Expo 98 que representou uma carga térmica muito forte (visitantes, projectores, televisores e permanência na mesma posição durante cerca de seis meses), o que ajudou a criar condições de desenvolvimento de parasitas. Para além disso a ausência de um plano de prevenção e manutenção adequado terá contribuído

para que as madeiras ficassem mais vulneráveis à acção de agentes agressores - fungos e insectos xilófagos.

Em complemento das medidas inicialmente tomadas foram realizadas intervenções que tiveram como linhas de acção principais a melhoria das condições de ventilação, através de limpeza e ventilação dos espaços interiores visando minimizar a continuação dos processos de degradação das madeiras, a reparação de componentes danificados e o estabelecimento de um programa detalhado de preservação da madeira com o uso de tecnologias actuais. Nos trabalhos de levantamento de componentes estruturais danificados e da sua reabilitação foram utilizados desde Setembro de 2001, em permanência, dois carpinteiros do Arsenal do Alfeite cedidos no âmbito da autorização superior que permitia recorrer à mão-de-obra disponível no Arsenal do Alfeite que não estivesse afectada a qualquer outro projecto. Este pessoal permaneceu no navio até Agosto de 2002.

Em 2002 face à necessidade de uma inspecção mais cuidadosa foram efectuadas inspecções técnicas complementares, executadas com maior minúcia, que obrigaram à remoção de lastro do navio, de aprestamento e até componentes estruturais- balizas e outros reforços- para conseguir acesso interior ao fundo. A inspecção permitiu confirmar a existência de um elevado grau de afectação em algumas zonas do navio, com prejuízo da resistência aos esforços a que um navio de madeira, a nado, é submetido. Embora estivessem em curso no navio diversas acções de reparação e manutenção, realizadas por operários do Arsenal do Alfeite e elementos da guarnição do navio, o tipo de intervenção então avaliada como indispensável representava custos não comportáveis pelo orçamento da Marinha, pelo que o navio não foi aberto ao público durante o ano de 2002 até ser possível concretizar um conjunto de trabalhos de manutenção indispensáveis para garantir a segurança do navio e das pessoas.

Foi igualmente inspeccionado o arvoredado tendo-se detectado a degradação de elementos constituintes -vergas- essencialmente devida à acção combinada de insectos xilófagos e da degradação do esquema de pintura decorrente da exposição à intempérie e aos raios solares.

De entre os trabalhos mais significativos realizados até Maio de 2003 envolvendo pessoal técnico do Arsenal do Alfeite, referem-se: o tratamento anti-fúngico de elementos estruturais do casco, pela aplicação de produtos à base de boratos, eficazes na eliminação de fungos, insectos e bactérias; a melhoria do sistema de ventilação dos interiores do navio; a remoção de madeiras podres do paiol da bolacha, do paiol do mestre e de outros locais afectados e a substituição pontual de elementos estruturais do casco com madeira nova lamelada; a revisão da mastreação incluindo a remoção de todas as vergas, substituição da carangueja da mezena, da verga do grande e da verga do traquete por novas peças manufacturadas com madeira lamelada; substituição da retranca; substituição das madeiras dos cestos da gávea do



Na EXPO 98

mastro do traquete, do mastro grande e do mastro da gata; reparação e tratamento das restantes vergas com produtos à base de boratos com a forma do sal em gel aplicados com trincha e pintura; pintura dos mastros; revisão geral do aparelho e do polcane efectuada pela guarnição do navio, reforçada pontualmente por elementos da guarnição do navio-escola “Sagres”.

Com a deslocação do navio para a Doca de Alcântara, em Maio de 2003, cessaram os trabalhos de manutenção que vinham sendo realizados pelo Arsenal do Alfeite, supervisionados pela Direcção de Navios. Já com o navio na Doca de Alcântara apenas foi concluída a calafetagem do convés e prosseguiram, até Agosto desse ano, outros pequenos trabalhos no interior do navio. O tratamento anti-fúngico continuou a ser aplicado por elementos da guarnição do navio.

Após a transferência da responsabilidade da manutenção da Fragata para o Museu de Marinha, o NUTEMA tem vindo, desde Março de 2004, a realizar inspecções com o propósito de definir e propor as acções de manutenção que considere prioritariamente mais adequadas executar no navio.

Desde 1 de Abril de 2004 mantém-se a bordo um carpinteiro, disponibi-

lizado pelo Arsenal do Alfeite, para colaborar nas acções de monitorização da madeira e para realizar pontualmente trabalhos na madeira.

ESTACIONAMENTO DO NAVIO

A experiência adquirida durante a permanência do navio na Marina da Expo 98 permitiu retirar algumas importantes conclusões quanto ao comportamento do navio perante as condições de atracação actualmente disponíveis na área de Lisboa e à necessidade de ser encontrado um local para estacionamento do navio que proporcione condições náuticas adequadas. De facto a estrutura do navio não deve ser sujeita a esforços, especialmente nos sectores de popa, cujas consequências, embora não observáveis a curto prazo, provocarão alquebramentos que poderão por em causa a segurança do navio a médio prazo. Preferencialmente o navio deverá permanecer estacionado em local protegido de ventos e correntes, onde estas não se façam sentir ou sejam muito fracas, onde a mareta seja inexistente ou pouco significativa, para proteger o navio de esforços indesejáveis com vista a garantir o conforto e segurança dos visitantes, tendo em consideração que os navios daquela época eram concebidos para estarem fundeados e não atracados.

A situação actual do navio na Doca de Alcântara - cais Sul oferece boas condições do ponto de vista náutico, mas pouco favoráveis do ponto de vista de acessibilidades e da envolvente. Trata-se de um local que, embora ofereça boas condições de estacionamento, não dispõe das melhores acessibilidades e não tem a necessária dignidade para aí posicionar um navio-museu, verdadeira relíquia nacional, com grande valor histórico. O cais Norte da mesma doca, onde o navio permaneceu de Novembro de 1998 a Novembro de 1999, oferece condições adequadas do ponto de vista náutico, boas acessibilidades, envolvente mais digna do que no cais Sul e dispõe de uma ampla área adjacente para estacionamento de viaturas.

Outras alternativas apresentam-se possíveis e constam de um estudo apresentado ao Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada em Agosto de 1999, onde são seleccionadas as opções mais adequadas quanto aos locais e períodos sazonais para estacionamento da "D. Fernando" na área do porto de Lisboa. Tendo em linha de conta a segurança do navio e das pessoas face às condições do local, à visibilidade do navio no local, aos apoios logísticos existentes, às acessibilidades, ao enquadramento e à expectativa de visitantes, foram seleccionados dez locais possíveis: Cais da Princesa, Doca do Bom Sucesso, Doca de Belém, Estação Fluvial de Belém, ponte-cais a construir frente à Cordoaria Nacional, Doca de Alcântara - cais Norte e topo Poente, Cais de Santos, Doca da Marinha, Cabo Ruivo.

A permanência do navio atracado ao Cais da Princesa, se bem que posicionado num local privilegiado em termos de enquadramento e afluência de

visitantes nacionais e estrangeiros, não oferece as adequadas condições de segurança para o navio e pessoas uma vez que ficará desprotegido de ventos do Sul e Sudoeste, de correntes e de mareta. Tanto a Doca do Bom Sucesso como a Doca de Belém proporcionariam boas condições de amarração, onde o navio ficaria bem protegido de correntes e mareta, bem enquadrado numa área historicamente relevante e muito frequentada por turistas nacionais e estrangeiros, visível a toda a volta. A localização em Cabo Ruivo não se afigura adequada, porquanto o navio ficará sujeito a fortes correntes, isolado, longe do centro mais frequentado do Parque das Nações.

O NAVIO-MUSEU

A “D. Fernando” é actualmente um navio-museu e está atribuída ao Museu de Marinha. Restaurada como era em 1845, para além do apetrechamento próprio de um veleiro do século XIX e da reconstituição de cenas da vida de bordo que dão aos visitantes a possibilidade de se aperecerem com grande fidelidade como era o ambiente a bordo de uma fragata daquela época, pode ser utilizada como local de realização de eventos de carácter cultural e social.

O navio tem quatro pavimentos que, de cima para baixo, são respectivamente o convés, a bateria, a coberta e o porão. Numa breve visita merecem especial referência os seguintes componentes e áreas do navio:

- Convés: o navio arma em galera com quatro mastros, o gupês à proa e três mastros principais - o traquete, o grande e a gata. O mastro grande tem 46 m de altura sobre o convés.

No convés existe um cabrestante usado para manobra de cabos, para içar e arrear embarcações e bocas de fogo. O cabrestante é manobrado por 14 barras em madeira empurradas por 28 a 42 homens. A meio navio, à popa, encontra-se a roda do leme dupla, construída em teca, tendo na proximidade uma bitácula com agulha de marear.

No convés existem duas embarcações: a lancha, de maior porte, para 16 remadores, a bombordo, e a estibordo um escalor para 12 remadores. Suspensos de turcos nas alhetas, a bombordo e estibordo, existem duas pequenas embarcações, sendo a de bombordo a canoa do comandante. À popa, suspenso de turcos, encontra-se um bote com múltiplos usos na rotina diária de bordo.

Neste pavimento existem vinte bocas de fogo de 32 libras designadas por “caronadas” e duas de 12 libras, à proa, conhecidas por “peças de caça” para serem usadas contra navios inimigos em fuga ou alcançados.

- Bateria: neste pavimento encontra-se a artilharia principal do navio constituída por 22 bocas de fogo com um calibre de 18 libras, cada uma pesando duas toneladas. É neste pavimento que se situam os alojamentos do comandante, o cabrestante para manobrar as âncoras, as bombas de esgoto e incêndio, o fogão, e à proa o curral onde se transportavam animais vivos des-

tinados à alimentação dos embarcados.

- **Coberta:** Neste pavimento, situado imediatamente por debaixo da bateria, aloja-se a guarnição do navio e outros embarcados como passageiros; nele situam-se os camarotes do carpinteiro e do mestre e a enfermaria, à proa; a botica, o camarote do cirurgião e o camarote do oficial navegador, a estibordo e a câmara de oficiais a meio navio, a ré.

- **Porão:** área do navio situada entre a coberta e o fundo do navio onde estão localizados os tanques da aguada e paióis diversos, dos quais merecem especial referência a oficina do carpinteiro e os paióis da pólvora avante e a ré.

Foi instalado a bordo todo o equipamento que tinha sido adquirido, cedido ou fabricado para apetrechar o interior. Merecem destaque o mobiliário da época para os alojamentos do comandante, onde algumas peças são provenientes da Confraria da Capela de S. Roque, para a câmara de oficiais, e os serviços de cristal e porcelana expressamente fabricados, a título mecenático, pelas melhores fábricas nacionais, segundo modelos coevos existentes no Museu de Marinha. O equipamento de cozinha foi cedido pelo Palácio Nacional da Ajuda; o fogão foi manufacturado por empresa da especialidade e o apetrechamento da botica foi cedido pelo Museu da Farmácia.

O navio conta com vários manequins, executados por especialistas, trabalhados com grande realismo para recriar cenas da vida de bordo em meados do século XIX. Nos manequins podem ser reconhecidos rostos de familiares e amigos do Almirante Andrade e Silva que serviram de modelo para a sua execução, uma vez que houve dificuldade em encontrar “voluntários” para o efeito. O próprio Almirante emprestou o seu rosto ao cirurgião do navio e o Capitão-de-mar-e-guerra Malhão Pereira deu o rosto ao manequim do comandante do navio.

A Fragata dispõe de um sistema de audio-guias em seis idiomas - português, espanhol, francês, inglês, alemão e japonês, e uma versão infantil, que proporcionam ao visitante o acompanhamento passando por vinte e seis pontos notáveis do navio (estações). Dispõe ainda de um sistema vídeo de segurança, em circuito fechado.

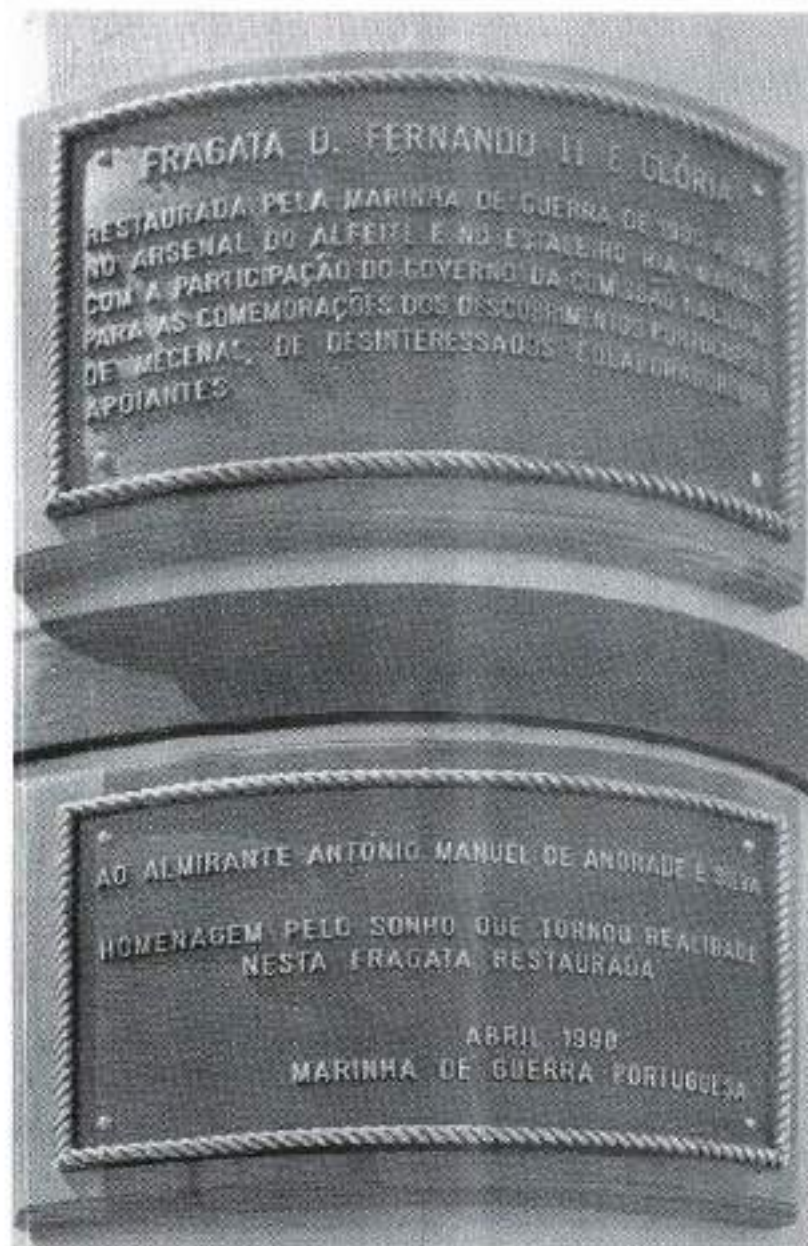
No mastro grande foram fixadas duas placas, uma de homenagem ao grande obreiro do projecto de recuperação da Fragata e outra de agradecimento a todos quantos participaram no restauro do navio. Nelas podem ler-se as seguintes inscrições:

FRAGATA D. FERNANDO II E GLÓRIA

RESTAURADA PELA MARINHA DE GUERRA DE 1990 A 1998
NO ARSENAL DO ALFEITE E NO ESTALEIRO RIA MARINE,
COM A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO, DA COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES,
DE MECENAS, DE DESINTERESSADOS COLABORADORES E
APOIANTES

AO ALMIRANTE ANTÔNIO MANUEL DE ANDRADE E SILVA
HOMENAGEM PELO SONHO QUE TORNOU REALIDADE
NESTA FRAGATA RESTAURADA

ABRIL 1998
MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA



A fragata “D. Fernando II e Glória”, o último navio à vela da Marinha Portuguesa, todo construído em madeira, verdadeira relíquia nacional, carregada de História, que a Marinha Portuguesa se orgulha de ter recuperado para que possa servir de exemplo às futuras gerações de portugueses, é agora um navio-museu que deve ser visitado por todos e por todos acarinhado.

Lisboa, 30 de Abril de 2004

COMANDANTES DA FRAGATA D. FERNANDO II E GLÓRIA

Serviço no mar

CFG Torcato José Marques, 5-10-1843 a 7-8-1845
CMG Joaquim António de Castro, 10-1-1851 a 18-11-1851
CTEN Tertuliano Turibio Pinto Lobato (encarregado do comando),
18-11-1851 a 3-12-1851
CMG Francisco Soares Franco, 3-12-1851 a 1-9-1852
CTEN Roberio Teodorico da Costa e Silva, 1-9-1852 a 14-6-1853
CMG Francisco Soares Franco, 14-6-1853 a 27-10-1853
CMG Vicente José dos Santos Moreira Lima, 27-10-1853 a 3-7-1856
CMG António Ricardo Graça, 3-7-1856 a 24-7-1858
CMG Torcato José Marques, 2-5-1859 a 20-4-1860
CTEN José Thompson (encarregado do comando), 21-4-1860 a 12-6-1860
CTEN Frederico Carlos Rosa, 20-2-1861 a 2-6-1863
CMG Carlos Craveiro Lopes, 7-6-1865 a 17-8-1865
CFG João Francisco Régio de Lima (encarregado do comando),
18-8-1865 a 14-9-1865
CMG Joaquim José de Andrada Pinto, 14-9-1865 a 30-4-1866
CMG José Baptista de Andrade, 30-4-1866 a 30-11-1866
CTEN João Baptista Garção, 30-11-1866 a 20-12-1872
CTEN Rodrigo Augusto Teixeira Pinha (interino por impedimento do
comandante Garção desde 11-12-1872), 12-3-1873 a 14-10-1877
CTEN António Maria de Sande Vasconcelos e Carvalho, 14-10-1878 a
2-10-1878

Escola de Artilharia Naval

CFG José Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria, 2-10-1878 a
30-11-1888
CMG Rodrigo Augusto Teixeira Pinha, 30-11-1888 a 1-3-1890
CFG Carlos Augusto Schultz Xavier (interino), 1-3-1890 a 26-3-1890
CMG Fernando Augusto da Costa Cabral, 26-3-1890 a 6-2-1892

CTEN António Júlio de Oliveira Andrea (interino), 6-10-1892 a 18-10-1892
 CMG Cipriano Lopes de Andrade, 18-10-1892 a 5-4-1894
 CTEN António Júlio de Oliveira Andrea (interino), 5-4-1894 a 14-8-1894
 CMG Cipriano Lopes de Andrade, 14-8-1894 a 18-3-1895
 CMG Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, 18-3-1895 a 18-5-1895
 CMG Cipriano Lopes de Andrade, 18-5-1895 a 12-5-1896
 CTEN Emídio Augusto Cáceres Fronteira (interino), 12-5-1896 a 23-5-1896
 CMG Carlos Augusto Schultz Xavier, 23-5-1896 a 26-9-1896
 CMG Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, 26-9-1896 a 12-5-1897
 CFG António Júlio de Oliveira Andrea, 12-5-1897 a 14-8-1897
 CMG Guilherme Augusto Brito Capelo, 14-8-1897 a 12-11-1897
 CFG António Júlio de Oliveira Andrea, 12-11-1897 a 22-11-1897
 CMG António Sérgio de Sousa, 22-11-1897 a 8-7-1899
 CMG Caetano Rodrigues Caminha, 8-7-1899 a 1-8-1899
 CMG António Sérgio de Sousa, 1-8-1899 a 9-12-1899
 CMG Carlos Augusto Schultz Xavier, 9-12-1899 a 18-04-1906
 CTEN Manuel Eduardo Correia, 18-4-1906 a 18-4-1906
 CMG Caetano Rodrigues Caminha, 18-4-1906 a 11-10-1910
 CTEN Manuel Eduardo Correia, 11-10-1910 a 21-10-1910
 CMG Augusto José de Almeida, 21-10-1910 a 7-10-1912
 CMG Francisco Júlio Barbosa Leal, 7-10-1912 a 20-12-1913
 CTEN Antero Elisio do Nascimento Trigo, 20-12-1913 a 7-1-1914
 CMG António Augusto Alves Loureiro, 7-1-1914 a 7-1-1915
 CMG Francisco Júlio Barbosa Leal, 7-1-1915 a 20-5-1915
 CTEN José de Abreu Barbosa Bacelar, 20-5-1915 a 22-7-1915
 CMG João do Canto e Castro Silva Antunes, 22-7-1915 a 25-1-1916
 CTEN Filipe Emilio de Paiva, 25-1-1916 a 3-2-1916
 CMG Pedro Bercó, 3-2-1916 a 13-9-1917
 CMG Emilio Alberto de Macedo e Couto, 13-9-1917 a 28-1-1918
 CMG Miguel Evaristo Teixeira de Barros, 28-1-1918 a 7-2-1919
 CMG Jorge Fradesso Salazar Moscoso, Jul. 1932 a 6-12-1932
 CMG Fernando Augusto Pereira da Silva, 6-12-1932 a 13-1-1933
 CMG Bento Xavier Vieira da Silva, 13-1-1933 a 1-5-1933
 CMG Emilio Gagean, 1-5-1933 a 27-3-1934
 CMG Marcelino Carlos, 27-3-1934 a 11-10-1934
 CMG Augusto Carlos Saldanha, 11-10-1934 a 7-12-1934
 CMG Manuel Peixoto Martins Mendes Norton, 7-12-1934 a 6-6-1935
 CMG João Baptista de Barros, 6-6-1935 a 25-5-1937
 CMG Augusto Gonçalves de Azevedo Franco, 25-5-1937 a 30-9-1937
 CMG Manuel José Possante, 30-9-1937 a 23-12-1937
 CFG Jaime Correia do Inso, 23-12-1937 a 13-1-1938

Navio-Chefe das Forças Navais no Tejo

- CMG José Eduardo de Carvalho Crato, 13-1-1938 a 17-8-1938
ITEN Diogo António José Leite Pereira de Melo e Alvim, 17-8-1938 a 9-9-1938
CMG António Alemão de Cisneiros e Faria, 9-9-1938 a 22-11-1938
CMG Francisco Luis Rebelo, 22-11-1938 a 27-9-1939

Navio sem funções especiais

- CFG Álvaro Fortée Rebelo, 27-9-1939 a 7-10-1939
ITEN Horácio Rebordão, 7-10-1939 a 28-10-1939
ITEN Alberto de Campos, 28-10-1939 a 9-8-1940
CTEN Eugénio Marinho Teixeira Rebelo, 9-8-1940 a 26-2-1943

Navio-Museu

- CMG Res Adriano Manuel de Sousa Beça Gil, 28-4-1998 a 16-7-1999
CMG Res Paulo Jorge Rodrigues Grade Richart, 16-7-1999 a 9-11-2003
CMG Res José Manuel Guerreiro Brou, 9-11-2003 a

FONTES CONSULTADAS

- Arquivo da Comissão Mista de Acompanhamento do Projecto de Recuperação da Fragata “D. Fernando II e Glória”
— Arquivo da Comissão Executiva de Recuperação da Fragata “D. Fernando II e Glória”
— *D. Fernando II e Glória- A Fragata que Renasceu das Cinzas* – A. Sacchetti, Edição CTT - Lisboa, Out 1988
— «A Última da Índia, Fragata “D. Fernando II e Glória”», Separata de *O Independente*, edição nº 515, de 27 de Março de 1998.

Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia - GERE

António Emilio Ferraz Sacchetti
Vice-almirante

1. Introdução

Quando a Índia realizou os seus últimos ensaios nucleares, três em 11 e dois em 13 de Maio de 1998, Zbigniew Brzezinski escreveu:

Nos últimos anos a CIA foi acusada de não ter previsto evoluções históricas de longo alcance, como o desmembramento da URSS. As acusações seriam mais justas se fossem dirigidas à comunidade académica, cujo desafio intelectual é precisamente analisar e prever as grandes tendências históricas. Pelo contrário, a missão dos serviços secretos é detectar a tempo as principais iniciativas ou programas de países estrangeiros que possam ter efeito sobre a segurança americana ou afectar os interesses da política externa americana¹.

Os norte-americanos sentem este problema de forma muito particular, pois estão habituados a ter em alta consideração os académicos e os intelectuais, que consultam frequentemente e de quem esperam uma participação complementar, útil e independente. Note-se que Brzezinski é professor universitário e foi Conselheiro de Segurança Nacional do Presidente Carter.

Nos Estados Unidos, foi numa Universidade que Churchill divulgou a sua ideia da formação da *Cortina de Ferro*, foi numa Universidade que o Secretário de Estado Marshall anunciou o *Plano* de apoio à reconstrução da Europa que tem o seu nome, foi numa Universidade que o Presidente Reagan informou a Nação da *Iniciativa de Defesa Estratégica*, etc..

Entre nós há um divórcio total entre os intelectuais e os políticos. Os intelectuais são convidados para fazer os discursos do *10 de Junho*. Seria inconcebível responsabilizar os intelectuais por não terem alertado os políticos, fosse para o que fosse; seriam imediatamente *postos no seu lugar*!

2. Ambiente, informação e apoio à decisão

A vida nacional e as relações internacionais têm aumentado rapidamente de complexidade, desenvolvem-se num ambiente mais agitado e há necessidade de tomar decisões a um ritmo cada vez mais acelerado.

O desenvolvimento científico e tecnológico permitiu conceber meios que proporcionam o acesso rápido a uma vasta gama de dados já preparados para utilização imediata pelos responsáveis pela tomada de decisão.

A informação disponível torna-se excessiva e de difícil triagem. Raramente tem fundamentação evidente e, por outro lado, frequentemente tem origem em fontes tendenciosas, não identificáveis, de credibilidade não garantida ou idoneidade não comprovável.

Este sistema poderá satisfazer as exigências impostas pela urgência das decisões, já que o tempo de decisão vem diminuindo drasticamente.

No entanto, a formação de base dos colaboradores que são chamados a tratar situações não pré-programadas ou não previstas tem vindo a diminuir sensivelmente de amplitude no espaço e no tempo (geografia e história), aprofundando-se, contudo, na especialização e na manipulação dos instrumentos da informação. Assim, os que estudam e preparam as propostas, pareceres ou informações, cada vez com menos tempo para a investigação, estudo ou meditação, estão a ter tendência para se transformarem, essencialmente, em técnicos de manipulação daqueles instrumentos.

Por outro lado, aos responsáveis pela decisão escasseia o tempo para reflectir. Os documentos que lhes são submetidos podem abundar em bem elaboradas alternativas para a resolução de um problema, mas acrescentam pouco conhecimento, raramente fornecem elementos que permitam ao Chefe formar a sua hipótese pessoal, baseada no seu entendimento da situação.

Assim, temos tanta informação, mas não sabemos a verdade².

Deve haver humildade para compreender a relação certa entre a experiência, isto é, o conhecimento adquirido no tempo, e as capacidades concedidas pela inovação tecnológica.

E vai aumentando sempre a interdependência das áreas do conhecimento. A nível interno, o estudo dos assuntos exige, quase sempre, diálogo interdepartamental. Num outro nível, a solução dos problemas de interesse nacional está cada vez mais dependente de negociações internacionais. A cópia de figurinos externos é consequência do aproveitamento de experiências alheias, mas pode ser também fruto de um seguidismo que acaba por se revelar inadequado ao nosso carácter, ser a manifestação de um complexo de pequenez, de falta de autoconfiança, ou também a solução fácil para a falta de tempo.

Há uma outra circunstância que conduz a um resultado semelhante. A informação aumenta quantitativamente de forma surpreendente; é cada vez mais *seca*, aparentemente mais objectiva, e foi preparada num ambiente político, social e cultural, diferente do utilizador. Por outro lado, ela é acessível a indivíduos cada vez mais jovens, menos prevenidos, menos preparados para adaptar, mais propensos a adoptar.

O tratamento internacional das diversas matérias já não é um exclusivo da diplomacia e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Pelo contrário, a negociação e até a assinatura de inúmeros acordos internacionais vem sendo uma competência dos departamentos de Estado responsáveis pelo tratamento nacional especializado das matérias em consideração. Assim, os responsáveis pelas mais importantes decisões em sectores muito diversos têm que considerar a componente “relações internacionais” no seu planeamento.

O mundo é cada vez mais interactivo e complexo, muitos problemas têm causas antigas, históricas, e não causas recentes¹. A análise da situação nacional e internacional de hoje não pode ter lugar apenas nos órgãos preocupados com a informação do dia a *compasso* da pressão do calendário.

Um outro aspecto. Sempre que os Estados fraquejam nas suas respostas aos grandes e diversos problemas sentidos pela *sociedade civil*, nasce uma Organização Não Governamental (ONG). Em princípios de 1995, quando foi apresentado o *Suplemento à Agenda para a Paz*, 1.003 ONG já tinham sido admitidas nas Nações Unidas, com o estatuto de entidades consultivas. Nas conferências mundiais promovidas pelas Nações Unidas (Rio de Janeiro, Cairo, Pequim, Istambul, etc.), as ONG compareceram em número que ultrapassou bem a dezena de milhar e tiveram uma cobertura pela comunicação social que excedeu a atenção prestada aos trabalhos dos cerca de 175 Estados participantes. Embora muitas destas ONG não tenham grande projecção ou não mereçam consideração, esta é uma outra *rede* cuja importância cresce rapidamente e a que é preciso prestar atenção.

Se os Governos, os Estados e as grandes Organizações Internacionais têm que considerar o papel de importância crescente das ONG, os responsáveis pelas decisões, a qualquer nível, têm que melhorar a sua capacidade de resposta e ultrapassar a acção dos inúmeros grupos ou organizações privadas. Estas exercem grande influência sobre a comunidade nacional e esta pressiona o poder legislativo, poder que foi assumido por vontade livremente expressa da própria nação.

Os órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros proporcionam uma divulgação instantânea de todos os acontecimentos notáveis,

nomeadamente dos negativos. A comunicação social, por sistema ou por vício, quase nunca está do lado do Estado, mesmo quando cria situações que põem em causa interesses nacionais. A comunicação social canaliza o descontentamento e, só por esta atitude, ainda que nada mais faça, pressiona e influencia a decisão. E interpela sobre a hora o Ministro, ou o Chefe, antes mesmo que o seu gabinete tenha tido tempo de se reunir para estudar o caso.

A Administração Pública é hoje mais aberta, o que é bom. Tem que justificar decisões sobre matérias que, até há bem pouco tempo nem sequer sentiria necessidade de divulgar. Por outro lado, os responsáveis pelas decisões são mais frequentemente julgados pela opinião pública que, por sua vez, é muito mais dura e mais cega, porque é mais permeável a manobras políticas, ao sensacionalismo, ou a outros jogos de interesses. E criou-se o péssimo hábito de tudo sistematicamente contestar, mesmo sem fundamento, porque esta é a mais fácil, mas também a mais inconsequente utilização de um direito fundamental, a liberdade, e a mais irresponsável vulgarização do *direito à indignação*.

Aumentam, portanto, os parâmetros que podem interessar ou condicionar a tomada de decisão, sendo cada vez mais frequentes as referências ao que “não se podia prever”. Os responsáveis têm que ter apoio, não só para avaliação do que é comum, como também para conhecimento do que está aquém e além, tudo para evitar aquelas situações “em que ninguém tinha pensado”.

3. Em relação à Marinha

Mas este tipo de reflexão pode aplicar-se ao esforço de investigação e de análise que deve unir os grupos de intelectuais e os Estados-Maiores, no âmbito das competências da Defesa Nacional.

As Forças Armadas estão subordinadas à política, significando isto que recebem do Governo os objectivos políticos e as orientações gerais para a sua prossecução. O Governo tem ainda a competência fundamental da nomeação dos Chefes.

As Forças Armadas são apartidárias e não participam, como Instituição, no debate político interno.

Mas as Forças Armadas têm como responsabilidade primeira a defesa de interesses vitais, tais como a defesa da integridade do território nacional, da segurança das populações, da livre acção dos órgãos de soberania e do livre funcionamento das instituições democráticas. Evidentemente que estes interesses vitais são, por definição, os mais permanentes e, muitas vezes, há a noção que a capacidade necessária para os preservar é ofendida por alguns dos objectivos políticos, muito mais variáveis e transitórios, que foram defi-

nidos pelo Governo e que estão, frequentemente, muito presos a interesses partidários.

No actual ambiente internacional, onde a ameaça importante evidente é o terrorismo sem pátria e onde a Europa, pela primeira vez na História, se apresenta sem divisões aparentes mas talvez já a procurar definir uma outra balança de poderes (a crise da Ucrânia durante as recentes eleições, Novembro de 2004 e as posições assumidas pela Rússia e União Europeia mostram que tal não é improvável), o choque entre as necessidades para garantir a defesa dos interesses permanentes e vitais e as limitações impostas pelos “objectivos políticos transitórios”, torna-se muito mais acentuado e de difícil entendimento.

Por todas estas razões, é surpreendente a energia e o tempo que se gastam, nas Forças Armadas, a justificar posições que, afinal, são de defesa do interesse nacional. Em *nome de quem e contra quem* nos desgastamos a lutar?

Para dar resposta a estas necessidades a Marinha dispõe de órgãos de estudo. Porém, estes têm vindo, gradualmente, a perder o objectivo para que foram criados. Ou então não acompanham o ritmo das exigências (apesar do aumento, por exemplo, do número das divisões dos estados-maiores). Toda a estrutura orgânica está demasiado ocupada com a rotina, que é cada vez mais pesada; são mais numerosos os órgãos subordinados, são mais as solicitações originadas no exterior, são mais complexos e de circulação mais morosa os estudos interdisciplinares a que dão lugar.

Existem também alguns órgãos de conselho. Mas estes foram criados com um propósito muito específico e limitado, ou têm vindo a autolimitar-se ao longo dos tempos. É norma corrente os órgãos de conselho apenas prepararem pareceres para homologação, ou propostas para despacho, sobre questões que lhes são postas, sempre muito específicas, e não sobre assuntos de sua iniciativa.

E, quando se cria um Gabinete de Estudos, é, normalmente, com o objectivo de coordenar ou de propor solução para um problema que se avolumou na base e que urge *administrar*. Mais tarde, a matéria é absorvida pelos departamentos de linha, os existentes ou outros novos.

Assim, todos estes órgãos de estudo ou de conselho estão a trabalhar os assuntos que circulam no sentido ascendente, *propondo soluções* ao Chefe. Não o esclarecem sobre os antecedentes ou a evolução última do ambiente em que se move nem respondem facilmente e em tempo útil, às interrogações que o Chefe raramente expressa.

Já quando, em tempos, se referiu a quem competia a definição de doutrina na Marinha, foi dito⁴:

É da responsabilidade exclusiva do Chefe do Estado-Maior da Armada, por exercer o comando completo da Marinha, a definição da política naval.

...Ao Instituto Superior Naval de Guerra, que desenvolve actividade de investigação científica, compete o estudo da doutrina nos seus aspectos predominantemente teóricos e permanentes, nomeadamente nos mais intimamente relacionados com as disciplinas incluídas nos programas dos cursos, de modo a criar, em toda a Marinha, homogeneidade de linguagem e de interpretação dos conceitos.

Ao Estado-Maior da Armada, entre muitas outras tarefas e responsabilidades, compete estudar e propor a doutrina que permitirá a concretização da política naval, merecendo especial relevo a que é definida nas diversas fases de planeamento, a nível estratégico e operacional.

Embora não se possa estabelecer uma fronteira perfeitamente definida entre as responsabilidades dos dois organismos, neste campo, pode dizer-se que o Instituto deverá concentrar-se nos aspectos básicos, formativos e mais permanentes da doutrina, enquanto que ao Estado-Maior da Armada compete o estudo e desenvolvimento dos aspectos conjunturais, orientadores e mais relacionados com a concretização da política naval formulada.

Os dois campos de acção são complementares e têm que se desenvolver em paralelo, em cooperação e com humildade, pois nenhum colherá os louros da descoberta da verdade ou da adivinhação do futuro.

No entanto, ambos poderão proporcionar um melhor conhecimento do mundo em que vivemos e poderão melhorar os instrumentos postos à disposição do Chefe, de modo a permitir-lhe mais fundamentadas, correctas e adequadas decisões.

Porém, mesmo o Instituto Superior Naval de Guerra não está muito disponível para a actividade de investigação e de análise desinserida da sua missão de ensino, formação e informação⁵. O empenhamento de todos os seus elementos no cumprimento do pesado programa de cursos de curta duração, o escasso número e a instabilidade de docentes e ainda a curta permanência de discentes no Instituto, não deixam muito tempo para um trabalho de investigação responsável e profícuo.

É o reconhecimento geral de factos como este, em diferentes estruturas e diferentes níveis, que têm contribuído para a criação de muitos Institutos de Análise, de Centros de Reflexão, de Gabinetes de Assesores ou de Estudos, nos mais diversos ambientes.

4. Experiências e disponibilidade

Um dos aspectos da reestruturação das Forças Armadas, visando a diminuição dos encargos financeiros do Ministério da Defesa Nacional, e a aceleração, ainda que temporária, da progressão nas carreiras, estabeleceu a redução do limite de idade de passagem à Reserva e à Reforma. Esta redução dos limites de idade poderia também ter estado, ainda que indirectamente, relacionada com a ideia de os mais velhos representarem a resistência conservadora à reestruturação.

Isto acontece precisamente na altura em que são muitas as indefinições provocadas pela *mudança de Era*, sendo útil toda a experiência que possa ajudar a compreender e empreender a evolução. As revoluções, essas é que procuram sistematicamente cortar relações com o passado recente. No momento como o que vivemos, aceitem-se os novos objectivos, mas não se perca a experiência e a disponibilidade dos que ficam libertos do peso da rotina e da burocracia.

Quando, em Espanha, o Governo decidiu reduzir para 65 anos a idade de aposentação dos professores universitários, eles formaram uma *Associação*, não para defesa de reivindicações corporativas, mas para estudo de problemas diversos de interesse nacional. Ao ser criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, sente-se a necessidade de um *Instituto Internacional da Língua* e até o Clero sentiu muito recentemente a necessidade de criar uma *Associação* que pretende, surpreendentemente, questionar assuntos muito profundos da Igreja e da prática religiosa, para além do papel dos padres perante a comunidade crente e perante a sociedade.

Numa outra das poucas *carreiras* que restam, a diplomática, foi criado o Instituto Diplomático, onde embaixadores, muitos aposentados, apresentam aos recém-admitidos a *escola* das experiências diversas e do saber adquirido e sedimentado durante anos.

A Marinha tem, criada há 26 anos, a Academia de Marinha, instituição sem paralelo nos outros Ramos das Forças Armadas, e que não se ocupa apenas do estudo da História Marítima, mas também das *ciências, das letras e das artes e de tudo o mais que diga respeito ao mar e às actividades marítimas*.

Os problemas que hoje são postos às nações voltam a estar mais influenciados por causas primeiras, e muito menos por causas imediatas ou por grandes programas governamentais. Para além da informação ou do parecer submetido à decisão superior e que constitui quase sempre a resposta à questão imediata, é necessário conhecer as *causas primeiras* da situação criada, o *ambiente* em que essas situações germinaram e se estão a desenvolver e as *consequências* possíveis das decisões que se apresentam mais adequadas.

Consideremos só um exemplo e as interrogações que pode suscitar: A maior operação combinada e conjunta de toda a História foi o desembarque na Normandia. Por que razão apareceu agora o conceito das CJTF como substantivo identificador de uma decisão política que afecta os conceitos operacionais? Por que motivo está a ser aceite, e germina a nível nacional este conceito criado pelos EUA para a parceria entre a NATO e a antiga Europa de Leste, relação que é por eles dominada e que contraria as pretensões francesas de comandar outras forças multinacionais e conjuntas, europeias? Porquê confundir o *treinar para trabalhar em conjunto* com o *ensinar as mesmas matérias*? Quais as consequências para a defesa nacional se esse conceito internacional for aceite internamente? Quais as consequências da generalização deste conceito, a nível internacional, se surgir um conflito exigindo o emprego do poder total? É este o *conceito do futuro*, ou é a solução para a conjuntura, diversificada na natureza dos conflitos, imprevisível no ambiente geográfico onde poderão surgir mas sempre de reduzida intensidade, logo sempre controláveis por forças de pequena dimensão?

Por tudo isto se justifica o aparecimento de institutos, de centros de estudos ou de grupos de reflexão, na dependência dos Chefes mas apoiados administrativamente por qualquer órgão, desligados da execução administrativa ou das responsabilidades das cadeias de comando, sem nelas interferirem, e sem, de qualquer modo, a elas se sobreporem.

5. O Grupo de Estudo e de Reflexão de Estratégia (GERE)

O Grupo de Estudo e de Reflexão de Estratégia (GERE) foi criado, na directa dependência do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, pelo Despacho do n.º 43 / 99, de 1 de Julho, e publicado na OAl n.º 27 de 7 de Julho de 1999.

Compete-lhe:

- Promover e desenvolver estudos na área da estratégia, designadamente sobre estratégia marítima actual;
- Elaborar trabalhos específicos que lhe sejam solicitados;
- Propor a divulgação e publicação dos estudos que considere adequados.

Tem assim um objectivo muito específico, no âmbito do conhecimento – a estratégia e as relações internacionais –, mas muito amplo na geografia da sua aplicação – todo o mundo –.

Foi-lhe atribuído, portanto, um objectivo complementar do da Academia de Marinha.

Aliás, as academias, os institutos [e os grupos de estudos] são órgãos

com finalidades muito próximas que, para além do interesse académico, do seu contributo para o nosso desenvolvimento cultural e do prazer intelectual que nos proporcionam, devem ser úteis, no nosso caso, colaborando na resolução de alguns problemas que a Marinha, o Governo ou o país possam ter que enfrentar⁶.

É no desempenho da competência expressa na alínea c. acima indicada que o GERE vem publicando os “Cadernos Navais”⁷ e a colecção “Temas e Reflexões”, com o apoio do Comissão Cultural da Marinha.

Os cadernos são, normalmente, temáticos, podendo reunir pareceres ou estudos de mais do que um autor. Através deles foram já divulgadas as comunicações apresentadas em alguns seminários promovidos pelo antigo Instituto Superior Naval de Guerra.

Pretende-se diversificar os temas a publicar, mas tendo sempre em consideração o seu interesse para Portugal, para a Defesa Nacional, para as Forças Armadas ou para a Marinha. No entanto, dada a complexidade das relações internacionais e a interdependência crescente das políticas nacionais, é muito ampla a gama dos assuntos que poderá interessar publicar.

Os autores não serão apenas os membros do GERE. Pelo contrário. Estamos numa época em que vários militares e civis, para além da atenção que o cargo lhes merece, têm vindo a produzir estudos de muito interesse. Não se deve perder a oportunidade de divulgar obra de mérito, tanto a que foi elaborada para o apoio aos responsáveis pelas decisões a diversos níveis, como a que foi preparada para a informação geral da corporação.

É intenção, sem que isso signifique um compromisso rígido, publicar os “Cadernos Navais” com uma frequência trimestral. Sem interrupção, no terceiro trimestre de 2006 foi publicado o caderno n.º 18. A publicação dos cadernos da colecção “Temas e Reflexões” na tem regularidade. A divulgação destes cadernos tem ultrapassado o âmbito naval.

Notas

¹ **Expresso**, 16 de Maio de 1998.

² Marques, Garcia, citado por Maria José Nogueira Pinto, **Expresso**, 23 de Novembro de 1993.

³ Na Europa, quase todos os conflitos são culturais, são confrontos entre valores ancestrais, e não consequências de decisões políticas de agora. Os conflitos de África, na sua maioria, são étnicos ou tribais; consideram absolutamente irrelevantes as fronteiras dos Estados criadas já há mais de um século mas legadas pelo domínio colonial, e inapropriado o sistema político partidário e plural que o Ocidente procura exportar ou até impor como condição de acesso ao convívio universal.

⁴ Leitão, Alma, António Sousa, *Alocução na Sessão Solene Comemorativa dos 25 Anos do ISNG*, 2FEV87, **XXV Aniversário da Instalação do ISNG na Rua da Junqueira**, Lisboa, ISNG, 1987, pp. 6 e 7.

⁵ Após a primeira publicação deste artigo, nos Anais do Clube Militar Naval, Outubro-Dezembro de 2004, deu-se a integração dos Institutos militares. Embora útil, ao nível dos cursos superiores, esta integração poderá reduzir significativamente o contacto permanente entre auditores dos cursos navais e professores de Marinha, assim como faz perder parte da autonomia de que se gozava no planeamento dos cursos e na escolha das matérias de interesse naval.

⁶ Sacchetti, A. E., na alocução proferida no acto de posse do cargo de Presidente da Academia de Marinha, 7 de Janeiro de 2004.

⁷ Cf. Sacchetti, A. E., *Divulgação de Estudos de Estratégia*, **Revista da Armada**, Setembro/Outubro de 2002, p. 24.